EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA 2

Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)

Atena Editora
Ano 2021

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA 2

Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)

Atena Editora
Ano 2021

Editora Chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Assistentes Editoriais
Natalia Oliveira
Bruno Oliveira
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto Gráfico e Diagramação
Natália Sandrini de Azevedo
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da Capa
Shutterstock
Edição de Arte
Luiza Alves Batista
Revisão
Os Autores

2021 *by Atena Editora*
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr.Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Atena Editora
Ano 2021

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde
Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Atena Editora
Ano 2021

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias
Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes
Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª DrªFernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico
Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Atena Editora
Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual: trilhando caminhos para uma educação emancipadora 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual: trilhando caminhos para uma educação emancipadora 2 / Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-941-7
DOI 10.22533/at.ed.417211504

1. Educação sexual. 2. Sexualidade. 3. Identidade de gênero. 4. Diversidade sexual. 5. Educação. I. Batista, Fabiano Eloy Atílio (Organizador). II. Título.

CDD 372.372

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores e leitoras;

> "Gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado".
>
> (Guacira Lopes Louro)

As discussões sobre Gênero, Sexualidade e Diversidade não é recente, mas, ganha contornos importantes a partir dos anos 60, com os movimentos de "contracultura", os movimentos feministas, com a luta dos direitos da comunidade LGBTQIA+ e com a sistematização e ampliação teórica-metodológica de diversas pesquisas acadêmicas, especialmente as do campo da Educação.

Assim, pode-se entender que Gênero e Sexualidade é uma construção social, cultural e histórica que se constituem como assuntos amplos presentes em diversas instâncias da sociedade, embora ainda sejam permeados por diversos "tabus" (principalmente na contemporaneidade).

Discutir questões sobre Gênero e Sexualidade, em especial no campo da Educação, se mostra como um mecanismo potencializador de emancipação dos sujeitos em sociedade, uma vez que oportuniza um aprendizado em relação à vida sexual, a combater formas de preconceito e opressão nas relações sociais.

Nesse sentido, o livro **Educação Sexual, Sexualidade e Gênero e Diversidade Sexual: Trilhando Caminhos para uma Educação Emancipadora 2**, reuni, ao longo de 13 capítulos, discussões contemporâneas, críticas e necessárias para o debate acerca das discussões sobre Gênero, Sexualidade e Diversidade, sobretudo em um contexto de forte conservadorismo político e religioso.

Os textos aqui apresentados estão organizados de forma sistematizada e pedagógica, e são apresentados dentro dos principais eixos: Educação; Envelhecimento, Feminismo, Patriarcado, dentre outros aspectos que permitem aos leitores e leitoras um momento de grande reflexão em torno das questões de Gênero, Sexualidade e Diversidade.

Espera-se que os textos aqui reunidos possam contribuir para ampliação dos debates acerca das categorias de Gênero e Sexualidade em diversas instâncias sociais, sobretudo no campo da Educação que é tido como um espaço de suma importância para formação, discussões e acessos a informações para os debates de gênero, sexualidade, diversidade sexual, masculinidades, feminilidades, entre outras categorias de suma importância social.

Desejamos a todos e todas, uma agradável leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 ..... **1**

EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: CONFLITOS E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOS JOVENS

Neide Abadia Carneiro
Viviane Aparecida da Silva Paiva
Joelma Fernanda de Sales Carneiro Dutra
Anaiara Lourenço da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4172115041

CAPÍTULO 2 ..... **16**

O DISCURSO DA SEXUALIDADE NO CONTEXTO FAMÍLIA E ESCOLA

Lucyélen Costa Amorim Pereira
Andréa Ferreira da Costa
Adriana de Medeiros Marcolano Thebas
Mayara Cazadini Carlos

DOI 10.22533/at.ed.4172115042

CAPÍTULO 3 ..... **25**

SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE: MITOS E TABUS

Mylena Menezes de França
Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello
Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa
Silvana Barbosa Mendes Lacerda

DOI 10.22533/at.ed.4172115043

CAPÍTULO 4 ..... **38**

ENVELHECIMENTO FEMININO E O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Daniela Soares da Silva
Simone Pereira da Costa Dourado

DOI 10.22533/at.ed.4172115044

CAPÍTULO 5 ..... **49**

ENTRE COSTUMBRES Y RUPTURAS

Nancy Zárate Castillo
Gloria Patrícia Ledesma Ríos

DOI 10.22533/at.ed.4172115045

CAPÍTULO 6 ..... **61**

COISAS QUEBRADAS: AFETIVIDADES DESVIANTES

Ludmila Castanheira
Lua Lamberti de Abreu

DOI 10.22533/at.ed.4172115046

CAPÍTULO 7 ..... **67**

GÊNEROS, VULNERABILIDADES E OPRESSÕES: UM ESTUDO A PARTIR DA TEORIA DA INTERSECCIONALIDADE E DA OBRA NAVALHA NA CARNE, DE PLÍNIO MARCOS

Julia de Albuquerque Barreto
Lucas Henrique de Lucia Gaspar

DOI 10.22533/at.ed.4172115047

CAPÍTULO 8 ..... **85**

NOTAS PRELIMINARES SOBRE CAPITALISMO E PATRIARCADO: O DEBATE ENTRE A TEORIA UNITÁRIA E O FEMINISMO MATERIALISTA

Clara Gomide Saraiva

DOI 10.22533/at.ed.4172115048

CAPÍTULO 9 ..... **97**

A (IM)POSSIBILIDADE DE OBJECÃO DE CONSCIÊNCIA DOS MÉDICOS NA UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA POR PESSOAS HOMOSSEXUAIS, SOLTEIRAS E TRANSGÊNERAS: UMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL INSPIRADA NA TEORIA RAWLSIANA DE JUSTIÇA COMO EQUIDADE

Iara Antunes de Souza
Priscilla Jordanne Silva Oliveira
Rafaela Fernandes Leite

DOI 10.22533/at.ed.4172115049

CAPÍTULO 10 ..... **110**

SAÚDE E SEXUALIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NOS DOMÍNIOS DO CROMÁTICO DISCURSIVO DAS CAMPANHAS DE PREVENÇÃO

Claudemir Sousa
Vandiel Barbosa Santos

DOI 10.22533/at.ed.41721150410

CAPÍTULO 11 ..... **127**

TRANSFOBIA E AS POLÍTICAS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Fernando dos Santos Pereira

DOI 10.22533/at.ed.41721150411

CAPÍTULO 12 ..... **140**

A INTERFERÊNCIA DA MASCULINIDADE TÓXICA NO FUTURO DA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Nathan Nahas
Matteo Henrique Sartore
Letícia Oliveira Lima
Beatriz dos Santos Rissi
Barbra Kei Yaguiu Knorst
Cristina Landgraf Lee

DOI 10.22533/at.ed.41721150412

CAPÍTULO 13 ..... **154**

O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL COMO UM MECANISMO DE REFORÇO DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NO UNIVERSO FEMININO

Thalita Araújo Silva

Yollanda Farnezes Soares

DOI 10.22533/at.ed.41721150413

SOBRE O ORGANIZADOR **166**

ÍNDICE REMISSIVO **167**

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: CONFLITOS E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOS JOVENS

Data de aceite: 01/04/2021

Neide Abadia Carneiro
Universidade Federal de Catalão - UFCAT
Ipameri-GO
http://lattes.cnpq.br/3551651176966623

Viviane Aparecida da Silva Paiva
Universidade Federal de Goiás - UFG
Ipameri-GO
http://lattes.cnpq.br/9273467743294221

Joelma Fernanda de Sales Carneiro Dutra
Universidade Federal de Catalão - UFCAT
Ipameri-GO
http://lattes.cnpq.br/5409508112920220

Anaiara Lourenço da Silva
Universidade Federal de Catalão – UFCAT
Ipameri-GO
http://lattes.cnpq.br/5021569444988988

RESUMO: Este trabalho elege a Educação Sexual na escola, como tema de pesquisa. O problema está focado em entender como o assunto tem sido trabalhado na educação básica, pois de acordo com nossa prática pedagógica temos observado a curiosidade dos alunos e o despreparo dos professores ao tratar a sexualidade em sala de aula, causando muitas vezes situações de constrangimento. O estudo almejou contextualizar a sexualidade na perspectiva emancipatória, em busca de subsídios para uma educação sexual crítica dentro de um contexto cultural em que normas de conduta, crenças e valores vão definindo sua vivência, concebendo a sexualidade como fator político relevante na formação da subjetividade do ser humano, com a finalidade centrada no desenvolvimento do indivíduo. A metodologia de pesquisa escolhida foi o levantamento bibliográfico. A análise do estudo de autores como FURLANI (2011), LOURO (1997), SUPLICY (1981), além dos PCNs. Evidenciamos que, o trabalho com o tema supracitado, mantém uma visão restrita, coerente com a concepção médico higienista da sexualidade. As dificuldades, os tabus, os preconceitos, o constrangimento e a desinformação colocam barreiras na abordagem do tema dificultando o desenvolvimento por parte dos jovens de uma sexualidade saudável.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Sexual, adolescência, Sexualidade.

SEXUAL EDUCATION IN SCHOOLS: CONFLICTS AND CHALLENGES IN THE FORMATION OF YOUNG PEOPLE

ABSTRACT: This work chooses Sex Education at school, as a research theme. The problem is focused on understand how the subject has been worked in basic education, because according to our pedagogical practice we have observed the curiosity of students and the unpreparedness of teachers when dealing with sexuality in the classroom, often causing embarrassment. The study aimed to contextualize sexuality in an emancipatory perspective, looking for subsidies for a critical sexual education within a cultural context in which norms of conduct, beliefs and values define their experience, conceiving

sexuality as a relevant political factor in the formation of subjectivity in the human being, with the aim centered on the development of the individual. The research methodology chosen was the bibliographic survey. Analysis of the study by authors such as FURLANI (2011), LOURO (1997), SUPLICY (1981), in addition to the PCNs. We show that the work with the aforementioned theme maintains a restricted view, consistent with the medical hygienist conception of sexuality. Difficulties, taboos, prejudices, embarrassment and disinformation pose barriers in addressing the issue, making it difficult for young people to develop healthy sexuality.
KEYWORDS: Sex Education, Adolescence, Sexuality.

1 I INTRODUÇÃO

A motivação para realização dessa pesquisa, surgiu devido a nossa experiência enquanto docentes, percebemos que alunos do ensino fundamental, emitem comportamentos e vocabulários relacionados a sexo e sexualidade, que em determinados momentos, merecem atenção especial por parte dos docentes.

A sexualidade acompanha o indivíduo por toda a vida, nossos sentimentos e ações em relação à nossa vida sexual, pode ser resultado de experiências, que inclui valores e concepções sociais presentes em cada cultura, atribuindo o que é adequado ou inadequado.

A sexualidade é construída ao longo da vida, por meio das relações sociais orientações e experiências vivenciadas pelos indivíduos, se bem conduzida, ele pode vivê-la plenamente. Assim, diante de determinadas situações, o indivíduo poderá fazer escolhas coerentes que não irão colocá-lo em situações de risco. Nesse sentido, a escola não pode ser omissa e nem tratar a questão de maneira superficial, porque, também tem responsabilidades juntamente com a família e outras instituições sociais de orientar os indivíduos em relação ao tema.

Percebe-se que nas escolas ainda há lacunas dificultando o trabalho com educação sexual, como o despreparo dos professores, tabus, preconceitos, entre outros.

A escola, pode ser considerada um importante espaço de intervenção sobre a sexualidade, diferente de outras Instituições, ela pode elaborar projetos direcionados a esse público capaz de motivá-los a refletir sobre essa temática.

A intenção de introduzir esse assunto no currículo escolar fica evidenciada pela incorporação da orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) na forma de tema transversal. Elaborados pelo governo federal, os PCN's têm por objetivo estabelecer uma referência teórica de trabalho para as instituições escolares.

De acordo com esse documento, os temas transversais abordam problemas fundamentais presentes na vida social, como a Ética, Saúde, Meio-ambiente, Orientação sexual e Pluralidade cultural. Eles devem ser trabalhados durante o processo de escolarização, não tem uma disciplina específica para trabalhá-los, sugerindo claramente a sua importância para uma educação contextualizada, com temas pertinentes as

necessidades dos alunos da educação básica, habilitando-os para a tomada de decisões inteligentes zelando assim pela sua saúde e a dos outros também.

Dessa forma, a inserção dessa temática na escola se justifica por um lado, para uma dimensão epidêmica e, por outro, proporcionar mudanças nas expectativas do comportamento sexual dos jovens.

Abordamos também, a questão das mudanças na adolescência, como o indivíduo que se encontra nessa fase pode estar suscetível a se colocar em determinadas situações que o leve a correr riscos, pela falta de experiência e curiosidade, podendo ser resultado da deficiência de uma orientação sexual adequada.

Destacamos à educação sexual nas escolas, como essa temática foi incluída no currículo escolar. A importância da qualificação do educador sexual, porque, ela pode capacitá-lo para desenvolver com mais segurança seu trabalho.

2 I A SEXUALIDADE HUMANA

Procuramos analisar o tema pesquisado, recorrendo ao passado, buscando explicações para contextos presentes, a fim, de compreender como chegamos a contextos atuais, verificando como mudam os valores e a influência destes no comportamento sexual dos indivíduos.

Alguns conceitos associados à sexualidade como o de beleza, do erótico, do sexo associado apenas à reprodução ou ao prazer mudam através dos tempos. Quando refletimos sobre a educação, os seres humanos têm limites para poder viver em sociedade e ser aceito em termos de comportamento, considerado aceitável o que não fere e nem desestrutura os padrões de determinado grupo social.

Na história da humanidade, o conceito associado ao comportamento sexual desejado, muda bastante. Os valores envolvidos mudam também, mas sempre, envolvendo instituições como, a família, escola e a igreja.

Problemas como as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), família, adultério, homossexualidade, submissão da mulher ao homem, são tratados de diferentes maneiras, o que é permitido é uma questão de época, do contexto histórico. Para que, as pessoas entendam tudo isso se faz necessário uma Educação Sexual que, seja capaz de ajudar os indivíduos na tomada de decisão coerente diante das dúvidas anseios e expectativas.

Percebe-se que, com o decorrer da história, o desenvolvimento tecnológico, contribuiu com a forma de interação entre as pessoas, fizeram com que as sociedades fossem incorporando novos modos de vida, também, importados de outros países, os valores foram mudando acompanhando essa transformação. Assim, o comportamento dos indivíduos em relação ao sexo e a sexualidade, também, se modificou. Surgindo a necessidade de novos estudos, para suprir a demanda de uma sociedade em constantes transformações.

> Os últimos 50 anos do século XX viram florescer de uma série de campos não disciplinares do conhecimento, além das já clássicas Ciências Humanas e Sociais e Físicas. Esses novos campos se tornaram o pensamento contemporâneo marcado pela articulação e/ou confluência de distintas abordagens, entre elas: Os Estudos de Gênero e Sexuais, Os Estudos Literários, os Estudos sobre Etnias e Raças e os Estudos Culturais. Furlani (2011, p. 55).

Essas novas abordagens surgiram para acompanhar os novos comportamentos sociais, resultantes dessa nova dinâmica social. Em relação ao gênero, Furlani (2011), defende que "O conceito de gênero se refere apenas às relações entre os seres humanos. As representações de gênero são criadas pela sociedade que atribuem às diferenças sexuais a ideia de um homem e de uma mulher, o que é masculino e o que é feminino."

Nesse sentido, o conceito em relação ao gênero é aprendido não é uma determinação biológica, a pessoa não nasce homem ou mulher, ela se torna, de acordo com a sociedade e o tipo de educação que recebe vai fazendo uma separação de papéis para cada gênero, que são padrões de condutas considerados apropriados e desejáveis para cada sexo.

Seguindo esse raciocínio, destacamos a importância do educador e da educação, incluindo nesse contexto a importância da escola, porque ela também é responsável na construção da concepção do gênero juntamente com as outras instituições.

Para Foucault (1999, p. 296), são os elementos sociais, o dito e o não dito que compõem o dispositivo. Ao falarmos da Educação Sexual na escola, estamos falando do dispositivo de controle que pode ser acionado pelo dito e o não-dito, do controle de necessidades básicas. Ribeiro e Souza (2002, p. 218) comentam:

> Nesse sentido, entendemos que as proposições e os discursos que normatizam os projetos de Educação Sexual nas escolas, vem atuando como uma estratégia regulamentadora da sexualidade, a qual tem como matriz a biopolítica. Essa tecnologia de poder regula a sexualidade através de mecanismos de controle e intervenção centrados nos fenômenos biológicos: como natalidade, DSTs... Integrando tal tecnologia existe outra, a disciplinar, dirigida ao corpo, regulando a sexualidade através do controle do mesmo, nos gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos.

O Estado de acordo com comportamentos sociais que merecem maior atenção, elabora políticas públicas para intervir evitando assim futuros problemas resultado desses comportamentos, porque se ele for omisso as consequências poderão ser desagradáveis exigindo intervenções onerosas, incluindo nessa visão a questão da sexualidade e do sexo.

Desde os tempos antigos, que os indivíduos têm suas dúvidas, curiosidades, desafios que envolvem a sexualidade e o sexo, abordar o assunto de maneira coerente e didática, ajuda na construção uma identidade sexual harmoniosa. Louro (1997, p. 141), afirma que tratar da sexualidade não é tarefa fácil. "Abordar a sexualidade não é tarefa fácil nem trivial. Trata-se de assumir que todos os sujeitos são constituídos socialmente, que a diferença (seja ela qual for) é uma construção feita a partir de um dado lugar que se toma

como norma ou como centro."

Trabalhar com o tema na escola, como se referiu o autor, não é tarefa fácil porque inclui valores e comportamentos associados ao contexto histórico, social e cultural em que o aluno vive. Essa abordagem, com o decorrer da história vem se tornando difícil para o professor. Com o advento da Revolução Industrial e o avanço tecnológico de maneira geral, a sociedade e a conduta sexual dos indivíduos passam por mudanças o que leva a torná-la alvo de análises e intervenções por parte do estado.

Compreender como a proposta de trabalho com a educação sexual está colocada nos documentos públicos é relevante. Eles buscam atender as reivindicações feitas por diferentes movimentos sociais para construção do currículo? Como os movimentos de Mulheres, de Negros, Negras e populações Quilombolas, Indígenas, Étnicos, LGBTQIA+,entre outros.

Com o gradativo desenvolvimento social é natural que temas associados à sexualidade e ao sexo, se tornem alvos de discussões feitas por diferentes segmentos sociais, deixando de ser responsabilidade apenas de moralistas religiosos. Houve também, um aumento no número de estudos tratando do assunto, porque quanto mais se conhece, maiores são as possibilidades de intervenção. Na opinião de ALMEIDA (2009, p.23),

> Desde o início do século XX, a necessidade de se pensar a Educação Sexual no âmbito escolar já é reconhecida [...] Observa-se no cenário das políticas públicas brasileiras sucessivas tentativas de inclusão da temática "educação sexual" no contexto escolar.

Percebe-se uma longa trajetória relacionada à inclusão da Educação sexual no contexto escolar, até chegar sua concretização como tema transversal, incluída nos PCN's, sendo referência para direcionar o trabalho nas instituições escolares. Na década de 1920, acontecem importantes discussões acerca de um programa de educação sexual, aprovado no Congresso Nacional de Educadores de 1928. Mas, devido à pressão da Igreja Católica, à falta de conteúdos e métodos para abordar o assunto, além de ações punitivas aplicadas a professores que tentavam abordar o tema, o programa não foi implementado. Segundo Altmann (2005), "Em décadas anteriores a relação à educação sexual a família era a responsável, porém, nas escolas era permitido desenvolver projetos na disciplina de Biologia."

> A abordagem biológico-higienista é aquela considerada por muitas/os a prevalente (e até mesma a única) nas ações educacionais voltadas à discussão do desenvolvimento sexual humano no contexto, sobretudo, da escolarização formal. Costuma conferir ênfase na biologia essencialista (baseada no determinismo biológico) e é marcada pela centralidade do ensino como promoção da saúde, da reprodução humana, das DST's da gravidez indesejada, do planejamento familiar, etc. Furlani (2011, p. 16)

As abordagens restritas ao biológico fazem parte do trabalho com educação sexual

nas escolas em diferentes épocas e é extremamente relevante, o que se questiona é o fato de ser exclusiva, isso implica a limitação do currículo e contribui para manter inquestionável o determinismo biológico, considerando diferenças entre homens e mulheres associadas ao físico, gerando o entendimento de naturalidade das desigualdades sexuais e de gênero, podendo reforçar premissas machistas, sexistas, e homofóbicas.

O ponto principal a ser discutido acerca da educação sexual, é que ela seja trabalhada com uma abordagem emancipatória, onde o indivíduo faça reflexões sobre as escolhas próprias e às dos outros, procurando não apenas a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis ou de uma gravidez indesejada, mas também a diminuição de atitudes discriminatórias quanto ao gênero e orientação sexual.

2.1 As mudanças na pré-adolescência

Na pré-adolescência e na adolescência a sexualidade é marcada por impulsos fortemente associados a transformações biológicas, psicológicas e sociais, ou seja, há, nessa fase, inúmeras descobertas e conflitos que podem denotar risco e vulnerabilidade na vida dos pré- adolescentes e adolescentes.

Os riscos, são as possibilidades que o adolescente enfrenta em relação, por exemplo, contrair uma doença infecciosa transmissível, uma gravidez não planejada, aborto inseguro, todos esses fatores se agravam e podem reincidir devido à falta de uma educação sexual adequada.

Obstáculos culturais e emocionais ainda dificultam o trabalho de prevenção dos fatores referidos. Entre os obstáculos apontados pelos autores ressaltamos o da onipotência, um sentimento encontrado na maioria dos adolescentes e que os levam a pensar que com eles não acontecerá nada e que estão imunes a qualquer perigo. Assim, eles se colocam diante do HIV, acreditando que não pegam AIDS e, portanto, não são necessários comportamentos preventivos como o uso da camisinha. Suplicy (et al., 1983, p. 86).

Ao lado de questões como a AIDS e as doenças sexualmente transmissíveis, a sociedade, em crescente transformação de valores e padrões culturais, está convivendo com a realidade de uma iniciação sexual cada vez mais precoce entre os adolescentes. Essa situação, dificulta a tarefa de educar, porque ele tem contato com diversas informações que muitas vezes por imaturidade as assimilam como adequadas, não conseguindo fazer uma reflexão crítica para transformá-la em conhecimento e mudança de comportamento.

Assim sendo, a sexualidade deve ser alvo de discussões feitas por diferentes grupos sociais, entre eles, a família e a escola, almejando o objetivo de encontrar maneiras de educar os jovens para lidar com questões associadas ao sexo e a sexualidade de maneira autônoma sem influencias externas negativas. Atenção especial nessa fase é importante, porque lhe permite a construção de uma identidade sexual sadia.

E as vulnerabilidades podem ser entendidas como um conjunto de fatores que

acometem os adolescentes, expondo-os de maneira mais frágil e/ou decorrendo de maiores dificuldades de acesso aos meios de prevenção e proteção, Vitalle (2003).

Os anseios curiosidades e imaturidade dessa fase da vida, podem fazer com que os adolescentes vivam de maneira intensa a sexualidade, se colocando em práticas que exigem informações proteções, e não as utilizam por falta de comunicação com a família, tabus e preconceitos, resultado da falta de uma educação sexual adequada. Assim sendo, para a construção de uma nova realidade onde os adolescentes tenham maior oportunidade de conhecimento referente aos temas sexualidade e saúde sexual é necessário que as instituições escolares tenham a responsabilidade de oferecer a esses alunos informações atuais e desprovidas do preconceito, herdado de gerações passadas.

Deve-se, então, oferecer aos adolescentes elementos que proporcionem a eles o conhecimento acerca da vulnerabilidade e prevenção das DST/AIDS.

Desta maneira, a educação sexual, voltada para o adolescente, pressupõe a perspectiva de trabalhos individuais e também em grupos, acentuando a condição de sujeitos autônomos, utilizando metodologias participativas e fundando-se no entendimento do jovem como protagonista, resultando na construção coletiva do conhecimento em saúde e sexualidade.

3 I EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

A discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo da educação básica vem se intensificando desde a década de 70, provavelmente em função das mudanças comportamentais dos jovens dos anos 60, dos movimentos feministas e de grupos que pregavam o controle da natalidade (BRASIL, 1997).

O aumento da incidência de gravidez na adolescência e de casos de HIV entre os adolescentes, no meado da década de 80, intensificou a preocupação dos educadores em relação ao tema.

Através da educação sexual no ambiente escolar, é possível que desde cedo os pré-adolescentes e adolescentes tenham conhecimentos dos direitos sexuais. De acordo com Furlani (2011, p. 24):

> A Declaração dos Direitos Sexuais foi elaborada n 13° Congresso Mundial de Sexologia, realizado em 1997, em Valência (Espanha). Posteriormente, foi revisada pela Assembleia Geral da associação Mundial de Sexologia (WAS – Word Association for Sexology), em 26 de agosto de 1999, e aprovado no 14° Congresso Mundial de Sexologia (Hong Kong, República Popular da China, de 23 a 27 de agosto de 1999).

A autora supracitada, aborda 11 artigos relacionados aos direitos sexuais, sendo estes universais baseados na inerente liberdade, dignidade e igualdade de todos os seres humanos. Esses direitos, devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos

por todos para que a saúde sexual seja trabalhada de maneira adequada. A escola, deve exercer seu papel fundamental educando seus alunos de acordo com esses direitos, assim estará contribuindo na formação do um cidadão crítico e consequentemente responsável.

A escola deve ser vista como um lugar de transformação, um importante espaço para trabalhar mudanças de comportamentos dos jovens, através de ações educativas claras esclarecedoras.

A Educação, propõe que o currículo escolar trabalhe com quatro pilares: Aprender a conhecer; Aprender a fazer; Aprender a viver; Aprender a ser, que devem preparar o estudante para o trabalho e a prática da cidadania. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN BRASIL (1997, p. 16) destaca que:

> Aprender a ser supõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida. Supõe ainda exercitar a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação, para desenvolver os seus talentos e permanecer, tanto quanto possível, dono do seu próprio destino.

O aluno ao chegar à escola já possui informações prévias em relação aos temas que irão ser abordados pelos professores, estes devem ser considerados e valorizados, aprender supõe a preparação desse jovem para que mediante o que já sabe construa sua aprendizagem de forma crítica dialogando com professores e colegas para que, posteriormente diante das circunstâncias sociais saiba ter uma visão abrangente importante na tomada de decisões inteligentes.

Dessa forma, é importante que a escola interaja com a comunidade, para que juntas, escola e comunidade possam encontrar soluções para os problemas referentes ao tema estudado. Quando se trabalha com educação sexual é importante falar não só do aparelho reprodutivo e do processo de fecundação. É necessário vencer desafios como crenças, tabus, posturas e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais e, principalmente, como lidar com o resultado de sua própria sexualidade, Feijó (2007).

> A escola é um importante espaço para o desenvolvimento de um programa de educação para a saúde entre crianças e adolescentes. Distingue-se das demais instituições por ser aquela que oferece a possibilidade de educar por meio da construção de conhecimentos resultantes do confronto dos diferentes saberes. Ministério da Saúde (BRASIL, 2006, p. 35)

Reforçando o que dissemos anteriormente, o ambiente escolar é um espaço que deve buscar a valorização do conhecimento, seja ele o conhecimento científico ou do senso comum, aprendida no dia-a-dia no convívio social mediante a interação com os outros indivíduos, observações e experiências. Nesse ambiente o jovem tem a oportunidade de interagir com outras pessoas, com diferentes saberes opiniões o que leva trocar ideias consideradas importantes no processo de aprendizagem.

Nessa faixa etária as Instituições Escolares trabalham com os sistemas do corpo humano na disciplina de Ciências, entre eles o Sistema reprodutivo Humano onde é abordado apenas à anatomia e a fisiologia, deixando de fora as curiosidades e ansiedades em relação à sexualidade.

> A satisfação dessas curiosidades contribui para que o desejo de saber seja impulsionado ao longo da vida, enquanto a não-satisfação gera ansiedade, tensão e, eventualmente, inibição da capacidade investigativa. A oferta, por parte da escola, de um espaço em que as crianças possam esclarecer suas dúvidas e continuar formulando novas questões, contribui para o alívio das ansiedades que muitas vezes interferem no aprendizado dos conteúdos escolares (BRASIL, 1997, p. 292).

Quando a escola busca trabalhar com o tema indo além da parte fisiológica incluindo a discussão da sexualidade no seu Projeto Político Pedagógico, está assumindo a responsabilidade de promover um trabalho diferenciado com uma linguagem própria dessa faixa etária importante auxilio para o jovem na construção da sua identidade sexual. Assim sendo, é importante que a comunicação entre educadores e adolescentes se estabeleça com facilidade, colaborando para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. BRASIL (1997).

> O PCN, BRASIL (1997) ao tratar do tema orientação sexual nas escolas reflete que é indispensável que a escola aborde com os educandos as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade. Muitas vezes as mensagens das mídias são direcionadas ao público adulto mas, devido à falta de controle para acessá-las eles podem por falta de maturidade e inexperiência assimilá-las de maneira inadequada podendo influenciar de maneira negativa em relação ao seu comportamento sexual.

Integrando o setor educação e o setor saúde, o Ministério da Saúde em parceria com Ministério da Educação lançaram o Programa Saúde na Escola (PSE), este deve oferecer atenção integral de prevenção, promoção e atenção à saúde de crianças e adolescentes do ensino público.

Instituído em 2007 o programa tem como proposta criar um canal de comunicação entre profissionais de saúde e da educação, havendo então, uma interação entre as unidades de saúde e as instituições escolares. O Ministério da Saúde, BRASIL (2010), informa que há, também, educação para a saúde sexual e reprodutiva, com enfoque à prevenção da AIDS, Hepatites virais e outras doenças sexualmente transmissíveis, por meio do programa Saúde e Prevenção nas Escolas.

O programa favorece a incorporação de novos conhecimentos para os jovens, levando-os a tomar conhecimento de questões relacionadas à promoção da saúde e prevenção de doenças e, consequentemente, favorecendo a incorporação de hábitos mais saudáveis de maneira geral.

Em relação ao tema estudado essa interação saúde e educação são fundamentais

porque vai além da escola e das unidades de saúde, se estende por toda a comunidade. Contudo, ainda há carência de projetos envolvendo a questão pesquisada, o que contribuiu para o pouco trabalho com o tema de forma mais abrangente não só nas instituições escolares, mas também, por outros segmentos sociais.

Para Suplicy (1983), o professor deve ter um preparo adequado para trabalhar com os alunos, para que esses educandos possam superar suas dúvidas, angústias e ansiedade em relação à temática, sendo esses também objetivos da Educação Sexual, esse preparo deve acontecer independente da área de formação dos educadores.

De acordo com Souza (1991), educar sexualmente consiste em oferecer condições para que as pessoas assumam seu corpo e sua sexualidade com atitudes positivas, livres de medo, preconceitos, culpas, vergonha, bloqueios ou tabus. Conforme ressaltado por ECOS – Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana ECOS (2013).

Para que educação sexual seja ofertada de acordo com o sugerido, o professor deve além de ter uma preparação para lidar com o tema também entender de que é um direito dos adolescentes conhecer seu corpo além de construir um pensamento reflexivo critico que o habilite a compreender o funcionamento do seu corpo e dos demais.

3.1 O professor como educador sexual

Furlani (2011), ressalta que professores e professoras ficam estarrecidos com as estatísticas associadas à conduta e atitudes dos jovens em relação à sexualidade, mesmo que nos últimos 27 anos (pelo menos) tenham recebido por parte de campanhas e investimentos públicos esclarecimentos em relação à questão. De acordo com Furlani (2011, p. 131),

> No entanto, tem sido notório e desanimador a constatação da ineficiência dos processos educacionais, sobretudo quando o produto a ser observado é a mudança nas atitudes pessoais que levem à decisão pela vivência de uma sexualidade segura, igualitária entre os gêneros, responsável em relação ao futuro pessoal.

O professor que se propõe a trabalhar com o tema deve se informar rever seus conceitos se embasar nas orientações sugeridas melo MEC e por outras políticas públicas, se livrar de um trabalho que sugere visões estereotipadas, preconceituosas que envolvam a questão, assim, poderá contribuir para que os processos educacionais, sejam capazes de promover mudanças no comportamento dos jovens, para isso, a autora sugere que os professores revejam suas práticas pedagógicas, verifique se o seu trabalho de informação com jovens não está esbarrando em outros tipos de conhecimentos que não são discutidos na escola e que limita a mudança de comportamento.

Para auxiliar esses educadores, Brasil (1997), sugere que a abordagem relacionada à sexualidade nas Instituições Escolares, apresente algumas características importantes, que trate da questão de forma objetiva e direta, seja ampla evitando assim reduzir sua

complexidade, oferecer situações diversificadas para isso exige flexibilidade, de maneira também sistemática para que os educandos construam seus conhecimentos gradativamente desde a infância.

> Como educadora sexual, não tenho dúvida de que, a maximização das condutas de sexo seguro (que evitam a gravidez adolescente, DST/HIV/aids), na juventude e na vida adulta, serão mais facilmente e efetivamente adotadas quando a educação sexual se iniciar na infância. Furlani (2011, p. 132).

Para que essa proposta se concretize, o professor deve estar atento a temática e ter por parte das políticas públicas, como também, da equipe gestora das instituições escolares, incentivo para qualificação e motivação para abordar a temática de forma tranquila contextualizada, suprindo as dúvidas e expectativas dos educandos, desde sua iniciação escolar, contribuindo assim para que cresçam e possam emitir condutas mais adequadas em relação ao sexo.

A qualificação se justifica, porque situações imprevisíveis podem surgir a qualquer instante na sala de aula, que exigem intervenção do professor de forma segura, para isso a dominação do tema, como também, práticas pedagógicas criativas e esclarecedoras se tornam importantes. A sexualidade gera nos alunos comportamentos variados, são manifestações imprevisíveis que podem acontecer de maneira inevitável.

Isso implica a necessidade desses profissionais, também terem, um espaço onde possam se formar como orientadores conscientes e capazes de indicar caminhos e escolhas que tornem a vida do indivíduo menos traumática, com menos culpa, ansiedade, preconceitos oriundos da desinformação. Nesse contexto, o diálogo entre educadores e educandos se faz necessário, porque também, é através dele que o professor conhece seus alunos suas expectativas e o conhecimento que os mesmos têm em relação ao assunto.

Diante do exposto, é relevante considerar a relação professor e aluno.

> Pode-se dizer que o trabalho do professor e da professora na escola está intimamente ligado à sua relação com seu aluno e aluna. Depende desse relacionamento o desenvolvimento da criança. Ela precisa sentir-se segura amada pelo professor ou professora, pessoa que vai tornar-se sua referência, já que estará intimamente ligada a ela durante um ano inteiro. Marchetto (2009, p. 18).

Na sala de aula, o aluno deve ter espaço para trocar experiências, assim como, ter na pessoa do professor uma referência. Dessa forma, o trabalho para o educador pode se tornar menos angustiante e mais gratificante, quando o educando tem espaço para o diálogo para troca de ideias assumindo mais responsabilidades com sua aprendizagem, isso também irá contribuir para que os objetivos propostos sejam atingidos como criar oportunidades que o leve a ter uma visão positiva do professor. Essa boa relação irá influenciar positivamente na construção do conhecimento, porque os alunos se sentirão amados e seus conhecimentos valorizados.

Melo (2003), A orientação sexual na escola deve ser emancipatória, capaz de levar o aluno a consciência crítica, possibilitando que os mesmos escolham seus caminhos sem angústia e medo. O professor trabalhando nesse sentido, o ajudará na construção da sua identidade sexual.

Na relação professor-aluno, o educador sexual deve ser confiável, acessível e disponível, Suplicy (1981); Ribeiro (1990), apontam que essas características são relevantes, porque ele lida com o afeto, a angústia, o medo e a culpa, que caminham lado a lado das questões que envolvem sexo e sexualidade, evidenciando a importância da preparação do educador.

4 I CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento da pesquisa fica evidenciada a importância de se trabalhar com educação sexual nas escolas, porque, este é um lugar privilegiado se comparado, com outras instituições sociais que os jovens frequentam, lá ele pode suprir seus anseios dúvidas e curiosidades em relação à sexualidade e ao sexo de forma sistematizada e gradativa.

Percebemos que, várias tentativas foram feitas com o objetivo de incorporar no currículo escolar essa temática, contudo, se esbarrava na resistência de determinados grupos sociais entre eles os ligados a religião. Com a revolução do pensamento da geração da década de sessenta, aliada ao surgimento de doenças sexualmente transmissíveis principalmente a AIDS, o governo se sentiu na obrigação de direcionar sua atenção para a questão e criar políticas públicas com o objetivo de orientar os educandos.

Ficou evidenciado no desenvolvimento do trabalho, que a inclusão da temática orientação sexual no currículo escolar, também é resultado dos movimentos sociais que questionam e reivindicam uma sociedade menos preconceituosa, que considere as diferenças e os direitos dos cidadãos, Furlani (2011).

Dessa maneira, destaca-se a necessidade do trabalho com educação sexual ser direcionado para uma educação emancipatória, que capacite os jovens para tomada de decisão diante de situações que envolvam a sexualidade e o sexo de maneira crítica e coerente, que não o coloque em situações de risco, porque nessa fase da vida ele está vulnerável a participar de contextos que exigem conhecimentos e esclarecimentos em relação ao tema, para que possam praticar sua sexualidade de maneira segura.

Acreditamos que a proposta transversal para o trabalho com orientação sexual citada pelos PCN's, está adequada e parece ser uma excelente opção para direcionar o trabalho do professor. Contudo, deve ser adaptada de acordo com a turma, porque cada escola tem suas particularidades relacionadas às necessidades dos alunos, que devem ser consideradas pelo educador.

Por isso, é importante a capacitação dos professores para incluir temas relacionados

à sexualidade e ao sexo em suas aulas, para que consiga entender o comportamento dos educandos, como também, responder seus questionamentos de maneira natural desprovida de qualquer sugestão de preconceito, para que, tomem atitudes positivas, livres de medo e da culpa, exercitando de maneira sadia sua sexualidade.

Percebemos também que a educação sexual foi e ainda é trabalhada numa concepção biológico-higienista, de forma limitada, abordando apenas os aspectos biológicos e reprodutivos dos indivíduos, reduzindo assim, a capacidade dos educandos construírem sua aprendizagem de maneira crítica dialogando com os colegas e professores.

É importante que a educação sexual seja trabalhada pela família e escola, para que possam ajudar os adolescentes a enfrentar as dúvidas e ansiedades relacionadas ao tema, que seja, capaz de gerar discussões em clima de naturalidade. Para isso o fundamental é que o educador envolvido tenha qualificações necessárias, porque ele mesmo sem uma formação específica que o habilite com maior segurança a trabalhar com questões relativas à sexualidade e ao sexo acaba de uma maneira ou de outra fazendo, os questionamentos e comportamentos surgem e ele paliativamente para acabar com as dúvidas trata a questão.

As instituições escolares devem estar dispostas para trabalhar com a temática, contudo, devem proporcionar aos professores uma formação específica que os capacite para trabalhar a questão de maneira segura. Devemos estar abertos a mudanças acompanhando a evolução da sociedade e as mudanças de valores e dos comportamentos sociais.

Falar de sexo e sexualidade no ambiente escolar é um desafio, porque esse espaço é constituído por pessoas de diferentes e com valores e comportamentos específicos, prevalecendo na maioria das vezes resistências, exigindo que todos os envolvidos no processo revisem conceitos, superem preconceitos e estereótipos. Assim, é necessário que aconteçam debates, polêmicas, interesses e reflexões sobre a sexualidade dentro desse contexto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. A. **Orientação sexual nas escolas**: seria possível se não incomodasse? 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

ALTMAN, Helena. **Verdades e pedagogias na educação sexual em uma escola**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC / SEF, v. 10, 1997.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais**: Pluralidade Cultural, orientação sexual. / Secretaria de Educação Funfamental. Brasília: MEC/ SEF, 2006, 164 p.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**. ProInfo – Programa Nacional de Tecnologia Educacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde**. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 132p.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural: orientação sexual. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Ministério da Educação**. Guia para a formação de profissionais de saúde e de Educação: saúde e educação nas escolas. Séries Manuais nº 75. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual: essa nossa des(conhecida)**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ECOS – **Estudos ▪ Comunicação em Sexualidade ▪ Reprodução Humana**. Promover a educação sexual nas escolas. Disponível em: http://www.polis.org.br/uploads/623/623.pdf. Acesso em: 4 jan. 2021.

FEIJÓ, C. **A sexualidade e o uso das drogas na adolescência**: o papel da família e da escola na prevenção das DST, gravidez na adolescência e o uso de drogas. 2. ed. Osasco-SP: Editora Novo Século, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. 8. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

Furlani, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MELO, S. M. M. **O invólucro perfeito**: paradigmas de corporeidade e formação de educadores. In: PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO. Sexualidade e educação: Aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

RIBEIRO, Paulo Ramos Marçal. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

RIBEIRO, P. R. C; SOUZA, D. O. **Discutindo e refletindo sexualidade – AIDS – com professoras das séries iniciais do ensino fundamental**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

SOUZA, H. P. **Sexo, energia presente em casa e na escola**. São Paulo: Paulinas, 2002.

SUPLICY, M. **Conversando sobre sexo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

SUPLICY, M. **Educação sexual: verdade ou moral?** Folha de S. Paulo. São Paulo, p. 3, 14 jun. 1981.

SUPLICY, Marta et al. **Sexo se aprende na escola.** 2. ed. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 1999.

VITALLE, M.S.de S. **Alguns pontos conceituais sobre sexualidade na adolescência**. Revista Paulista Pediatria. São Paulo, v.21, n.2, jun. 2003.

http://dab.saude.gov.br/docs/geral/orientacoes_pse.pdf. Acesso dia 19 jan. 2021.

CAPÍTULO 2

O DISCURSO DA SEXUALIDADE NO CONTEXTO FAMÍLIA E ESCOLA

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 04/02/2021

Lucyélen Costa Amorim Pereira
Instituto Federal do Espírito Santo
Espírito Santo
http://lattes.cnpq.br/9450372332383583

Andréa Ferreira da Costa
Universidade Federal do Espírito Santo
Espírito Santo
http://lattes.cnpq.br/6658032245003327

Adriana de Medeiros Marcolano Thebas
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre
Espírito Santo
http://lattes.cnpq.br/4942421761889454

Mayara Cazadini Carlos
Instituto Federal do Espírito Santo
Espírito Santo
http://lattes.cnpq.br/1031864620341977

RESUMO: A adolescência é uma fase de descobertas e curiosidades sobre o corpo e a sexualidade do indivíduo. Nesse sentido, educar sexualmente tem por principal objetivo preparar o adolescente para que entenda e viva sua sexualidade de forma responsável e sadia. Para isso é necessário que escola e família assumam sua responsabilidade nesse processo de forma que o assunto seja abordado por meio do diálogo de forma clara e objetiva. Busca-se por meio desta pesquisa examinar e compreender a posição da família e da escola em relação ao discurso da sexualidade e ainda analisar como a educação sexual como tema transversal vem sendo trabalhada nas escolas. Como metodologia, realizou-se uma revisão de literatura de diferentes trabalhos científicos os quais foram pesquisados em plataformas como Scielo e periódicos de diferentes instituições. As considerações tecidas ao longo da pesquisa apontam que muitos professores descrevem saber a importância de trabalhar o tema, porém não se sentem preparados para trabalha-lo de forma transversal. Da mesma forma, os pais não se sentem à vontade para falar sobre sexualidade com os filhos por vergonha ou então acharem que irão influenciar na prática sexual. Portanto, conclui-se que o diálogo representa o ponto chave para discutir sexualidade seja na escola, na família, para os professores e qualquer outro ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência. Discurso. Família.

THE SPEECH OF SEXUALITY IN THE FAMILY AND SCHOOL CONTEXT

ABSTRACT: Adolescence is a stage of discoveries and curiosities about the individual's body and sexuality. In this sense, sexually educating has the main objective of preparing adolescents to understand and live their sexuality in a responsible and healthy way. For this, it is necessary that school and family assume their responsibility in this process so that the subject is approached through dialogue in a clear and objective way. This research seeks to examine and understand the position of the family and the

school in relation to the discourse of sexuality and also to analyze how sexual education as a transversal theme has been worked on in schools. As a methodology, a literature review of different scientific works was carried out, which were researched on platforms such as Scielo and journals from different institutions. The considerations made throughout the research show that many teachers describe knowing the importance of working on the theme, but they do not feel prepared to work on it in a transversal way. Likewise, parents do not feel comfortable talking about sexuality with their children out of shame or else they think they will influence sexual practice. Therefore, it is concluded that dialogue represents the key point to discuss sexuality, whether at school, in the family, for teachers and any other environment.
KEYWORDS: Adolescence. Speech. Family.

1 I INTRODUÇÃO

Inicialmente é importante que haja um esclarecimento sobre o que é sexualidade e educação sexual. A sexualidade é um conceito amplo e histórico, representada de maneira diversa em cada cultura (MAIA 2011 e RIBEIRO, 2012).

> Sexualidade é um aspecto central do ser humano durante toda sua vida e abrange o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experimentada e expressada nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem todas são sempre experimentadas ou expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, cultural, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais (AMARAL, 2007, p. 3).

A educação sexual consiste no direito de toda pessoa de receber as informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual, assim como, de expressar sentimentos, rever tabus, refletir e debater valores sobre tudo que está ligado ao sexo. Portanto, o papel da educação sexual formal na escola ultrapassa o ensino de conteúdos de biologia e fisiologia da sexualidade (FIGUEIRÓ, 2006).

A sexualidade na escola é um tema ainda tratado de forma descontextualizada e limitada aos professores de ciências e biologia, muitas vezes por ser um tema polêmico e que gera desconforto aos professores e alunos. Neste sentido, é importante salientar que o tema orientação sexual está disposto nos PCNs como tema transversal e deve ser contextualizado não só na escola, mas em todos os ambientes.

Segundo Freitas e Dias (2010, p. 352), a sexualidade ainda é um assunto obscuro no convívio das famílias, fazendo com que os adolescentes busquem em outros ambientes as respostas para as indecisões sobre a sexualidade, colocando em risco suas escolhas, se valendo de informações desacertadas sobre o assunto.

Desse modo, justifica-se com esse trabalho a relevância do tema no que se refere ao modo como o mesmo é discutido por parte dos pais e instituição escolar uma vez que

a educação sexual, seja nas escolas, seja no ambiente familiar, não pode ter o objetivo de estimular os adolescentes a praticarem relações sexuais. A importância de um estudo sobre esse assunto, consiste na busca de transmitir informações aos jovens sobre a sexualidade humana, a qual abrange além dos aspectos físicos. Busca-se ainda, por meio desta pesquisa examinar e compreender a posição da família e da escola em relação ao discurso da sexualidade e ainda analisar como a educação sexual como tema transversal vem sendo trabalhada nas escolas.

Como metodologia, foi realizada uma pesquisa exploratória que segundo Gil (2002) tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Essa pesquisa exploratória foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica de diferentes trabalhos científicos em diferentes anos de publicação. Os trabalhos foram acessados utilizando-se plataformas como Scielo e periódicos de várias instituições.

2 | SEXUALIDADE E POSIÇÃO DA ESCOLA

Essa pesquisa bibliográfica fundamentou-se em trabalhos realizados por Figueiró, os quais discutem sobre a importância da sexualidade principalmente com relação a sala de aula. Em seu trabalho intitulado educação sexual: como ensinar no espaço da escola, Figueiró (2006) questiona sobre qual seria o papel do professor que se dispõe a falar sobre sexualidade no espaço escolar. Segundo a autora os professores educam sexualmente os alunos ainda que sem perceber por meio da forma como o mesmo lida com as situações do dia a dia. A autora salienta que com a sua postura, o professor contribui para que o aluno forme uma imagem positiva ou negativa do corpo, da sexualidade e do relacionamento sexual.

Em seus trabalhos, Figueiró utiliza o termo educação sexual ao invés de orientação sexual diferindo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). De acordo com a autora esse termo é mais adequado, uma vez que, considera-se que o educando seja visto como sujeito ativo no processo de aprendizagem e não mero receptor de conhecimentos, informações e/ou orientações. Conforme Bonato (1996) é importante que haja um esclarecimento do termo “educação sexual” ao contrário de “orientação sexual”.

A orientação sexual pressupõe a transmissão de informações sobre sexualidade e a organização de um espaço de reflexões e questionamentos sobre postura, preconceito, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais. Em contrapartida a educação sexual acontece no nascimento, no primeiro contato que o bebê tem com a mãe. Dessa forma, as primeiras percepções sobre sexualidade acontecem no âmbito familiar com o comportamento dos pais na relação com os filhos.

O Ministério da Educação, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) incluiu a orientação sexual entre os temas transversais nas diversas áreas do conhecimento,

com finalidade de incluir toda a prática educativa com as questões da orientação sexual (BRASIL, 1997c).

De acordo com a proposta dos PCNs, a orientação sexual pode ser incluída da 1ª à 8ª série, de duas formas: 1. "Dentro da programação": onde o conteúdo de sexualidade é proposto, organizado, planejado e dividido entre os professores de cada série. Nas séries iniciais onde a professora é a única da sala o conteúdo deve ser inserido dentro de algumas áreas de conhecimento nas quais houver condições de inserir. 2. Como "extraprogramação": Qualquer professor, sem planejamento prévio, aproveita uma situação, um fato que acontece espontaneamente, para, a partir daí, ensinar sobre sexualidade, ou transmitir uma mensagem positiva sobre a mesma; aproveita, enfim, para educar sexualmente (BRASIL, 1997; BRASIL, 2000).

De acordo com os PCNs (BRASIL, 1997, p. 287)

> Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/ Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro.

Nesse sentido, a escola, atualmente, exerce papel primordial no desenvolvimento e na transformação dos adolescentes e influenciam nas suas atitudes, pois é nela que o adolescente passa a maior parte do seu dia na fase de formação como pessoa (FERNANDES, 2006).

Quando se aborda o comportamento sexual dos adolescentes em idade escolar, pesquisas promovidas destacam que acima de 50% dos jovens na idade entre 15 e 18 anos, já possuem experiência em atividades sexuais (BRASIL, 2012).

Um estudo realizado por Ribeiro (2012) relevou que 74% dos adolescentes colocaram a escola como sendo um espaço adequado para falar sobre sexualidade, 24% afirmaram que discutir sexualidade é uma tarefa da escola e da família e apenas 2% discordaram, justificando que tem outros assuntos mais relevantes para serem tratados na escola e que não se sentiriam à vontade para falar sobre sexualidade na sala de aula.

Segundo Figueiró (2006, p. 7), ao se trabalhar educação sexual na escola pode-se recorrer a várias estratégias de ensino, as quais devem estar ancoradas nos seguintes princípios: 1. Educar sexualmente é muito mais que ensinar os conteúdos de biologia e fisiologia da sexualidade; 2. Educar sexualmente é criar oportunidades para o aluno expressar seus sentimentos, angústias e dúvidas, refletir sobre suas atitudes e rever preconceitos; 3. Para educar sexualmente é preciso saber ouvir; 4. O aluno deve ser visto

como sujeito ativo no processo ensino aprendizagem e deve ter muito espaço para falar e ouvir seus colegas; 5. O professor deve ser a pessoa que cria as condições para o aluno aprender, ao invés de ser um simples transmissor de conhecimentos.

A referida autora elucida para a necessidade de uma aula diversificada para se trabalhar sexualidade com os alunos, onde os mesmos se tornem parte do processo de ensino e aprendizagem. Em seu trabalho ela aponta para algumas estratégias de ensino como aulas expositivas, debates, dramatização, desenhos.

A grande contribuição da escola e das equipes formadoras é produzir um espaço de reflexão sobre as diversas formas de viver a sexualidade, baseado no respeito às diferenças, aos outros e a si mesmo. Nesse sentido, oficinas de educação sexual nas escolas pretendem trazer a questão da sexualidade à tona, produzindo espaços de interação entre pares e professores, partindo da premissa que os alunos já possuem conhecimento prévio sobre a sexualidade (SOUZA et al., 2017, p. 52).

Camargo e Ferrari (2009) consideram que esse método favorece a construção de espaços de discussão, troca de experiências individuais e grupais, partindo da realidade para a reflexão e debates de práticas. Para Freitas e Dias (2010), a prática pedagógica de oficinas propicia a exposição de ideias, conceitos e experiências sem julgamentos, facilitando a transformação de preconceitos pela via reflexiva e de socialização de saberes e de experiências.

3 I SEXUALIDADE E POSIÇÃO DA FAMÍLIA

A sexualidade é uma característica adquirida por todo indivíduo. Consequentemente, é necessário que as dúvidas dos adolescentes sejam elucidadas e argumentadas de forma objetiva para que possam vivenciar sua sexualidade de forma saudável (GONÇALVES et al., 2013, p. 252).

Um estudo realizado por Nery et al. (2015), com pais de adolescentes com idade de 10 a 19 anos revelou que a maioria dos pais nunca conversam sobre sexualidade com os filhos, por não se sentirem preparados ou não sentirem a necessidade em falar sobre o assunto.

Segundo os autores, a maioria dos pais apresentaram dificuldades em saber o que abordar ao falar sobre o assunto. A maioria faz relação apenas com a parte biológica da sexualidade, como as questões ligadas à contracepção e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. O estudo revelou grande dificuldade por parte dos pais em abordar sobre sexualidade com seus filhos. A maioria revelou não saber como agir diante das demonstrações de sexualidade pelos filhos e elegeu o diálogo como a melhor saída para isso.

Entende-se que manter uma comunicação harmoniosa e eficaz com o filho adolescente pode ser uma das tarefas de maior dificuldade que os pais podem enfrentar

(NERY et al., 2015, p. 289). Mesmo diante essas dificuldades, os pais ainda são os principais educadores no que se refere à sexualidade e, dessa forma, devem estar preparados para assumir esse papel.

> A família é responsável pela perpetuação de valores éticos e morais que vão guiar o adolescente por toda a vida. Cabe a ela discutir, orientar e sanar, se possível, as principais dúvidas, buscando identificar e focar nos tabus e medos presentes nessa fase. No entanto, o que se vê é uma dificuldade de expressão por partes dos pais, representada nas falas pela dificuldade em manter o diálogo sobre esse tema em casa (WIGHT D, FULLERTON D, 2013, p. 52 citado por NERY et al. 2015, p. 290).

Brandão (2004), ressalta a importância de que as relações familiares estejam baseadas nos princípios do diálogo, negociação e argumentação, sem deixar de considerar a discussão do tema sexualidade no processo de educação dos filhos.

No entanto, pesquisa realizada por Heilborn (2012), verificou que em muitos grupos sociais existe a concepção de que sexualidade não seria assunto para se conversar abertamente entre pais e filhos, pois comprometeria o respeito entre as gerações.

A abertura dos pais para o diálogo sobre sexualidade com os filhos adolescentes pode possibilitar a discussão e a aquisição de orientações que esclareçam dúvidas importantes dos adolescentes, além de apoiá-los no sentido da promoção de vivências saudáveis, seguras e livres de temores em relação à sexualidade (RESSEL et al., 2011).

Dialogar sobre sexualidade é algo que deveria ir além da simples transmissão de informações, uma vez que demanda que os pais ultrapassem várias barreiras para alcançarem uma proximidade com as experiências do adolescente e uma sintonia com o momento existencial pelo qual este está passando (SAVEGNAGO e ARPINI, 2016, p. 133).

Savegnago e Arpini (2016), realizaram um estudo com 17 mães de adolescentes com intuito de compreender sobre suas reflexões no que se refere ao diálogo sobre sexualidade. O estudo mostrou que as mães ao conversarem com os filhos demonstram grande preocupação com relação à prevenção, no sentido do uso de contraceptivos e de gravidez. Dessa forma, o foco da conversa sobre sexualidade passa a ser muito mais apenas no sentido biológico. Estudos feitos por Ressel et al. (2011) e Savegnago e Arpini (2014) corroboram com esse resultado. Uma vez que, os mesmos destacaram que o assunto referente à sexualidade mais abordado na família era a questão preventiva, com ênfase especial para o uso da camisinha.

Macedo et al. (2013), realizaram uma pesquisa com adolescentes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no município de Jandaíra RN que mostrou uma ausência do diálogo familiar sobre sexualidade. Os poucos adolescentes que disseram haver esse diálogo relacionaram o mesmo especificamente às questões reprodutivas, em especial aos cuidados para evitar-se uma gravidez indesejada.

Ribeiro (2012) realizou um estudo com adolescentes com objetivo de analisar a

influência que a mídia e a internet exercem em sua vida sexual. 46% dos entrevistados responderam que tanto internet quanto televisão além de outros tipos de mídia influencia no comportamento sexual incentivando-os à prática sexual precoce. 13% disseram que os meios midiáticos não influenciam no comportamento sexual e 41% acreditam que parcialmente estes meios influenciam. O estudo realizado por Ribeiro (2012) também demostrou que 41% dos pais não conversam sobre assuntos relacionados à sexualidade em casa, sendo que 37% deles discutem algumas vezes e apenas 22% conversam sobre o assunto com os filhos.

A pesquisa realizada por Ribeiro (2012) corrobora com Beraldo (2003) que ao discutir sobre esse assunto, argumenta que em casa, a maioria dos pais não conversam com seus filhos sobre o assunto, acham constrangedor conversar sobre sexo, muitas vezes por causa da educação recebida de seus pais ou pela repressão. Filhos sem respostas, na maioria das vezes, gera conflitos ou situações inesperadas por terem informações errôneas ao consultar outros meios. Beraldo (2003) continua dizendo que o estudo da sexualidade envolve o desenvolvimento do indivíduo, tanto intelectual, físico, afetivo, emocional e sexual propriamente dito.

Nesta perspectiva, ainda que a família não dialogue abertamente sobre sexualidade, é quem dá as primeiras noções sobre o que é adequado, ou não, por meio de gestos, expressões, recomendações e proibições (ECOS, 2001 p 1). Para Fonseca (2004) a educação sexual é prioritariamente uma competência da família, pois é peça chave na formação da identidade de gênero e no desempenho dos papéis sexuais de seus filhos.

De acordo com o guia sobre orientação sexual contido nos parâmetros curriculares nacionais, o diálogo entre escola e família é essencial para que a sexualidade deixe de ser um tabu e passe a ser objeto de discussão onde possibilite a troca de ideias entre esta e a família. Os trabalhos desenvolvidos com os alunos devem contar com o apoio dos pais para o êxito da orientação sexual na escola (BRASIL, 1997).

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sexualidade ainda é encarada como polêmica e um assunto difícil de se falar dentro de sala de aula e em casa, de pais para filhos. Atrelado a isso, a equipe pedagógica encontra dificuldades para abordar o tema deixando sempre para os professores de ciências que ainda assim, trabalham o tema sexualidade relacionado aos aspectos fisiológicos e reprodutivos, pouco se dialoga sobre aspectos sociais, culturais e éticos.

Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam a importância de trabalhar este tema de forma transversal, a ausência de profissionais, não qualificados, mas conscientizados e preparados para trabalhar o tema em sala de aula, corroboram com o distanciamento de jovens e adolescentes quanto ao aprendizado do tema. Sendo assim, o diálogo no ambiente escolar atrelado a transversalidade potencializam uma maior

compreensão e naturalidade ao tema, onde os jovens percebem a sua importância neste contexto e pode então se sentir à vontade para questionar.

Muitos professores descrevem saber a importância de trabalhar o tema, porém, não se sentem preparados para trabalha-lo de forma transversal, ou seja, dentro de outras disciplinas, o que indica a necessidade de treinamento voltado aos docentes, no sentido de prepará-los e encorajá-los para trabalhar assuntos relacionados à sexualidade.

Vale ressaltar a importância da família neste aprendizado, onde o diálogo também merece destaque, pois a naturalidade como o tema é abordado em casa interfere no que o jovem compreende sobre educação sexual.

Mediante o explicitado, o diálogo representa o ponto chave para discutir sobre sexualidade seja na escola, na família, para os professores e qualquer outro ambiente, pois permite ouvir o outro, entender os sentimentos, os medos e diminuir o constrangimento, permitindo que a sexualidade passe de assustadora a naturalidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, V.L. **Psicologia da educação. Sexualidade.** Natal, RN: EDUFRN, 208 p, 2007

BERALDO, Flávia Nunes de Moraes. **Sexualidade e escola: espaço de intervenção.** Psicologia escolar e educacional, v. 7, n. 1, p. 103-104, 2003

BONATO, N. M. da C. **Educação [sexual] e sexualidade: o velado e o aparente.** Rio de Janeiro: UERJ, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. UERJ.

BRANDÃO, E. R. **Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil.** In: HEILBORN, M. L. (org.) Família e sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.63-88.

BRASIL. **Manual do multiplicador: adolescente / Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids**. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Coordenação Nacional de DST e Aids Manual do multiplicador: adolescente / Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids**. – Brasília. Ministério da Saúde, 2000. 160 p.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual.** Brasília, 1997.

CAMARGO, E. A. I., FERRARI, R. A. P. **Adolescentes: conhecimentos sobre sexualidade antes e após a participação em oficinas de prevenção.** Ciência & Saúde Coletiva, 14(3), p. 937-946. 2009.

ECOS - **Estudos e comunicação em sexualidade. Promover a educação sexual nas escolas.** Boletim. São Paulo (SP), Instituto Polis; nº 182, 2001.

FERNANDES, M. Arménio. **Educação para sexualidade online.** 2006. 237 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Porto, 2006.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual: como ensinar no espaço da escola.** Revista Linhas, Santa Catarina, SC, v. 7, n. 1, p. 21, Fev 2006.

FONSECA H. **Abordagem sistêmica em saúde dos adolescentes e suas famílias.** Rev Adolescência e Saúde, Rio de Janeiro v 1, nº 3, p. 6-11, 2004.

FREITAS, K.R.; DIAS, S.M.Z. **Percepções de adolescentes sobre sua sexualidade**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, SC, vol.19, n.2, p.351-357, abril/jun 2010.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H., MALAFAIA G. **Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios.** HOLOS, v. 5, p 251-262, Out 2013.

HEILBORN, Maria Luiza. **Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência.** Psicol. clin. Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 57 – 68, 2012.

MACEDO, S. R. H.; MIRANDA, F. A. N.; PESSOA JUNIOR, J. M.; NOBREGA, V. K. M. **Adolescência e sexualidade: scripts sexuais a partir das representações sociais.** Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 66, n. 1, p. 103-109, jan./fev. 2013.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P.R.M. **Educação sexual: princípios para ação.** Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

NERY, I.S.; FEITOSA, J.J.M.; SOUSA, A.F.L.; FERNANDES, A.C.N. **Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes.** Acta Paul Enferm, v 3, p 287-292, 2015.

RESSEL, L. B.; JUNGES, C. F.; SEHNEM, G. D.; SANFELICE, C. **A influência da família na vivência da sexualidade de mulheres adolescentes.** *Esc Anna Nery, 2011, vol. 15, n.2,* p. 245-250.

RIBEIRO, Ivany Oswaldo de Sousa. **Educação Sexual e Mídia no Contexto Escolar.** 2012, 78 p Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2012.

SAVEGNAGO, S. D. O.; ARPINI, D. M. **A Abordagem do Tema Sexualidade no Contexto Familiar:** o Ponto de Vista de Mães de Adolescentes. Psicol. cienc. Profissão, 2016, vol.36, n.1, p.130-144.

SOUZA. R. A. et al. **Diálogos sobre sexualidade na escola: uma intervenção possível.** Psicol. Pesq, Juiz de Fora, v 11, nº 2, Dez 2017.

CAPÍTULO 3

SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE: MITOS E TABUS

Data de aceite: 01/04/2021

Mylena Menezes de França
http://lattes.cnpq.br/7712380189574088

Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello
http://lattes.cnpq.br/5085913131028774

Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa
http://lattes.cnpq.br/3970529827472582

Silvana Barbosa Mendes Lacerda
http://lattes.cnpq.br/2365640272877795

RESUMO: A sexualidade é um tema que nem sempre é tratado com abertura e neutralidade pelo sujeito, uma vez que essa matéria remete a cada um independentemente da idade, sexo, cor ou religião, a experiências pessoais íntimas, oriundas, na maioria das vezes, do inconsciente e da incompreensão acerca do seu entendimento. A curiosidade, o preconceito e os tabus despertados por esse tema sempre estiveram presentes no decorrer da história. No entanto, assumiu diferentes significados à medida que os relacionamentos, as circunstâncias do meio e a cultura sofreram alterações significativas. Vale ressaltar que sexualidade humana é uma construção cultural, que surge a partir do contexto sociocultural em que o sujeito se encontra inserido. Todavia, a sexualidade na terceira idade é um tema comumente negligenciado, pouco discutido e entendido pela sociedade, pelos idosos e por profissionais da saúde. Em linhas gerais, a relação sexual tem sido considerada uma atividade própria, e quase monopólio das pessoas jovens, com boa saúde e fisicamente atraentes. A ideia de que as pessoas de idade avançada também possam manter relações sexuais não é culturalmente aceita, preferindo-se ignorar e fazer desaparecer do imaginário coletivo a sexualidade da pessoa idosa. Nesse cenário, a sexualidade na terceira idade será tratada nesse capítulo, demonstrando que apenar dos mitos e tabus culturais, a velhice conserva a necessidade psicológica de uma atividade sexual continuada, não havendo idade determinante para o fim do sexo ou desejo.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade; Terceira Idade; Tabu.

ABSTRACT: Sexuality is a theme that is not always treated openly and neutrally by the subject, since this matter refers to each person, regardless of age, sex, color or religion, to intimate personal experiences, originating, most of the time, from the unconscious and the incomprehension about your understanding. Curiosity, prejudice and taboos aroused by this theme have always been present throughout history. However, it took on different meanings as relationships, environmental circumstances and culture underwent significant changes. It is worth mentioning that human sexuality is a cultural construction, which arises from the socio-cultural context in which the subject is inserted. However, sexuality in old age is a commonly neglected topic, little discussed and understood by society, the elderly and health professionals. In general, sexual intercourse has been considered an activity of its own, and almost a monopoly of young people, in good health and physically

attractive. The idea that elderly people can also have sexual relations is not culturally accepted, preferring to ignore and make the sexuality of the elderly disappear from the collective imagination. In this scenario, sexuality in old age will be dealt with in this chapter, demonstrating that despite the myths and cultural taboos, old age preserves the psychological need for continued sexual activity, with no determinant age for the end of sex or desire.
KEYWORDS: Sexuality In The Third Age: Myths And Taboos.

SEXUALIDADE LINHAS GERAIS

A sexualidade é um tema que nem sempre é tratado com abertura e neutralidade pelo sujeito, uma vez que essa matéria remete a cada um independentemente da idade, sexo, cor ou religião, a experiências pessoais íntimas, oriundas, na maioria das vezes, do inconsciente e da incompreensão acerca do seu entendimento.

A curiosidade, o preconceito e os tabus despertados por esse tema sempre estiveram presentes no decorrer da história. No entanto, assumiu diferentes significados à medida que os relacionamentos, as circunstâncias do meio e a cultura sofreram alterações significativas.

Cumpre mencionar que a sexualidade não deve ser entendida simplesmente como atividade sexual, embora represente uma das suas mais importantes dimensões e muitas vezes ainda se use, no senso comum, os dois termos como sinônimos. Fernandes (2009), sexo é sinônimo de gênero, vale dizer, sua determinação restringe-se apenas ao aspecto anatômico, não determinando, nem explicando a sexualidade em seu sentido mais amplo.

Para Ceccarelli (2010), apesar da crescente evolução observada ao longo dos anos nas ciências humanas e nas áreas tecnológica e científica, concepções acerca da sexualidade ainda são permeadas por especulação, preconceitos e tabus. Embora a revolução sexual dos anos sessenta e os inúmeros movimentos objetivando o reconhecimento dos direitos humanos e da livre expressão sexual tenham mudado o cenário social, a sexualidade continua sendo um enigma para o ser humano e objeto de muitas discussões.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015) a sexualidade se caracteriza como uma energia que motiva a encontrar o afeto, entendido como um contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas e como estas se tocam e são tocadas.

Na visão psicanalítica, sexualidade não é sinônimo de sexo e, tampouco, está ligada unicamente aos órgãos genitais. Conforme preceitua Laplanche e Pontalis (2008):

> Sexualidade não designa apenas as atividades e o prazer que dependem do funcionamento do aparelho genital, mas a toda uma série de excitações e atividades presentes desde a infância que proporcionam um prazer irredutível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental (respiração, fome, função de excreção, etc.), e que se encontram a título de componentes na chamada forma normal do amor sexual (p.476).

O estudo da sexualidade humana foi fortemente marcado pelas teorias freudianas, haja vista que a psicanálise exerceu um papel decisivo no ocidente para explicar e conceituar a sexualidade.

Freud (1905) apresenta neste ensaio teórico, que ser homem ou mulher estava longe do alcance da anatomia, pois a sexualidade humana seria construída a partir das primeiras nomeações no percurso da vida de cada ser humano. Portanto, a assunção, em ambos os sexos, de uma posição feminina ou masculina ocorreria no final de uma série de investimentos libidinais e identificações com o casal parental.

De acordo (Kahhale, 2015, p. 221), a sexualidade é fundada "não só como uma questão genética, mas principalmente como expressão das condições sociais, culturais e históricas nas quais esse indivíduo está inserido" Vale ressaltar que a sexualidade vai além do ato sexual, moldando-se de acordo com o que a pessoa vivencia ao longo da vida.

Vale ressaltar que sexualidade humana é uma construção cultural, que surge a partir do contexto sociocultural em que o sujeito se encontra inserido. Todavia, a sexualidade na velhice é um tema comumente negligenciado, pouco discutido e entendido pela sociedade, pelos idosos e por profissionais da saúde.

Em linhas gerais, a relação sexual tem sido considerada uma atividade própria, e quase monopólio das pessoas jovens, com boa saúde e fisicamente atraentes. A ideia de que as pessoas de idade avançada também possam manter relações sexuais não é culturalmente aceita, preferindo-se ignorar e fazer desaparecer do imaginário coletivo a sexualidade da pessoa idosa. Apesar desses preconceitos e tabus culturais, a velhice conserva a necessidade psicológica de uma atividade sexual continuada, não havendo idade para que os pensamentos sobre sexo ou o desejo acabem.

SEXUALIDADE E TERCEIRA IDADE

Estudar a sexualidade dos idosos se faz extremamente necessário haja vista, que 2015 a população mundial com 60 anos ou mais era de 900 milhões, e espera-se que em 2050, chegue a dois bilhões. Atualmente, 125 milhões de pessoas têm 80 anos ou mais (OPS, 2018).

Devido a um crescimento populacional de pessoas envelhecendo é que surge a necessidade de estudos sobre a sexualidade na terceira idade. Afinal estima-se que até o ano de 2025, o Brasil será o sexto país em população de idosos segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Idosos representa um contingente de quase 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade (8,6% da população brasileira). Também foi possível averiguar que a população "mais idosa", ou seja, de setenta e cinco anos a mais, também está aumentando, alterando a composição etária dentro do próprio grupo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima que em 2034 o quantitativo de pessoas com idade superior a 65 anos chegue a 15% da população,

em 2046 essa estimativa alcance 20%, e em 2060 a taxa de idosos acima de 65 anos chegará a 25,5%, e junto a esse aumento estão os índices de morte por doenças crônicas não transmissíveis (ALVARENGA; BRITO 2018).

O envelhecimento da população torna-se um problema quando a sociedade não está preparada para o seu próprio envelhecimento, apresentando atitudes negativas em face de esta fase da vida. Cada vez mais presentes na sociedade moderna, os idosos se beneficiam dos avanços da medicina promovendo a queda da taxa de mortalidade, aumentando a expectativa de vida o que, resulta no crescimento da população de pessoas na terceira idade (ARAÚJO, 2012).

Nesse contexto, a história construiu o mito de que a velhice é assexualizada, tendo como referência o adulto viril. No envelhecer é natural que ocorrerão mudanças físicas decorrente do processo de desenvolvimento do ser humano em sua trajetória existencial, qual processo requer adaptações devido às mudanças fisiológicas decorrentes deste processo, a fim de manter a capacidade funcional e autonomia da pessoa idosa (ALVES, 2019).

Contudo, na última década, alguma mudança com respeito à sexualidade tem permitido um aumento do número de idosos que buscam ajuda e tratamento para suas eventuais dificuldades sexuais. Nos idosos, a função sexual está comprometida em primeiro lugar, pelas mudanças fisiológicas e anatômicas do organismo produzidas pelo envelhecimento. São mudanças fisiológicas que devemos distinguir das alterações patológicas na atividade sexuais causadas pelas diferentes doenças, e/ou por seus tratamentos. Os estudos sobre o tema demonstram que a maior parte das pessoas de idade avançada é perfeitamente capaz de ter relações sexuais, e de sentir prazer nas mesmas atividades que se entregam as pessoas mais jovens (UCHÔA et all. 2016).

Assim, a sexualidade, antes entendida como um conjunto de atos vinculados à relação sexual e em especial à procriação teve o seu conceito alargado a partir das descobertas de Freud a respeito da sexualidade infantil. Suas descobertas foram um divisor de águas, uma vez que para ele, a sexualidade infantil continha uma acepção muito mais ampla que a genital, ou seja, as crianças seriam também sexualizadas e não apenas os adultos, na medida em que seriam permeadas desde sempre pelas pulsões sexuais. (ARCOVERDE; LABRONICI; VELHO; 2006).

A tese de Freud (1905), afirma o conceito de saúde sexual e anuncia a dissociação progressiva do conceito de reprodução, o que coloca em evidência a autonomização da vida sexual e sua importância para a realização e o bem-estar dos indivíduos durante toda a vida.

O período de envelhecimento é associado a decadências sexual das pessoas idosos, considerada inexistente juntamente com a pressão social exercida sobre os mesmos, torna a sexualidade reprimida, o coibindo a vida sexual de grande parte dessa classe etária. Com isso, muitas vezes os idosos deixam suas vontades e desejos de lado

por medo e sentimento de culpa para com a sociedade, que ainda hoje manifesta um grande preconceito em relação a essa fase da vida (VIEIRA et al 2016).

Mitos e tabus socioculturais acerca da sexualidade na terceira idade inibem os idosos de exercer a sua vida de forma integral. Envelhecer não significa tornar-se assexuado, porém os estigmas sociais, preceitos religiosos opressão familiar fortalecem esses preconceitos inibido as possibilidades de exercerem sua sexualidade (BERNARDO E CORTINA. 2012).

Segundo o Caderno de Atenção Básica do Ministério da Saúde aponta a presença de disfunção erétil nos homens e disfunção sexual nas mulheres, essas modificações físicas provocam redução da libido sexual e lubrificação. As mudanças naturais do envelhecimento podem interferir negativamente na expressão da sexualidade.

Na contemporaneidade com a conquista tecnológica dos hormônios sintéticos, surge a possibilidade não apenas da contracepção, mas, a terapia de reposição hormonal que promove a manutenção da função sexual prazerosa após a menopausa. Medicamentos como, sildenafil e o tadalafil vieram promover uma melhora na qualidade da vida sexual dos homens com disfunções advindas de algum transtorno ou provocadas pelo envelhecimento.

Portanto, os progressos da medicina minimizam as barreiras biológicas que dificultavam a manutenção da atividade sexual na segunda metade da vida. Espera-se que junto com a dilatação da esperança de vida e do progresso científico e técnico que o homem tem sido capaz de pôr em marcha, haja uma evolução social e cultural e uma mudança das mentalidades capaz de integrar a sexualidade das pessoas idosas harmoniosamente.

Ao contrário do que se pode pensar, a velhice é uma idade tão frutífera como qualquer outra no que se refere à vivência do amor e à questão da prática da sexualidade. Infelizmente, existem muitos mitos que dificultam a compreensão de como a vivência do amor e da sexualidade está relacionada com pessoas de idade avançada.

A vivência da sexualidade na terceira idade precisa ser compreendida partindo do início de que ela se compõe da totalidade deste sujeito, devendo ser visto como todo em todas as idiossincrasias (ALENCAR et al., 2014).

Em busca de promover uma valorização do envelhecimento ativo e produtivo a educação em saúde se faz necessária contribuído na qualidade de vida dos idosos

Nessa perspectiva, os profissionais de saúde devem estar preparados durante o atendimento para que os idosos se sintam à vontade para conversar, explicitando as orientações em prol da promoção da saúde dos mesmos em todos os níveis de atenção.

Assim, o esclarecimento acerca das informações distorcidas que se difundem em relação à sexualidade e ao amor pode contribuir para a diminuição das crenças e tabus sobre um assunto tão permeado por preconceitos.

SEXUALIDADE, ENVELHECIMENTO, MITOS E TABUS

O sexo se apresenta como um verdadeiro enigma no qual os indivíduos buscam solução desde os primórdios, o que atenta para o fato de tal assunto despertar a curiosidade de leigos e estudiosos, que procuram das mais variadas formas entender a trama de elementos na qual está envolto este tema. É suposto que a sexualidade é um constante devir que se inicia desde o ato de sugar o seio da mãe e encontra seu ápice na relação sexual propriamente dita.

A sexualidade faz parte da vida do sujeito e está diretamente relacionada ao seu desenvolvimento global, constituindo um dos elementos de sua personalidade. Portanto, de algum modo os relacionamentos, como o equilíbrio emocional e a manifestação de sentimentos do indivíduo, dependem de uma adequada evolução da sexualidade (COSTA et al., 2012).

De acordo com Salles 2010 a sexualidade não se limita ao ato sexual e por vezes é reduzida ao ato de reprodução. Todavia, podemos afirmar que genitalidade é apenas um de seus aspectos, talvez nem mesmo o mais importante. Assim, dentro de um contexto mais amplo, pode se considerar que a influência da sexualidade permeia todas as manifestações humanas, do nascimento até a morte.

Ao adentrarmos na história em busca de uma melhor compreensão de como a sexualidade humana foi construída, observamos que seu significado sofreu mudanças de acordo com o contexto histórico de cada época. As questões de gênero apresentam diferenciações notórias enquanto aos homens são estimuladas a uma vida sexual desde a adolescência as mulheres devem aguardar a iniciação sexual após o casamento. Essa distinção é carregada de repressão, preconceitos, e estigmatização em relação ao direito sexual. Assim, a sexologia, com o desenvolvimento cientifico, tenta extinguir certos mitos e preconceitos (ABDO, 1997; BARBOSA, 1998; NAVARRO, 2010).

Apenas a partir do século XX que o prazer começou a tomar um papel mais centralizado na vida sexual dos indivíduos, os quais principiaram a entender o sexo como uma atividade que vai muito além da concepção. Tudo isso sob o auxílio dos diversos movimentos sociais que promoviam a liberdade sexual e quebra de valores arcaicos e repressores.

Kahhale (2015), afirma que a sexualidade e uma questão sócio cultural em que e sujeito esta inserido e faz a reflexão, que a sexualidade vai além do ato sexual e que a mesma é construída com as experiências vividas pelo sujeito.

A revolução sexual nos anos 1960 produziram importantes mudanças no comportamento sexual de nossas sociedades. Todavia, os valores morais, sociais e sexuais, ainda estão presentes de forma camuflada, quando observamos que adultos continuam presos a conceitos moralistas e arcaicos e se negam ao prazer sexual e intimidade com seu parceiro (BRUNO, 1998; STEARNS, 2010).

Desde tempos remotos até os nossos dias, a mulher e o desenvolvimento da sua sexualidade, sofreram profundas e progressivas modificações. Nos tempos antigos a sexualidade para a mulher resumia-se ao ato sexual propriamente dito, como a única finalidade de reprodução. Ter desejo sexual, expressar sua sexualidade, era terminantemente vetado as mulheres (VALAS, 1994; FRANÇA, 2005; STEARNS, 2010).

A repressão à sexualidade feminina se manteve presente nas civilizações por muito tempo. Todavia, na era contemporânea, quando a ciência começou a se interessar por questões que envolviam esse tema, surgiram novas ideias a respeito da sexualidade humana, na qual o sexo passou de uma simples função reprodutiva e de poder para uma representação além dos órgãos reprodutivos, ou seja, o sexo também como função na constituição da personalidade e lugar do sujeito na sociedade.

Segundo França (2005), foi com advento da revolução industrial que precisou da mão de obra feminina, provocou um lugar feminino, desta forma, elas passaram a reivindicar oportunidades iguais no trabalho, na educação, na política, bem como na igualdade de julgamentos morais.

Diante da necessidade de disciplinar a sexualidade feminina, era preciso expurgá-la, devido à mesma representava um risco à sociedade masculina vigente.

A mulher atual percorreu um longo caminho de resgate do corpo e do desejo, conquistando autonomia e liberdade que as sociedades comandadas por homens vinham lhes negando. No transcorrer do tempo, a função do sexo deixou de serem estritamente reprodutivos e novos valores ligados à sexualidade foram desenvolvidos.

Vitiello (1995), afirma que a sociedade impõe aos idosos a obrigatoriedade de apresentar uma disfunção orgástica, de excitabilidade e principalmente de desejo. Não somos capazes de aceitar manifestações eróticas entre os mesmos, e que sentimos algum tipo de desconforto ao imaginarmos um idoso se masturbando ou tendo fantasias sexuais.

O ato de envelhecer não necessariamente esta ligado ao fim do desejo sexual, mas, há mudanças pelas próprias limitações físicas isto não representa a não existência de intimidades, mas, devemos retirar o foco do sexo ser representada apenas através do contato sexual genital como uma única fonte prazer (ALMEIDA; LOURENÇO, 2007).

A negação da sexualidade, das manifestações amorosas e a infantilização do idoso concorrem para que eles tenham dificuldades para se tornar mais independentes, bem como para desenvolver sua sexualidade e estabelecer relacionamentos, quaisquer que sejam.

Convém destacar que a idade não impõe limite para sentir prazer. Tanto homens quanto mulheres apresentam um estado emocional mais saudável quando estão envolvidos em relacionamentos íntimos e afetuosos.

Cada vez mais a longevidade vem sendo alcançadas pelo homem e apesar de mudanças físicas e hormonais podem ter uma vida sexual prologada proporcionando experiências prazerosas a permanecer na velhice, todavia de formas diferente a depender

das características pessoais (EIZIRIK, 2013).

É importante lembrar que o organismo humano com o passar dos anos modifica-se. Diminui a força muscular de todo o corpo, a vigor físico, e os tecidos vão perdendo elasticidade. Essas modificações têm uma importância particular para a fisiologia da sexualidade. É natural que a excitação se torna mais lenta tanto nos homens quanto nas mulheres, surgindo à necessidade maior de estímulos. Isso decorre do desgaste físico, que sabemos ser natural às idades mais avançadas. Entretanto, o interesse e o desejo sexual não estão associados à idade (CAPODIECI, 2000; DEBERT E BRIGEIRO 2012). Segundo Freud (1905), a libido existe no indivíduo desde que nasce até a morte.

Sobre as alterações acima referidas, é necessário que se tenha um conhecimento amplo e consistente. A falta dessa informação também pode ser causa importante da dessexualização das mulheres de idade mais avançada.

O envelhecimento não depende da idade cronológica do indivíduo. É importante que as pessoas saibam que todo ser humano tem direito a usufruir da própria sexualidade. Esta pode e deve ser vivenciada em todas as etapas da vida.

Os estereótipos atribuídos às pessoas idosas, como não sendo fisicamente atraentes, sem interesse por sexo, ou incapazes de sentir algum estimulo sexual, ainda são amplamente difundidos. Esses estereótipos, unidos à falta de informação, induzem a sociedade a uma visão equivocada a tudo que se refere ao sexo na velhice. Se bem que pessoas com idade avançada continuam a ter relações. Esta constatação é respaldada por numerosos estudos, que demonstram que não só é continua a atividade sexual, como essas pessoas alegam estar satisfeitas com seus respectivos parceiros (PAPALIAS, 2000, PASCUAL, 2002 PEIXER *et al*, 2015).

Os problemas sexuais que afetam os casais idosos não podem ser interpretados como incapacidade para a vida sexual, e sim como dificuldades inerentes à idade, que podem e devem ser tratados. No caso das mulheres, a expressão sexual pós-menopausa é influenciada pelo perfil hormonal, pela estrutura psicossocial e pela idade propriamente dita. Porém, os fatores psicossociais representam um papel preponderante na determinação do comportamento sexual, mais que os níveis hormonais Por exemplo, para o senso comum, existe a ideia de que o idoso não tem desejo ou vida sexual (LOPES SOUZA et al., 2010).

Acredita-se que a mulher para investir sua pessoa como genitalmente desejada, deve estar certa de que o seu corpo é sentido como atraente, por sua beleza, por sua vaidade, pelo o seu lado feminino existente, convidando o parceiro a conhecer mais a cerca de si própria (DOLTO, 1996).

Todavia, muitas mulheres ao finalizar o período de fecundidade, não se consideram esteticamente atraentes consequentemente, válidas como mulher. Dessa forma o vazio da infertilidade é representado muitas vezes pela falta do desejo, como se a maternidade fosse o único sinalizador da sua sexualidade.

Pesquisas sobre o tema nos apontam para uma diminuição da atividade sexual na

velhice estariam relacionadas tanto com as mudanças físicas do envelhecimento, como com as influências de atitudes e expectativas impostas pelo modelo social, assim como com fatores psicológicos próprios do idoso (RISMAN, 2005; SOUZA et al.,2010).

A própria atitudes do idoso diante das mudanças fisiológicas normais do envelhecimento os levam ao que diz certo ditado que diz: "envelhece-se como se viveu" e, de fato, o idoso terá maiores problemas de adaptação à sua condição de vida, quanto mais dificuldades de adaptação tiveram em tempos anteriores. Pesquisas em idosos de 60 a 80 anos verificou que os idosos que apresentam dificuldades sexuais, são oriundos dos mitos e tabus advindos de sua juventude (SCARDOELLI; FIGUEIREDO PIMENTEL, 2017).

De acordo com Masters e Johnson (1981), nossa sociedade costuma medir a atividade sexual segundo o coito e, como a frequência. Na velhice ocorre é menor frequência, muitos idosos optam, progressivamente, pela abstinência. Mas o coito não esgota as possibilidades sexuais. O que ocorre é que grande número de idosos se nega a modificar seus costumes, e não aceitam variar a atividade sexual. Além disso, muitas mulheres receberam um tipo de educação na qual se rejeitava a necessidade do prazer feminino, resultando no acanhamento e escassez com que elas tomassem a iniciativa da atividade sexual.

Diante de alguma doença crônica, mesmo que esta não afete diretamente à capacidade sexual, o medo e a atitude negativa ante os problemas da idade, limitam mais ainda a atividade sexual tanto dos homens como das mulheres. Outra limitação importante da sexualidade é a disponibilidade do (a) parceiro (a) e sua capacidade para manter relações sexuais (PASCUAL, 2002). Entre os idosos existe um desequilíbrio numérico a favor das mulheres, que representam dois terços da população de sua idade com menor disponibilidade de homens. Nesse caso, a ausência de atividade sexual se relaciona, diretamente, com a não existência de um parceiro estável.

A sociedade, por sua vez, não contribui para que as pessoas idosas possam manifestar livremente sua sexualidade, seja pelo contundente negativismo cultural no que diz respeito ao sexo na velhice, seja no reflexo de uma simples atitude de rejeição do indivíduo pelo fato de ser idoso. Como a sexualidade no idoso não pode ser associada à procriação, muitas vezes, até por questão religiosa, há uma tendência a negá-la ou, ao menos torná-la um tema tabu.

Muitas vezes esse peso da cultura se faz sentir no próprio idoso que pode se negar a relacionar-se com outros companheiros de mesma idade, inibindo assim qualquer manifestação sexual. Outro feito que possa ocorrer seja devido à pressão social é os sentimentos de culpa no indivíduo de idade avançada por experimentar desejos sexuais, o que inibirá os aspectos de qualquer expressão sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com uma população de idosos em situação crescente, estima-se que no Brasil o número de idosos triplicará nos próximos vinte anos No ano 2025 será considerado o sexto pais em números de anciões. Com esta tendência demográfica, nos leva a enveredar a um estudo mais aprofundado do comportamento do envelhecimento em todos seus aspectos social, cultural, fisiológico e também sexual.

A partir da revisão teórica do tema, chegamos a algumas ideias relacionadas à sexualidade na velhice. E constatamos que mesmo nos dias atuais, as mulheres homens, apresentaram traços de vivências repressoras recebidas na juventude negando a sexualidade por inibição ou controle exercido por uma sociedade que cobra uma Terceira Idade sem desejo colocando-as numa posição infantilizada.

Consideramos que os fatores biológicos do envelhecimento não são os maiores responsáveis pela redução do comportamento sexual. Todavia, fatores psicossociais parecem ser os maiores influenciadores da diminuição do comportamento sexual, e que a falta de informação, a falta de parceiros, e repertórios de comportamentos empobrecidos, limita a vida dessas pessoas na sua relação com o meio, e de viver sua sexualidade livremente.

Sexualidade constitui-se também sem relação sexual, pois permanecemos tendo desejos independentemente da idade, porém com maiores limitações em razão das alterações fisiológicas que, por vezes, dificultam um relacionamento mais íntimo. Entretanto, é possível descobrir outros prazeres, e adaptar-se à sua condição, e conseguir encontrar para cada problema um novo modo de viver.

A sexualidade, na velhice deve ter ritmos diferentes dessa sexualidade genitalizada, amplamente difundida em nossa cultura, devendo, portanto, haver uma revisão desse conceito, para que as pessoas possam envelhecer sabendo dos limites, mas, também das potencialidades que essa fase da vida possui desenvolvendo, comportamentos receptivos ao relacionamento afetivo e sexual.

Assim posto, entendemos que precisamos de mais trabalhos e em especial com a sociedade atual que vê o idoso como um ser assexualizado e, desmistificar esse assunto silenciado pelo preconceito social e tabu vigente. É necessário também um trabalho na rede de apoio social para oferecer orientações a essa população invisível.

REFERÊNCIAS

ABDO, C. H. N. **Sexualidade humana e seus transtornos.** São Paulo: Lemos 1998.

ALMEIDA, T.; MAYOR, A. S. O amar, o amor: uma perspectiva contemporâneo-ocidental da dinâmica do amor para os relacionamentos amorosos. In: STARLING, R. R.; CARVALHO, K. A. (Org.). *Ciência do comportamento*: conhecer e avançar. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2006. v. 5. p. 99-105.

ALMEIDA, T.; LOURENÇO, M. L. Envelhecimento, amor e sexualidade: utopia ou realidade? Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 101-113, jun. 2007.

ALENCAR, D. L. et al. Fatores que interferem na sexualidade de idosos: uma revisão integrativa. Ciência & Saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 8, p. 3533-3542, 2012.

ALVARENGA, D.; BRITO, C. **1 em cada 4 brasileiro terá mais de 65 anos em 2060, aponta IBGE. 2018.**

ARAÚJO, J. D. Polarização Epidemiológica no Brasil. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 21, n. 4, 2012. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?lng=es&pid=S1679- 49742012000400002&script=sci_arttext. Acesso em: 17 ago. 2019.

BARBOSA, A. **Sexualidade.** Ed. Departamento E. Medica. Lisboa: Faculdade de Medicina, 1998.

BRAZ, A. L. N. Reflexões sobre as origens do amor no ser humano. *Psicologia para América Latina*, n. 5, 2006. Disponível em: <http://scielo. Acesso em: ago. 2006.

Brasil. Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2006 [acesso em 10 abr. 2015]. Disponível em:http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcad19.pdf

OPS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Envelhecimento e saúde**. 2018. Disponível em <https://bit.ly/2nljxYd>. Acesso em abr 2019.

Bernardo R, Cortina I. Sexualidade na terceira idade. Rev Enferm Unisa [Internet]. 2012 [acesso em 20 mar. 2019];13(1):74-8. Disponível em: https://www.unisa.br/graduacao/biologicas/enfer/revista/arquivos/2012-1-13.pdf

BRUNO, Z.V; BRUNO, Z.V. Os efeitos da idade sobre a sexualidade. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana,** v.9, n.1,1998.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia, 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

CAMARANO, A. A. "Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica". In: FREITAS, E. V. de et al. Tratado de geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 2002. Cap.6, p.58-71.

CAPODIECI, Salvatore. **A idade dos sentimentos: amor e sexualidade após os sessenta anos.** Trad.: Antonio Angonese. Bauru: EDUSC, 2000.

CARVALHO, Graça Simões; ALVES, Gilda. **Reprodução Humana e Sexualidade nos Manuais Escolares Portugueses e Moçambicanos**. Novas realidades, novas práticas : atas do Seminário International de Educação Física, Lazer e Saúde, 3, Braga : Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 2007.

CECCARELLI, P. R. A patologização da normalidade. **Estudos de Psicanálise.** Aracajú, n 33, p. 125-136, Julho 2010.

COSTA, E. L ; OLIVEIRA, K. E. A sexualidade segundo a teoria psicanalítica freudiana e o papel dos pais neste processo. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí - UFG.** V. 2, n. 11, 2011.

DOLTO, F. **Sexualidade Feminina: Libido, Erotismo e Frigidez**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DEBERT, G.; BRIGADEIRO, M. Fronteiras de gêneros e a sexualidade na velhice. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v. 27, n.8, p. 37-54, out. 2012.

EIZIRIK, C. L. A velhice. In: EIZIRIK, C. L.; BASSOLS, A. M. S. O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FRANÇA, C. **Disfunções Sexuais**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2005.

FERNANDES, M.G.M.: **Problematizando o Corpo e a Sexualidade de Mulheres Idosas:** o Olhar de Gênero e Geração. Rio de Janeiro: Rev. enferm. UERJ, 2009 jul/set; 17(3):418-22.

FREUD, Sigmund. **Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janaeiro: Imago Ltda, 1972. V. VII, 1905. In: A edição standard brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud.

IBGE. – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <www.ibge.com.br>. Acessado em: 31 março. 2019.

KAHHALE, E. M. P. Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: NAVARRO, T. Corpo e sexualidade. A contribuição de Michel Foucault. IHU ONLINE: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, v. 335, 28 jun. 2010.

Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao335. pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário de Psicanálise**. 4° Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOPES, G. P.; MAIA, M. B. **Sexualidade e envelhecimento**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MASTERS. W. H.; JOHNSON; V. E. **A conduta sexual humana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. p. 187-213 .

Organizacao Mundial da Saude [OMS]. (2015). *Resumo: Relatorio Mundial de Envelhecimento e Saude*. Disponivel em http://sbgg.org.br/wpcontent/uploads/2015/10/OMSENVELHECIMENTO-2015-port.pdf

PAPALIAS, Dianne E.; SALLY, Wendkos Old. **Desenvolvimento Humano.** 7ª edição Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PEIXE, T. C. *et al*. Sexualidade na terceira idade: percepção de homens idosos de uma estratégia de saúde da família**. Journal of Nursing and Health** v.5, n.2, p:131-40. 2015.

PASCUAL, P. C. **A sexualidade do idoso Vista com novo olhar.** São Paulo: Loyola, 2002.

RISMAN, A. Corpo – Psique – Sexualidade uma expressão eterna. In: VERAS, R. (Org. **A terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição.** Rio de Janeiro: Relume – Dumara, 1999.

RISMAN, A. Sexualidade e terceira idade: uma visão histórico-cultural. *Textos sobre Envelhecimento*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2005.

SALLES, R. F. Sexualidade na terceira idade: desmistificando preconceitos. Congresso Nacional de Envelhecimento Humano, 2010, Campina Grande. Fernandópolis: Realize, v. 2, p. 1-16, 2010

SCARDOELLI, M. G. da C.; FIGUEIREDO, A. F. R.; PIMENTE, R. R. da S. Mudanças advindas do envelhecimento: sexualidade de idosos com complicações da diabetes mellitus. **Revista de Enfermagem da UFPE Online,** Recife; v.11, n. Supl 7, p:2963-2970, jul. 2017.

SHINYASHIKI, R. T.; DUMÊT, E. B. *Amar pode dar certo.* 143. ed. São Paulo: Gente, 2002.

STEARNS, P.N. **História da Sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2010

UCHÔA Y.DA S. A sexualidade sob o olhar da pessoa idosa Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro, 2016; 19(6): 939-949

VALAS, P. **Freud e a perversão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Vieira KFL, Coutinho MPL, Saraiva ERA. A sexualidade na velhice: representações sociais de idosos frequentadores de um grupo deconvivência. Psicol Cênc Prof. 2016; 36(1):196-209

VITIELLO, Nélson. Um breve histórico do estudo da sexualidade humana. **Revista Brasileira de** Medicina **Edição Especial: Nov V55 - Ciber Saúde**, 1998. Disponível em: < http://www.drcarlos.med.br/sex_historia.html > Acesso em: 28. Ago.2019.

CAPÍTULO 4

ENVELHECIMENTO FEMININO E O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 01/03/2021

Daniela Soares da Silva
Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Paraná
http://lattes.cnpq.br/7730714191327480

Simone Pereira da Costa Dourado
Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Paraná
http://lattes.cnpq.br/1995978265681165

RESUMO: Homens e mulheres vivenciam o envelhecimento de formas distintas, do mesmo modo, há diferenças na criação e no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Assim, o objetivo deste artigo é entender se o uso das TIC pode ressignificar a velhice atentando-se também a possíveis melhorias na qualidade de vida a partir da integração aos processos de inovação tecnológica. Também buscamos compreender as diferenças nos usos das TIC por homens e mulheres idosas. A netnografia fez-se presente nesse processo, observamos o comportamento online de idosos e idosas em redes sociais, além da realização de um questionário online com perguntas diversas relacionadas ao uso da internet. Com o questionário online observou-se maior interesse feminino em assistir filmes e séries, beleza, artesanato e receitas. O interesse masculino ficou circunscrito às notícias diárias sobre diferentes assuntos e àquelas sobre esportes e somente os homens citaram que usam a internet para trabalho.
PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento; Gênero; Tecnologias Digitais.

FEMALE AGING AND THE USE OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES

ABSTRACT: Men and women experience aging in different ways, similarly, there are differences in the creation and use of Information and Communication Technologies (ICT). Thus, the objective of this article was to understand whether the use of ICT can give a new meaning to old age while also looking at possible improvements in the quality of life from the integration of technological innovation processes. We also seek to understand the differences in the use of ICT by older men and women. Netnography was present in this process, we observed the online behavior of elderly men and women on social networks, besides the realization of an online questionnaire with several questions related to the use of the internet. Thus, we attested that there was a greater female interest in watching movies and series online, beauty, crafts and recipes. While men, they showed more interest in news, sports and just them mentioned that they use the internet for work.
KEYWORDS: Aging; Genre; Digital Technologies.

1 I INTRODUÇÃO

O termo velhice é fruto de uma construção social e não está restrito ao passar

dos anos da vida humana. A categoria idosa, definida apenas por ter 60 anos ou mais, torna uniforme um grupo diverso, aspectos de classe, raça e gênero, por exemplo, diferenciam os indivíduos pertencentes a este grupo. Nem todos vivenciam o envelhecimento da mesma forma, assim, não há uma velhice única, mas velhices. Dentre os fatores que contribuem para as diferentes experiências de envelhecimento está o de gênero. Homens e mulheres vivenciam de forma diferente essa fase da vida, pois, a socialização feminina e masculina é diferente entre si e se faz presente em todas as idades. De acordo com Fernandes e Garcia (2010) os homens idosos destacam a aposentadoria como um grande anunciador da chegada dessa fase da vida, já as mulheres associam o período à perda da beleza, muito associada à juventude. Ao destacar as preocupações com a beleza, as mulheres idosas evidenciam uma conjuntura que passaram a vida inteira, a da pressão estética, haja vista que as mulheres são condicionadas a lutar contra o tempo que traz consigo as tão temidas rugas, reprovadas socialmente. Já os homens idosos, ao destacar a aposentadoria como grande anunciador da senioridade, explicitam que ao deixar o sistema produtivo também deixam a vida social ligada à juventude e aos lucros, eles deixam de ser úteis ao capital. Ao homem é destinada a função de ser o provedor do lar e ao chegar na terceira idade, ao deixar os postos de trabalho, sente-se inerte. Diferente das idosas, eles não têm a função explícita de cuidar do lar, sendo assim, não é possível compensar o tempo, agora ocioso, nas atividades domésticas.

Além disso, homens e mulheres que hoje são idosos tiveram trajetórias de vida distintas o que influencia na maneira como o envelhecimento será vivenciado. A velhice para as mulheres é diferente em relação aos homens, visto que, além do envelhecimento elas têm que lidar com as discriminações de gênero. Para elas esse período também pode ser marcado pela solidão, o estado conjugal entre idosos e idosas não é proporcional, na terceira idade os homens têm mais possibilidades de encontrar uma parceira, por vezes mais nova. Se a mulher idosa for negra soma-se o racismo a esta equação, elas em todas as idades tendem a ser preteridas, pois homens brancos e negros em geral, escolhem mulheres brancas para se casar. Ainda em relação a cor, idosas negras e pardas são 36,0% enquanto idosas brancas são 61,1% dentre 8 milhões, as mulheres negras em toda a vida estão mais expostas a morbidade e mortalidade o que pode nos explicar tais estatísticas (BATISTA; MOTTA, 2014). Assim, os feminismos consideram questões de raça e classe, mas será que o fazem igualmente em relação a questões geracionais? Alda Britto da Motta em seu trabalho de título provocador *PVC-Bicho papão para as feministas* (a sigla PVC para a autora seria ''a po**a da velhice chegando) questiona o lugar da velhice no feminismo, para a autora a condição de gênero tem sido definidora na vida dos idosos, pois, "ser velho é, em boa parte, ser mulher" (MOTTA, 1998, p. 139). Assim, é preciso pensar de forma concreta a situação de vida dessas mulheres para propor melhorias em sua qualidade de vida.

As teorias feministas em sua maioria têm visado a inclusão, o feminismo não pode

ficar restrito às mulheres brancas, heterossexuais e jovens. Como sabemos, a "mulher universal" não existe, existem mulheres diversas, diferentes em suas vivências. Todavia, políticas públicas voltadas para mulheres, em geral, ao tratar da saúde e sexualidade feminina, por exemplo, têm focado no período reprodutivo, assim, as mulheres que estão fora dessa faixa etária acabam excluídas das discussões. De acordo com o estudo de Batista e Motta (2014), são recentes os documentos relacionados as políticas públicas que consideram a diversidade geracional feminina. O primeiro Plano de Política Pública para Mulheres (PNPMs), de 2005, não fez referência clara às mulheres idosas e não incluiu em seus grupos de trabalho nenhum representante de qualquer órgão ligado às questões referentes às pessoas idosas. Já o segundo PNPM, de 2007, mais abrangente, incluiu em uma de suas áreas estratégicas o ''Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem mulheres com especial atenção às jovens e idosas'' além de fazer referência à questão geracional também em outras áreas. No entanto, para as autoras, mesmo que o movimento feminista tenha se voltado às questões geracionais, estas ainda aparecem de forma tênue nos debates. É preciso então, pensar um movimento feminista "anti-etarista" que abrange mulheres em suas totais especificidades, incluindo as relacionadas à idade.

Assim, o objetivo deste artigo é verificar se o uso das TIC pode ressignificar a velhice, além de verificar se mulheres idosas fazem uso desses espaços virtuais, com qual frequência e para quais fins. Buscamos entender se o uso das TIC pode constituir uma ponte entre gerações marcadas pelo conflito, como aquele que opõe idosos e jovens, e, ainda, se o uso das TIC recriou espaços de convivência entre esses diferentes grupos geracionais. Além disso, buscamos identificar se o uso das TIC pode contribuir como uma forma de integração da população idosa aos processos sociais atuais, pois, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação torna possível a expressão de opinião, além do acesso a informações por meio das redes. Ademais, tivemos como objetivo entender as diferenças entre a utilização das TIC por homens e mulheres idosas.

Dessa forma, a metodologia utilizada neste estudo consistiu em revisão bibliográfica e coleta de dados etnográficos por meio de netnografia empreendida em redes sociais. Robert Kozinets em seu livro *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online* define a netnografia como ''[...] pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal'' (KOZINETS, 2014, p. 62). Assim, encontramos um grupo no Facebook destinado a idosos e administrado por eles, o grupo para idosos observado foi criado em 2014, está no ar há mais de cinco anos e possui cerca de 1.700 membros, as interações entre os participantes do grupo são diárias e muitos buscam interagir para fazer amizades por meio dos contatos no grupo.

Desse modo, o campo de pesquisa da netnografia não está restrito a um espaço físico como uma cidade ou estado, no grupo observado as interações aconteciam entre

pessoas de diferentes lugares do Brasil, o campo de estudo nesse sentido é baseado nas características de uma comunidade online para além dos critérios de definição de um campo de pesquisa no espaço geográfico.

Além disso, realizamos por meio da plataforma de formulários disponibilizada pela Google, durante os meses de dezembro de 2019 e março de 2020, um questionário com 17 perguntas, as quais as respostas em sua maioria eram de múltipla escolha a fim de facilitar e diminuir o tempo para respostas. O questionário foi divulgado principalmente em redes sociais como Twitter, Instagram e Facebook, além de aplicativos de mensagens como WhatsApp.

Para Polivanov (2013) a pesquisa na internet tem uma forma diferente de interação entre o pesquisador e o grupo estudado, sendo possível que o pesquisador somente observe o cenário virtual, ou que ele também participe e interfira neste. De qualquer forma, a observação intermediada pela tecnologia trará resultados distintos daqueles coletados presencialmente, a internet possui linguagem própria devido aos recursos da rede, o uso de emoticons, fotografias e gírias durante uma conversa online muda o conteúdo da observação do pesquisador, essas diferenças justificam a utilização de um termo específico para pesquisas em ambiente online.

2 | A EXPANSÃO TECNOLÓGICA E SUAS RELAÇÕES COM QUESTÕES GERACIONAIS E DE GÊNERO

O jovem do século XXI cresceu em meio a ascensão tecnológica exponencial, ainda na infância muitos tiveram acesso aos computadores, celulares e tablets. Tais aparatos tecnológicos mudaram a relação das pessoas com o mundo, rolar o feed de notícias de uma rede social é uma habilidade quase inata aos ''nativos digitais'', nascidos na era da informatização, a estrutura de pensamento, a visão de mundo e a forma de aprendizado destes é compatível com a timeline das redes sociais. Essa habilidade é necessária em vários aspectos da vida cotidiana, utilizamos tais inovações tecnológicas para o trabalho, os estudos e a socialização. Todavia, nem todos, na contemporaneidade, acessaram de imediato os aparatos tecnológicos. Os ''imigrantes digitais'', nascidos fora do auge tecnológico, aprenderam a linguagem do ambiente permeado de redes sociais tardiamente e para estes a lógica de rolagem infinita de feeds não é congênita. No processo de aprendizagem de um novo idioma é natural a permanência de um sotaque, um pé no passado. Quando falamos de aparatos tecnológicos o " sotaque do imigrante digital" é percebido pela forma de acesso à internet, pela maneira de lidar com instruções de uso, até mesmo o conteúdo de postagens e a utilização de uma rede social ou outra. Atualmente, os mais velhos estão aprendendo a nova linguagem tecnológica, isso significa que essas informações apreendidas posteriormente irão para uma área diferente do cérebro, distinto do que acontece com os nativos digitais (PRENSKY, 2001). A relação entre a expansão

tecnológica e o processo de envelhecimento moderno é complexa, tanto a população idosa mundial quanto as TIC crescem exponencialmente, as tecnologias já dominam o cotidiano da sociedade atual e como os imigrantes digitais lidam com a ascensão tecnológica é um campo teórico rico.

Entretanto, as diferenças na forma de lidar com a tecnologia não ficam restritas às diferenças geracionais, homens e mulheres têm experiencias diferentes com tais inovações. Os dados do sistema educativo e os da área empresarial indicam que a presença feminina nos estudos e profissões relacionadas com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) continua a ser minoritária. Os homens criam e gestionam as inovações digitais e as mulheres são utilizadoras dessas inovações, o que pode aumentar a exclusão de gênero numa sociedade onde as TIC são um pilar fundamental da comunicação, da ciência, da cultura, e até mesmo da economia. Uma hipótese que explica o porquê dessa diferença entre homens e mulheres em relação a tecnologia é a de que a socialização feminina ainda direciona mulheres para áreas diferentes das tecnológicas, áreas voltadas para o cuidado, como enfermagem por exemplo, além disso, a velocidade na qual as TIC são inseridas na sociedade é superior àquela correspondente à emancipação feminina (JIMENÉZ E FERNÁNDEZ, 2016). É importante destacar que, apesar de participarem pouco da geração dessas novas tecnologias, as mulheres utilizam as Tecnologias da Informação e Comunicação, sendo possível que as TIC sejam uma forma de ressignificar a velhice feminina, como exposto no estudo de Loe (2010) sobre nonagenárias em New York. A pesquisa informa que os usos que essas mulheres fazem das tecnologias podem gerar formas de conhecimento que reinventam a velhice e fazem dessas ferramentas um instrumento de poder e autonomia não experimentados antes. Em geral, as inovações tecnológicas não são pensadas para a terceira idade, mas podem ser utilizadas por ela, por vezes passando por ajustes e ressignificação. As mulheres idosas por meio das tecnologias podem atuar no mundo apesar da falta de mobilidade e até mesmo saúde física advindas da longevidade.

Durante a nossa pesquisa sobre Envelhecimento Feminino e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação feita entre agosto de 2019 e junho de 2020 entendemos que uma das redes sociais mais utilizadas, sendo uma das principais fontes de interação entre idosos na rede, é o Facebook. Por meio da plataforma encontramos um grupo feito por idosos e destinado a eles, criado em 2014 possui cerca de mil e setecentos membros do Brasil todo. Todos os membros podem postar no grupo, porém, há regras, como exposto por seu criador na página inicial do grupo:

> '' PRECISO SABER QUAL A SUA INTENÇÃO ? ESSE GRUPO É
>
> PUBLICO PODE PARTICIPAR " SEJA ELE OU ELA " FIQUE A VONTADE, PARA POSTAGENS DE FOTOS , OU QUALQUER TIPO DE ARQUIVO QUE ESTEJA DENTRO DO PADRÃO DO GRUPO ; NÃO É PERMITIDO TRAJES DE BANHO NEM PALAVRÕES NEM CONTEÚDO PORNOGRÁFICO; O RESPEITO

É BOM E TODOS NÓS GOSTAMOS COMBINADOS ? ENTÃO VAMOS NÓS !!!!" (Administrador e criador do grupo para idosos no Fabebook).

O uso de letras maiúsculas pelo criador e administrador membro do grupo pode ser entendido como parte de seu sotaque como imigrante digital. Enquanto os mais jovens cujo cotidiano foi moldado de acordo com as TIC podem entender, em geral, o uso de letras maiúsculas como uma forma de dar ênfase a uma palavra ou frase, para os mais velhos e menos habituados com as inovações tecnológicas o recurso pode ser ressignificado. A utilização das letras maiúsculas por idosos pode não estar relacionada a ênfase, mas a facilitação da leitura por meio das letras maiores, visto que, na terceira idade pode haver a diminuição da acuidade visual (LEITÃO et al. 2019).

Assim, seguindo as regras do grupo, as postagens em sua maioria são compostas por imagens de bom dia e frases religiosas, em sua maioria as postagens e comentários são feitos por mulheres. Caso os membros não cumpram as ordens podem ser banidos do grupo. Além das imagens de bom dia, alguns membros, principalmente os do sexo feminino, compartilham suas próprias fotos, muitas(os) recebem elogios dos colegas de grupo, o flerte se fez presente em várias postagens, algumas são explicitamente feitas com esse objetivo, nestas, os participantes colocam uma foto e compartilham na legenda informações como idade, cidade em que reside e até mesmo sua religião. Nos comentários os(as) interessados(as) pedem o número de telefone para contato, colocam emoticons de corações, tudo com muito respeito. Além do interesse romântico, há aqueles que compartilham suas fotos com o intuito de fazer novos amigos, geralmente estes são os mais velhos do grupo. Em suma, o objetivo central da maioria das postagens é interagir, visto que, a solidão é uma queixa frequente entre os membros do grupo como exposto em posts sobre solidão, os quais contam com os comentários dos membros que por meio da plataforma prestam apoio, se identificam, concordam e dão até mesmo dicas para combater a solidão.

Ademais, por meio do grupo alguns integrantes expressaram suas opiniões políticas evidenciando que por meio das redes sociais é possível continuar se informando e integrar-se aos processos sociais atuais para assim opinar sobre eles. Os idosos que utilizam as TIC podem atuar na sociedade durante toda a fase da vida, mesmo com possíveis adversidades físicas, fazendo-se cumprir o tratado no plano internacional de ação para o envelhecimento de 2003, o qual propôs além do reconhecimento das contribuições dos idosos à sociedade a manutenção na participação deles ativamente em tomadas de decisões em todos os níveis (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2003, p. 35). As redes sociais, então, têm sido uma forma de convívio para esses idosos apesar da distância, visto que foi observado que as interações entre os membros do grupo ficam restritas ao ciberespaço e muitas acontecem entre pessoas de estados diferentes sem que isso seja um empecilho. O contato entre os membros é real, mesmo que não seja presencial.

Além disso, a interação proporcionada pelas TIC têm sido uma fonte de convívio

também fora das redes sociais, as TIC são parte da vida dos jovens desde muito cedo, eles sabem utilizar dessas ferramentas com facilidade e ajudam os mais velhos a entendê-las, os filhos e netos, em geral, são os responsáveis por ensinar os avós e os pais a utilizar as novas tecnologias. Assim, a tecnologia proporciona um momento de interação entre as gerações também para além do ciberespaço, atuando como uma ponte entre gerações marcadas por conflito, há uma relação entre nativos digitais e imigrantes digitais que buscam aprender essa nova linguagem. Na pesquisa que fizemos, alguns informantes precisaram do auxílio de seus netos para responder ao questionário, um deles inclusive enviou um registro por foto do momento em que auxiliou a avó nas respostas.

O estudo de Leitão et al. (2019) utilizando-se de dados etnográficos coletados no Facebook e no curso de informática para a Melhor Idade ofertado pelo laboratório de informática da PRAE/CPD da UFSM no ano de 2016 tratou da relação dos mais velhos com a tecnologia. Diferenças geracionais também se fizeram presente na pesquisa, pois, enquanto os estudantes eram em sua maioria pessoas com mais de 50 anos, os professores eram jovens de cerca de 20 anos. Ademais, diferente de outros cursos ofertados pela instituição para ser um professor de informática para a melhor idade não é necessário ter especialização, o saber tecnológico nesse sentido estaria relacionado ao pertencimento a uma geração que desde a infância teve contato com as TIC, o saber digital seria como um estilo de vida a ser passado adiante, não é algo técnico a ser ensinado por especialistas qualificados, parte-se do princípio que ser jovem é saber lidar com as TIC. Ainda de acordo com Leitão et al. (2019) a busca pelo entendimento das TIC pelos idosos tem como base a manutenção das relações familiares e a necessidade de integração às inovações tecnológicas, no caso das idosas elas buscavam por meio da tecnologia estreitar os laços com seus netos. Além do interesse pela tecnologia, a construção de laços entre os participantes das turmas se fez presente, evidenciando que as TIC podem contribuir para a manutenção da qualidade de vida do idoso ampliando sua teia de relações sociais.

3 | DADOS DO QUESTIONÁRIO DESTINADO A PESSOAS COM MAIS DE 60 ANOS SOBRE O USO DE TECNOLOGIA: USO QUE AS MULHERES IDOSAS FAZEM DAS TIC

A partir da revisão bibliográfica sobre envelhecimento e o uso das TIC criamos um questionário online sobre a temática para que por meio de redes sociais como Instagram, Facebook, Twitter e aplicativos de mensagens como WhatsApp divulgássemos as 17 questões sobre o tema a fim de verificar por meio das respostas diferenças no uso da tecnologia por homens e mulheres idosas.

O primeiro grupo de perguntas do questionário foi sobre os dados pessoais dos informantes, também perguntamos o sexo dos informantes para que fosse possível identificar possíveis diferenças nas respostas quanto ao uso das TIC. Perguntas referentes

às fontes de renda e escolaridade foram feitas para que também pudéssemos entender o perfil socioeconômico dos informantes. Por fim, realizamos questões sobre o uso da internet pelos informantes, quanto tempo ficam conectados e por quais dispositivos, possibilitando que de acordo com as respostas fosse possível estabelecer diferenças entre homens e mulheres e idosas quanto a utilização das TIC.

Assim, obtivemos 24 respostas de pessoas com idades entre 57 e 76 anos, sendo 18 do sexo feminino (75%) e seis do sexo masculino (25%). Recebemos respostas de diferentes estados como São Paulo, Santa Catarina, Mina Gerais além do Paraná. Ademais, dez (41,7%) pessoas responderam que acessavam a internet pelo computador e pelo celular, outras 14 (58,3%) pessoas utilizavam somente o celular para se conectar, nenhum dos informantes afirmou usar somente o computador. Tais dados corroboram o evidenciado por Fernández Ardèvol (2019), em termos de custo e facilidade de utilização, o celular é mais acessível aos idosos, sendo também o dispositivo mais utilizado para o acesso à rede em todas as faixas etárias. É possível utilizar o celular sem acesso prévio a um computador, pois, é mais fácil aprender a usar o dispositivo móvel que já faz parte do cotidiano de milhares de brasileiros.

Ao analisar esses dados considerando o gênero dos informantes é observável algumas diferenças nas respostas masculinas e femininas. Quando questionados para quais fins utilizam a internet nenhum homem afirmou utilizar a rede para assistir filmes ou séries, enquanto 33% delas marcaram essa opção. Quanto aos jogos, 17% deles marcaram que usam a internet para tal, enquanto 22% delas também marcaram essa opção. Somente elas afirmaram usar a tecnologia para fins religiosos, 33% alegaram acessar conteúdos religiosos nas redes, eles, ao contrário, não marcaram nenhuma vez essa opção. Ademais, somente eles acrescentaram outras opções de uso, sendo estas: Trabalho e mapas e serviços de transportadora. Nenhuma informante do sexo feminino citou trabalho durante o questionário.

Todos informantes do sexo masculino afirmaram que utilizam a internet para pesquisas, já entre elas, somente 78% afirmou utilizar a rede para esse fim. 17% dos homens afirmaram fazer pesquisas acadêmicas, enquanto 11% delas alegou fazer esse mesmo tipo de pesquisa. Quanto às receitas, elas pesquisam mais sobre esse assunto do que eles, 55% das mulheres afirmaram fazer buscas relacionadas a receitas, contra apenas 33% deles. Somente elas afirmaram pesquisar sobre moda (17% delas marcaram essa opção, enquanto nenhum homem marcou essa opção). 83% dos informantes do sexo masculino afirmaram fazer buscas por notícias, enquanto somente 44% delas afirmaram fazer o mesmo. Somente 17% deles pesquisam sobre saúde, por outro lado, 44% delas pesquisam sobre o assunto. Nenhuma mulher marcou a opção "esportes" como um de seus temas de pesquisa, já entre os homens metade deles marcaram essa opção. Eles pesquisam menos do que elas sobre lazer, 17% dos homens marcaram essa opção, já dentre elas 28% marcaram. 17% deles pesquisam sobre segurança, contra somente 5%

delas. Eles acrescentaram outras opções além das listadas no questionário, adicionando novamente o trabalho e pesquisas relacionadas a política, já nos acréscimos feitos pelas informantes mulheres há beleza e artesanato. Com isso, é observável os diferentes usos da tecnologia por homens e mulheres, eles pesquisam mais sobre notícias e esportes, enquanto elas pesquisam mais sobre receitas, saúde e notícias.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015, homens com 60 anos ou mais anos compunham 4,9% daqueles que com 10 ou mais anos utilizaram a internet nos três meses de referência em 2015, enquanto elas compunham 5,1%. Do mesmo modo, do grupo de pessoas com 10 anos ou mais que possuíam telefone móvel celular para uso pessoal, os homens de 60 ou mais anos de idade compunham 11,5%, enquanto as mulheres idosas dessa mesma faixa etária totalizaram 12,4%. Elas são maioria quando o assunto é o uso de TIC, porém, com diferenças quantitativas pouco marcantes, idosos e idosas quantitativamente têm o mesmo acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) as diferenças aparecem nas diferentes formas de uso, como já exposto.

4 I CONCLUSÃO

O envelhecimento da população mundial é um fato, países do mundo todo assistem a pirâmide etária mudar seu formato, a população idosa na maioria dos países cresce em número ano após ano. Assim, durante esta pesquisa pensamos sobre esse processo, envelhecer pode significar uma vitória, a diminuição da mortalidade, o avanço da medicina no tratamento de doenças que antes eram fatais. Contudo, o envelhecimento também pode significar perdas quando não há a manutenção da qualidade de vida. O conceito de qualidade de vida possui múltiplos significados, está relacionado à capacidade física, acesso a bens de consumo, à cultura, educação, interações sociais e outros e na terceira idade não é diferente. Assim, concluímos que o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação pode ajudar na manutenção da qualidade de vida dos idosos e até mesmo em sua saúde, visto que, a internet é uma nova dimensão da vida social, por meio da qual os indivíduos interagem, compartilham ideias e informações em tempo real pelo mundo todo. Entendemos que há uma relação entre o acesso às TICs e a qualidade de vida dos idosos, ao utilizar essa ferramenta eles se comunicam com maior frequência com familiares, ocupam o tempo livre com atividades em meios digitais diminuindo a solidão além acessarem os mais diversos conteúdos.

Todavia, o acesso e utilização das TIC não acontece de maneira uniforme, com este estudo identificamos diferentes usos dos aparatos tecnológicos por homens e mulheres idosas. Também exploramos diferenças geracionais em relação as TIC, com a ascensão da tecnologia no cotidiano mundial, os jovens passaram a ter um papel ativo na passagem do conhecimento aos mais velhos, gerando uma forma de interação entre gerações distintas.

Para trabalhos futuros faz-se necessária a coleta de dados também fora do ciberespaço, além da ampliação em número dos informantes para que o tema seja compreendido em sua total complexidade.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Carla Gisele; MOTTA, Alda Britto da. **Velhice é uma ausência? Uma aproximação aos feminismos e à perspectiva geracional**. Revista Feminismos, Salvador - Ba, v. 2, n. 1, p. 37-46, abr. 2014. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30019/0. Acesso em: 25 jun. 2020

FERNANDES, Maria das Graças Melo; GARCIA, Loreley Gomes. **O Sentido da Velhice para Homens e Mulheres Idosos**. Saúde Soc. São Paulo, v.19, n.4, p.771-783, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n4/05.pdf Acesso em: 04 maio. 2020.

FERNÁNDEZ-ARDÈVOL, Mireia. **Práticas digitais móveis das pessoas idosas no Brasil: dados e reflexões**. Panorama setorial da Internet, n.1 p.1-18, março, 2019. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/1/panorama_estendido_mar_2019_online.pdf . Acesso em: 25 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015**. Tabela 4820 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, total, distribuição e percentuais, por sexo e grupos de idade. Brasília, DF, 2015. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/4820> Acesso em: 25 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.** Tabela 4843 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, total, distribuição e percentual, por sexo e grupos de idade. Brasília, DF, 2015. Disponível em:<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/4843> Acesso em: 25 mar. 2020.

JIMÉNEZ, Rafael; FERNÁNDEZ, Carmen. **La brecha de género en la educación tecnológica**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 743-771,jul./set.2016.Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440362016000300743&script=sci_abstract&t lng=es> Acesso em: 29 mai. 2020.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online.** Porto Alegre: Penso, 2014.

LEITÃO et al. **Pegando o jeito de domar o bicho: o processo de aprendizagem das tecnologias digitais por idosos**. Rev. Antropol. São Paulo, v.62 n.3 p. 652 – 658, 2019. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165233 Acesso em: 14 jul. 2020.

LOE, Meika.2010. **Doing it my way: old women, technology and wellbeing**. Sociology of Health & Illness Vol. 32 No. 2 2010 ISSN 0141–9889, pp. 319–334. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1467-9566.2009.01220.x Acesso em 29 mai. 2020.

MOTTA, Alda Britto da. **PVC - Bicho-papão para as Feministas?** In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ivia; MACÊDO, Márcia (org.). Metamorfoses: Gênero na perspectiva interdisciplinar. 3. ed. Salvador - Ba: Ufba, Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre A Mulher, 1998. Cap. 11. p. 137-145.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ***Plano de ação internacional contra o envelhecimento, 2002***/ Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos. — Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. — 49 p. : 21 cm. – (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1).

PRENSKY, M. **Digital Native, digital immmigrants. Digital Native immigrants**. On the horizon, MCB University Press, Vol. 9, N.5, October, 2001.

POLIVANOV, Beatriz. **Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos**. Esferas. Brasília, Ano 2, n° 3, p. 61 – 71, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/4621> Acesso em: 08 jul. 2020.

CAPÍTULO 5

ENTRE COSTUMBRES Y RUPTURAS

Data de aceite: 01/04/2021

Nancy Zárate Castillo

Psicológa, Psicopedagoga, doctora en Ciencias Sociales y Humanísticas, Profesora de Tiempo Completo en la Facultad de Humanidades de la Universidad Autónoma de Chiapas

Gloria Patrícia Ledesma Ríos

Comunicóloga, maestra en Psicología Social, Profesora de Tiempo Completo en la Facultad de Humanidades de la Universidad Autónoma de Chiapas

RESUMEN: Nuestra constante y permanente vinculación con organizaciones feministas y sociales en la zona de Los Altos de Chiapas desde la Universidad Autónoma de Chiapas nos llevo a encontrarnos con Juanita, joven indígena habitante de Santiago El Pinar, municipio que aparece entre la lista de los que presenta menor desarrollo humano entre sus habitantes. Su historia nos cautivo desde el inicio y no solo por su autodeterminación, carisma humor y su sentido compromiso con las mujeres de su tierra, si no porque su historia nos da la pauta para ir tejiendo elementos cruciales e identificar las acciones que mujeres indígenas realizan para incorporarse a diversos espacios públicos donde reconstruyen saberes, formas de vida, relaciones interpersonales para que a través de su historia se percaten no solo las lideres sino sus compañeras de las rupturas que realizan sin menoscabo de sus usos y costumbres, pero si con la intención de buscar espacios de igualdad al interior de sus comunidades. Desde la narrativa de Juanita emprendimos un camino con destino a la comprensión de elementos que han distinguido por un lado a su vida familiar y comunitaria, y por el otro a su subjetividad, imprescindibles ahora para su trabajo comprometido en su comunidad a favor de la igualdad de género y los derechos sexuales y reproductivos. Fue la entrevista a profundidad, la observación participante y la convivencia en diferentes contextos en el que se desenvuelve nuestra sujeta de estudio y el análisis acompañado de teoría y empirismo lo que ha permitido construir una narrativa con saberes de las prácticas positivas a favor de la transformación social, primero de las relaciones interpersonales privadas para posteriormente trastocar diversos espacios sociales, políticos, y económicos incluido usos y costumbres de las comunidades a que pertenecen.

PALABRAS CLAVES: Mujeres, ciudadanía, empoderamiento, gobierno.

ABSTRACT: Our constant and permanent relationship with feminist and social organizations in the Los Altos de Chiapas area from the Autonomous University of Chiapas led us to meet Juanita, a young indigenous inhabitant of Santiago El Pinar, a municipality that appears among the list of those with the lowest human development among its inhabitants. Her story captivated us from the beginning and not only because of her self-determination, charisma, humor and her heartfelt commitment to the women of her land, but also because her story gives us the guidelines to weave crucial elements and identify the actions that indigenous women carry out to join various

public spaces where they reconstruct knowledge, ways of life, interpersonal relationships so that throughout their history not only the leaders but their companions realize the ruptures they carry out without prejudice to their uses and customs, but with the intention of seek spaces of equality within their communities. From Juanita's narrative we embarked on a path towards understanding elements that have distinguished, on the one hand, her family and community life, and on the other, her subjectivity, essential now for her committed work in her community in favor of equality. gender and sexual and reproductive rights. It was the in-depth interview, participant observation and coexistence in different contexts in which our subject of study develops and the analysis accompanied by theory and empiricism that has allowed us to build a narrative with knowledge of positive practices in favor of transformation social, first of private interpersonal relationships to later disrupt various social, political, and economic spaces including uses and customs of the communities to which they belong.
KEYWORDS: Women, citizenship, empowerment, government.

INTRODUCCIÓN

Lo comunitario se teje con historias individuales, de personas con significaciones e interpretaciones llenas de simbolismos y realidades diversas; valiosas para sí mismas, que vistas en retrospectiva van cobrando importancia en las interacciones sociales por la influencia que ejercen, en muchas ocasiones sin proponérselo en las colectividades; tal es el caso de Juanita, biografía que retomamos en este artículo para reflexionar alrededor de la forma en la que algunas historias de vida siembran semillas de cambios sociales, desde las formas de convivencia hasta transformaciones con su insurrección en los usos y costumbres de un pueblo.

Porque jamás se debe dejar de lado la situación de género que se expresa de manera concreta las particularidades que viven las mujeres; la cual se objetiviza en las condiciones sociales en las que nace y se desarrolla, en las actividades que realiza, cómo las cumple, cómo las vive; los significados que da a sus roles, la relación que entabla con su mismo género y con los varones, su cultura, sus tradiciones, costumbres, ideologías, pensamientos, creencias, su identidad y subjetividad, lo que da pauta a ubicar las realidades concretas en las que viven las mujeres en momentos históricos determinados.

LOS CAMINOS

Durante los últimos cincuenta años hemos sido testigos de vertiginosos cambios sociales, políticos y económicos en América Latina, que han implicado avances y retrocesos en la vida de las mujeres. Si bien en México no habido regímenes militares ni dictaduras durante este periodo de tiempo si hay cambios en la vida cotidiana, que aunque llenos de precariedad, inseguridad, pobreza, vulnerabilidad y marginación principalmente para las mujeres, no ha impedido el logro de más derechos en busca de la igualdad, "sobresalen entre éstos la tendencia a una disminución general de la fertilidad en todo el continente,

interrelacionada con la elevación de los niveles de educación y empleo entre ellas, un debilitamiento de los acuerdos patriarcales dentro del hogar –asociado, entre otras cosas, a la tendencia ascendente en el divorcio y el número creciente de mujeres -cabeza de familia,"(Chant & Craske, 2007:35).

Desde los años setenta existe en Latinoamérica un feminismo organizado con demandas claras en torno a la erradicación de la violencia de género, la maternidad libre y voluntaria, principalmente, luchas que se vieron plasmadas en documentos como el de la Convención sobre la Eliminación de todas las formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW); de igual manera el concepto de perspectiva de género logró influir de manera puntual tanto en la academia como en las políticas públicas, alcanzando con ello su incorporación en legislaciones políticas, programas, políticas públicas e instituciones, que no únicamente ha permitido el fortalecimiento del movimiento social sino también de base para las políticas públicas de diferentes gobiernos que han implementado acciones a favor de la igualdad de género.

¿Pero, realmente ha cambiado la vida de las mujeres?, sin lugar a dudas sí; posicionar el tema de la libertad de las mujeres en la vida política y publica de la sociedad sigue siendo relevante, las diversas voces que se han expresado a lo largo y ancho de América han dado muestra de la diversidad de realidades en las que vivimos las mujeres y es impostergable su atención por parte de todos los sectores sociales.

A pesar de que actualmente se cuenta con leyes, programas e incluso institutos que atiendan las demandas de las mujeres en México, siguen vigentes las demandas que dieron forma al movimiento feminista de los años sesenta y setenta, hoy tenemos en contra la idea errónea de que se han resuelto en su totalidad las demandas de las mujeres en diferentes ámbitos dejando la responsabilidad a cada mujer de su vida y responsabilizándola de la misma; ante esto las mujeres de todas las latitudes hemos buscando, creado, y trazado formas de continuar el camino hacia la emancipación, en este artículo narramos una de estas tantas formas.

LOS RETOS

Si vemos a través de la historia reciente la forma en cómo mujeres y varones nos construimos como sujetos y sujetas, se pueden distinguir dos momentos históricos: la modernidad y la posmodernidad, según Bauman Z. (2005), la modernidad estuvo definida por la búsqueda de absolutos universales, derechos humanos, justicia social, un equilibrio entre cooperación pacifica y auto-afirmación, la búsqueda de lo correcto e incorrecto, con una moralidad basada en la creencia de un código de ética no ambivalente ni aporético, quizá con grandes posibilidades para los humanos y humanas de emancipación tanto en la vida privada como en la pública, sin embargo, con la idea de estar en contra de estos universalismos y fundamentalismos, de romper con la imposición de dogmas y morales

absolutas, los sujetos hemos ponderado al individualismo, hasta llegar a preocuparnos por uno mismo exclusivamente, casi en el egoísmo, y esto ha dado paso a la posmodernidad, la cual esta moldeada y basada en el presente, en el aquí y ahora, en el consumismo, caracterizada por la indeterminación institucional, sin una jerarquía acordada de normas y valores, es decir, ahora todo se vale, todo está justificado, y lo que nos pasa o deja de pasar es responsabilidad únicamente del sujeto y de la sujeta, se nos ha vendido bien la idea de que nos hemos liberado de las obligaciones absolutas y se ha deslegitimizado la idea del autosacrificio; y es precisamente en este contexto, con estas premisas que vivimos las personas, y que esta idea no cabe luchar por la emancipación de los sujetos, pareciera ser como asegura Jaques Rancieré, (2004), hay una crisis del sujeto revolucionario y sobre todo si consideramos que la perspectiva de género se ha institucionalizado y se cree que se ha tomado muy en serio la resolución de los asuntos relacionados con la opresión y dominación de las mujeres por parte de todo el sistema patriarcal; sin embargo son incompatibles el feminismo y la posmodernidad, ya que el segundo plantea la muerte del sujeto, y para el feminismo eso es impensable; "puede que el pensamiento posmoderno no solo elimine con sus conclusiones la especificidad de la teoría feminista, sino que ponga enteramente en cuestión los mismo ideales emancipatorios de los movimientos de la mujer"(Benhabid, 2005:325).

Así, en tiempos complejos las feministas continuamos luchando por la emancipación de las mujeres, tal es el caso de las zonas indígenas del estado de Chiapas, México, en donde con el pretexto de los usos y costumbres se violan día a día los derechos fundamentales de niñas, adolescentes y mujeres; sin embargo, esto no ha sido motivo para detener el entusiasmo y trabajo organizado de varias asociaciones que desde décadas atrás trabajan para romper con la condición de opresión y subordinación que viven las mujeres de la zona.

Aunque el panorama en ocasiones se torna desolador, podemos afirmar que no hay esfuerzo menor que no dé frutos dulces en el árbol de la vida, y el trabajo que se realiza con y para las mujeres es un ejemplo de ello; hoy a través de la vinculación entre instituciones de educación superior, organizaciones civiles y comunidad relatamos esta historia que podría ser motivadora para cuando los ánimos se ven disminuidos ante tantas injusticias sociales y ante la mutación constante de un sistema patriarcal devorador.

LOS ENCUENTROS

Nuestra vida académica no se limita únicamente a las aulas universitarias, nuestro compromiso abarca mucho más, y es precisamente en esos caminos que coincidimos con Juanita. La conocimos en la escuela de liderazgos[1], ella es líder en su comunidad Santiago

1 La escuela de liderazgos de mujeres indígenas bajo la responsabilidad del Colectivo Feminista Mercedes Olivera y Bustamante (COFEMO).

El Pinar, municipio de reciente creación[2] ubicado en Los Altos de Chiapas, México, zona eminentemente indígena, con las características de lo que implican estos territorios en nuestro país: marginación social, bajo desarrollo humano, pobreza, desigualdad, entre otros; ella a diferencia de muchas de las asistentes es joven, bilingüe, cuenta con una licenciatura en psicología, siempre esta riéndose y es menos tímida que el resto.

Nuestro acercamiento con ella es debido a la solicitud de acompañamiento en materia de derechos sexuales y reproductivos, al ser una joven líder social en su comunidad las instituciones de salud la contactan para solicitar su apoyo ya sea en la difusión de programas o de materiales, dejándole a ella y a su organización la responsabilidad de los mismos, en este caso, la distribución de preservativos en la población joven del municipio, su organización se dedica únicamente a la repartición de los condones sin una información previa para su adecuado uso entre los jóvenes, es en el intercambio de saberes[3] que conocemos su historia, que ahora la compartiremos.

Juanita tiene 27 años, nació en el año de 1992 dos años antes del estallido revolucionario en el sureste mexicano del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) –aproximadamente a 30 km. de su comunidad actualmente esta Oventic caracol zapatista[4]-, aunque refiere que su comunidad se ha mantenido al margen del movimiento zapatista, su vida se ha desarrollado paralelamente a los cambios que se han suscitado en la zona que irremediablemente prosiguieron con la aparición en la vida comunitaria y social de dicho ejercito. Juanita relata parte de su infancia en las siguientes líneas:

> "desde niña lo visibilice, unos de los problemas han sido la mala repartición de los roles de género, en Santiago El Pinar siempre ha dicho que por usos y costumbres le toca a la mujer ser mamá, ama de casa, desde niñas nos enseñan a trabajar, a cuidar, hacer tortillas, a preparar los alimentos, a cuidar a nuestros hermanitos para cuando nos casemos no tengamos problemas de cómo cuidar y atender, principalmente al marido sobretodo y a los hijos, yo desde los 7 años que me recuerde, yo si lo disfrute mucho mi niñez porque salía, jugaba, brincaba, corría, hacía de todo, muchos he escuchado que dicen que copiamos a los mestizos, vemos la tele, los medios de comunicación, internet, redes sociales, pero a mí por ejemplo no tuve la fortuna de tener internet, no teníamos ni televisión; no sabía si se llamaba injusticia para las mujeres, en mi cabeza siempre he sido muy inteligente y muy analítica de preguntarle a mis papás por qué las mujeres o por qué los hombres, una vez le pregunte a mi papá que por qué no hace tortillas por ejemplo, y él con su cara de tristeza también por no saber contestarme me decía la sociedad así lo ha dicho....pero la verdad yo tuve muchos privilegios, porque yo salía mucho, incluso en mi escuela le preguntaba a mis compañeras que si sabían jugar canicas, futbol, basquetbol y me decía que no y me daba una gran tristeza

2 Es declarado municipio independiente en 1999, lo cual se logra con el apoyo de las bases del ejercito Zapatista de Liberación Nacional (EZLN).

3 La Dra. Nancy Zárate estuvo al frente muchos años de la coordinación de la Red por los Derechos Sexuales y Reproductivos en México DDESER, cuenta con expertis en el tema

4 Allí se encuentra la Junta del Buen Gobierno del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. Por su ubicación estratégica, para los turistas y los medios de comunicación, es el corazón del zapatismo y uno de los cinco caracoles de autonomía y resistencia donde el EZLN aplica su lema de "mandar obedeciendo".

> en verlas y escucharlas.....todo eso lo veía como injusticia, y más que en la escuela no me dejaban participar, me decía la profesora que mirara a las otras niñas que estaban calladas y no como yo que hablaba y preguntaba" (Juanita, febrero 2020).

Su familia nunca la limitó para que jugara juegos considerados de "niños", ni la obligaron a que realizara las actividades domésticas, pues no sabía tortear[5] y

> "en cambio hacia cosas de hombres y me gustaba que me aceptaran en su círculo y hoy me doy cuenta que era una forma también de discriminación pues decía que ellas –sus compañeras- eran débiles y que no les hicieran caso o no las tomaran en cuenta para los juegos. Hoy me doy cuenta de eso, antes no" (Juanita, febrero 2020).

En la adolescencia percibe que si los varones son más inteligentes es por toda la gama de actividades que tienen y el acceso a la información a través de libros, internet, y movilidad lo cual fortalece su inteligencia, en cambio las mujeres indígenas no, solo están confinadas a las tareas domésticas, "aunque me gustaba juntarme con ellos –varones- pero jamás hablamos de desigualdades o de pobreza". (Juanita, febrero 2020). Es también es esta etapa que por los cambios sexuales característicos de la pubertad vive experiencias que le permiten darse cuenta de las diferencias no únicamente sociales sino también biológicas entre los géneros, una de ellas es la menarca, la cual la describe así:

> "Aunque platicábamos con mis hermanas y mi mamá sobre temas de mujeres, nunca profundizamos porque a mi mamá le da mucha pena hablar de su propio cuerpo y de lo que pasa en él y tal fue el caso de que cuando tuve la menarca no sabía lo que pasaba incluso sentí mucho miedo porque pensé que me había lastimado porque estaba jugando subiéndome a un árbol; al llegar a mi casa no fui capaz de decirle a mi mamá que estaba sangrando por miedo y por vergüenza, pero mi papá me llevó al doctor pero fue difícil entendernos con el doctor porque él era mestizo y yo no hablaba español solo hablaba yo tsotsil, solo logre entender que lo que me pasaba era menstruación, pero mi papa tampoco le entendió....me dijeron que debería usar toallas femeninas, las compramos y las empecé a usar, pero la sangre se escurría entre mis piernas, hasta que me di cuenta que las toallas femeninas me las ponía al revés, jajajaja" (Juanita, Septiembre 2019).

Este suceso biológico la identifica con su género, y descubre que ella también es discriminada como las otras mujeres, es decir hay una toma de conciencia de su ser social y al mismo tiempo descubre la fuerza de la unión, como única posibilidad transformadora para la emancipación de las mujeres:

> "Afortunadamente también me he encontrado con varias personas de diferentes personalidades e ideologías que me han ayudado a fortalecer mi corazón porque sentía mucho también el rechazo, la discriminación y todo eso no, y cuando llegue a la secundaria pues una etapa de adolescente muy diferente, porque ahí encontraba adolescentes de la cabecera que tienen un poco la ideología diferentes, ahí me di cuenta que hacía falta trabajar conmigo

5 Elaborar tortillas de manera artesal.

misma y con las compañeras para fortalecernos y aliarnos sobretodo....como mujeres indígenas tenemos que trabajar triplemente para que nos acepte la sociedad, para qué igual los derechos no se regalan, nadie nos los pueden regalar, yo he luchado siempre, niñez, juventud y hasta ahora exigiendo justicia para que sea equitativo de acuerdo a las necesidades de cada persona" (febrero 2020).

LAS SUBJETIVIDADES

Los procesos de intercambio social se viven cotidianamente, no podemos reducirlos, por sencillos o comunes que parezcan. Por el contrario, éstos día a día son complejos y requieren un minucioso estudio para su entendimiento. Este intercambio social tiene su base en lo relacional, es decir, al momento de nacer el ser humano entra en contacto con una red social que lo ira configurando como un ser producto de su época, tiempo y geografía, él sujeto se envestirá de representaciones y significados que le dará a su propia experiencia lo cual conformará en su interioridad la subjetividad, la cual es un proceso continuo y dialéctico que va haciendo la persona y la constituye como un ser único en relación a aspectos de su existencia social como el género, la escolaridad, la etnia, la religión, la clase social, la geografía entre otras.

La interacción y relación con los otros, lo que se considera el mecanismo de socialización no únicamente configura lo subjetivo en las mujeres y varones sino también a la identidad como cualidad fundante del sujeto que se remite a la autopercepción (Veléz, 2008:63). Para Erick Erikson es un "sentido subjetivo de una existencia continua y de una memoria coherente, sentimiento de mismidad y continuidad como individuo" (1994:600); para el autor es necesario retomar la historia del grupo, los roles asignados y los valores concedidos a los mismos para comprender la adherencia y pertenencia a una identidad en particular (Zárate & Ledesma, 2019:30).

Ahora bien, la construcción de la subjetividad e identidad no es estática e inamovible, congelada en el tiempo, todo lo contrario, es un suceso constante con momentos vitales en la vida para su constitución, como por ejemplo la adolescencia, con aspectos cognitivos que abonan a la constitución de la subjetividad en las mujeres como sujetas de derechos, tal es el caso del *juicio crítico* que aparece o está ligada a percepciones de injusticia (Burin, 1996) y desigualdades, puede conducir a una ruptura con el modelo identitario y a cierto distanciamiento con las figuras originarias –generalmente los padres- y junto con el *deseo hostil*[6], se reorganizan, reorientan y resignifican la vida en tanto mujeres como sujetas de derechos y no como objetos de otros, "como sabemos cada persona recibe la diversidad de influencias sociales mediatizada por la cultura, por tanto una misma realidad social es recibida e influye en cada persona, de forma variada; la respuesta consecuente y su

6 Mabel Burín (1996:78) lo describe como un deseo diferenciador, cuya constitución y despliegue permite la gestación de nuevos deseos, por ejemplo del deseo de saber y del deseo de poder.

influencia en la subjetividad individual y en la construcción de la social resulta también variada" (Vasallo, 2012:58).

> "como mujeres indígenas tenemos que trabajar triplemente para que nos acepte la sociedad, para qué igual los derechos no se regalan, nadie nos los puede regalar, yo he luchado siempre, niñez, juventud y hasta ahora exigiendo justicia para que sea equitativo de acuerdo a las necesidades de cada persona" (febrero 2020).

La vida de Juanita a nivel subjetivo ha estado influenciada por diversos sucesos -como la vida de todos-, sin embargo, hay que resaltar que su curiosidad, su capacidad analítica y dudas que expresó a partir de su adolescencia encontraron resonancia por el momento histórico que se vivía, había un proceso de cambio social no solo en Latinoamérica sino específicamente en su región, y esto permitió que a Juanita no le fueran acalladas sus dudas, sino por el contrario hubo un terreno fértil para esa "rebeldía" por la insurgencia que se vivía en su zona geográfica, que si bien su localidad no estaban directamente inmiscuidos fue imposible dejar de recibir noticias, comentarios, influencias e incluso beneficios.

LAS RUPTURAS

Es bien sabido por todos que las familias en las comunidades indígenas son el espacio para la producción y reproducción social, así como para la construcción de las identidades de género, clase y etnia (Olivera, 2011: 51). En las comunidades indígenas de Los Altos de Chiapas cohabitan pobreza, marginación y altas brechas de desigualdades entre los géneros; las mujeres estas cosificadas en el ámbito doméstico dedicadas a la reproducción, crianza de los hijos y al trabajo doméstico, además cuidar del huerto familiar y de elaborar piezas artesanales que ayudan al sustento familiar.

El matrimonio es una de las costumbres consideradas como más naturales entre estas comunidades y cuando los hijos de las familias están en la pubertad pueden empezar a pactar sobre su unión sin tomar en cuenta lo opinión de los púberes, es más aún se puede pactar un precio "que los padres de ella consideran justo según la edad, la virginidad y las cualidades de la hija" (ibidem). Pero estos usos y costumbres se han modificado en la familia de Juanita.

Su familia está compuesta por 12 miembros, sus padres[7] y 10 hijos: hija 1, 35 años, hijo 2, 33 años, hija 3, 31 años, hija 4, 29 años, hija 5, 27 años, hija 6, 25 años, hijo 7, 22 años, hija 8, 20 años, hijo 9, 17 años e hijo 10, 11 años. De los cuales solo su hermano de 33 años y su hermana de 29 años están casados y ambos tienen un solo hijo. Su padre es de ocupación campesino y de eso ha mantenido a su amplia familia, solo dos de sus hijos han asistido a la universidad, una de ellas es Juanita y otra hija es enfermera, todos han tenido acceso a la educación básica.

7 Aunque refiere que su mamá tuvo 13 embarazos.

> "para mi papá fue muy duro, incluso veíamos con tristeza cuando nos decía "por favor hijas ya compórtense, sean niñas" nos decía, porque yo era muy rebelde y siempre le contestaba, incluso le decía y por qué a mi hermano no le dices nada, porque él se iba mucho a Larraizar (municipio aledaño) a ver películas y nosotras solo estamos jugando aquí, incluso hasta traemos verduras, y lo que hacíamos era jugar, subirnos a los arboles a cortar frutas, a mi me encanta subirme a los arboles, incluso una vez un tío nos vio, no nos dijo nada pero con la mirada lo dijo todo y al tercer día que volvimos a ir al árbol nuestra sorpresa fue que ya lo había tirado solo porque nosotras como mujeres nos habíamos subido al árbol, porque es de mala suerte, es mala energía, para él, eso lo veíamos como rechazo como mujeres y platicábamos mucho con mi papá y le decíamos que no se preocupara que nosotras nos íbamos a portar bien, y él nos decía que no era necesario que nos casáramos si no queríamos, que él nos podía dar comida, casa y todo eso, jamás nos falto el respeto, incluso dormíamos con mi papá, no como otros caso que he oído que los padres abusan sexualmente de sus hijas; ni con mis primos paso nada, nosotros nada más nos interesaba jugar, jugar y jugar he reflexionado y creo que nos ayuda mucho que mi papá es creyente católico a nuestro modo, no somos tan correctos como dice la Biblia, son cosas que siempre nos decía mi papa, la religión nos ha ayudado, porque nos hablaban en el catecismo, nos hablaban mucho de que debíamos amarnos unos a otros, entre hermanos, papás, y eso nos ha fortalecido mucho, ese lazo de amor entre familia y hemos sabido salir adelante a pesar de las criticas y obstáculos, de lo que le decían a mi papa que no sabía cómo educarnos porque parecíamos hombres y estamos muy agradecidas con nuestro papa, mi hermana mayor que tiene 36 años no se ha casado, aun cuando llegan muchos hombres a pedirla a mi papa para que se case, pero no quiere que sufra violencia doméstica o malos tratos y mi papa respeta la decisión de mis hermanas, yo creo que si mis hermanas se hubieran casado yo no sé cuántos hijos tendría ahora"(marzo 2020).

Si bien los aspectos de su familia, la apertura, paciencia, y afecto de sus padres han permitido que Juanita a nivel subjetivo vaya transformado su propia identidad y en esa medida a influido en su grupo social y su localidad, pues son muchos jóvenes los que se han beneficiado con su trabajo, su transformación social ha salpicado a toda una generación, así como las ondas que se forman en una laguna cuando se arroja una piedra, el efecto no se limita a una sola porción de agua si no se afecta a la totalidad.

Las transformaciones que trajo consigo el triunfo revolucionario, y que se expresan claramente en el discurso jurídico y político y la situación económica de la mujer, no influyen directamente en la subjetividad de todas las personas; sino que resultan mediatizadas por la influencia de la cultura patriarcal, que en forma de tradiciones, costumbres, normas y valores, trasmite fundamentalmente la familia y en particular la propia mujer como madre, en su función educativa a las nuevas generaciones marcando las nuevas subjetividades, como también son transmitidas por los diferentes agentes de socialización como la escuela, la comunidad, los grupos de amigos, los medios de comunicación como los más significativos; desde los feminismos se insiste y se actúa en la trasformación de las relaciones de género para romper los ciclos de sumisión y subordinación en las mujeres

y se vayan constituyendo como sujetas de derechos, ha sido un camino con avances y retrocesos pero jamás con caídas irreparables sino por el contrario cada día son más mujeres en diferentes ciudades, escuelas, localidades, fabricas, casas, calles, mercados que toman conciencia y se suman a la búsqueda de mejores condiciones de vida para ellas y las futuras generaciones, ejemplos sobran y aunque sabemos que los enemigos son muchos la conquista de la igualdad es inevitable:

> "Aunque no encuentro palabras en tsotsil, es muy complicado para mi explicar lo que es una mujer feminista, yo si me considero feminista y jamás me arrepentiré de haber elegido porque me hace fortalecer a las otras compañeras, nunca me arrepiento porque que se muchas niñas van siguiendo mi camino hasta incluso llegan a decirme cuando ven que voy llegando y me dicen "dónde fuiste, quisiera ser como tú" "cómo le hiciste para salir de esto, qué le hiciste a tus papás, qué palabras les dijiste", estar palabras son para fortalecerme, para mi alimentar mi alma, mi espíritu, aunque a veces me siento sola, muchas compañeras en los eventos me dejan sola, porque falta compromiso de parte de las compañeras" (Marzo, 2020)

LAS FORTALEZAS

Las transformaciones de las relaciones entre los géneros, la conquista de los derechos humanos y el derrumbe de las desigualdades, de las inequidades e injusticias impactan en la vida de las personas, con ello es posible vivir en comunidades y grupos humanos con bienestar, libre de violencia con la viabilidad de poner en práctica capacidades, habilidades e inteligencias al servicio de la misma comunidad y de esa manera retroalimentarse continuamente; pero estos procesos implican el trabajo continuo y convencido de todas las instituciones sociales, en América Latina este esfuerzo ha estado en manos de las organizaciones sociales que a ratos con cansancio no ha claudicado, sin embargo es gratificante saber y dar cuenta de las transformaciones a través de historias de vida como la de Juanita, que impulsan y dan la certeza de ir por el sendero correcto.

Como forma de sistematizar la experiencia y contar con los elementos que brinden claridad e incluso convertirlos en saberes que puedan ser compartidos en otras comunidades, enumeramos las prácticas que a partir de su relato identificamos como fortalezas en la vida familiar de Juanita que han permitido su constitución en una mujer sujeta de derechos:

1.- Ruptura con los usos y costumbres de la comunidad en su propia familia, es decir, las prácticas, costumbres y normas fueron cambiadas de acuerdo al pensamiento de sus padres, a pesar de las críticas y rechazo hacia su padre por parte de sus iguales en la comunidad por las concesiones que le ha dado a sus hijas principalmente.

2.- La prioridad en la crianza de los hijos en la familia de Juanita es el bienestar integral de sus hijos e hijas, con dos preceptos fundamentales: el afecto y la no violencia; hechos que garantizan un desarrollo humano deseable, está comprobado

que independientemente de las condiciones económicas de los niños estos dos factores nutren los aspectos físicos y psicológicos durante su desarrollo ontogénetico.

3.- Práctica de una vida espiritual, aunque se definen como creyentes católicos no se someten a sus normas y rescatan los valores positivos de su religión sin caer en fanatismos.

4.- Lo anterior resulta en una autodeterminación y pensamiento crítico en Juanita con miras en la búsqueda de mejores condiciones de vida no únicamente personales sino colectivas.

> "había algo en mí que me decía que debía seguir buscando, y así lo hice, hasta que encontré varias organizaciones que me hicieron ver muchas cosas que en Santiago el Pinar no lo veía, por ejemplo en impacto textil, una organización que trabaja con mujeres artesanas, ahí me fortalecieron mi liderazgo y cuando esa organización me contacto porque vieron mi liderazgo me contactaron para ver si quería formar un grupo de mujeres en Santiago El Pinar en el área de textil y por supuesto que me nació formar mujeres, y desde ese entonces sentí que mi corazón se tranquilizo y era lo que yo quería hacer, aunque si trabajábamos porque hacíamos replicas, por ejemplo el diplomado de políticas públicas, así como el tema de salud sexual y reproductiva, incluso trabaje en 5 municipios, lo cual me fortaleció mucho como mujer indígena, en todo este recorrido conocí a COFEMO y ahí hice un giro en todos los aprendizajes" (Marzo 2020).

Actualmente Juanita vive en su comunidad Santiago El Pinar, ha formado una organización civil "Xojobal Jbetik" que trabaja con jóvenes derechos sexuales y reproductivos, forma parte de la escuela de liderazgos feministas que imparte COFEMO, colabora con su familia en la producción de hortalizas y al mismo tiempo se dedica a la elaboración de prendas artesanales bordadas y tejidas en telar tradicional, ha decidido quedarse en a vivir en su comunidad y continuar su incidencia social:

> "siempre me ha gustado vivir en mi comunidad a pesar de tantas barreras, tantas injusticias, me gusta mucho el clima, el ambiente y si me han ofrecido trabajos en San Cristóbal de Casas que los he rechazado porque siento que en mi comunidad hace falta muchas cosas por trabajar y ahora que veo a compañeras que son líderes en la escuela, y eso me fortalece verlas tan empoderadas y eso me motiva a seguir creciendo mi luz, mi chispa, mi espíritu, mi alma y pues creo trabajar un tiempo en San Cristóbal y no dejar mi comunidad y seguir trabajando a favor de las mujeres, tengo experiencia y conocimientos para trabajar con mujeres y niñas, adolescentes, eso me hace brillar, avanzar más y sobretodo que nunca se me olvide trabajar en grupo de mujeres porque yo solo no puedo cambiar ideas y sobretodo usos y costumbres pero si trabajamos todas juntas es posible"

La vinculación social desde la principal universidad pública del estado es un trabajo que realizamos con la convicción de que los conocimientos y avances científicos y tecnológicos deben estar al servicio de la comunidad para mejorar la calidad de vida de todas las personas, tarea que no es posible sin el involucramiento de todos los actores

sociales que día a día construyen otras formas de vida.

Estoy convencida de que la toma de conciencia personal es importante para analizar la propia realidad y su interacción con las relaciones que establecemos a lo largo de la vida, y que éstas están en función de modelos de pensamientos y económicos imperantes en un contexto histórico especifico, así como con la geopolítica; lo anterior es imprescindible para posicionarnos de forma colectiva, para buscar derechos, justicia social, construirun mundo donde la premisa sea el bienestar individual y colectivo; Marcela Lagarde dice "...el transito de tener consciencia de ser mujeres, a tener consciencia de que a las mujeres nos pasan cosas, desarrollar de esto una consciencia política y luego asumirla como causa de una colectividad, es un proceso muy complejo y complicado. Pero además de asumirnos como feministas es más complicado todavía, a veces tardamos 20 años en adquirir la consciencia de que a las mujeres nos pasan cosas, que en preciso intervenir y participamos; pasan 20 años hasta que un día decimos a trancazos, un poco con la lengua engarrotada, que somos feministas", por ello debemos seguir de forma colectiva analizando l@saliad@s, l@ senemig@s y creando formas para romper con la opresión y subordinación.

REFERENCIAS

Bauman, Z. (2005) *Ética posmoderna.* México: siglo XXI

Burín, M., Dio Bleichmar, e. (1996) *Género, psicoanálisis y subjetividad.* Argentina: Paidós

Chant, S., Craske, N. (2007) *Género en Latinoamérica.* México: CIESAS

Cuevas, A. (2014) *Familias, género y emociones aproximaciones interdisciplinarias.* México: Juan Pablos Editor

Erikson, E. (1994) *Un modo de ver las cosas.* México: Fondo de Cultura Económica

Olivera, M. (2011) *Mujeres marginales de Chiapas: situación, condición y participación. Región de Los Altos territorio en disputa y resistencia cultural.* México: UNICACH

Ranciere, J. (2004) Política, identificación, subjetivación. En *Metapolítica,* 36 (8), 26-32.

Vasallo, N., (2012) Subjetividad femenina y cambio social en Cuba. En Carosio, A. *Feminismo y cambio social en América Latina y El Caribe.* Ciudad Autónoma de buenos Aires: CLACSO.

Vélez, g. (2008) *La construcción social del sujeto político femenino. Un enfoque identitario-subjetivo.* México: UAEM

Zárate, N. Ledesma, G. (2019) *Narrativas disciplinarias en investigaciones sociales.* México: UNACH

Zapata, E., Mercado, M. López, B. (1994) *Mujeres rurales ante el nuevo milenio.* México: Colegio de Posgraduados

CAPÍTULO 6

COISAS QUEBRADAS: AFETIVIDADES DESVIANTES

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 05/03/2021

Ludmila Castanheira
Universidade Estadual de Maringá,UEM
Maringá – PR
http://lattes.cnpq.br/0014987556460591

Lua Lamberti de Abreu
Universidade Estadual de Maringá, UEM,
artista transformista e transativista
Maringá – PR
http://lattes.cnpq.br/9222816124433562

RESUMO: A performance de feminilidade em nós está "quebrada". Nós somos mulheres: uma cis, lésbica outra trans, com afetividades circunstanciais. Para o olhar normativo, nos falta ou sobra algo. Não correspondemos ao binarismo de gênero. Nós estamos entre. E não há espaço para o que não se deixa catalogar imediatamente. Se as impressões sobre nós não são precisas, nós, automaticamente, somos retiradas da categoria humana. Nos tornamos coisas e, como tal, não merecemos qualquer deferência. As "coisas" devem ser eliminadas do mundo maniqueísta no qual nenhuma dúvida é bem-vinda. Somente por existir, nós ameaçamos os frágeis castelos de areia da normatividade. A partir dessa perspectiva, de existências que perturbam o estabelecido, temos sido mortas, fetichizadas, silenciadas. Não somos casal, nem família. Bando, talvez. Nós nos queremos assim, quebradas, olhando para as feridas uma da outra, e debochando da obviedade da vida circunscrita pela norma.

PALAVRAS-CHAVE: Dissidência; lesbianidade; travesti.

BROKEN THINGS: DEVIANT AFFECTIONS

ABSTRACT: The femininity performances in both of us is "broken". We are women, a cisgender and lesbian and a transgender of circumstantial affections. At the normative eye, we either miss or overflow something. We don't correspond to gender binary rules. We are between. There's no space to whatever refuses to be cataloged right away. If our impressons aren't precise, we, automatically are removed from the human category. We become things and, as such, we don't deserve any deference. "Things" should be eliminated from the manichaen world in which none of us are welcome. Only by existing, we threaten the fragile sandcastles of the normativity. From this perspective, of existences tha disturb what has been settled, we have been killed, fetishized, muted. We are not a couple, neither a family. A flock, maybe. We want ourselves like this, broken, looking to eachother wounds, mocking of the obviousness of a life that has been circumscribed by the norm.

KEYWORDS: Dissent; lesbian; transvestite.

É PRECISO DESTRUIR O AMOR

Durante o período de quarentena, variável no território nacional, mas estabelecido aqui a partir de março, muitas artistas, pensadoras,

figuras públicas e influencers se fizeram presentes com *lives*, eventos virtuais, mostras e debates on-line e produções de conteúdos variados para as plataformas digitais, visando o público em isolamento social. Entre elas, apesar de muitas e tantas, nos interessa especialmente uma *live*, da artista multilinguagem travesti preta Linn da Quebrada, Lina Pereira, com a Drag Queen preta Bianca DellaFancy, Fellipe da Silva Souza. Não é a primeira vez que a travesti fala publicamente sobre questões de afeto, amor e relacionamentos, mas nessa *live* específica, ela usa fala sobre a necessidade de "destruir o amor".

A justificativa para esta requisição, para a artista, é que a noção de amor só existe para aquele suposto indivíduo neutro, que notadamente é um homem, branco, cisgênero, hétero, jovem, magro, classe média-alta, cristão, eurocêntrico e, e, e. Ou seja, ao sujeito não marcado. Para todas as outras pessoas, esse amor é uma idealização romântica de filmes hollywoodianos, livros aburguesados, animações colonizadoras... Em suma, não existe para as abjeções. E para nos mantermos no reino do felizes para sempre, convidamos você a um exercício simples: cite um filme da Disney em que o/a/e vilã/o/e termina casado/a/e, feliz ou em paz? E como são essas personagens?

No imaginário social, a vilania é delineada como o lugar da abjeção: seja por bombardeio de referências midiáticas, currículos escolares e ocultos, pedagogias coercitivas dentro e fora de escolas, dogmas religiosos, moral e bons costumes coloniais. O corpo gordo, o corpo racializado, de gênero não conforme, de sexualidade dúbia ou não heterocentrada é sempre ridículo, desprezível, o que deve ser exterminado para que o final feliz aconteça. A fórmula de casal, de amor e de finais felizes só pode existir a partir do apagamento e, muitas vezes, do assassinato das dissidências. A norma casa-se "para sempre" com a norma e produzirá sempre descendências normais.

De volta à mencionada *live*, quando Linn frisa que precisamos destruir o amor, é desse amor normativo que ela está tratando. Não da ideia abstrata de amor enquanto um sentimento amplo que abarca afetos, sexos, carinhos, intimidades e até mesmo o básico do respeito – aquele amor entre amigues, familiares, comunidades. Esse amor dissidente, ainda assim, corre o risco de ser cooptado pelos mesmos modos de operação que instituem o amor romântico. Também ele está sujeito a ser perpassado por noções embranquecedoras, alienadoras, heteronormativas, cisgnerificantes etc.

Afeto, para uma pessoa trans, é tanto quanto não pode caber num único texto. Mas neste aqui, interessa olhar para os afetos relacionais ou afetivo-sexuais. Ainda nesta *live,* Lina Pereira confessa estar exausta de ter somente o campo sexual, vazio de afeto, vazio de empatia, vazio de cuidado e respeito, mas continuar neste exercício porque o toque é o momento em que sua existência é humanizada. Essa noção de humanização vem tentando tapar o buraco identitário que a cisnorma branca tenta criar no tecido social: a noção de que "somos todes humanes" e, portanto, iguais, de modo que problemas advindos de noções como raça, gênero, classe, sexualidade seriam irrelevantes e pontuais – o que não só não é uma verdade como perpetua a comodidade da norma em manter-se alienada em suas

prerrogativas de universalidade.

A fala de Linn evidencia, ainda, a satisfação de ser validada a partir do pertencimento ao círculo mágico da norma. Ao ser circunscrita enquanto possível, eleita como um corpo desejável – mesmo que para uma trepada rápida e escondida no banheiro – por um homem cis, a corpa travesti passa a existir.

Este panorama evoca uma metáfora imagética, mais ou menos nos seguintes termos: na mesa do banquete, oferecida pelo senhor aos seus iguais, a mulheridade cisgênera só é bem vinda se trouxer os pratos da cozinha, como a negritude só é tolerada se estiver ali para servir. As transgeneridades e as sexualidades não heterocentradas não são sequer convidadas. A estas existências "quebradas" ficam destinadas as sobras, a comida fria depois de a louça lavada. Para quem nunca viu um pão, a casca seca faz-se um banquete. Não somente pela saciedade da fome, mas pelas migalhas da atenção. Esta, posta no preparo do alimento destinado a uma visita ilustre, mas que, por descuido e nunca por intenção, respinga em quem fica com o que restou.

Neste cenário nós temos estado sempre atrás das portas, nos fundos, embaixo da mesa. Mas estes também são lugares estratégicos, a partir dos quais podemos puxar a toalha e mandar à merda as regras de aceitação: deixar de nos importar com a aprovação da norma, e assumir o lugar de não pertencimento. Depois de cagar no prato do senhor, vamos nós, as esquisitas, para um boteco qualquer. Nesse sentido, destruir o amor é usar, nas palavras de Ventura Profana, "bota de python para pisar na cabeça do senhor".

Há também um destaque importantíssimo a ser feito nesse cenário: os afetos são políticos. A quem se endereçam, como se validam e mesmo a noção de monogamia também está inserida nesse dispositivo da sexualidade, que pressupõe a servidão feminina. A monogamia é uma regra que sacramenta a família e que deve ser seguida sem desvios, exceto pelos homens cisgênero, estes reféns dos instintos, incapazes de contê-los e que depreendem a compreensão ilimitada das mulheres com quem se relacionam.

A heterossexualidade é uma instituição política que retira o poder das mulheres. O reforço da heterossexualidade e, mais ainda, da heterossexualidade monogâmica para mulheres é um meio de garantir aos homens cis hétero o acesso físico, econômico e social a elas. Nesta equação está subtraída a possibilidade lésbica, delineada como um panorama habitado por pobres mulheres frustradas que, incapazes de manter relações com homens, resignaram-se às relações com seres inferiores, da mesma estirpe que elas: outras mulheres. Porque, obviamente, a fragilidade masculina colapsaria se ousasse imaginar que as lesbiandades não se dão pela falta, nem pelo lamento, mas pela celebração erótica e afetiva cuja existência autônoma independe do que querem ou pensam os homens cis hétero.

As lesbianidades são uma potência política, no sentido de que também elas, como convida Linn, desmontam a ideologia do romance heterossexual, imposta a nós desde a infância a partir dos contos de fada, do cinema, da propaganda, das canções "de amor",

das datas comemorativas. A doutrinação prematura das mulheres para o amor romântico prevê que as necessidades masculinas devem ser postas em primeiro lugar, e que a pulsão sexual masculina é incontrolável, e deve ser satisfeita sob qualquer hipótese, incluindo-se a despeito de nossa autonomia sobre nossos corpos. Desobedecer a este acordo social tácito, necessariamente, abala os lugares comuns que sustentam a norma.

Em graus diferentes, todas as mulheres são vítimas na heterossexualidade compulsória. Mesmo nós, coisas quebradas, cuja performance de gênero não permite repousar nas gavetas tranquilas da binaridade. Se não somos lidas como "femininas", as lésbicas temos reiteradamente sido alocadas numa espécie de "caminho de bumerangue" em que nem nos livramos de fato da feminilidade, nem alcançamos por completo a masculinidade. Somos, por fim, segundo a métrica da normatividade, antes e sempre, impostoras.

Não ocorre à organização social que segura esta régua de medir adequação que as lésbicas não almejamos a masculinidade mais do que debochamos dela. Assim também temos jogado com os aspectos considerados femininos. Nós, de maneira consciente ou não, temos tratado estas segmentações como tecnologias de gênero a serem reapropriadas, negociadas e pirateadas. Temos dobrado, inclusive, as noções de *femme* e *butch* e nos permitido oscilar entre estes papéis, inventar outros e desobedecer a todos eles. Sobretudo, temos reivindicado que nossa sexualidade se defina pela atração por mulheres. Não pelo desprezo aos homens cis hétero. Porque nossa sexualidade é sobre nós, não sobre eles.

A possibilidade de haver no mundo qualquer coisa que não se destine à satisfação cismasculina ainda é mais chocante do que deveria. Especialmente numa organização patriarcal em que temos ocupado o lugar de dote – a objetificação em forma de prêmio. Nessa lógica, em que temos sido separadas em categorias cujas variações redundam em puta ou santa, com as quais os homens de bem se casam ou se divertem, é espantoso que dediquemos afeto entre nós. Para manter a metáfora romântica perpetrada pelas "histórias de amor", é como se a princesa jogasse o sapatinho perdido no príncipe para se casar com a bruxa.

O AMOR NA DISSIDÊNCIA

É possível notar nas falas de tantas corpas dissidentes que, mais e mais, temos feito o movimento de nos fecharmos em nossas comunidades. Esse movimento se dá em diversas escalas, assim como com casais afrocentrados, transcentrados, etc. Os motivos para esse centramento é a noção de que nossas existências não podem depender das regras de normalidade, até porque não se pode ganhar um jogo cujas regras são inventadas pelo adversário – para serem cumpridas por nós e desrespeitadas por ele.

Quando Linn nos chama a destruir o amor, está atentando contra o amor que estabelece famílias consanguíneas em que o bem-estar do macho figura como princípio

inquestionável. O amor estabelecido como esse que sufoca aquelas, aqueles e aquelus que não são conformes. Destruir o amor neste caso nada tem a ver com espalhar (mais) amargura e dor nas relações já tão adoecidas e nos resignar a descrever a distopia. Não. Trata-se de desviar menos que enfrentar o horror do nosso tempo e inventar o amor na dissidência.

A questão é que nosso campo de afetação, nossos desejos e nossa libido também são atrelados ao meio social e às construções culturais que elegem o belo enquanto norma. Ou seja: sugerem e/ou impulsionam nosso imaginário para aquela única possibilidade, de aceitável, de amável. Para quem não cabe nessa fórmula, resta o desespero. E nem só de identidades marginalizadas se compõe o muro das lamentações das desesperadas, porque mesmo a identidade cis-branca-hétero pode ser ceifada desse plano de final feliz se porventura deslizar em cumprir qualquer uma das obrigações normativas. A norma só se sustenta enquanto materialidade a partir das performances e dos discursos que circundam, erigem e validam determinadas noções, convidando corpos a perpetuarem fórmulas coercitivas.

O amor na dissidência está cansado da repetição *ad nauseum* dos retratos brancos, cisgêneros e heterossexuais nos seus finais felizes das telenovelas, filmes e séries. O amor na dissidência não perdoa a "inocência" dos livros didáticos em não trazer corpos gordos, trans e racializados para ilustrar a humanidade. O amor na dissidência quer vomitar no fato de que as pessoas famosas sejam embranquecidas, passáveis, além de ricas.

Nós desistimos de nos querermos apenas romanticamente e nos abraçamos enquanto quebradas, puídas, rotas. Balançamos bases éticas e estruturantes de uma sociedade intolerante e buscamos outras geografias para os mapas dos afetos. Faz parte desse tráfego esquecermos masculinidades cisgêneras brancas no curso de nossas rotas afetivas. Não por retaliação e exclusão. Mas pelo entendimento de que os desejos têm sido direcionados a alguns corpos mais que a outros, alguns corpos têm importado, outros não, algumas vidas têm figurado como preserváveis, outras como descartáveis.

Como houvesse alguma reparação possível, reiteramos a proposta de Linn da Quebrada e a complementamos com a de um continuum lésbico, capaz de abarcar um grande escopo de variedades de experiências de identificação entre mulheres. A dissidência amorosa entre a travesti e a sapatão que escrevem esse texto é atravessada pelas experiências de identificação entre nós e não se restringe ao erotismo do qual nossa amizade está – sim, também, mas não só – impregnada. Mas, sobretudo, nosso continuum lésbico é um vínculo contra a tirania masculina. Ele é o meio pelo qual damos e recebemos apoio prático e político.

É pelo continuum lésbico que exercitamos o desejo não confinado a qualquer parte do corpo em si mesmo, mas como uma energia difusa e onipresente de compartilhamento da alegria. A partir dele, nos tornamos menos propensas a aceitar a resignação, a autonegação, a vida minguada e a tristeza que determinaram para nós, se fracassamos

no amor romântico. Nós nos movemos circunstancialmente para dentro e para fora desse continuum, mesmo que não haja entre nós uma relação lésbica.

A afetividade entre nós, coisas quebradas, nada deve ao amor romântico. Nós longe das bases da cishetronormatividade, não estamos preocupadas em saber com quem cada uma de nós dorme, não cobramos exclusividade, não buscamos as sanções no Estado e da Igreja para a nossa união. Nós não nos vigiamos para o cumprimento dos papéis de gênero, e temos nos agrupado em bandos, mais do que em famílias.

Nossa intimidade não está a serviço da norma, mas ajuda a nos reconhecermos e aceitarmos em nossas coisificações. Porque o modelo de humanidade não nos inclui, nem tem funcionado de forma que nos contemple. Da mesma forma, o "bom funcionamento" assíduo, produtivo e rentável, que adoece pessoas em nome da máquina capital, nos percebe como defeituosas. Também a isso celebramos. Sem a ingenuidade de escapar, mas justamente habitando a grande engrenagem de produção e consumo aos trancos, sazonalmente, quebradas. Por derrisão, nos apresentamos assim: coisas quebradas.

REFERÊNCIAS

FRENTE A FRENTE com Linn da Quebrada | Bianca DellaFancy [S. l.: s. n.], 2020, 1 vídeo (48:19 min). Publicado pelo canal **Bianca DellaFancy**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nn5Vd7C2YHM&t=3s> Acesso em 05/03/2021.

TRAQUEJOS PENTECOSTAIS PARA MATAR O SENHOR. Intérpretes: Podeserdesligado; Ventura Profana. Composição: Podeserdesligado; Ventura Profana. 2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/album/4zTGuPoa5D4WkiDEMW0E3A> Acesso em 05/03/2020.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

CAPÍTULO 7

GÊNEROS, VULNERABILIDADES E OPRESSÕES: UM ESTUDO A PARTIR DA TEORIA DA INTERSECCIONALIDADE E DA OBRA NAVALHA NA CARNE, DE PLÍNIO MARCOS

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 01/02/2021

Julia de Albuquerque Barreto
Mestranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
São Paulo – SP
http://lattes.cnpq.br/2070661933060634

Lucas Henrique de Lucia Gaspar
Mestrando em Direito Penal pela Universidade de São Paulo
São Paulo – SP
http://lattes.cnpq.br/5041156855235639

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo examinar o contexto de opressão e discriminação presente nas camadas mais marginalizadas da sociedade brasileira por uma lente adotada a partir do estudo da teoria da interseccionalidade, consolidada pela acadêmica estado-unidense Kimberlé Williams Crenshaw. Para compreender essa situação de vulnerabilidade e retratar a incidência das questões de gênero que permeiam as relações humanas, recorreu-se à obra Navalha na Carne, de Plínio Marcos, haja vista sua capacidade de figurar como um dispositivo de análise social e de denúncia da opressão vivenciada pelos indivíduos, que acabam por sofrer um processo estrutural de discriminação e violência que se intensifica a partir da quantidade e dos tipos de sobreposições de suas identidades sociais. Portanto, almejou-se: (i) compreender na obra de Plínio Marcos o enredo e o contexto em que a trama é desenvolvida; (ii) verificar os principais elementos da personagem de Neusa Sueli e a relação da protagonista com outras personagens da trama; (iii) identificar algumas características relevantes sobre Plínio Marcos e a sua atuação como dramaturgo; (iv) descrever os aspectos fundamentais da teoria da interseccionalidade; e, por fim (v) relacionar a citada teoria com a dramaturgia em tela. Assim, ilustrar-se-á a teoria da interseccionalidade, no cenário brasileiro de marginalização, por meio da obra Navalha na Carne.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Interseccionalidade. Navalha na Carne. Opressão. Plínio Marcos.

GENDERS, VULNERABILITIES AND OPRESSIONS: A STUDY THROUGH THE INTERSECTIONALITY'S THEORY AND PLÍNIO MARCOS' PLAY ENTITLED NAVALHA NA CARNE

ABSTRACT: The present text aims to analyze the context of oppression and discrimination in the most marginalized strata of Brazilian society through the perspective of the study of the theory of intersectionality, consolidated by the north American academic Kimberlé Williams Crenshaw. Thus, to understand this situation of vulnerability and to portray the incidence of gender issues in the human relationships, the authors resorted to the work entitled "Navalha na Carne", by Plínio Marcos, due to its capacity to figure as a device of social analysis and as a denunciation of the oppression experienced by individuals, who suffer a structural process of discrimination and violence that it is intensified according to the

quantities and to the types of social identities of them. Therefore, the aim was to: (i) understand in Plínio Marcos' work the plot and context in which the story is developed; (ii) verify the main elements of the character of Neusa Sueli and the relationship of the protagonist with other characters in the plot; (iii) identify some relevant characteristics about Plínio Marcos and his role as a playwright; (iv) describe the fundamental aspects of the theory of intersectionality; and, finally (v) to relate the abovementioned theory with Plínio's dramaturgy. Thus, the theory of intersectionality will be illustrated, in the Brazilian scenario of marginalization, through the work Navalha na Carne.
KEYWORDS: Gender. Intersectionality. Navalha na Carne. Oppression. Plínio Marcos.

1 I INTRODUÇÃO

"Ninguém nasce mulher: torna-se mulher" (BEAUVOIR, 1967, p. 9), por meio de uma construção social, estruturalmente machista e misógina, em que se criam normas a fim de cercear as potencialidades do "segundo sexo" tão somente às satisfações do gênero masculino.

Ocorre, porém, que essa marginalização perante a comunidade não se restringe a apenas essa característica: pertencer ao gênero masculino (ou não). Afinal, o processo de opressão a que alguém é submetido se vale de muitos outros fatores que se sobrepõem, os quais podem vir a intensificar ou minimizar a sua vulnerabilidade.

Assim, uma vez reconhecida que a discriminação sofrida pelo indivíduo é resultado das diversas – e não apenas de uma das – características sociais que compõem a sua identidade perante a sociedade, Kimberlé Williams Crenshaw, feminista estado-unidense, desenvolveu a teoria da interseccionalidade. Por meio desta, salientou-se que os processos de dominação e opressão sofridos não atuam de forma autônoma, dado que são partes de um todo que se relacionam.

Por isso, uma mulher negra, lésbica, pobre, periférica, transexual e neuroatípica por exemplo, presenciará situações de discriminação, ao longo da sua vida, de forma mais recorrente e intensa que outras composições identitárias, como a de um homem, branco, hétero, rico, espacialmente bem localizado, cisgênero e neurotípico.

Ora, a exponenciação da vulnerabilidade de um indivíduo a depender das sobreposições de suas identidades sociais é uma questão de extremo relevo e de nítida percepção no cotidiano de nossas vidas. Tanto é assim que existem inúmeras obras que retratam essa marginalização, desde estudos científicos até dramaturgias, estas que, ainda que fictícias, visam a representar o real por uma concepção artística.

Desta feita, para se elucidar esse contexto de vulnerabilidade e opressão, em especial no cenário periférico brasileiro e por uma lente de gênero, pretende-se, ao longo das próximas páginas, aprofundar-se nos estudos da teoria da interseccionalidade por meio da ilustração de suas facetas na obra teatral intitulada "Navalha na Carne", de autoria de Plínio Marcos, haja vista sua capacidade de representar a realidade do contexto de

violência doméstica e, principalmente, de intersecção da opressão sofrida pelos seres humanos, a depender de suas individualidades.

2 | O AUTOR: PLÍNIO MARCOS

A obra Navalha na Carne é de autoria do dramaturgo Plínio Marcos, nascido em Santos, litoral de São Paulo, e também conhecido como o "autor maldito".

O apelido não veio à toa, haja vista que, como bem salienta a crítica teatral Ilka Zanotto, suas narrativas eram uma "descida ao inferno", dada a sua característica em tentar exprimir a realidade do submundo brasileiro e das circunstâncias em que estão inseridos seus indivíduos, inclusive desenvolvendo falas com grande fidelidade ao linguajar daquele grupo.

Nas palavras do jornalista Carlos Heitor Cony, em matéria publicada na Folha, em 22 de novembro de 1999, o dramaturgo santista Plínio Marcos estaria "na ralé, nos subúrbios da marginalidade [...] [n]a escancarada violência verbal do nosso tempo [...] desprezava a dignidade e se lixava para a santidade. A fome e a miséria, física ou moral, substituíam os valores burgueses" (*apud.* MENDES, 2009, p. 463-464).

Tais foram os fatores responsáveis por consagrarem suas obras como feitos inéditos, denunciativos e revolucionários e, também, como constante objeto de repressão e censura durante a Ditadura Militar: "Plínio Marcos se tornou alvo preferencial da ditadura. Bastava o seu nome como autor para um texto ser proibido" (MENDES, 2009, p. 149).

Quanto à essa competência de dar voz aos que não tinham voz e afrontar o *status quo*, insta transcrever o seguinte excerto desenvolvido por Zanotto sobre seu amigo:

> O palco povoado de cafetões, prostitutas, lésbicas, assassinos, suicidas, homossexuais, gigolôs, bêbados, drogados, policiais corruptos, escória das escórias, das docas de Santos, das zonas, dos bordéis, dos bares [...] os marginais mais absolutos, aqueles que não têm voz nem vez. Plínio Marcos, aos olhos do Sistema que governou o país a partir de 64, era o 'perigo', aqueles cujas palavras tinham o poder de abalar estruturas, costumes, regimes... Por que a proibição paulatina e reiterada de sua obra? Muito provavelmente, a resposta está na raiz da dramaturgia do autor: ela mostra como 'gente' aqueles que normalmente são considerados 'marginais' e traz ao palco uma nova classe integrada por indivíduos até então ignorados pela saga teatral, aos quais devota solidariedade irrestrita pelo simples fato de fazê-los existir. Acende-se a luz vermelha da repressão ante o possível despertar da consciência de estruturas sociais injustas que clamam por modificação (ZANOTTO, 2003).

E esta sua personalidade não só o acompanhou até o fim da sua vida, como foi o motivo que despertou o seu interesse em escrever peças de teatro, ou seja, retratar a vida – e as dores – daqueles indivíduos que eram constantemente passíveis de esquecimento para o resto da nossa sociedade: "chocado com a notícia de um garoto currado na prisão, Plínio Marcos escreveu também a sua primeira peça, Barrela [...] Escreveu Barrela porque

precisava pôr pra fora a dor e a indignação provocadas pela história do garoto barrelado" (MENDES, 2009, p. 80).

Em suma, nas palavras do próprio Plínio sobre sua pessoa – conforme se extrai da abertura do CD intitulado Plínio Marcos em Prosa e Samba –, assim pode ele ser definido:

> Eu conto história das quebradas do mundaréu, lá de onde o vento encosta o lixo e as pragas botam os ovos. Falo da gente que sempre pega a pior, que come da banda podre, que mora na beira do rio e quase se afoga toda vez que chove e que só berra da geral sem nunca influir no resultado. Falo dessa gente que transa pelos estreitos, escamosos e esquisitos caminhos do roçado do bom Deus. Falo desse povão, que apesar de tudo é generoso, apaixonado, alegre, esperançoso e crente numa existência melhor na paz de Oxalá (SANCHES, 2012).

De qualquer forma, em que pese a vida autoral de Plínio ter sido toda pautada no desenvolvimento de obras com protagonismo de sujeitos que eram objeto de vulnerabilidades e discriminações, para fins de direcionamento do presente estudo, que visa a ilustrar os reflexos das sobreposições de identidades sociais em relações de opressão, estudou-se especificamente a obra Navalha na Carne, para que se pudesse aprofundar em seu enredo, nos principais elementos das personagens – Neusa Sueli, Vado e Veludo – e no contexto em que se inserem.

Afinal, trata-se de dramaturgia que é um nítido reflexo da sociedade, em especial no que diz respeito às suas relações de gênero, como salienta a acadêmica Maria Soares: "o que sobressai na peça são as relações de poder. As três personagens que aparecem no texto representam a própria sociedade brasileira" (SOARES, 2010, p. 61).

3 | A OBRA: NAVALHA NA CARNE

A peça em questão foi escrita ao longo de três noites, tendo sido encenada pela primeira vez em 1967. Contudo, devido ao seu teor político e crítico, de imediato, foi objeto da atuação da censura do regime ditatorial, o que fez com que fosse exibida de forma clandestina (MENDES, 2009, p. 158 e ss. e p. 345). Afinal, no Diário Oficial de 19 de junho do mesmo ano, publicou-se a portaria datada de 14 de junho, em que o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal ratificou que:

> Considerando a profusão de sequências obscenas, termos torpes, anomalias e morbidez explorada na peça Navalha na carne, a qual é desprovida de mensagem construtiva, positiva e de sanções a impulsos ilegítimas, o que a torna inadequada a plateia de qualquer nível etário, resolve denegar provimento ao pedido de reconsideração pela liberação da peça (*apud.* MENDES, 2009, p. 159-160).

A obra Navalha na Carne retrata indivíduos e grupos vulnerabilizados com maestria, tornando-se conhecida pela nítida função denunciativa e revolucionária – um corte visceral

sobre as relações de gênero e suas opressões no contexto brasileiro de marginalização.

Por isso mesmo que "Navalha provocou o maior susto, com uma narrativa curta (em cena, no máximo cinquenta minutos) e grossa (os palavrões jorravam com assustadora poesia)" (MENDES, 2009, p. 149). Afinal, como bem salienta o dominicano Frei Patrício, entrevistado por Regina Helena: "A sociedade não gosta de admitir a existência de Neusas Suelis, Vadinhos e Veludos" (*apud.* MENDES, 2009, p. 161). E foi justamente por essa razão que a peça em questão "causou um profundo impacto ao desnudar o comportamento de [...] indivíduos excluídos que se confrontam até a destruição, levando a crítica a registrar que surgia uma contribuição nova à dramaturgia nacional" (ANDRADE, 2013, p. 243).

Ora, trata-se de obra violenta e que possui como intuito expor aquela realidade diante dos olhos do público. Por isso, por exemplo, surgiram montagens como a do Grupo TAPA, encenada por todo o Brasil – e até em Portugal –, com direção do renomado Eduardo Tolentino e com Denise Weinberg (Neusa Sueli), Zecarlos Machado (Vado) e Guilherme Sant'Anna (Veludo) no elenco (MENDES, 2009, p. 465).

Nela, optou-se por reduzir o número de público para se encenar a história de forma fisicamente (e não só emocionalmente) próxima dele, para mostrar que "essa violência está em cada esquina, virou parte do dia a dia [...] É como se as pessoas fossem testemunhas daquilo, estivessem ali, dentro do quarto [...] ficava mais real. Não dava para fingir a violência, os atores teriam que bater mesmo", segundo o supracitado diretor (*apud.* MENDES, 2009, p. 466).

E isso era essencial para se reiterar a proximidade e a iminência de se deparar com aquela situação, haja vista que, como bem pontua Denise Weinberg, a Neusa Sueli na supracitada montagem: "[a] mulher de hoje está muito mais para uma Neusa Sueli do que para qualquer outra heroína" (*apud.* MENDES, 2009, p. 466).

Por isso, muitos críticos teatrais a consagram como uma obra de vanguarda, dentre eles, Sábato Magaldi, que salientava que "[a] literatura teatral brasileira nunca produziu uma peça de verdade tão funda, de calor tão autêntico, de desnudamento tão cru da miséria humana como essa de Plínio Marcos" (*apud.* MENDES, 2009, p. 169). Nesse mesmo sentido, posicionou-se Yan Michalski, um dos primeiros críticos teatrais a se manifestar sobre a obra, ainda em 1967: "à qual se assiste com a respiração presa, e a cujo fascínio não escapa nem o público mais conservador, a priori menos disposto a enfrentar cara a cara a crueldade e a violência" (MICHALSKI, 2005).

Afinal, a trama da dramaturgia se desenvolve em um sórdido quarto de hotel de quinta classe, em que um gigolô, uma prostituta e um funcionário homossexual (Veludo) do prostíbulo discutem para compreender o porquê do desaparecimento de uma determinada quantia de dinheiro, que teria sido obtida por Neusa Sueli e destinada ao seu amante e cafetão, Vado.

Apesar de, naquele momento, estar-se diante de um acontecimento infeliz – o sumiço das cédulas –, nota-se, de imediato, que as cenas não demonstram uma violência

não usual ou atípica na vida daquelas personagens. Muito pelo contrário, escancara-se que se está de fronte a uma história de violência doméstica recorrente, em que os papéis que cada uma das personagens exerce dentro da sociedade estão correlacionados com os abusos que sofrem.

Até porque a partir de uma análise dramatúrgica da obra, percebe-se que Vado – gigolô heterossexual, amante e constante agressor de Neusa Sueli, mas que só está com ela em razão do dinheiro – vale-se de todos os estereótipos machistas para praticar violência psíquica, moral e física à Neusa Sueli. Não por outra que, logo em sua segunda fala na peça, ele a chama de "vaca" e, em sua sexta fala, ele começa a torcer seu braço e a ameaça de espancá-la.

Quanto a exercer a função de cafetão, tratava-se de condição que Plínio realmente condenava, ainda que lhe tenha concedido notório espaço na ribalta: "Sempre achei isso uma coisa vergonhosa. São duas coisas das quais a gente sempre se envergonhava: tomar dinheiro da mulher e pagar mulher. Tomar dinheiro é coisa de cafetão [...] Eu sempre tive muito preconceito com cafetão" (*apud.* MENDES, 2009, p. 64).

No que tange à protagonista Neusa Sueli, insta salientar que se trata de mulher, pobre e provavelmente negra[1] que está à mercê das vontades de Vado por receio de ficar ainda mais sozinha e de ser posta na rua, o que é ainda mais angustiante por ser uma profissional do sexo já não mais tão nova, o que acaba por defini-la como uma "prostituta maltratada por uma vida miserável" (MENDES, 2009, p. 164).

Dentre os diálogos e as ações que expõem os abusos vivenciados por Neusa Sueli – em razão de ser mulher, pobre, profissional vítima de exploração sexual e já não tão jovem, sozinha e provavelmente negra –, destaca-se a seguinte, devido à manifesta exposição de uma conduta em que se reduz a protagonista a um mero objeto sexual que é utilizado para obtenção de prazer e dinheiro:

---

1 Em nenhum momento, expõe-se a etnia ou raça da personagem. Contudo, existem diversos críticos que defendem a necessidade da Neusa Sueli ser representada por uma atriz negra, haja vista o contexto em que se insere a obra – subúrbio brasileiro. Tanto é assim que foi realizada montagem, em 2018, denominada "Navalha na Carne Negra", em que todos os atores eram negros. Para fins de elucidação dessa questão, impõe a transcrição do material armazenado no teatro em que foi a dramaturgia encenada (TUSP – Teatro da Universidade de São Paulo): "A problemática do corpo preto e seus históricos processos de marginalização social são o mote central da montagem, que pretende lançar luzes sobre questões relativas à hierarquização social hoje vigente. As questões atravessam o texto de Plínio Marcos e reverberam na própria produção teatral hegemônica de nosso país. Quem são os "marginais" de Plínio Marcos hoje? Onde se encontram? Como lidam com seus desejos e necessidades? Qual sua expectativa de vida? Eles se reconhecem como parte dessa "escória"? O que esperam da sociedade – se é que ainda esperam alguma coisa?" (NAVALHA na carne, 2018). Por isso que o material de divulgação ratifica que "Se interpretamos o texto de Plínio Marcos como uma navalhada na carne negra, é porque as relações de poder e de impotência que o texto revela nos são [a nós negros] desde sempre familiares" (VELLEDA, 2018). Afinal: "A lógica do processo social permite supor que as personagens de Plínio Marcos em Navalha na carne podem ser negras. No entanto, as representações mais conhecidas do texto têm contado majoritariamente com atrizes e atores não negros. Quando Lucelia Sergio, interpretando Neusa Sueli, entra em cena na montagem em análise tirando a peruca loira isso nos remete a algo acidental, a uma personagem se desfazendo da outra com a qual ganha a vida. O "desfazer-se" remete também a uma possível resposta à maneira como no teatro brasileiro a distinção racial se afirmou. A tentativa de desnaturalização deste imaginário é, entre outras coisas, o que Navalha na carne negra nos oferece" (ABREU, 2018).

> Vado – Eu estou duro! Estou a nenhum! Eu estou a zero! A zero, sua vaca!/ Neusa Sueli – E a culpa é minha?/ Vado – Vagabunda, miserável! Sua puta sem-calça! Quem tu pensa que é? Pensa que estou aqui por quê? Anda, responde! *(Pausa.)* Não escutou? Responde! Por quê? Você acha que eu te aturo por quê?/ Neusa Sueli – Eu sei... Eu sei.../ Vado – Sabe, né? Então diz. Por que eu te aturo?/ Neusa Sueli – Poxa, Vadinho, eu sei.../ Vado – Então diz! Diz! Quero escutar. Diz de uma vez, antes que te arrebente. Por que eu fico com você?/ Neusa Sueli – Por causa da grana./ Vado – Repete, sua vaca! Repete! Repete! Anda!/ Neusa Sueli – Por causa da grana./ Vado – Repete mais uma vez./ Neusa Sueli – Por causa da grana./ Vado – Mais alto, sua puta nojenta!/ Neusa Sueli – Por causa da grana./ Vado – Isso mesmo. Estou com você por causa do tutu. Só por causa do tutu. Você sabe. Estou aqui por causa da grana. Por causa da grana. É isso mesmo. E se você não me der moleza, te arrebento o focinho. Eu sou o Vadinho das Candongas, te tiro de letra fácil, fácil. Eu estou assim *(Faz gesto com os dedos indicando muitas.)* de mulher querendo me dar o bem-bom. Você sabe disso também, não sabe? *(Pausa.)* Sabe ou não sabe?/ Neusa Sueli – Sei... Sei, sim... *(Chora.)* (MARCOS, 2003, p. 142-143).

Não bastasse o supracitado diálogo, há ainda a seguinte fala do gigolô que expõe a situação de extrema vulnerabilidade em que se encontra a protagonista:

> Vado – Só estou falando a verdade. Você está velha. Outra noite, cheguei aqui, você estava dormindo aí, de boca aberta. Roncava como uma velha. Puta troço asqueroso! Mas o pior foi quando cheguei perto pra te fechar a boca. Queria ver se você parava com aquele ronco miserável. Daí, te vi bem de perto. Quase vomitei. Porra, nunca vi coisa mais nojenta. Essa pintura que você usa aí pra esconder a velhice estava saindo e ficava entre as rugas, que apareciam bem. Juro, juro por Deus, que nunca tinha visto nada mais desgraçado [...] Senti uma puta pena de mim. Um cara novo, boa pinta, que se veste legal, que tem um papo certinho, que agrada, preso a um bagulho antigo. Fiquei bronqueado. Porra, ainda tentei quebrar o galho. Pensei comigo: mas de corpo ainda é uma coisa que se pode aproveitar. E sem te acordar, tirei a coberta, tirei tua camisola, tirei tua calcinha e teu sutiã. As pelancas caíram pra todo lado. Puta coisa porca! Acho que até um cara que saísse de cana, depois de um cacetão de tempo, passava nesse lance. Pombas, que negócio ruim era você ali dormindo. Juro por Deus, nunca vi nada pior. Se não fosse o desgraçado do ronco de porca velha, eu tinha mandado te enterrar. Porra, e não se perdia nada. Me larguei. Não aguentava (MARCOS, 2003, p. 160).

Em paralelo à história principal, há a figura do Veludo – homossexual e camareiro do prostíbulo –, que também é vítima das agressões físicas e verbais de Vado e que realiza calorosas discussões com Neusa Sueli, em que cada um se vale das vulnerabilidades sociais dos outros para direcionar ofensas.

No que diz respeito à relação entre Veludo e Vado, nota-se que são empregados termos pelo gigolô para se referir ao funcionário do prostíbulo como "bichona", "puto" e "veado de merda" – ou seja, ofensas e ameaças vinculadas à sua orientação sexual: "Confessa logo, bicha, senão vou botar pimenta no teu rabo" (MARCOS, 2003, p. 149). E

tais atos violentos são praticados em razão do Veludo não compor a classe que está em posição de destaque na teia de opressão, como bem reconhece a personagem: "Socorro! Socorro! Monstro! Por que você não faz isso com um homem, seu nojento? Ai, esse tarado está me matando!" (MARCOS, 2003, p. 149).

Por isso, ciente dessa situação – isso é, da necessidade de Vado se autoafirmar como um homem heterossexual e opressor para, valendo-se dessas facetas, praticar atos discriminatórios em razão da sua posição social de privilégio na teia de opressão –, Veludo faz menção a ter uma suposta excitação nas agressões sofridas por Vado, o que faz com que ele se abstenha de agredi-lo para não ter sua (frágil) masculinidade corrompida, porque, em tese, tais ações estariam proporcionando prazer – e não dor – a um indivíduo homossexual:

> Veludo – Vai, Neusinha Sueli, manda ele me dar uma tragada. Por favor, Sueli, manda. Eu não aguento mais./ Neusa Sueli – Acho melhor você se arrancar daqui./ Veludo – Seu Vado, deixa eu dar uma fumadinha só./ Vado – Sem-vergonha! Pensa que mulher manda em mim, bicha louca? Pensa que se essa vaca mandasse eu ia te dar o fumo?/ Veludo – Que homem bruto, meu Deus! Vado, deixa eu fumar!/ Vado – Ainda sou Seu Vado pra você. Perdeu o respeito, seu miserável?/ Veludo – Homem que me judia eu não chamo de sehor. É Vado, e olhe lá./ Vado – Te dou uma porrada que você vê./ Veludo – Dá, então. ***(Vado bate em Veludo.)***/Vado – Gostou?/ Veludo – Bate mais./ Vado – Nojento!/ Veludo – Bate, seu bobo, bate. ***(Vado fica vencido, impotente.)***/ Veludo – Você viu, Neusa Sueli, como a gente lida com homem?/ Neusa Sueli – Cala a boca, bicha!/ [...] Veludo – Você viu como eu encabulei o homem, Neusa Sueli? Tadinho dele! Ficou sem jeito. Coitadinho! Vê a carinha do Vado, Neusa Sueli. Vai fazer um carinho pra ele. Ele está tristinho. Vai lá, bobona. Vai agradar teu homem. Vai, Neusa Sueli [...] Pensei que era o homem deste galinheiro que cantava de galo. Entrei bem. Quem manda aqui é a galinha velha./ Neusa Sueli – Galinha velha é a tua mãe./ [...] ***(Veludo sai, xingando. Neusa Sueli fecha a porta e depois fica parada, olhando Vado por longo tempo.)*** Neusa Sueli – Porco! Nojento! Você pensa que não manjei a tua jogada com o Veludo?/ [...] Vado – Deixa de história. Vocês antigas vêem malícia em tudo./ Neusa Sueli – Só sei que você me embrulhou o estômago./ Vado – A vovó das putas todas é metida a família, é? (MARCOS, 2003, p. 154-159).

Ou seja, na cena em questão, a impotência de Vado em continuar a praticar atos discriminatórios deriva da afronta, perpetrada por Veludo, ao seu estereótipo de "macho alfa", que está automaticamente vinculado com a construção social associada ao gênero masculino. Afinal, caso Vado opte por prosseguir a proporcionar prazer a um homem homossexual – ainda que por agressões físicas –, contrariará as características que o qualificam como homem hétero perante a comunidade, isso é, alguém em posição de destaque na teia de opressão – ainda que seja pobre e viva à margem da burguesia.

Neusa Sueli também se dá conta que o poder exercido por Vado decorre do papel que exerce perante a coletividade – ser um homem hétero – e, por isso, para implorar por seu "amor", ameaça de cortar seu falo com a navalha caso não vá para cama com ela

(MARCOS, 2003, p. 167), o que lhe reduziria a uma condição supostamente aquém do que é ser homem perante a comunidade falocêntrica em que estamos inseridos.

Por outro lado, no que corresponde ao relacionamento entre Veludo e Neusa Sueli, verifica-se que suas ações são condicionadas, também, em função das suas identidades sociais e da discriminação que cada um dos dois sofre em razão dela. Assim, Veludo alega ser razoável Neusa Sueli ser vítima de violência doméstica – porque, em tese, gostaria de apanhar –, e a protagonista atribui ao camareiro homossexual a culpa por ter sido vítima de violência doméstica por parte de um homem heterossexual, inclusive proferindo-lhe ofensas homofóbicas. Veja-se:

> Veludo – Se a Neusa Sueli gosta de apanhar, bate nela. Eu não gosto de coisas brutas, não sou tarado. ***(Vado bate em Veludo.)*** Ele está me batendo, Neusa Sueli./ [...] Vado – Você veio arrumar o quarto, pegou o dinheiro./ Neusa Sueli – E deu pro moleque do bar./ Veludo – Eu ia fazer uma coisa dessa? Não sou ladrão e não sou que nem você, que tem que dar dinheiro pra homem./ [...] ***(Vado agarra Veludo pelos cabelos.)*** Veludo – Ai, ai! Esse homem vai me deixar careca!/ Neusa Sueli – Sabe que por sua causa eu levei um couro do Vado, seu sacana?/ Veludo – Bem feito! ***(Neusa Sueli arranha o rosto de Veludo.)***/ Veludo – Ai, você me paga, sua porca! Você vai ver!/ Vado – Você não vai pegar ninguém./ Veludo – Ela é mulher. Com ela eu posso./ Vado – Que é que você fez do dinheiro? Fala!/ Veludo – Não peguei./ Neusa Sueli – É teimoso como uma mula. Vou te ajudar a lembrar. ***(Apanha uma navalha na bolsa.)*** Vou te arrancar os olhos! ***(Aproxima a navalha do rosto de Veludo.)*** (MARCOS, 2003, p. 147, 149 e 150).

Outra situação que evidencia esse contexto de discriminação entre oprimidos deriva da fala de Neusa Sueli que, logo após ter sido vítima de violência doméstica, por enxergar uma outra garota de programa como uma possível ameaça a seu relacionamento com Vado, ultraja-a por não cumprir com os rótulos socialmente impostos como adequados de acordo com uma concepção retrógrada e distorcida de gênero. Veja-se:

> Abre o jogo de uma vez. O que é que eu te fiz? Já foram fazer alguma fofoca de mim pra você, é? Eu sei quem foi! Você fica entrando no papo daquela vadia lá do 102. Só pode ser ela quem te encheu a cabeça. Pensa que eu não sei? Ela dá em cima de tudo que é homem das outras. A perebenta não pode ver ninguém bem. Mas ela vai ver. Comigo não vai ter bafo. Corto a cara dela com gilete (MARCOS, 2003, p. 139).

Assim, constata-se a possibilidade de oprimidos se valerem das identidades sociais de outros oprimidos para praticarem atos discriminatórios para que possam tentar ocupar, ainda que de forma breve, o papel de opressor.

Todavia, isto apenas os aliena do contexto estrutural de violência que presenciam no seu cotidiano, em que homens héteros, brancos, cisgêneros e endinheirados figuram no topo da teia de opressão, em razão das supracitadas sobreposições de identidades sociais que, perante a sociedade, ocupam posição de destaque, haja vista a dificuldade de realizar uma "descentralização do pensar e do fazer a política para além do assento privilegiado e

supostamente universal do homem branco, heterossexual, cis e endinheirado na história" (QUINALHA, 2015).

Entretanto, em contraste à luta entre oprimidos, observa-se que Vado defende a sua classe de opressores – homens héteros agressores –, dado que considera legítima a violência doméstica perpetrada por outro rapaz contra a sua respectiva esposa. Veja-se:

> Neusa Sueli – [...] O cara foi lá e malhou a Mariazinha. A coitada até abortou de tanta porrada que levou. Depois, enquanto a desgraçada se danava no hospital, o sacana ia na leve com a grana da cadela do 102. Também, a Mariazinha é uma trouxa. Saiu do hospital e aceitou o miserável do homem dela de volta./ [...] Vado – Não manjo esse cara da Mariazinha. Mas ele está por dentro [...] Mas ele que pode. Está certo, sim. A mina é gamada, leva no macio. Fez ela pagar o esquentamento da outra (MARCOS, 2003, p. 140-141).

Por fim, outro fator relevante para fins da presente análise é que Neusa Sueli reconhece sua situação de marginalização, mas também compreende suas vulnerabilidades e as considera como fatores intransponíveis e que, por isso, estar-se-ia presa a uma realidade de sofrimento. E é justamente isso que a leva a formular uma das questões mais tristes de toda a obra, isto é, se é de fato gente:

> Neusa Sueli – *(No chão, apanhando os objetos espalhados.)* Pára com isso! Pára! Por favor, pára! Poxa, será que você não se manca? Será que você não é capaz de lembrar que venho da zona cansada pra chuchu? Ainda mais hoje. Hoje foi um dia de lascar. Andei pra baixo e pra cima, mais de mil vezes. Só peguei um trouxa na noite inteira. Um miserável que parecia um porco. Pesava mais de mil quilos. Contou toda a história da puta da vida dele, da puta da mulher dele, da puta da filha dele, da puta que o pariu. Tudo gente muito bem instalada na puta da vida. O desgraçado ficou em cima de mim mais de duas horas. Bufou, bufou, babou, babou, bufou mais pra pagar, reclamou pacas. Desgraçado, filho-da-puta. É isso que acaba com a gente.... Isso que cansa a gente. A gente só quer chegar em casa, encontrar o homem da gente de cara legal, tirar aquele sarro e se apagar, pra desforrar de toda a sacanagem do mundo de merda que está aí. Resultado: você está de sacho cheio por qualquer coisinha, então apronta. Bate na gente, goza a minha cara e na hora do bem-bom, sai fora. Poxa, isso arreia qualquer uma. Às vezes, chego a pensar: Poxa, será que sou gente? Será que eu, você, o Veludo, somos gente? Chego até a duvidar. Duvido que gente de verdade viva assim, um aporrinhando o outro, um se servindo do outro. Isso não pode ser coisa direita. Isso é uma bosta. Uma bosta! Um monte de bosta! Fedida! Fedida! Fedida! (MARCOS, 2003, p. 164).

No que tange ao supracitado questionamento, o próprio crítico teatral Anatol Rosenfeld suscita que se trata de uma nítida evidência de que Neusa Sueli reconhece os processos sociais sobre os quais ela e os demais personagens da trama estão submetidos, ou seja, um fenômeno que reduz o ser vivo "em simples coisa e objeto, sem respeitar a sua condição humana de sujeito livre" (ROSENFELD, 1993, p.147).

Entretanto, essa ciência ultrapassa a pessoa da protagonista, alcançando, por exemplo, a esfera de conhecimento de Vado, que acaba por utilizar essa informação como

mais um mecanismo de poder e opressão na relação entre ele e Neusa Sueli. Tanto é assim que, após o relato da história da Mariazinha, há o seguinte diálogo entre os dois:

> Neusa Sueli – Maria é uma boba. Comigo não tem disso./ Vado – Quer ver eu te aprontar uma dessas e você me aguentar? Duvida? Te faço uma pior e tu me engole. Se duvida, diz. Te apronto uma que não vai ser mole pra ti. Se duvida, te mostro./ Neusa Sueli – Você não tem coragem./ Vado – Não? Já existe penicilina, boboca! Me limpo fácil. Agora, você se estrepa. Pega fama de perebenta, tá lascada. Ninguém mais vai querer. Nem o cara mais jogado às traças (MARCOS, 2003, p. 141).

No final da peça, esta situação é salientada até atingir seu ápice, dado que, apesar de todos os abusos sofridos ao longo da dramaturgia inteira, Neusa Sueli implora ao seu agressor – que lhe acabara de tomar o faturamento do dia – para que volte para amá-la: "Vado!... Vado!... Você vai voltar?... Você vai voltar?" (MARCOS, 2003, p. 169). Todavia, é deixada sozinha e se senta em sua cama para contemplar o seu abismo existencial, para que – provavelmente – pergunte-se, novamente, se é bicho ou gente.

Para uma melhor elucidação da cena final, faz-se necessário transcrever as palavras do diretor Fauzi Arap, sobre a sua montagem da obra Navalha na Carne:

> No final, coloquei uma gravação de Clementina de Jesus. Quando Neusa Sueli pegava o sanduíche de mortadela e levava à boca, marca criada por Jairo Arco e Flexa na montagem paulista, Tônia [Carrero, nome da atriz que interpretava Neusa Sueli] congelava o gesto e eu tirava o som. E naquele silêncio, a imagem fixa, a luz se apagava (*apud.* MENDES, 2009, p. 168).

E, infelizmente, a vivência de Neusa Sueli é a de muitas outras mulheres no Brasil e no mundo, dado que atesta não só uma realidade de violência doméstica, como um embate de valores que visam à perpetuação do contexto de opressão em razão das características identitárias dos indivíduos – gênero, raça, orientação sexual, condição financeira, etc.

Assim, partindo-se da supracitada análise da obra, expor-se-á a teoria da interseccionalidade, haja vista a relevância do estudo das consequências da sobreposição de identidades sociais na relação entre os indivíduos e as violências por eles sofridas, seja no âmbito fictício ou no plano real.

4 I A TEORIA DA INTERSECCIONALIDADE

Em síntese, a teoria da interseccionalidade é um importante dispositivo de análise e interpretação social que reconhece que diferentes aspectos da identidade pessoal – raça, sexo, classe, idade, religião, identidade sexual, condições de saúde, por exemplo – são fatores que muitas vezes convergem no mesmo indivíduo e potencializam discriminações, opressões e exclusões sofridas.

Kimberlé Crenshaw, estudiosa norte-americana e professora titular das universidades estado-unidenses UCLA e Columbia Law School, é uma das principais acadêmicas desta

corrente de análise. Em diversas publicações de sua autoria, Kimberlé Crenshaw afirma que é imperativo o entendimento das necessidades das mulheres – e demais grupos socialmente marginalizados – levando em conta as suas particularidades, cada vez mais aprofundadas, para o desenvolvimento de uma igualdade plena.

Com objetivo de propor a discussão de forma acadêmica, Crenshaw, em 1989, publicou o texto *"Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics",* no qual apresenta a importância das somas das categorias pessoais para a análise do contexto social de um determinado indivíduo.

Logo no início do citado texto, em tradução livre, Crenshaw explana:

> Eu quero sugerir ainda que esta estrutura de eixo único apaga as mulheres negras na conceituação, identificação e remediação da discriminação racial e sexual, limitando a investigação às experiências de outros membros privilegiados do grupo. Em outras palavras, em casos de discriminação racial, a discriminação tende a ser vista em termos de negros com privilégios de sexo ou classe; em casos de discriminação sexual, o foco está na raça e mulheres com privilégios de classe. Este foco nos membros mais privilegiados do grupo marginaliza aqueles que estão sobrecarregados e obscurecem reivindicações que não podem ser entendidas como resultante de fontes discretas de discriminação. Eu sugiro ainda que este foco em membros de outros grupos privilegiados cria uma análise distorcida de racismo e sexismo porque as concepções operacionais de raça e sexo tornam-se baseadas em experiências que, na verdade, representam apenas um subconjunto de um fenômeno muito mais complexo (CRENSHAW, 1989, p. 140).

Além disso, Crenshaw expõe também que seria insuficiente colocar as mulheres negras em categorias já existentes de análise, isto porque as exclusões e opressões por elas sofridas não haviam ainda sido narradas e estariam além das divisões sociais já existentes.

Soma-se à discussão, o debate trazido por Gabriela Kyrillos (2017), acadêmica que apontou que a sobreposição das identidades, como propõe a teoria interseccional, ocorria antes mesmo da formação desta corrente de análise:

> Mesmo no campo acadêmico é preciso destacar que discussões que articulavam gênero e raça foram predecessoras fundamentais para a construção do próprio conceito de interseccionalidade. Importante destacar que tais debates levado a cabo por militantes do feminismo negro também se fez presente no Brasil, como é possível identificar, por exemplo, nos textos de Sueli Carneiro (1995; 2003)[2] e de Lélia Gonzalez (1984)[3] (KYRILLOS, 2017, p. 3).

---

2 As citações se referem às produções da Sueli Carneiro: "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero", de 2003; e "Mulheres em Movimento", de 1995.

3 O texto descrito é o "Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira", de 1984, da intelectual e ativista Lélia Gonzales. Lélia foi pioneira nas discussões de gênero e raça no Brasil; além disso propôs a importância da concepção latino-americana nestas discussões.

Continuando no mesmo texto, Gabriela Kyrillos apresenta, mais tarde, uma discussão formada pelas acadêmicas Patricia Hill Collins e Sirma Bilge[4] sobre a legitimação e força que o termo "interseccionalidade" ganhou apenas após a validação da academia, ainda que tais questões já tivessem sido objeto de estudo. Apesar disto, é inegável a contribuição de Kimberle Crenshaw na consolidação desta corrente.

A acadêmica Camila Simões Rosa, em sua tese de doutorado, também contribuiu com a temática em voga:

> A interseccionalidade sugere que nem sempre se lida com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. Desta forma, a denúncia é que as subordinações interseccionais não estão sendo analisadas nas discussões de gênero nem nas de raça, e quando problemas são categorizados como manifestações da subordinação de gênero de mulheres ou da subordinação racial de determinados grupos, trazem como consequência um duplo problema de superinclusão e de subinclusão (ROSA, 2018, p. 58).

Camila Rosa, então, propõe-se a apresentar estes conceitos de "superinclusão" e "subinclusão" designados por Crenshaw, como a seguir:

> Superinclusão, neste caso, seria partir do pressuposto de que todos os problemas seriam de mulheres: "a superinclusão ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância" (CRENSHAW, 2002, p. 174)[5]. [...] Já a subinclusão é quando um grupo específico de mulheres subordinadas enfrenta um problema por serem mulheres, mas isto não é considerado como um problema de gênero por não atingir às mulheres do grupo dominante. "Em resumo, nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível" (idem, 2002, p. 176)[6] (ROSA, 2018, p. 54).

Dito isto, mostra-se evidente o papel da análise pela via da intersecção. Até porque é com a utilização deste método de estudo e compreensão das realidades individuais que se apresenta a possibilidade de uma leitura capaz de elucidar as subordinações e exclusões sociais de maneira extensa e necessária.

No mesmo sentido, Helena Hirata, no trabalho "Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais", a respeito do tema, sintetiza:

> A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política. É nesse sentido que Patricia Hill Collins (2014)[7] considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um "projeto de conhecimento" e uma arma política. Ela diz

4 Esta menção diz respeito à produção "Intersectionality", das autoras Patricial Hill Collins e Sirma Bilge, de 2016.

5 A produção é "A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero", de 2002, da Kimberlé Crenshaw.

6 Mesma produção acima mencionada.

7 Em "Intersectionality: a knowledge project for a decolonizing world?" de 2014.

respeito às "condições sociais de produção de conhecimentos" e à questão da justiça social (*Idem, ibidem*). Essa ideia é concretizada por Danièle Kergoat (2012, p. 20)[8] quando afirma a "necessidade de pensar conjuntamente as dominações" a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução (HIRATA, 2014, p. 69).

Por este motivo, demonstra-se pertinente e necessário relacionar esta teoria com a obra Navalha na Carne, compreendendo-se, assim, a obra e os seus personagens com as suas especificidades. Afinal, por meio desta, viabiliza-se a denunciação da realidade marginal brasileira por uma análise dramatúrgica que se vale de dispositivos sociais e de ciências criminais, de forma a tornar os personagens símbolos importantes de algumas identidades brasileiras oprimidas, excluídas e discriminadas.

5 | ANÁLISE INTERSECCIONAL DO CONTEXTO DE OPRESSÃO E VULNERABILIDADE NA OBRA NAVALHA NA CARNE

Como exposto anteriormente, a obra Navalha na Carne, de Plínio Marcos, é uma dramaturgia ambientada num quarto de hotel de subúrbio e possui três personagens: um gigolô, uma prostituta e um funcionário homossexual. Por este motivo, para a execução de uma análise social que a obra é capaz de nos conceder, alguns dados são importantes.

Atualmente, segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) de 2019, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres. A personagem "Neusa" representante desta parcela da população – neste momento ainda dividida em apenas uma esfera: gênero – poderia compor, naturalmente, as seguintes estatísticas brasileiras: em 2019, a cada 2 minutos, 1 agressão física foi computada, totalizando 266.310 registros de lesão corporal dolosa em decorrência de violência doméstica; acontece 1 estupro a cada 8 minutos no Brasil, sendo 85,7% das vítimas do sexo feminino. No mesmo ano, 1.326 mulheres foram vítimas de feminicídio, sendo 89,9% delas mortas pelo companheiro ou ex-companheiro – informações do Atlas da Violência de 2020 e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, ambos documentos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No entanto, levando em consideração a teoria da interseccionalidade descrita no tópico anterior, fica evidente a incompletude de uma análise a partir exclusivamente do gênero. Assim, é imperativo o acúmulo de mais especificidades desta personagem para que haja uma leitura mais fiel sobre quem de fato poderia ser Neusa Sueli no Brasil atual.

De acordo com o mesmo "Atlas" acima citado, e admitindo a análise dramatúrgica de que Neusa Sueli, apesar de não expostamente descrita, é uma mulher negra, reúne-se esta lamentável estatística:

8 No trabalho "*Se battre, disent-elles....*", Paris, La Dispute, de 2012.

> Embora o número de homicídios femininos tenha apresentado redução de 8,4% entre 2017 e 2018, se verificarmos o cenário da última década, veremos que a situação melhorou apenas para as mulheres não negras, acentuando-se ainda mais a desigualdade racial. Se, entre 2017 e 2018, houve uma queda de 12,3% nos homicídios de mulheres não negras, entre as mulheres negras essa redução foi de 7,2%. Analisando-se o período entre 2008 e 2018, essa diferença fica ainda mais evidente: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%.

O objetivo deste paralelo entre a realidade atual com base em estatísticas e a ficção "Navalha na Carne" é entendermos as possibilidades negativas da vida de uma mulher negra e brasileira, como Neusa. A pesquisadora e feminista Djamila Ribeiro, em seu livro "Quem tem medo do Feminismo Negro?" (2018), reflete além das questões estatísticas de violências sofridas por "Neusas" Brasil adentro:

> A questão do silêncio também pode ser estendida a um silêncio epistemológico e de prática política dentro do movimento feminista. O silêncio em relação à realidade das mulheres negras não as coloca como sujeitos políticos. Um silêncio que, por exemplo, fez com que nos últimos dez anos o número de assassinatos de mulheres negras tenha aumentado quase 55%, enquanto o de mulheres brancas caiu em 10%, segundo o Mapa da Violência de 2015. Falta um olhar étnico-racial para políticas de enfrentamento da violência contra a mulher. A combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática, que não negue identidades em detrimentos de outras (RIBEIRO, 2018).

Em outro momento, no mesmo livro, Djamila escreve:

> A sociedade é dividida. Como bem nos ensina Sueli Carneiro, o racismo cria uma hierarquia de gênero que coloca a mulher negra na situação de maior vulnerabilidade social. Logo, é preciso nomear essa realidade, porque não se pensa em uma solução para um problema nem sequer pronunciado. Existem várias possibilidades de ser mulher e, justamente porque ela foi universalizada tendo como base a mulher branca, é preciso dizer isso. Não se trata de competição, mas de fatos históricos, dados de pesquisa. Você quer destruir uma realidade impondo a sua como universal e ainda cobra formas de dialogar quando existe uma vasta bibliografia sobre o tema? Não sofremos de forma igual. A violência de gênero atinge todas as mulheres, mas atinge de forma mais grave aquelas que combinam mais de uma opressão (RIBEIRO, 2018).

Por estes motivos, o grande simbolismo e objetivo deste trabalho é trazer a Neusa Sueli não só para exemplificar estatísticas, mas também para ser um sujeito que ilustra a análise elaborada por Djamila. Afinal, Neusa "é" muitas mulheres e a dramaturgia nos oferece ferramentas e meios para o entendimento real dos indivíduos e do coletivo.

Além de Neusa Sueli, Navalha na Carne nos apresenta um outro personagem sujeito de exclusões e opressões diversas: Veludo, indivíduo homossexual e camareiro do prostíbulo onde acontece o enredo ficcional. Atualmente, uma das maiores dificuldades para a análise da população LGBTQIAP+ é a desvantagem ocasionada pela carência de

dados e indicadores que viabilize o estudo sobre este grupo.

Apesar disto, os mesmos documentos citados acima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ofereceram estes dados: em 2019 houve aumento de 7,7% dos registros de agressão – sendo que, infelizmente, apenas 11 Unidades Federativas contabilizam os casos. Vale ressaltar, como já dito, este trecho do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020:

> É evidente a baixíssima cobertura dos dados oficiais à qual se soma enquanto problema, a impossibilidade do cálculo de taxas dada a inexistência de contagem da população LGBTQI[AP]+ por parte do IBGE, o que impossibilita comparações e acompanhamentos ponderados, isto é, mais refinados, da evolução da violência contra LGBTQI[AP]+ no Brasil ao longo do tempo.

Como acima explicitado, "Neusas Suelis" e "Veludos" são importantes símbolos de grupos vulnerabilizados. Vulnerabilizados – e não vulneráveis – pois esta condição não é uma condição dos indivíduos, propriamente dita. Mas sim uma condição ocasionada pela situação real em que eles se encontram. A carência de políticas públicas, atenção social e empatia, resultados das superestruturas políticas e das estruturas econômicas, colocam-nos em situações de extrema opressão – para não dizer absoluta exclusão.

As demonstrações dos contextos sociais e individuais que os personagens do dramaturgo Plínio Marcos nos proporcionam são importantes à medida que se entende o poder da dramaturgia na retratação do mundo à nossa volta. Mulheres, membros da comunidade LGBTQIAP+, negros, deficientes físicos, pessoas que exercem uma fé que não a dominante, entre outros grupos, sofrem em nossa realidade cis-heteronormativa.

Por fim, o personagem Vado nos representa essa opressão personificada. Longe aqui de demonstrar apenas a crueldade de um homem heterossexual. O objetivo, por óbvio, não é esse. A finalidade é a visão de um ser que apesar de ser, assim como os outros dois personagens, morador de subúrbio e pobre, representa, naquele contexto, a figura do opressor e violento.

A obra Navalha na Carne, além de tratar de uma mulher e dois homens marginalizados, rememora-nos a possibilidade de assumirmos funções sociais e pessoais diferentes quando estamos em contextos diferentes. Em outras palavras: Vado provavelmente é um homem "excluído" de possibilidades profissionais, do direito à saúde, à educação etc. Contudo, este mesmo indivíduo, por ser homem hétero, assume um papel dominante quando encontra indivíduos ainda mais excluídos em suas intersecções, para que, dessa forma, possa, ainda que de forma efêmera, sentir-se no papel de alguém que ocupa o topo da teia de opressão.

6 I CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo relacionar a dramaturgia de Plínio Marcos,

por meio da obra Navalha na Carne, com a teoria da interseccionalidade, consolidada pela acadêmica Kimberle Crenshaw, para que se pudesse ilustrar e denunciar o contexto de marginalização de determinados indivíduos na sociedade brasileira e mundial.

Apesar da incapacidade de se realizar o total esgotamento dos referidos debates no presente texto, por se tratarem de assuntos extensos e multifacetados, com o desenvolvimento da pesquisa pôde-se compreender a relevância da história do autor para a criação da ficção e, por consequência, a importância da ficção para a compreensão do contexto social brasileiro, haja vista a capacidade de identificação das personagens do Vado, Neusa Sueli e Veludo com as histórias de opressão vivenciadas por diversos sujeitos na atualidade.

Afinal, tratam-se de representações importantes de indivíduos complexos e inacabados que, até os dias de hoje, não vivem, mas sobrevivem nos subúrbios brasileiros e vivenciam situações de opressões e discriminações capazes de influir nas relações pessoais, que são pautadas na violência e no abuso moral. Violências estas estruturais e capazes de demandar sacrifícios infindáveis por parte das vítimas e dos autores violentos. Isto porque as opressões e exclusões em contextos absolutamente vulneráveis não se parecem com pirâmides exatas, onde há claramente topos e bases, mas se assemelham sim com teias hiper dependentes.

E é a partir dessa lógica de interdependência e de acúmulo de fatores que se manifesta a relevância de uma análise a partir da teoria da interseccionalidade, dado que apresenta um método de análise social que demanda uma compreensão robusta e integralizada sobre diferentes aspectos das identidades pessoais, que, por vezes, são fatores que convergem no mesmo indivíduo e potencializam discriminações, opressões e exclusões sofridas. E isto é constatado e deve ser denunciado tanto no âmbito fictício, quanto no plano real.

REFERÊNCIAS

ABREU, Kil. **Navalha na nossa carne?** Teatro Jornal, Brasil, 28 set. 2018. Disponível em: <https://teatrojornal.com.br/2019/01/o-corpo-negro-autonomeado-em-navalha-na-carne/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

ANDRADE, Welington. **O teatro da marginalidade e contracultura.** In: FARIA, João Roberto (Dir.). História do teatro brasileiro. São Paulo: Perspectiva; Edições Sesc, 2013. p. 239-257. v. 2: Do modernismo às tendências contemporâneas.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo:** a experiência vivida. 2 ed. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. The University of Chicago Legal Forum. n. 140 p.139-167, 1989.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo soc., São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, June 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso>.

KYRILLOS, G.M. **Uma análise interseccional de gênero e etnia sobre as limitações na eficácia da convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW) no Brasil.** In: 13° Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero, 11, 2017.

MARCOS, Plínio. **O melhor teatro de Plínio Marcos**. São Paulo: Global, 2003.

MENDES, Oswaldo. **Bendito Maldito: uma biografia de Plínio Marcos.** São Paulo: Leya, 2009.

MICHALSKI, Yan. **Reflexões sobre o teatro brasileiro no século XX.** Rio de Janeiro: FUNARTE, 2005.

NAVALHA na carne. **Teatro da Universidade de São Paulo**, Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.usp.br/tusp/?portfolio=navalha-na-carne-negra>. Acesso em: 10 nov. 2020.

QUINALHA. Renan. **"Lugares de fala" e a urgência da escuta.** Revista Cult, Brasil, 10 nov. 2015. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/lugares-de-fala-e-urgencia-da-escuta/>. Acesso em: 13 out. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSA, Camila Simões. **A Interseccionalidade e suas contribuições para a compreensão do encarceramento de mulheres negras.** 2018. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

ROSENFELD, Anatol. **Navalha na nossa carne.** In:_____. Primas do teatro. São Paulo: EDUSP, São Paulo: Perspectiva; Campinas: EDUNICAMP, 1993, p.143-148.

SANCHES, Pedro A. **Samba, rap e exclusão em SP.** Farofafá, Brasil, 23 ago. 2012. Disponível em: <http://farofafa.cartacapital.com.br/2012/08/23/samba-rap-e-exclusao-em-sp/>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SOARES, Maria F. B. **Porta-vozes do "Poeta Maldito": Gênero e Representação no teatro de Plínio Marcos.** 2010. Dissertação (Mestrado em Literatura). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-8EJM34/ disserta__o____ltima_vers_o.pdf?sequence=1>. Acesso em 24 ago. 2018.

VELLEDA, Luciano. **"Navalha na carne negra" é peça de resistência contra exploração histórica.** Rede Brasil Atual, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/entretenimento/2018/08/potente-navalha-na-carnenegra-e-uma-peca-de-resistencia>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ZANOTTO, Ilka Marinho. Prefácio. In: MARCOS, Plínio. **Melhor teatro.** São Paulo: Global, 2003.

CAPÍTULO 8

NOTAS PRELIMINARES SOBRE CAPITALISMO E PATRIARCADO: O DEBATE ENTRE A TEORIA UNITÁRIA E O FEMINISMO MATERIALISTA

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 10/03/2021

Clara Gomide Saraiva
Mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da UERJ
http://lattes.cnpq.br/6441897934126747

Trabalho apresentado no VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas, realizado entre os dias 28 de setembro a 1° de outubro de 2020, na modalidade virtual.

RESUMO: Este trabalho traz notas preliminares da pesquisa em andamento sobre a relação entre a teoria unitária da reprodução social e o debate da consubstancialidade ou a teoria dos sistemas duplos e triplos. Buscaremos analisar como se insere a categoria patriarcado na totalidade das relações sociais do modo de produção capitalista à luz das diferentes perspectivas. Por um lado, a produção teórica da corrente das feministas materialistas, de origem francófona, que sustenta a existência de um modo de produção patriarcal ou doméstico que coexiste com o capitalismo e dita as relações de opressão entre os sexos. Por outro, o que sustentam autoras do feminismo marxista da teoria da reprodução social, ou teoria unitária, na qual o patriarcado é parte do capitalismo, desde a sua origem, e que as relações de classe, gênero e raça compõe a unidade indivisível entre produção e reprodução social na totalidade sistêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo; patriarcado; capitalismo.

PRELIMNARY NOTES ON CAPITALISM AND PATRIARCHY: THE DEBATE BETWEEN THE UNITARY THEORY AND MATERIALIST FEMINISM

ABSTRACT: This work brings preliminary notes from the ongoing research on the relationship between the unitary theory of social reproduction and the debate on consubstantiality or the theory of double and triple systems. We will try to analyze how the category of patriarchy is inserted in the totality of social relations in the capitalist mode of production in the light of different perspectives. On one hand, the theoretical production of the current of materialist feminists, of Francophone origin, which supports the existence of a patriarchal or domestic mode of production that coexists with capitalism and dictates the relations of oppression between the sexes. On the other hand, what supports the authors of Marxist feminism of the theory of social reproduction, or unitary theory, in which patriarchy belongs to capitalism, since its origin, and that class, gender and race relations make up the indivisible unity between production and social reproduction in the systemic totality.

KEYWORDS: Feminism; patriarchy; capitalism.

1 I TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Desde os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, Marx discutiu dialeticamente o fato de que o trabalho é, ao mesmo tempo, uma dimensão fundante do ser humano enquanto ser

social e, na sociedade capitalista, ganha características de estranhamento ou alienação, onde os sujeitos sociais não se enxergam no fruto do seu trabalho[1].

No desenvolvimento histórico-social e na produção e reprodução do capital, o trabalho passa a ser uma *relação social* na qual o trabalhador entrega o valor de uso de sua força de trabalho a um capitalista que detém os meios de produção, e que emprega essa *força de trabalho* para produzir mercadorias e acumular capital. Neste processo, o trabalhador consome os meios de produção pertencentes ao capitalista para a realização do seu trabalho, transformando-os em um produto que conterá a mais-valia. Além deste consumo, que Marx considera como consumo produtivo, o trabalhador também precisará consumir meios de subsistência para *"reproduzir músculos, nervos, ossos e cérebro do trabalhador existente e para gerar novos trabalhadores"* (MARX, 1984, p. 666). Este tipo de consumo será definido como *consumo individual.*

Repetindo as palavras de Marx, é a "*produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador"* (MARX, 1984, p. 666), detentor da única mercadoria, a força de trabalho, capaz de gerar mais-valor quando empregada em um processo produtivo. Queremos chamar atenção ao fato de que, neste trecho, Marx deixa claro que o consumo individual do trabalhador é fator da produção e reprodução do capital, seja dentro ou fora do processo de trabalho. Isso porque é condição absolutamente indispensável para a roda do capital girar, seja na renovação de energias do trabalhador para mais um dia de exploração, seja na renovação geracional da classe trabalhadora.

O que uma série de feministas chamam a atenção, neste trecho, é para o raciocínio de Marx de que a reprodução dos trabalhadores poderia ser deixada por conta dos seus "*instintos de conservação e perpetuação".* Na realidade, o processo de reprodução social da força de trabalho, até mesmo por ser "*imprescindível ao capitalista"*, é fruto de importantes investidas, tanto no nível material e objetivo, quanto no ideológico e espiritual. Envolve um jogo de forças complexo, entre capital, trabalhadores e Estado capitalista, sendo absolutamente atravessado pela luta de classes. Como afirma Vogel (2013), *"Diversas características da reprodução da força de trabalho e da opressão das mulheres na sociedade capitalista surgem da lógica da acumulação capitalista em si."* (VOGEL, 2013, p. 198).

Portanto, a produção e reprodução do capital ditam a produção e reprodução da classe trabalhadora. Mesmo que na aparência exista uma independência do trabalhador, ela é apenas ilusória. Mesmo que não esteja preso por grilhões como o escravo romano, como afirma Marx, o trabalhador está "preso a seu proprietário por fios invisíveis", ainda que haja a "mudança contínua de seus patrões e a ficção jurídica do contrato" (MARX, 1984, p. 667). Ou, podíamos ainda acrescentar, que escolha com quem vai casar, quantos filhos quer ter, que produtos de limpeza e comida vai escolher no mercado. Mesmo no

1 A *alienação do trabalho* é fruto desse processo em que o trabalhador não detém nenhum controle sobre o processo produtivo, as matérias primas, os meios de produção e, consequentemente, sobre as mercadorias que produz. Muito pelo contrário: passam a dominá-lo.

terreno da reprodução social, os "fios invisíveis" ainda estão ali, assombrando nossas vidas e guiando nossas escolhas.

Vogel (2013) e uma série de autoras levantam a necessidade teórica de investigar essa lacuna deixada por Marx e tão fundamental para compreender as engrenagens da opressão à mulher. Portanto, é esse o desafio que a teoria da reprodução social busca enfrentar. Compreender a relação entre capital e trabalho expressa não apenas na produção, mas também na reprodução das condições da produção. Tal investigação é fundamental para perceber que a lógica do capital incide em todas as partes da vida, compreendendo o caráter social de todos os tipos de trabalho. E também no sentido de encontrar brechas para subverter essa ordem de coisas. Lutas de conteúdo anticapitalista podem se expressar em diversas esferas, fugindo de uma compreensão economicista que reduz a mobilização dos trabalhadores ao seu local de trabalho e a questões salariais, e inclusive dando a essa um sentido mais amplo, de que a luta por melhores condições de trabalho é a luta por melhores condições de vida.

2 | A RELAÇÃO ENTRE REPRODUÇÃO SOCIAL E TRABALHO DOMÉSTICO

Como já afirmado anteriormente, é possível tratar do debate de reprodução social em diferentes níveis e significados. À teoria da reprodução social, lhe interessa especificamente a reprodução social da força de trabaho, responsável pela conservação e manutenção física e mental dos trabalhadores, quando devem *"descansar, dormir, (...) satisfazer suas necessidades físicas, alimentar-se, vestir-se etc."* (MARX, 1984, p. 262), além de *"necessidades espirituais e sociais cujo número e extensão são determinados pelo nível geral da civilização."* (MARX, idem).

A bem da verdade, o trabalhador e a trabalhadora, pertencentes a um núcleo familiar, não se reproduzem apenas a si mesmos, mas também garantem a reprodução de outras pessoas sob sua responsabilidade que não estão diretamente no processo de produção: filhos, idosos, deficientes físicos, desempregados. Sistematizando, a reprodução social da força de trabalho se dá em três dimensões distintas: (1) a manutenção dos trabalhadores, produtores diretos; (2) a manutenção dos não-trabalhadores da classe trabalhadora; e (3) o processo de substituição geracional. Destes, apenas o último contém uma divisão sexual pré-determinada, já que apenas as mulheres são biologicamente capazes de gestar, parir e amamentar novos seres humanos, ou novos trabalhadores, tratando-se do capitalismo e de uma unidade familiar da classe trabalhadora. Ainda assim, à mulher trabalhadora é repassada um conjunto de responsabilidades voltadas à reprodução social da força de trabalho. Mais especificamente, o que convencionou-se chamar de *trabalho doméstico*.

Há uma importante bibliografia que aborda a conceituação do trabalho doméstico e seu papel na reprodução social da força de trabalho. Vogel, em sua obra clássica *Marxism*

and the Opression of Women[2] (2013) explicita assim a questão, buscando dar um sentido ao trabalho doméstico nos marcos da crítica da economia política marxista.

> A discussão de Marx sobre a relação entre o trabalho necessário e o excedente na jornada de trabalho é maravilhosamente clara. Ao mesmo tempo, o seu enfoque num único trabalhador individual necessariamente exclui a consideração de todo o trabalho adicional que assegura não só a manutenção e a substituição do trabalhador, mas também a de seus familiares, de sua comunidade e da força de trabalho em geral. O fato de que esses vários processos possam ser omitidos do relato de Marx, pelo menos neste momento, é um efeito da organização social específica do capitalismo. Como em nenhum outro modo de produção, as tarefas de manutenção diária e de substituição geracional estão espacial, temporária e institucionalmente isoladas da esfera da produção. No seu conceito de "consumo individual", Marx reconheceu que o capitalismo confere à vida fora do trabalho um caráter radicalmente distinto do trabalho assalariado. O consumo individual acontece quando "o trabalhador transforma o dinheiro que lhe é pago pela sua força de trabalho em meios de subsistência". O principal interesse de Marx aqui é contrastar o consumo individual de meios de subsistência do trabalhador com seu "consumo produtivo" de meios de produção enquanto está no trabalho. Mas ele disse pouco sobre o trabalho real envolvido no consumo individual. Este é um âmbito de atividade econômica essencial para a produção capitalista que, no entanto, está ausente na exposição de Marx. (VOGEL, 2013, p. 191)

Em outra passagem, ela afirma:

> Marx nunca foi explícito sobre o que era coberto pelos conceitos de consumo individual e de trabalho necessário. Conforme discutido acima, o conceito de consumo individual esteve restrito aqui à manutenção imediata do produtor direto. O trabalho necessário é utilizado, entretanto, para descrever todo o trabalho realizado no curso da manutenção e renovação tanto dos produtores diretos quanto dos membros da classe subordinada que não estejam trabalhando como produtores diretos. (VOGEL, 2013, p. 149)

O que Vogel (2013) nos chama a atenção, em suma, é que há um conjunto de atividades que acompanha o consumo individual do trabalhador e o trabalho necessário a que Marx se refere n'O Capital. Se ambos estão relacionados à manutenção e renovação dos trabalhadores, há uma necessidade de identificar onde se localizam as tarefas domésticas que são parte desse processo. Vogel (2013), então, se aventura por uma conceituação do trabalho necessário como contendo uma dupla dimensão, ou a partir de dois componentes que o integram: um social e um doméstico, sendo o primeiro vinculado ao trabalho excedente, e o segundo que ocorre fora da esfera da produção capitalista, dentro das unidades domésticas familiares.

> Marx não identificou um segundo componente do trabalho necessário na sociedade capitalista, que podemos chamar de componente doméstico do trabalho necessário, ou trabalho doméstico. Trabalho doméstico é a parte do trabalho necessário que é realizada fora da esfera da produção

2 Traduzido ao português: *Marxismo e a Opressão das Mulheres.*

> capitalista. Para que a reprodução da força de trabalho ocorra, se precisa tanto do componente doméstico quanto do componente social do trabalho necessário. Ou seja, o salário pode permitir que um trabalhador adquira mercadorias, mas um trabalho adicional – o trabalho doméstico – geralmente deve ser executado antes de elas serem consumidas. Além disso, muitos dos processos de trabalho associados à substituição geracional da força de trabalho são realizados como parte do trabalho doméstico. (VOGEL, 2013, p. 158-159)

Assim como Vogel, Safiotti (1979) considera o trabalho doméstico, incluindo o trabalho assalariado de empregadas domésticas em residências familiares, como uma atividade fora da esfera da produção capitalista. A autora reafirma o papel do trabalho doméstico para a reprodução social da força de trabalho e, por fim, chega a um raciocínio que vai além do desenvolvido por Vogel. Para ela, já que o trabalho doméstico, tanto o gratuito como o assalariado, se configura como uma atividade não-capitalista e que não está relacionado nem ao processo de produção nem de realização da mais-valia, ele segue outra lógica de funcionamento que não a do modo de produção capitalista, ainda que nessa sociedade esteja adaptado e coexistindo com ele (SAFIOTTI, 1979).

> Desempenhando tarefas que tornam possível a produção e a reprodução da força de trabalho, a empregada doméstica cria condições para a reprodução do sistema capitalista. Fá-lo, porém, de forma não-capitalista (...) Não gerando mais-valia, nem atuando na esfera de sua realização e apropriação, a empregada doméstica não se insere, definitivamente, no setor de atividades econômicas capitalistas. Tampouco pode ser caracterizada como produtora simples de mercadorias.
>
> Parece mais lógico admitir-se que as atividades domésticas, quer desempenhadas gratuitamente, quer assalariadamente, vinculam-se, historicamente, ao modo de produção doméstico, tendo sofrido a redefinição necessária à sua sobrevivência nas formações sociais dominadas pelo modo de produção capitalista. (SAFIOTTI, 1979, p. 41-45)

É possível, portanto, perceber o trabalho doméstico como uma atividade que é fundamental para o funcionamento mais geral da sociedade capitalista, já que sem ele não há a reprodução social da força de trabalho ou, em palavras mais simples, as condições físicas e a reposição geracional para que homens e mulheres vendam sua força de trabalho e sejam explorados pelo capital ininterruptamente. Ainda que ambas as autoras concordem que o trabalho doméstico se localiza fora da esfera produtiva e sem relação direta com o capital, discordam se este se orienta pela lógica da acumulação capitalista, como afirma Vogel, ou se seria determinado por uma lógica distinta, ainda que em acordo com este, sendo determinado pelo modo de produção doméstico, como afirma Safiotti.

Vogel, em uma nota de rodapé no Apêndice ao seu livro *Marxsim and the Opression of Women* que escreveu anos depois sobre trabalho doméstico, afirma que:

> Essa discussão, que esclarece, mas não altera o meu argumento anterior (Vogel, 1983), agora me parece menos persuasiva. O que está claro, no

> entanto, é que, quer o trabalho doméstico seja conceituado como um componente do trabalho necessário ou não, o resultado final é que deve ser encontrada alguma maneira de teorizá-lo no interior da economia política marxista. (VOGEL, 2013, 193)

Uma série de produções teóricas seguem no esforço de teorizar, através da crítica da economia política, o trabalho doméstico. Independente de compreendê-lo como um componente do trabalho necessário ou não, nos parece fundamental localizá-lo sob a lógica do modo de produção capitalista, como um momento de sua totalidade, já que assim como a produção e reprodução social são momentos distintos, mas uma unidade indivisível na totalidade do sistema capitalista, também o são o trabalho produtivo, improdutivo e o doméstico. Ainda que este último se realize fora da esfera da geração ou da realização da mais-valia, sem ele o processo de acumulação do capital não se dá, portanto ainda que possua uma relação indireta com o capital, o capital é dependente dele.

O lugar onde este trabalho doméstico será realizado é a unidade familiar em domicílios privados predominantemente (e crescentemente) urbanos como *"forma dominante na maioria das sociedades capitalistas, mas o trabalho doméstico também ocorre em campos de trabalho forçado, quartéis, orfanatos, hospitais, prisões e outras instituições."* (VOGEL, 2013, p. 159). Na medida em que as famílias deixaram de ser uma unidade de produção própria com relação direta com a terra, a partir do processo de acumulação primitiva do capital e da crescente urbanização, transformaram-se em um lugar privado e localizado fora da produção e circulação de mercadorias. Tal dinâmica teve profundo rebatimento na situação de opressão das mulheres e aprisionamento no lar, ou ainda na divisão sexual do trabalho, sendo ambos parte constitutiva do modo de produção capitalista.

3 | PATRIARCADO, RACISMO E CAPITALISMO: UM SISTEMA OU MÚLTIPLOS SISTEMAS?

Abordaremos, agora, a problemática sobre patriarcado, racismo e como se relacionam com o capitalismo: como sistemas próprios e consubstanciados ao capitalismo, ou como relações sociais de dominação e poder que são estruturantes do capitalismo sem se constituir como um sistema próprio, mas sendo parte integrante do próprio sistema capitalista.

De acordo com Cinzia Arruza:

> A transformação da família é, acima de tudo, o resultado da expropriação da terra, ou acumulação primitiva, que separou grandes porções da população de seus meios de produção e subsistência, provocando de um lado a desintegração da família camponesa patriarcal, e, de outro, um processo de urbanização historicamente sem precedentes. O resultado foi que a família passou a não mais representar a unidade de produção com um papel produtivo específico, geralmente organizado nas relações patriarcais específicas que prevaleciam na sociedade agrária prévia. (...)

> E aqui está o ponto: embora as relações de dominação de gênero tenham permanecido, elas deixaram de ser um sistema independente que seguia uma lógica autônoma por conta desta transformação da família de uma unidade de produção a um lugar privado fora da produção de mercadorias e do mercado. (ARRUZA, 2015, p. 45-46)

A autora afirma que o patriarcado se expressa através de relações de dominação entre homens e mulheres que são parte constitutiva do capitalismo. Dizer que o patriarcado conforma a sua estrutura desde a origem até os dias atuais faz com que o compreendamos não como um sistema patriarcal independente ou paralelo que coexiste com o capitalismo, mas que está contido nele e regido por suas próprias leis. Por isso, sua teoria é *unitária*: porque na medida em que investiga a opressão da mulher trabalhadora e o patriarcado, investiga o próprio sistema capitalista.

Toda relação de exploração é também uma relação de dominação e alienação, e dessa forma podemos compreender a opressão de gênero e o patriarcado como elementos que atravessam a luta de classes e, também, estruturam as relações de poder do capital e do Estado capitalista. Já a consubstancialidade afirma que as relações patriarcais, raciais e de classe formam, cada uma delas, um sistema próprio, com suas relações de produção, exploração e dominação (ou até escravização, como defendem algumas autoras) que se correlacionam.

Por exemplo, Cristine Delphy, em 1970, teorizou sobre a existência de um modo de produção patriarcal que possuiria relação com o modo de produção capitalista e que, portanto, as mulheres seriam uma classe própria no sentido econômico do termo.

> Constatamos a existência de dois modos de produção na nossa sociedade: a maioria das mercadorias é produzida pelo modo industrial; os serviços domésticos, a criação das crianças e um certo número de mercadorias são produzidas pelo modo familiar. O primeiro modo de produção dá lugar à exploração capitalista. O segundo dá lugar à exploração familiar, ou mais exatamente patriarcal. (DELPHY, 2009)

Hartman (1979), no mesmo sentido, identificou dois sistemas autônomos, (o que chamou de teoria do sistema dual) ainda que conectados e historicamente definidos. Silvia Walby (1990) reformulou os sistemas duplos para incluir um terceiro, o racial. Mais recentemente, Danièle Kergoat (2009) teorizou a consubstancialidade dos sistemas patriarcais, raciais e de classe, que seriam sistemas formados pela mesma substância, de dominação e exploração, ainda que sejam diferentes entre si. Mas se vamos às últimas consequências desse esquema teórico, é possível dizer que há diferentes classes e relações de exploração entre homens e mulheres, brancos e negros, além de capitalistas e trabalhadores?

Nos debates do Serviço Social, a autora Mirla Cisne tem se destacado por sua importante contribuição acerca do feminismo, diversidade sexual, consciência de classe, entre outros temas.. Vejamos como ela aborda essa mesma temática:

> Basta uma análise um pouco mais atenta sobre a formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira para identificarmos que três sistemas se fundiram em um único: o sistema heteropatriarcal-racista-capitalista. Mais que isso, essa fusão foi e é absolutamente funcional para a produção e reprodução do capital, uma vez que no patriarcado e no racismo encontramos bases para o entendimento da exploração intensificada da força de trabalho, condição central para a reprodução das situações concretas da exploração e das múltiplas opressões. Será, portanto, sob a luz da análise do racismo e do patriarcado (em suas expressões de sexismo e heterosexismo), como sistemas estruturantes consubstanciados e coextensivos ao capitalismo, que procuraremos problematizar as temáticas relacionadas ao feminismo e à diversidade sexual. (CISNE, 2018a, p. 25)

Se, por um lado, podemos concordar que a formação sócio-histórica do capitalismo no Brasil não pode ser explicada sem levar em consideração os profundos e estruturais racismo e patriarcalismo, encará-los como sistemas próprios nos parece inadequado, ainda que "*estruturantes consubstanciados e coextensivos ao capitalismo*" (CISNE, 2018a, p. 25). Na realidade, o próprio sistema capitalista em sua fundação e desenvolvimento no Brasil se valeu do racismo, de uma sociedade escravista, profundamente machista e patriarcal.

Diferente de Delphy, Cisne (2018) não considera que vivemos sob um sistema duplo ou triplo, ainda que compartilhe um raciocínio parecido sobre a situação de exploração patriarcal das mulheres em casa e fora dela. Em suas palavras:

> De modo diferente, cremos na existência de um único modo de produção em vigor. Cabe, contudo, entender que ele não se restringe à esfera produtiva. Até porque essa esfera depende da reprodução social que, por sua vez, é garantida em grande medida pelo que Delphy denomina de "modo de produção doméstico". Esse modo de produção se realiza por meio da exploração patriarcal sobre o "trabalho desvalorizado" das mulheres, realizado não apenas nos limites da casa, mas, também, fora dela, como vimos anteriormente. Em outras palavras, as esferas produtivas e reprodutivas são indissociáveis, consubstanciais. Sendo esse modo de produção estruturado pelas relações de classe, "raça" e sexo (incluindo sexualidade), podemos denominá-lo de modo de produção racista-patriarcal-capitalista. Temos, portanto, um único sistema, um único modo de produção, mas, conformados por essas relações – mediações e contradições – que são dialeticamente consubstanciais e coextensivas. (CISNE, 2018b, p. 96-97)

A necessidade de nomear como sistema as relações sociais patriarcais e racistas ou então como um "modo de produção doméstico" busca, possivelmente, dar destaque e demonstrar a sua centralidade para a sustentação do capitalismo. Porém, há um perigo ao fazê-lo que é dotar-lhes de uma forma específica de exploração e dominação que não a do capital sobre o trabalho, e dar status de um conflito entre grupos sociais opostos ou marcados por relações de exploração e dominação, como as classes sociais.

> Na medida em que tudo determina tudo o mais, a noção de determinação perde sua função explicativa, e torna-se impossível evitar uma regressão infinita nas cadeias causais. Mais ainda, não é claro como a perspectiva da

> consubstancialidade pode escapar da multiplicação infinita de sistemas de opressão que ela condensa na interseccionalidade. (ARRUZA, 2017, p. 45)

Afirmar isso não é diminuir o destaque que as opressões tem no capitalismo mas, pelo contrário, afirmar que as relações capitalistas em si contém esses elementos, sendo uma totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação, opressão e alienação. Não existem leis econômicas puras, assim como não existe exploração do trabalho sem ideologia, coerção, opressão. A acumulação capitalista determina, já que a unidade entre produção e reprodução social é indivisível, as relações sociais de dominação e poder. Sobre a relação entre capitalismo e as opressões, Silvio Almeida nos ajuda a compreender seu caráter estrutural e porque, mesmo surgidos anteriormente à divisão de classes entre capital e trabalho, assumem diante dela "*uma forma especificamente capitalista*".

> O conflito social de classe não é o único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que ainda que se articulem com as relações de classe, não se originam delas e, tampouco ***desapareceriam com ela:*** são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que podem remontar a períodos anteriores ao capitalismo, ***mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista.*** Portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual. A relação entre Estado e sociedade não se resume à troca e produção de mercadorias, as relações de opressão e de exploração sexuais e raciais são importantes na definição do modo de intervenção do Estado e na organização dos aspectos gerais da sociedade. (ALMEIDA, 2019, p. 75, grifo do autor)

Mudanças na esfera produtiva impactam na reprodutiva, e vice-versa. Redução de salário que obriga a deixar de pagar a escola; fechamento de creche pública que sobrecarrega financeira e fisicamente; corte de um direito assistencial se combina com a demissão de um emprego que sustentava o aluguel e a subsistência de uma família; situação de miserabilidade, pobreza, alcoolismo, que leva a episódios sucessivos de violência doméstica; desemprego crônico e a necessidade imperativa de recorrer a um aborto clandestino; assédio sexual e moral no local de trabalho. Quando vamos à realidade concreta, é possível definir se a atitude é consequência do patriarcado ou do racismo ou da relação de dominação de classe? Na realidade concreta elas só se explicam quando tomadas em sua totalidade; como determinações de uma mesma totalidade.

Sobre a metodologia para analisar a complexidade da vida real, Mandel nos apresenta um raciocínio de reflexão sobre o sentido da investigação científica. Diz ele:

> É bem conhecida a afirmação de Marx de que a ciência era necessária exatamente pelo fato de essência e aparência jamais coincidirem diretamente. Ele não via como função da ciência apenas a descoberta da essência de relações obscurecidas por suas aparências superficiais, mas também a

> explicação dessas aparências – em outras palavras, a descoberta dos elos intermediários, ou mediações, que permitem que a essência e a aparência se reintegrem novamente numa unidade. Quando essa reintegração deixa de ocorrer, a teoria se vê reduzida à construção especulativa de "modelos" abstratos desligados da realidade empírica, e a dialética regride do materialismo ao idealismo: "Uma análise materialista não se harmoniza a uma dialética idealista, mas a uma dialética materialista; ela lida com fatores empiricamente verificáveis". (MANDEL, 1985, p. 8)

Isto posto, é fundamental que a partir da nossa análise não caiamos num erro em compreender a realidade fragmentada, separada, quando não são "empiricamente verificáveis". Há uma necessidade natural em pontuar bem o que são atitudes racistas, machistas, LGBTfóbicas, xenófobas, em nossa sociedade, e lidar com elas em todas as suas dimensões – na responsabilização do indivíduo, das instituições, do Estado, do modo de produção. Ainda assim, se de alguma forma identificamos leis e determinações que, em si, nos explicam como funciona o patriarcado ou o racismo sem o atravessamento da lei do valor, sem a *unidade indivisível* entre produção e reprodução social e o conjunto de mediações entre essência e aparência, nosso raciocínio pode deixar de ser totalizante.

Ainda que tratemos de forma interseccional e consubstanciada, e declaremos que um sistema não existe sem o outro, é impossível explicar de que forma cada um se desenvolveu ou que leis um suposto "modo de produção doméstico" segue sem atravessá-lo pela lei do valor e pela história da luta de classes. A formação do sistema capitalista, ainda que desigual entre os países, é parte de um mesmo processo histórico que determina condições concretas para a acumulação de capital, extração da mais-valia, exploração e reprodução social da força de trabalho. E o processo histórico é um só, e deu à luz – utilizando-se de todo tipo de violência e opressão que acompanharam a história da humanidade – a um novo e acabado sistema capitalista que refundou, a sua imagem e semelhança, o *seu* patriarcado e o *seu* racismo.

> Isso é exatamente o que a "teoria unitária" tenta alcançar: *ser capaz de interpretar as relações de poder baseadas no gênero ou orientação sexual como momentos concretos daquela totalidade articulada, complexa e contraditória que é o capitalismo contemporâneo.* (ARRUZA, 2015, p. 57, grifo da autora)

Encarar a realidade como uma conjunção de sistemas poderia dar a impressão de colocar no mesmo nível – ou com a mesma gravidade – a exploração de classe e as opressões sexistas e racistas. Ou, dito de outra forma, dar centralidade à contradição capital X trabalho significaria secundarizar os demais conflitos sociais opressores. Mas trata-se de uma falsa problemática. Não devemos hierarquizar um processo a outro, mas investigar e compreender de que forma se relacionam *na realidade* em sua *totalidade*. Afirmar que o capitalismo é, ele próprio, o sistema que não pode prescindir do patriarcado e do racismo para sua subsistência é compreender que as suas raízes são as mais profundas possíveis.

Portanto, nomear como sistemas duplos, ou como sistema heteropatriarcal-racista-capitalista, é uma opção metodológica que guarda uma concepção teórica com consequências, e acaba tirando do nome "capitalista" o que ele, em si, já é. Um sistema patriarcal e racista, onde tudo é em nome do capital. Como um buraco negro[3] que tudo suga, a constituição do capitalismo se deu assim, apropriando-se de formações econômicas atrasadas e relações sociais desiguais para colocar todos esses elementos em marcha com um único objetivo: o da acumulação de capital. Essa compreensão não me parece simplista, mas totalizante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

_____. **Ligações Perigosas: feminismo e marxismo, casamentos e divórcios**. São Paulo: Usina, 2019.

BHATTACHARYA, Thithi. **Social Reproduction Theory – Remapping Class, Recentering Oppression**. London: Pluto Press, 2017.

CARVALHO, Edmilson. **A totalidade como categoria central na dialética marxista**. *Outubro*, São Paulo, n.15, 1° semestre de 2007.

CISNE, Mirla. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018a.

_____. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018b.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics.** The University of Chicago Legal Forum, Chicago, n. 140, p. 139-167, 1989.

DELPHY, Cristine. **L**ditions Syllepse, 2009, v. 1. t. segrativa. lidade. hoje. o. ?ar aproximaçerialismo histras brasileiras, e dos trabalhadores neg'**enemie principal:** économie **politique du patriarcat**. Paris: Éditions Syllepse, 2009, v. 1.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERGUSON, Susan. **Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa.** Cadernos Cemarx, Campinas, n. 10, 2017.

_____ & MCNALLY, David. **Capital, força de trabalho e relações de gênero.** Introdução à reedição do livro da Lise Vogel. Boston: Brill, 2013.

HARTMANN, Heidi I. **The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a more Progressive Union**. *Capital & Class*, v. 3 n. 2, p. 1-33, 1979

3 **Buraco negro** é uma região do espaço-tempo em que o campo gravitacional é tão intenso que nada — nenhuma partícula ou radiação eletromagnética como a luz — pode escapar dela. (Wikipedia, https://pt.wikipedia.org/wiki/Buraco_negro)

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade.** Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

KERGOAT, Danièle. **Dynamique et consubstantialité des rapports sociaux**. Dorlin, Elsa Dorlin (dir.). *Sexe, race classe*: pour une épistémologie de la dominationParis: PUF; Actuel Marx Confrontation, 2009, p. 111-125.

KOZIK, Karel. **A dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. **Capítulo Inédito d'O Capital.** Porto: Publicações Escorpião, 1975.

_____. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1 (volume 1). 9ª ed. São Paulo: Difel, 1984.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 3 (volume 6). 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Grundrisse**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ; São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os Despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELO, Hildete; CASTILHO, Marta. **Trabalho Reprodutivo no Brasil: Quem Faz?** Rio de Janeiro: R. Econ. Contemp., v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr., 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** In: *Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional.* São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006, p. 141-160.

_____(org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women: .** Boston: Brill, 2013.

WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

CAPÍTULO 9

A (IM)POSSIBILIDADE DE OBJECÃO DE CONSCIÊNCIA DOS MÉDICOS NA UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA POR PESSOAS HOMOSSEXUAIS, SOLTEIRAS E TRANSGÊNERAS: UMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL INSPIRADA NA TEORIA RAWLSIANA DE JUSTIÇA COMO EQUIDADE

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 08/03/2021

Iara Antunes de Souza
Professora da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Pesquisadora do Centro de Estudos em Biodireito – CEBID
Ouro Preto – MG
http://lattes.cnpq.br/0058010358863049

Priscilla Jordanne Silva Oliveira
Professora do Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte
Belo Horizonte -MG
http://lattes.cnpq.br/0000641510600511

Rafaela Fernandes Leite
Doutoranda em Direito Civil pela UFMG. Professora da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
Ouro Preto/Belo Horizonte – MG
http://lattes.cnpq.br/3507737673904449

RESUMO: A Resolução n. 2.168 de 2017, editada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), dispõe acerca das normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida (RA). O dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros estabelece que pessoas heterossexuais, homossexuais e transgêneras podem ser receptoras das técnicas de RA. Contudo, apesar da revogação expressa em 2020, há dúvidas acerca da ressalva ao direito do médico de, fundado em sua concepção de bem, recusar-se a realizar o procedimento em pessoas em relacionamentos homoafetivos, solteiras e transgênero. Diante disso, inspira-se nos princípios de justiça propostos por John Rawls, na teoria Justiça como Equidade, quais sejam: os princípios da liberdade igual, da oportunidade justa e da diferença como fundamentos de alinhamento do ideal democrático de liberdade no marco da Constituição da República de 1988 (CR/88), problematizando a (im)possibilidade jurídica de objeção dos médicos na realização das técnicas de RA em pessoas em relacionamentos homoafetivos, solteiras e transgênero. Constitui-se, portanto, como objetivo geral da pesquisa, perquirir a possibilidade jurídica da objeção de consciência dos médicos no referencial da teoria rawlsiana de justiça. Para tanto, pretende-se investigar o tratamento jurídico e deontológico conferido as técnicas de RA no Brasil e aos seus receptores; e relacionar os princípios de liberdade igual, da oportunidade justa e da diferença com os direitos fundamentais inseridos na CR/88; delimitar a estrutura normativa da relação médico e paciente, na perspectiva do Direito do Consumidor. Por fim, a hipótese que será testada consiste na impossibilidade de objeção médica nas situações objeto de pesquisa, uma vez que a desigualdade normativa imposta pelo CFM não garante uma melhor distribuição de direitos e liberdades básicas iguais para pessoas solteiras e casais homoafetivos. O desenvolvimento da pesquisa encontra-se fundamentado na vertente teórico-metodológica denominada jurídico-sociológica e será proposta por intermédio da efetivação de diferentes métodos de investigação no campo do Direito, quais sejam: histórico-jurídico e jurídico-descritivo.

PALAVRAS-CHAVE: Reprodução assistida; objeção de consciência dos médicos; liberdade reprodutiva.

THE (IM)POSSIBILITY OF DOCTOR'S CONSCIENTIOUS OBJECTION IN THE USE OF ASSISTED REPRODUCTIVE TECHNOLOGY BY HOMOSEXUALS, SINGLE AND TRANSGENDER PEOPLE: A CONSTITUTIONAL PERSPECTIVE INSPIRED BY THE RAWLSIAN THEORY OF JUSTICE AS EQUITY

ABSTRACT: Resolution n. 2.168 of 2017, edited by the Federal Council of Medicine (CFM), provides about ethical standards for the use of assisted reproductive (AR) technology. The deontological device to be followed by brazilian doctors establishes that heterosexual, homoaffective and transgender people can be recipients of AR technology. However, despite the revocation expressed in 2020, there are doubts about the reserves the right of the doctor, based on his conception of good, to refuse to perform the procedure in people in homoffective relationships, single or transgender. Therefore, it is inspired by the principles of justice proposed by John Rawls, in the theory Justice as Equity, which are: the principles of equal freedom, of fair opportunity ando f the difference as foundations for aligning the democratic ideal of freedom within the framework of the 1998 Republic's Constitution (CR/88), problematizing the legal (im)possibility of doctor's conscientious objection in carrying out AR technology in people in homoffective relationships, single or transgender. It is, therefore, as a general objective of the research, to investigate the legal possibility of the doctor's conscientious objection in the framework of Rawlsian theory of justice. To this end, it is intended to investigate the legal and deontological treatment given to AR technology in Brazil and its recipients; relate the principles of equal freedom, of fair opportunity and of the difference with the fundamental rights included in CR/88; and delimit the normative structure of the doctor and patient relationship, from the perspective of Consumer Law. Finally, the hypothesis that will be tested consists of the impossibility of medical objection in the situations object of research, once the normative inequality imposed by the CFM does not guarantee a better distribution of equal basic rights and freedoms for single people and people in homoffective relationships. The development of the research is based on the theoretical-methodological aspect called legal-sociological and will be proposed through the implementation of different methods of investigation in the field of Law, namely: historical-legal and legal-descriptive.
KEYWORDS: Assisted reproductive; doctor's conscientious objection; reproductive freedom.

1 I CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os avanços biotecnológicos tornaram a reprodução assistida (RA) uma possibilidade científica de efetivação do direito ao livre planejamento familiar para pessoas impossibilitadas de procriarem naturalmente, situação notadamente vivenciada por pessoas em relacionamento homoafetivo, solteiras e transgênero, que não desejam ter relações sexuais e/ou afetivas para efetivação do projeto parental.

No Brasil, o acesso às técnicas de RA não é regulamentado por lei, razão pela qual coube ao Conselho Federal de Medicina (CFM) disciplinar as condições de sua realização, deontologicamente, o que o faz atualmente por intermédio da Resolução CFM

n. 2.168/2017.

A RA é acessível a todas as pessoas civilmente capazes, que tenham solicitado o procedimento, incluindo, desde 2013, pessoas em relacionamento homoafetivo ou solteiras; e em 2020 as pessoas transgênero (item II.2). A Resolução CFM n. 2.283/2020, excluiu a previsão que ressalvava o direito do médico de, fundado em sua concepção de bem e liberdade de consciência, recusar-se a realizar o procedimento quando se trata-se de pessoas em relacionamento homoafetivo ou solteira.

O tratamento desigual da liberdade de pessoas homossexuais, solteiras e transgéneras, impedidas de conceberem naturalmente seus filhos, reafirma simultaneamente a lógica binária de discriminação dos agrupamentos sociais divergentes da concepção de família que funda o direito privado, qual seja, representada pela união do homem, mulher e filhos respectivos, e, simultaneamente, consolida a estratificação sexual e social, sem apresentar, entretanto, argumentos razoáveis e que todos poderiam endossar para o tratamento desigual da liberdade reprodutiva.

Diante disso, inspira-se nos princípios de justiça propostos por John Rawls(2016), na teoria Justiça como Equidade, quais sejam: os princípios da liberdade igual, da oportunidade justa e da diferença como fundamentos de alinhamento do ideal democrático de liberdade no marco da Constituição da República de 1988 (CR/88), para problematizar a (im)possibilidade jurídica de objeção dos médicos na realização das técnicas de RA em pessoas homossexuais, solteiras ou transgênero, o que parece ter sido abarcado na alteração da norma.

Para tanto, objetiva-se analisar as normas deontológicas que dispõe acerca das técnicas de RA no Brasil, concluindo pela (im)possibilidade de eventual tratamento desigual da liberdade reprodutiva de pessoas homossexuais, solteiras ou transgênero e sua fundamentação; posteriormente, pretende-se relacionar o conteúdo deontológico que dispõe acerca da RA com os princípios da teoria da justiça rawlsiana, de liberdade igual, da oportunidade justa e da diferença, identificando sua correspondência com os direitos e objetivos fundamentais da CR/88; por fim, pretende-se delimitar a estrutura jurídica normativa da relação médico e paciente, na perspectiva do Direito do Consumidor, para finalmente, a partir da confluência do marco teórico e o seu desenvolvimento nos limites propostos, buscar responder ao problema proposto, concluindo pela (im)possibilidade jurídica de objeção dos médicos na realização das técnicas de RA em pessoas homossexuais, solteiras ou transgênero.

A hipótese que será testada consiste na impossibilidade de objeção médica nas situações objeto de pesquisa, uma vez que a desigualdade normativa imposta pelo CFM não garante uma melhor distribuição de direitos e liberdades básicas iguais para pessoas homossexuais, solteiras e transgênero. O desenvolvimento da pesquisa encontra-se fundamentado na vertente teórico-metodológica denominada jurídico-sociológica e será proposta por intermédio da efetivação de diferentes métodos de investigação no campo do

Direito, quais sejam: histórico-jurídico e jurídico-descritivo.

2 | A REPRODUÇÃO ASSISTIDA E AS PESSOAS HOMOSSEXUAIS, SOLTEIRAS E TRANSGÊNERAS

A Constituição da República – CR/88 propôs verdadeira revolução paradigmática em toda a estrutura jurídica brasileira, sobretudo no que tange ao direito das famílias, ao promover o alargamento conceitual de entidade familiar para recepcionar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, bem como, atribuir reconhecimento jurídico-familiar às uniões públicas, contínuas e duradouras, estabelecidas com o objetivo de constituir família, tutelando, respectivamente, a família monoparental e a união estável. Na forma do artigo 226, objetivou trazer em seu texto a igualdade formal e material, consagrando assim a pluralidade de entidades familiares existentes e assegurando a todas elas, indistintamente, liberdades iguais de planejamento familiar.

Nesse contexto, o desenvolvimento das técnicas de RA representa uma alternativa médica à infertilidade humana, considerada com um problema de saúde com implicações médicas e psicológicas, facilitando o processo de procriação das famílias que, diante do avanço biotecnológico, independe de relação sexual prévia entre duas pessoas de sexo opostos e, nesse sentido, tampouco é necessário que duas pessoas estejam vivendo um relacionamento afetivo para que se exerça o planejamento familiar com a filiação.

Por essa razão, pessoas em relacionamento homoafetivo e pessoas solteiras que desejam, no exercício do livre planejamento familiar, ter filhos, podem optar entre a adoção ou pela utilização das técnicas de RA, como alternativa médica de inclusão permanente de novos projetos de vida, uma vez que "a medicina demanda fundamentos éticos, que são, sobretudo, inclusivos" (STANCIOLI, 2004, p. 185).

Ocorre que, enquanto a adoção é satisfatoriamente regulada pelo Estatuto da Criança e Adolescente – Lei n. 8.060/1990, sem qualquer tratamento atual de caráter discriminatório entre os pretendentes à adoção, em que pese não prever expressamente a adoção por casais homoafetivos; o acesso e as condições de utilização das técnicas de RA não encontram previsão correspondente no ordenamento jurídico vigente (SHETTINI, 2015, p. 61).

Dessa forma, incumbiu ao CFM disciplinar deontologicamente as condições de sua realização, o que o faz por intermédio de resoluções que, ao contrário do que democrática e legitimamente poderia ser esperado, oscilou entre a omissão e a discriminação explícita de pessoas em relacionamento homoafetivo e solteiras, conforme observa-se na análise temporal de suas regulamentações.

A primeira regulamentação a tratar das normas para a utilização das técnicas foi a Resolução CFM n. 1.358/1992 que, dentre suas disposições, proibia a redução embrionária, à seleção de sexo, a transferência de mais de quatro embriões por ciclo e a destruição e

comercialização de gametas e embriões.

A mencionada Resolução foi revogada pela de n. 1.957/2010, que manteve preponderantemente as proibições anteriores e, previu a possibilidade de inclusão dentre os receptores das técnicas de RA de todas as pessoas capazes, sem distinção de qualquer natureza, ou seja, independentemente de seu estado civil ou orientação sexual.

A Resolução CFM n. 2.013/2013 revogou sua antecessora e, dentre outras modificações, foi editada considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 4.277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 132, sobre o reconhecimento da união estável entre casais homoafetivos. Assim, assegurou de forma clara o direito do acesso às técnicas de RA aos casais homoafetivos e às pessoas solteiras, expressão do direito à autonomia reprodutiva delas.

As decisões mencionadas ocorreram quando em 05 de maio de 2011, no julgamento da ADPF 132 e da ADI 4277, o STF proferiu entendimento, equiparando as uniões estáveis entre homossexuais e heterossexuais, aplicando de forma análoga, o artigo 1.723 do Código Civil de 2002, com base na denominada "interpretação conforme a Constituição". Dessa forma, reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, desde que preenchidos os mesmos requisitos necessários para a configuração da união estável entre homem e mulher, e que os mesmos deveres e direitos originários da união estável fossem estendidos aos companheiros nas uniões homoafetivas.

Posteriormente, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em outubro de 2011, ao julgar o Recurso Especial n. 1.183.378, no qual duas mulheres pediam para serem habilitadas ao casamento civil, modificou a decisão denegatória de primeira e segunda instância, para reconhecer a possibilidade de conversão da união estável homossexual em casamento. Por fim, em maio de 2013, em texto aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução n. 175, tornou-se defeso as autoridades competentes, recusarem-se a habilitar, celebrar casamento civil ou de converter união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo[1].

A Resolução CFM n. 2.013/2013 do CFM avançou significativamente, justamente para responder a essas interpretações exaradas em decisões judiciais, que abrangem novas formas de constituição familiar além daquelas relacionadas expressamente pela CR/88. Contudo, trouxe a ressalva do direito de objeção do médico de recusar-se a realizar

1 Ressalte-se ainda, o Provimento de n. 63, de 14 de novembro de 2017, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Em seu preâmbulo, entre suas considerações, consta: o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família, com eficácia erga omnes e efeito vinculante para toda a administração pública e demais órgãos do Poder Judiciário (Supremo Tribunal Federal, ADPF n. 132/RJ e ADI n. 4.277/DF); a garantia do direito ao casamento civil às pessoas do mesmo sexo (Superior Tribunal de Justiça, REsp n. 1.183.378/RS); as normas éticas para uso de técnicas de reprodução assistida, tornando-as dispositivo deontológico a ser seguido por todos os médicos brasileiros (Resolução CFM n. 2.121, DOU de 24 de setembro de 2015); a necessidade de uniformização, em todo o território nacional, do registro de nascimento e da emissão da respectiva certidão para filhos havidos por técnica de reprodução assistida de casais homoafetivos e heteroafetivos.

o procedimento quando os receptores forem casais homoafetivos e pessoas solteiras. Não obstante a demonstrada evolução e reconhecimento de direitos nas decisões judiciais acima expostas, no sentido de que se trata de famílias (homoafetiva e monoparental) que ainda compõem a base da estratificação sexual-familiar, a norma do CFM ressalva a prerrogativa dos médicos de resistirem à diversidade pela objeção de consciência.

Essa Resolução foi revogada pela de n. 2.121/2015, e que, posteriormente, foi revogada pela de n. 2.168/2017. Ambas mantiveram a possibilidade de que pessoas em relacionamento homoafetivo e pessoas solteiras fossem receptoras das técnicas de RA, contudo, mantiveram também a ressalva do direito do médico de, fundado em sua concepção de bem e liberdade de consciência, recusar-se a realizar o procedimento para pessoas homossexuais e solteiras.

O caráter deontológico das resoluções emanadas pelo CFM e sua imperatividade restrita aos médicos brasileiros faz com que sejam vistas como "normas administrativas deontológicas voltadas aos médicos, mas que, por serem eles os profissionais autorizados à prática das técnicas, acabam por determinar os moldes de sua realização para todas as pessoas" (SÁ, RETORRE, 2017, p. 98), e, ao atribuir o direito de objeção do médico de recusar-se a realizar o procedimento nas hipóteses de receptores casais homoafetivos e pessoas solteiras, é uma norma que os trata de forma diferenciada.

A discriminação perpetrada pela Resolução CFM n. 2.168/2017 e suas antecessoras, torna o acesso às técnicas de RA por casais homoafetivos e pessoas solteiras, dependente da concepção de bem do profissional competente para a execução do procedimento. Portanto, cria um obstáculo imotivado para a efetivação do direito constitucional ao livre planejamento familiar desses sujeitos, previsto no art. 226, §7º da CR/88 e regulamentado pela Lei n. 9.263/1996, que constituem expressão do livre desenvolvimento da personalidade, de acordo com Rodrigo Pereira Moreira (2016, p. 247):

> Os direitos de liberdade reprodutiva, por exemplo, constituem expressão do livre desenvolvimento da personalidade entendido como autodeterminação. Isso permite um maior espaço de decisão pessoal e familiar impedindo a imposição de qualquer tipo de controle coercitivo em relação à natalidade, pois toda pessoa deve decidir o modo, o tempo e a quantidade de filhos que irá ter.

Em 2020, a Resolução CFM n. 2.283 alterou a redação do item II.2 da Resolução CFM n. 2.168/2017 para incluir a possibilidade de utilização das técnicas de RA por pessoas transgênero; não vincular ao relacionamento da pessoa; e, por fim, excluir a previsão "respeitado o direito a objeção de consciência por parte do médico". A primeira leitura poderia ensejar a conclusão de que o objeto da presente pesquisa estaria exaurido. Contudo, na justificativa da alteração da norma, o CFM informa que a expressão era prescindível eis que tal objeção de consciência já é prevista, de forma geral, no Código de Ética Médica (Resolução CFM n. 2.217/2018) em seu inciso VII do Capítulo I.

Logo, a permissão de acesso às técnicas de RA, trazida pela Resolução CFM n. 2.168/2017, deveria garantir que se representasse igual benefício a qualquer pessoa, em especial para as mais descriminalizadas na estratificação sexual, na qual se incluem, dentre outros, os homossexuais, as pessoas solteiras e as pessoas transgénero que decidem ter filhos independentemente de uma relação conjugal e/ou matrimonial.

3 | A JUSTIÇA COMO EQUIDADE E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988: DELINEANDO OS CONTORNOS DO IDEAL DEMOCRÁTICO DO LIVRE PLANEJAMENTO FAMILIAR

A teoria da justiça como equidade, desenvolvida por John Rawls, é uma teoria política normativa e contratualista (RAWS, 2016, p.20). Seu objeto é a estrutura básica da sociedade, pautada nas instituições, tendo como base as Constituições e os contextos sociais e econômicos, que por meio da métrica normativa, garantem-se iguais direitos a todos os indivíduos.

Assim, a teoria arlesiana, de concepção política liberal, possui como princípios estruturais, os princípios da liberdade igual, da oportunidade justa e da diferença, que seriam acordados na posição original, "*status quo* inicial apropriado para garantir que os acordos fundamentais nele alcançados sejam equitativos" (RAWLS, 2016, p. 21). Os princípios adotados, de forma racional, são, nas palavras de John Rawls (2000, p. 47):

> a. Todas as pessoas têm igual direito a um projeto inteiramente satisfatório de direitos e liberdades básicas iguais para todos, projeto este compatível com todos os demais; e, nesse projeto, as liberdades políticas, e somente estas, deverão ter seu valor equitativo garantido.
>
> b. As desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer dois requisitos: primeiro, devem estar vinculadas a posições e cargos abertos a todos, em condições de igualdade equitativa de oportunidades; e, segundo, devem representar o maior benefício possível aos membros menos privilegiados da sociedade.

Assim, os princípios da liberdade e da igualdade regulam as instituições básicas da sociedade e o primeiro tem prioridade sobre o segundo. Esses princípios seriam vistos como manifestações do conteúdo de uma concepção política liberal de justiça. A segunda parte do segundo princípio, demonstra o princípio da diferença, que consiste no fato de que as desigualdades sociais e econômicas associadas aos cargos e posições devem ser ajustadas de modo que represente o maior benefício possível para os membros menos privilegiados da sociedade (RAWLS, 2000, p. 48/49).

A liberdade igual, o direito a oportunidades justas e a mediação da liberdade sob a premissa da promoção de pessoas menos favorecidas que constituem, em síntese, a concepção igualitária de justiça, encontram na CR/88 uma matriz normativa compatível para sua ratificação e efetividade. Nesse sentido, a garantia individual de liberdades iguais,

como garantia do direito à igualdade formal e material, constitui o núcleo do art. 5° e, para além das garantias individuais, constitui-se como objetivo da República Federativa do Brasil, na forma do art. 3°, inciso IV, ambos da CR/88.

A liberdade e a igualdade, presentes na teorização rawlsiana, compõem, portanto, o alinhamento do ideal democrático de liberdade no marco da CR/88 e devem regular todos os acordos celebrados (BARBOZA; ALMEIDA, 2016, p. 164).

A liberdade individual, como pressuposto do exercício de direitos subjetivos, é reafirmada ainda no art. 226, §7° da CR/88 que garante a autonomia reprodutiva de todos os indivíduos, indistintamente, sem a intervenção estatal, conferindo lhes direito ao livre planejamento familiar. O referido dispositivo é regulamentado pela Lei n. 9.263/1996, que trata do planejamento familiar e estabelece penalidades para a violação da determinação constitucional.

De acordo com o legislador, o planejamento familiar é "o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal", e garante-se para o exercício do direito em questão, o acesso a todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitas, garantindo-se a liberdade de opção. No mesmo sentido, o art. 1.565, §2° do Código Civil de 2002, trata acerca do livre planejamento familiar, em redação semelhante à mencionada pela Lei n. 9.263/1996.

A Resolução CFM n. 2.168/2017, dispõe que qualquer pessoa capaz, que tenha exercido sua autonomia esclarecida pode ser receptora das técnicas de RA (item II.1). Contudo, paira a possibilidade de objeção de consciência dos médicos na realização das técnicas de RA em pessoas homoafetivas, solteiras e transgênero, a despeito da revogação expressa dessa parte no Item II.2 da Resolução, eis que essa é a previsão geral do CEM (item VII do Capítulo I).

A objeção pode ser entendida como a recusa a prestação do serviço por razão de consciência, fundada em doutrinas religiosas, filosóficas e morais conflitantes e irreconciliáveis (KONDER; KONDER, 2016, p. 224-225).

Dessa forma, a possibilidade de objeção contraria os princípios fundantes de uma democracia constitucional comprometida com a igualdade, incluindo, a igualdade de reconhecimento entre as pessoas e com a justiça. Ademais, é incontroversa a sua incompatibilidade com a perspectiva constitucional de promoção da pessoa humana como centro de proteção e realização do ordenamento jurídico, uma vez que, a "liberdade e, por conseguinte, também o reconhecimento e a garantia de direitos de liberdade (e dos direitos fundamentais de um modo geral), constituem uma das principais (senão a principal) exigência da dignidade da pessoa humana" (SARLET, 2015, p. 47).

Com efeito, não cabe ao Estado impor uma única concepção de bem e também não deve ser lícito aos sujeitos invocarem as suas concepções de bem e valores abrangentes como fundamento para violar o status de igual dignidade de pessoas homossexuais,

solteiras e transgênero. O que a objeção de consciência demanda, viola, respectivamente, igual liberdade de consciência e igualdade de liberdades políticas e civis para as pessoas cujo plano de vida está sendo implicitamente recepcionado como menos valioso.

Assim, conclui-se que previsão que era trazida pela Resolução CFM de n. 2.168/2017, bem como a que é permitida pelo CEM, quando aplicada à objeção de consciência dos médicos na eleição de seus pacientes, pretensos receptores das técnicas de RA, constitui uma violação de liberdade e que gera situações injustas para as pessoas homossexuais, solteiras e transgêneras, pertencentes a classes menos privilegiadas na estratificação sexual da sociedade, impedindo ou dificultando o exercício do seu direito ao livre planejamento familiar em iguais condições com as demais pessoas.

4 | A RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE O MÉDICO E AS PESSOAS EM RELACIONAMENTO HOMOAFETIVO E SOLTEIRAS

A relação jurídica entre o profissional médico e o paciente, passou por diversas transformações. Em princípio, verificava-se a relação de tratamento individualizado, até chegar-se ao tratamento complexo, em que possuindo como campo de atuação os centros sanitários, fundamentalmente hospitalares, surge a concorrência de uma pluralidade de profissionais em diferentes níveis de atuação, bem como o surgimento de inúmeros recursos médicos e tecnológicos (CASABONA, 2004, p. 132). Assim, de uma relação verticalizada, a relação médico-paciente transformou-se em uma relação horizontalizada, com o intuito de assegurar que o paciente exerça com autonomia a tomada de decisões sobre sua saúde e vida (SÁ; NAVES, 2017, p. 117).

Conquanto a relação entre o médico e o CFM é regulada pelas resoluções deontológicas; a relação entre o médico e os pacientes (pessoas homossexuais, solteiras e transgênero), na qualidade de pretensas receptoras das técnicas de RA, é disciplinada pelo Direito. Assim a atividade médica, enquanto atividade econômica, sujeita-se ao dever constitucional de assegurar a todas as pessoas, sem distinção de qualquer ordem, uma existência digna, conforme os ditames da justiça social (art. 170, *caput,* V e VII da CR88, observados os princípios do direito do consumidor (Lei n. 8.078/1990).

A partir do referencial constitucional, a relação médico-paciente estrutura-se normativamente pelos critérios civis de determinação dos negócios jurídicos e, não obstante, a tentativa do CFM, por intermédio da Resolução CFM n. 2.217/2018 (CEM), Capítulo I, inciso XX, em afastar a incidência do Código de Defesa do Consumidor (CDC) nas práticas médicas e nas relações jurídicas delas decorrentes, tem-se incontroverso o enquadramento do médico e do paciente nos termos dos artigos 2º e 3º, do CDC, bem como, das técnicas eventualmente empreendidas na categoria jurídica de serviço, na forma do art. 3º do referido diploma, constituindo, assim, relação de consumo em sentido estrito. Nesse sentido, Iara Antunes de Souza (2014, p. 12): "Não há por que excluir a relação

médico-paciente do âmbito de incidência do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que os sujeitos e o objeto envolvidos enquadram-se perfeitamente nos conceitos dispostos em seus artigos 2º e 3º."

Roberto Henrique Pôrto Nogueira (2017, p. 195), ao se referir à norma deontológica e a contradição ao CDC, afirma que "obviamente, a norma ético-disciplinar serve para sugerir um parâmetro de contenção da busca desmedida do lucro pelo profissional médico, mas nunca para sobrepor-se ao que normatiza a lei consumerista".

Dessa forma, é possível afirmar que a relação, estabelecida ou proposta, entre o médico e as pessoas homossexuais, solteiras ou transgênero com o objetivo de tornarem-se receptoras das técnicas de RA será regida pelo CDC, uma vez que em nada se difere das demais relações jurídicas firmadas entre médicos e pacientes, de caráter eminentemente consumerista. A compatibilização do CDC às relações entre médico e paciente funda-se, sobretudo, na vulnerabilidade pressuposta desse último.

As pessoas homossexuais, solteiras ou transgênero, que queiram exercer a maternidade e/ou paternidade, com fundamento na liberdade igual de planejamento familiar, possuem direito subjetivo, dentre outros, de informação prévia e adequada sobre o uso das técnicas de RA; liberdade para escolher ou não o uso da tecnologia reprodutiva e caso decida por ela, direito a igualdade de contratação; proteção contra práticas e cláusulas eventualmente abusivas impostas para o fornecimento do serviço e, efetiva prevenção e reparação de danos a sua personalidade durante as negociações preliminares, a execução do contrato e após o seu término, inclusive.

A informação prestada à pessoa pretensa receptora das técnicas de RA deve ser adequada em relação à sua quantidade e à sua qualidade (SOUZA, 2014, p. 13), sendo dever do profissional informar quais técnicas são acessíveis ao paciente, detalhando na maior medida do possível, o procedimento e suas variáveis. A informação qualificada é imposta ao profissional também pelo código deontológico que rege sua atividade, na forma do art. 4º, da Resolução CFM n. 2.168/2017.

Como corolário do direito à informação adequada e qualificada, tem-se o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), como meio de exteriorização formal do consentimento prestado pelo paciente a partir da aceitação da proposta, trata-se "meio de respeito da autonomia ou autodeterminação dos pacientes" (CASABONA, 2004, p. 130).

A informação prestada pelo profissional tem efeito situacional dúplice, ou seja, inclui-se na fase preliminar do negócio jurídico pretenso e deve permear toda a execução contratual. O acesso à informação permite que o paciente decida pela melhor técnica de RA diante das suas expectativas ou ainda, recuse o método, exercendo livremente sua prerrogativa de escolha.

O direito subjetivo à igualdade de contratação, direito positivado no art. 6º, inciso II, do CDC, contudo, não tem nas resoluções do CFM corresponde normativo ou análogo. Por essa razão, ressalva-se ao médico o direito de recusar, com fundamento em sua

consciência, a realização dos procedimentos de RA, em pessoas homossexuais, solteiras ou transgênero.

Assim, embora o CEM possa impedir que o médico seja punido perante o CFM, não pode essa Resolução ser oposta de forma discriminatória às pessoas homossexuais, solteiras ou transgênero que, no interesse de exercício do livre planejamento familiar, recorrem às técnicas de RA.

A atividade dos médicos, profissionais liberais ou com vínculo empregatício, na democracia constitucional, sujeita-se - ante a necessidade de pautarem-se pela justiça - aos princípios que viabilizam que pessoas, não obstante endossem concepções diversas de bem, cooperem entre si, assegurando liberdades iguais e oportunidades justas. Porquanto, a referida atividade deve ser prestada perante qualquer pessoa que se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, na forma do art. 39, inciso IX, do CDC, sem que lhe seja ainda lícito estabelecer condições específicas para atendimento de pessoas homossexuais, solteiras ou transgênero, discriminando-as indiretamente, por constituir prática comercial abusiva.

O médico, enquanto fornecedor de um serviço no mercado de consumo, deve, ainda, promover, na maior medida do possível, a preservação da personalidade dos pacientes que intentam a realização das técnicas de RA, sem efetivar qualquer medida que direta ou indiretamente, implique em dano a essas pessoas, sob pena de, presentes os requisitos da responsabilidade civil, ser instado a indenizá-las.

Diante de todo exposto, observa-se que o CFM embora tenha competência para dispor sobre as normas deontológicas que regem a relação médico-paciente, vinculando os profissionais brasileiros aos referenciais éticos adotados pelo conselho, deve sujeitar-se aos princípios da justiça social de iguais liberdades e oportunidades justas, uma vez que a objeção de consciência é uma liberdade positiva do profissional que ingere objetivamente na liberdade negativa e básica pessoas homossexuais, solteiras ou transgênero.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento jurídico e político, contínuos, de novas entidades familiares, com a garantia constitucional de liberdades iguais para o exercício efetivo do planejamento familiar, permite que as famílias com o impedimento de gestarem o próprio filho ou com a impossibilidade natural de fazê-lo, situação vivenciada por pessoas homossexuais, solteiras ou transgênero, possam recorrer às técnicas de RA como alternativa à infertilidade.

Ocorre que, a utilização das técnicas de RA representa um conflito ético-jurídico quando o desejo de ter filhos ou de exercer livremente o planejamento familiar, contrasta com a possibilidade deontológica do médico recusar-se a realizar o procedimento, e exclusivamente, em pessoas em relacionamento homoafetivo ou solteiras, fundado em uma concepção pessoal de bem.

Por essa razão, percebido o conflito entre a liberdade de objeção do médico e de igual exercício do livre planejamento familiar pelas pessoas homossexuais, solteiras ou transgênero, buscou-se a arbitrar o conteúdo das Resoluções do CFM com os princípios das liberdades iguais e das oportunidades justas, pelo qual verificou-se que o critério desigual de utilização das técnicas de RA, imposto a pessoas referidas e em notória condição histórica de subalternidade na estratificação sexual-familiar, além de não resultar em oportunidades mais justas para que efetivem a liberdade básica de planejamento familiar, agrava sua condição de desigualdade.

Por fim, afastado a objeção de consciência do médico como uma prerrogativa compatível com os ditames da justiça social no marco da CR/88, foi evidenciado que a relação entre o médico e o paciente constitui relação jurídica de consumo, pela qual impõe-se ao primeiro o dever de observar os fundamentos de justiça e sua irradiação pela delimitação da sua atuação profissional, sendo a recusa da prestação de serviços um ilícito civil, com fundamento discriminatório e pelo qual poderá responder civilmente o profissional, sem prejuízo de outras sanções de direito.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Vitor. (DES)igualdade de gênero: a mulher como sujeito de direito. *In:* TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; ALMEIDA, Vitor (Coords.). **O Direito Civil entre o sujeito e a pessoa:** estudos em homenagem ao professor Stefano Rodotà. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 164-189.

BRASIL. Lei n. 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, 15 jan. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm. Acesso em: 22 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8078.htm. Acesso em: 25 jun. 2018.

BUENO, José Geraldo Romanello; MENEZES, Daniel Francisco Nagao. Os limites da gestação de substituição na reprodução assistida. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, n. 24, p. 17-33, jan./dez. 2015.

CASABONA, Carlos María Romeo. O consentimento informado na relação entre médico e paciente: aspectos jurídicos. *In:* CASABONA, Carlos Maria Romeo; QUEIROZ, Juliane Fernandes (Coord.). **Biotecnologia e suas implicações ético-jurídicas.** Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 128-172.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 1.358, de 19 de novembro de 1992. **Adota normas éticas para utilização das técnicas de reprodução assistida.** Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1992/1358_1992.htm. Acesso em: 22 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MECICINA. Resolução n. 1.957 de 06 de janeiro de 2011**. A Resolução CFM nº 1.358/92, após 18 anos de vigência, recebeu modificações relativas à reprodução assistida, o que gerou a presente resolução, que a substitui in totum.** Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2010/1957_2010.htm. Acesso em: 25 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 2.013 de 16 de abril de 2013. **Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida, anexas à presente resolução, como dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos e revoga a Resolução CFM nº 1.957/10.** Disponível em: https://portal.cfm.org.br/images/PDF/resoluocfm%202013.2013.pdf. Acesso em: 25 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n. 2.121, de 24 de setembro de 2015. **Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida.** Disponível em: https://goo.gl/CpohDk. Acesso em: 22 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n. 2.168, de 10 de novembro de 2017. **Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida.** Disponível em: https://goo.gl/2rdCQu. Acesso em: 22 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 2.217, de 27 de setembro de 2018**. Código de Ética Médica.** Disponível em: encurtador.com.br/joABZ . Acesso em: 08 mar. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 175 de 14 de maio de 2013. **Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.** Disponível em: http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504. Acesso em: 25 jun. 2018.

KONDER, Carlos Nelson; KONDER, Cíntia Muniz de Souza. Violações à autonomia reprodutiva no cenário das novas tecnologias. *In:* TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; ALMEIDA, Vitor (Coords.). **O Direito Civil entre o sujeito e a pessoa:** estudos em homenagem ao professor Stefano Rodotà. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 217-232.

MOREIRA, Rodrigo Pereira. **Direito ao livre desenvolvimento da personalidade:** proteção e promoção da pessoa humana. Curitiba: Juruá, 2016.

NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto. **Prescrição *off label* de medicamentos, ilicitude e responsabilidade civil do médico.** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 2000.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Direitos da personalidade.** Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SCHETTINI, Beatriz. **O tratamento jurídico do embrião humano no ordenamento brasileiro**. Ouro Preto: Livraria & Editora Ouro Preto, 2015.

SOUZA, Iara Antunes de. **ACONSELHAMENTO GENÉTICO E RESPONSABILIDADE CIVIL:** as ações por concepção indevida (*wrongful conception*), nascimento indevido (*wrongful birth*) e vida indevida (*wrongful life*). Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.

STANCIOLI, Brunello. Sobre a estrutura argumentativa do consentimento informado: revisão sistemática, verdade e risco na relação médico-paciente. *In:* CASABONA, Carlos Maria Romeo; QUEIROZ, Juliane Fernandes (Coord.). **Biotecnologia e suas implicações ético-jurídicas.** Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 173-188.

CAPÍTULO 10

SAÚDE E SEXUALIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NOS DOMÍNIOS DO CROMÁTICO DISCURSIVO DAS CAMPANHAS DE PREVENÇÃO

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 14/01/2021

Claudemir Sousa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)
Pedreiras-Maranhão
http://lattes.cnpq.br/3098726982874076

Vandiel Barbosa Santos
Universidade de Brasília (UNB)
Brasília-Distrito Federal
http://lattes.cnpq.br/8646938538121404

RESUMO: Neste artigo, analisamos enunciados de campanhas de prevenção a doenças no Brasil. O objetivo é discutir como ocorre a governamentalidade ao se relacionar a saúde e a sexualidade da população LGBTQIA+ às estratégias biopolíticas de aprendizagem, conscientização, prevenção e tratamento de doenças que afetam a população mais ampla. Para tanto, selecionamos quatro (4) dos enunciados supracitados e guiamos as análises pelo viés dos Estudos Discursivos Foucautianos. Concluímos que, embora as discussões sobre as questões de gênero e sexualidade na área da saúde da população LGBTQIA+ sejam antigas, quando se trata de dados epidemiológicos, tem-se um verdadeiro apagamento.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Governamentalidade. Gênero. LGBTQIA+.

HEALTH AND SEXUALITY OF THE LGBTQIA+ POPULATION IN THE DOMAINS OF DISCURSIVE CHROMATIC OF PREVENTION CAMPAIGNS

ABSTRACT: In this article, we analyze statements of disease prevention campaigns in Brazil. The aim is to discuss how the governmentality occurs when relating the health and sexuality of the LGBTQIA + population to biopolitical strategies for learning, raising awareness, preventing and treating diseases that affect the broader population. To do so, we selected four (4) of these statements and guided the analysis through the Foucautian Discursive Studies. We concluded that, although the discussions on gender and sexuality issues in the health area of the LGBTQIA + population are old, when it comes to epidemiological data, there is a real erasure.

KEYWORDS: Discourse Analysis. Governmentality. Gender. LGBTQIA +.

1 I INTRODUÇÃO

> Deus criou o homem e a mulher, e é assim que nós cremos. Qualquer outra opção sexual é uma escolha do livre arbítrio do ser humano. E qualquer escolha leva a consequências. E a bíblia chama qualquer escolha contrária ao que Deus determinou como ideal, como ele nos criou para ser, chama de pecado. E o pecado tem uma consequência, que é a morte. Inclusive, tudo que é distorcido traz consequência naturalmente. Nem é Deus trazendo uma praga, um juízo, não. Tá aí a AIDS pra mostrar que a

> união sexual entre dois homens causa uma enfermidade, leva à morte, contamina as mulheres, enfim. Não é o ideal de Deus. Sabe qual é o sexo seguro, que não transmite doença nenhuma? O sexo seguro se chama aliança do casamento (HUFFPOST, 2020, *online*).

A fala precedente é um excerto de uma pregação da pastora evangélica e cantora gospel Ana Paula Valadão. Enunciando do lugar discursivo da religiosidade, a pastora põe em relação a sexualidade e a saúde. Esse enunciado mantém regularidades com muitos outros, como os analisados pelo primeiro autor em Sousa (2020), que propugnam o dispositivo de aliança (FOUCAULT, 1999a) como mecanismo de sanitização do sexo.

Nesse enunciado, o modo de enunciar a saúde da população LGBTQIA+[1] repousa no domínio do discurso religioso judaico-cristão, mobilizando as formulações acerca do pecado e da culpa, os quais são acionados para exercer um controle sobre os corpos dos sujeitos, apelando ao governo pelo medo e à responsabilização de cada um por suas atitudes, ao mesmo tempo em que situa Deus como alvo da contemplação humana (FOUCAULT, 1993). Tal modalidade enunciativa constitui um dos pilares de edificação do dispositivo de sexualidade (idem, 1999a), por práticas discursivas de variadas ordens.

Na atualidade, esse regime de verdade (FOUCAULT, 2013a) coexiste com outro, que goza de maior prestígio no domínio das estratégias governamentais de sanitização da população, que são aquelas formuladas no âmbito das ciências da vida. Com base nos saberes médico-científicos, anualmente, o Ministério da Saúde do Brasil, as secretarias estaduais e municipais de saúde e organizações não governamentais (ONGs) promovem campanhas de aprendizagem para conscientizar a população sobre os riscos de acometimento por algumas doenças, incentivar prevenções contra seus agentes infecciosos e esclarecer acerca do tratamento de tais enfermidades.

Para tanto, utilizam-se técnicas e táticas (FOUCAULT, 2013b) nessas campanhas, que consistem, primeiramente, em associar um mês do ano a uma cor e à doença que se quer combater; depois, na divulgação de informações nas mídias, nos hospitais, clínicas, empresas, órgãos e instituições públicos e privados, bem como em organizações não governamentais; ocorre, também, a iluminação de órgãos e monumentos com a cor arbitrada para tal finalidade, de forma a exercer um tipo de governo pela aprendizagem.

Essas ações se inscrevem nas estratégias biopolíticas (FOUCAULT, 1999a; 1999b) da sociedade de normalização, na qual age o biopoder, um mecanismo de poder cujo alvo é o aspecto biológico da população, em seu conjunto, visto que a norma é uma tecnologia que atua no corpo-espécie, com consequências no corpo individual. Essas biopolíticas também se apresentam de forma segmentada, na medida em que são promovidos recortes no corpo populacional, que se expressam em um cromático discursivo (MILANEZ, 2012) da saúde, organizado por meses do ano.

Um dos critérios utilizados para realizar esse recorte nos alvos das ações do

1 Sigla para Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual, Transgênero, Queer, Interssexual e Assexual.

biopoder (FOUCAULT, 1999a; 1999b) é o gênero. Por intermédio dele, tem-se um mês dedicado a cuidar da saúde da mulher, o outubro rosa, e outro para promover ações para a saúde do homem, o novembro azul. Diante dessa divisão binária, e tendo em conta que o biopoder e a biopolítica agem com base em medidas estatísticas dos aspectos concernentes à população, apitamos por realizar uma investigação dos dados estatísticos elaborados pelos órgãos oficiais de saúde, mormente o Ministério da Saúde, acerca da saúde da população LGBTQIA+ nesse cromático discursivo (MILANEZ, 2012), verificando sua presença ou ausência e analisando o seu funcionamento, quando presente.

O conceito de cromático discursivo foi elaborado por Milanez (2012) a partir da noção de campo de memória, de Foucault (2008), para analisar e interpretar as cores e como elas constituem a moralidade ao funcionarem como modo de enunciar a exterioridade. Esse conceito subsumi o "movimento entre memória histórica, cores e as posições que elas suscitam" (MILANEZ, 2012, p. 581).

Os sujeitos, ao enunciarem, assumem posições diante de uma determinada situação, localizada no tempo-espaço. Por isso, esse conceito nos auxilia a analisar como as cores utilizadas nessas estratégias biopolíticas suscitam posições de gênero/sexualidade ao instar os sujeitos a cuidarem de si e do outro.

A produção das campanhas de aprendizagem acerca da saúde é feita por uma equipe multiprofissional, que inclui profissionais da área do *designe*, da publicidade e propaganda, com conhecimento de semiótica. Tais sujeitos sabem que "as cores exercem a função de enunciar uma história no mundo das imagens" (MILANEZ, 2012, p. 586). Essa enunciação pode recorrer a sentidos já estabilizados socialmente para as cores, como o vermelho significando a cor do diabo e o azul a cor do divino, ou criar formas de funcionamento que serão interpretadas por leitores na sua correlação e na sua exterioridade, sujeitas a deslocamentos.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar a maneira como os mecanismos de governamentalidade (FOUCAULT, 2013b) relacionam e discursivizam a saúde e a sexualidade da população LGBTQIA+ no interior das estratégias biopolíticas (FOUCAULT, 1999a; 1999b) de aprendizagem, conscientização, prevenção e tratamento de doenças que afetam a população brasileira de maneira mais ampla.

Para tanto, decidimos focar nas campanhas setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul e dezembro vermelho, dado que há, ao longo de todo o ano, campanhas de prevenção associadas a outras cores, mas essas quatro são as mais enfatizadas e esse é o critério que adotamos para elegê-las, e não outras em seu lugar (FOUCAULT, 2008). Construímos, assim, uma série enunciativa com campanhas de cada um desses quatro meses, cuja análise e discussão será feita em associação com os dados estatísticos divulgados pelos órgãos de saúde, que integram o dispositivo de segurança, a saber: Ministério da Saúde (MS), Instituto Nacional do Câncer (INCA), via Coordenação de Prevenção e Vigilância, Divisão de Vigilância e Análise de Situação e Departamento de

Doenças e Agravos Não-Transmissíveis e Promoção da Saúde (DANTPS).

A metodologia adotada neste estudo repousa na análise enunciativa de Foucault (2008), cujos princípios norteadores são a regularidade, a dispersão, o campo associado e o domínio de memória. Os enunciados contemporâneos que regulam o cuidado com a saúde formam uma série não linear, pois, nas descontinuidades da história e dos discursos, eles sofrem modificações, transformações e assinalam diferentes posições aos sujeitos.

Com base nessa proposta foucaultiana, iremos elencar os elementos discursivos dos enunciados para uma primeira descrição, ou seja, as cores e suas formas de funcionamento, e recorrer a estudos de pesquisadores da análise do discurso (AD) brasileira sobre esses temas, para empreendermos uma arqueogenealogia desse discurso.

Esta discussão está assim estruturada: adiante, trataremos dos conceitos de dispositivo, sexualidade, biopolítica, biopoder, governamentalidade e normalização, com base nas teorizações de Foucault e seus comentadores, para tratarmos da história das campanhas de conscientização no Brasil. Em seguida, realizaremos as análises dos enunciados e dados estatísticos sobre a saúde da população LGBTQIA+ no cromático discursivo da saúde. Por fim, apresentaremos as considerações finais.

2 | APONTAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA CARTOGRAFIA DA SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA CONTEMPORANEIDADE

Para analisarmos como a população LGBTQIA+ é objetivada no cromático discursivo (MILANEZ, 2012) da saúde pública brasileira, recorreremos às noções de dispositivo, sexualidade, biopolítica, biopoder e governamentalidade (FOUCUALT, 1999a; 1999b; 2013b; 2013c).

As duas primeiras noções são empregadas por Foucault (1999a) na obra "História da sexualidade I: a vontade de saber" e, depois, explicadas em um texto intitulado "Sobre a história da sexualidade", no qual Foucault (2013c) diz que o dispositivo consiste em um conjunto heterogêneo, formado por elementos discursivos e não discursivos e pela rede de relações entre esses elementos. Além disso, o dispositivo tem uma função estratégica, pois tem como principal objetivo responder a uma urgência.

No caso em tela, a urgência é a sanitização da sexualidade da população, controle feito por discursos científicos que dão respaldo às campanhas de conscientização, instituições responsáveis pela formulação de saberes clínicos, leis que regulamentam a população, dentre outros elementos do dispositivo de segurança (FOUCAULT, 2013b).

As estratégias do dispositivo de segurança se atrelam às do dispositivo de sexualidade. Para Foucault (1999a, p. 100), a sexualidade é um dispositivo histórico, que encadeia "a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências" uns aos outros, conforme as estratégias de saber e poder.

A sexualidade está ligada a dispositivos recentes de poder. Foi na passagem

do século XVIII para o XIX que uma nova tecnologia do sexo se ordenou em torno da instituição médica, da exigência de normalidade e do problema da vida e da doença. A sexualidade foi governamentalizada (FOUCAULT, 2013b), ou seja, inserida nos mecanismos governamentais que visam prolongar a vida da população.

Para tanto, emprega-se a técnica da biopolítica (FOUCAULT, 1999a; 1999b), na qual se formulam campanhas para conscientizar a população dos riscos à saúde. Foucault (1999a; 1999b) remonta o desenvolvimento dessa tecnologia ao século XVIII, juntamente com o desenvolvimento do biopoder, mecanismo de poder com o qual se efetua essa técnica. Trata-se de uma forma de fazer viver, de investir em mecanismos regulamentares que incitem à saúde, longevidade, fertilidade, bem-estar, etc., no interior de um dispositivo de segurança que regra também a sexualidade.

O conceito de sexualidade desenvolvido por Foucault (1999a; 2013c) não coincide com o de sexo. Esse último consiste no ato realizado entre corpos, na diferença material dos corpos, além de ser marcado e formado por práticas discursivas (FOUCAULT, 2008). O sexo é um ideal regulatório, uma norma que possui poder de produzir os corpos que controla, demarcar diferenças e fazê-las circular (BUTLER, 2000).

A sexualidade, por seu turno, é o dispositivo de natureza histórica (FOUCAULT, 1999a) que se liga à valorização do corpo como objeto de saber e elemento nas relações de poder. Ela é um dos focos do poder sobre a vida, como mecanismo para otimizar a qualidade de vida da população, pois, conforme Ortega (2004, p. 11), "a biopolítica estatal clássica estava diretamente vinculada à formação e à consolidação da sociedade íntima. Especialmente a ênfase dada à sexualidade na biopolítica era ligada a um processo de implantação de identidades via o desejo sexual".

A sexualidade é objeto da norma, e essa implica a disciplina, que "está ligado à produção de corpos dóceis, submissos e disciplinados" (ORTEGA, 2004, p. 11). Dessa maneira, a sexualidade é um elemento das relações de poder, alvo das estratégias de disciplina, regulamentação e normalização (FOUCAULT, 1999b), realizados, principalmente, pelo saber da saúde, desde a emergência da Medicina social.

A transformação da Medicina de um exercício sobre o corpo individual a um exercício sobre a saúde coletiva estava ligada à transformação no Estado como gestor das medidas de saúde. Esse conjunto de transformações, por sua vez, foi inspirado por "uma alteração global relativamente ao próprio estatuto das doenças de uma forma geral" (FIGUEIREDO SOL, 2017, p. 4).

No momento em que as doenças se tornaram um problema econômico, sujeitas a medidas estatísticas, previsões e controle, foram empregadas campanhas de prevenção para exercer um tipo de controle sobre a saúde que age diretamente no corpo populacional, sem a necessidade de ouvir individualmente as orientações do médico, "numa autêntica 'hospitalização a domicílio'" (FIGUEIREDO SOL, 2017, p. 6, grifos da autora). Sua função é instruir os sujeitos acerca das regras sanitárias fundamentais para a garantia da saúde.

No Brasil, as estratégias biopolíticas (FOUCAULT, 1999a; 1999b) emergem durante os anos iniciais da Primeira República, quando era necessário edificar uma identidade nacional, sob a égide das ideias positivistas de ordem, progresso, civilidade, higiene, dentre outras (GREGOLIN, 2015). Esse contexto representa a passagem do final do século XIX para o século XX, estendendo-se até meados desse último.

Nesse momento, ocorre uma série de transformações, como as mutações nos costumes coloniais, uma suposta abolição da escravidão e reorganização das relações de trabalho, com privilégio para os trabalhadores europeus, a queda da monarquia e instalação da República, a urbanização e industrialização, fortalecimento da cultura do café nas regiões Sul e Sudeste, o ciclo da borracha no Norte do Brasil, adoção de vacinas e soros para as ações de saúde dentre outras dinâmicas sociais (GREGOLIN, 2015).

A higienização era uma estratégia para o progresso. A saúde seria uma das âncoras de renovação do país, na visão dos republicanos, com reflexo na educação, ocasionando a adoção de discursos médicos que prefiguravam as posições a serem adotadas pelo corpo no espaço escolar e a realização de aulas de educação física (ginástica e esportes) nas escolas, como mecanismo de sanitização dos corpos. Dessa maneira, a sanitização da vida social repousou em um discurso científico da saúde e em formação de instituições disciplinares para regular as práticas corporais, como a escola e os hospitais.

A partir do final do século XX, as ações da biopolítica são intensificadas, com a emergência de algumas doenças, como a AIDS (sigla em inglês para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), bem como a divulgação de saberes da saúde acerca de cânceres (de próstata, de mama, dentre outros), suas formas de detecção e de cuidado e, mais contemporaneamente, com a emergência da saúde mental como um dos alvos das estratégias do biopoder e da biopolítica (FOUCAULT, 1999a; 1999b), no século XXI, em uma espécie de patologização geral da população, na medida em que a loucura, como condição de exclusão e internamento, cede lugar à ideia de uma população acometida por síndromes e transtornos de ansiedade e depressão a serem diagnosticadas e medicalizadas.

É desses quatro domínios do adoecimento, em sua relação com a sexualidade, que trataremos adiante.

3 | ARQUEOGENEALOGIA DO *PATHOS* LGBTQIA+ NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE SABERES E PODERES

Para desenvolver a discussão aqui proposta, gostaríamos, inicialmente, de situar as campanhas de prevenção realizadas no Brasil ao longo de todos os meses do ano. Nesse intuito, no quadro que segue, apresentamos os meses do ano, a doença que se objetiva combater na campanha que é realizada no mês especificado, a cor associada à campanha e o ano de criação, quando possível, como segue.

MES	COR	CAMPANHA	ANO DE INÍCIO
Janeiro	Branco	saúde mental	2014
Fevereiro	Roxo	Lúpus, Alzheimer, fibromialgia	
	laranja	leucemia	
Março	azul-marinho	câncer de intestino	
Abril	Verde	segurança no trabalho	2014
	Azul	autismo	
Maio	amarelo	segurança no transito	2014
Junho	vermelho	doação de sangue	2011
	laranja	anemia e leucemia	2011
Julho	amarelo	hepatites virais e câncer ósseo	
Agosto	dourado	aleitamento materno	2017
Setembro	verde	doação de órgãos e prevenção a câncer de intestino	2014
	amarelo	suicídio	2015
	vermelho	doenças cardiovasculares	2014
Outubro	Rosa	câncer de mama	anos 1990
Novembro	Azul	câncer de próstata	2003 (Austrália); 2008 (Brasil).
	dourado	câncer infanto-juvenil	2014
Dezembro	laranja	câncer de pele	2014
	vermelho	HIV/AIDS	1991 (EUA); 2017 (Brasil).

Como dissemos na introdução, desse conjunto de campanhas, optamos por quatro, quais sejam: setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul e dezembro vermelho. Algumas dessas cores foram escolhidas para representarem essas campanhas sem relação direta com as doenças, dada a relativa arbitrariedade do signo linguístico (SAUSSURE, 1988). Para algumas, há uma relativa motivação, como discutiremos nas análises. Essas cores evocam sentidos históricos e também agregam novos, pondo em jogo a conduta que se quer governar (FOUCAULT, 2013b). Três dessas cores são puras (primárias ou básicas), ou seja, não se formam da misturam de outras, fenômeno que ocorre apenas com uma: a cor rosa. Já suas escolhas dialogam com construtos sociais que envolvem gênero, sexualidade, felicidade e vitalidade, questão que discutiremos nas análises.

Iniciamos essas análises pela campanha setembro amarelo (figura 1), a qual objetiva prevenir o suicídio. Ela foi iniciada no Brasil em 2015, por iniciativa do Centro de Valoração da Vida (CVV), do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Brasileira de Psiquiatria. No dia 10 desse mês é comemorado o dia Mundial de Prevenção ao Suicídio.

Figura 1 - Setembro amarelo

Fonte: SINDOJUS – MG

Nesse enunciado, as cores que se sobressaem na composição da materialidade verbal e visual são a amarela, o laranja e o preto. Essa última cor suscita a posição discursiva do luto, nas sociedades ocidentais, ao passo que o amarelo e laranja remetem ao girassol, flor que está associada ao combate à depressão devido à sua persistência em perseguir o sol todas as manhãs.

Todos os anos, são registrados mais de 1 milhão de casos de suicídio no mundo, dos quais cerca de 12 mil ocorrem no Brasil. A maior incidência é entre jovens e tais casos estão, majoritariamente, relacionados a transtornos mentais, em um percentual de 96,8%, com predomínio da depressão, seguida de transtorno bipolar e abuso de substâncias (BRASIL, 2017).

Os casos de tentativas de suicídio estão associados a diversos mecanismos. Um deles é a intoxicação exógena, com maior ocorrência entre as mulheres, que recorrem mais a medicamentos, em uma proporção de três quartos dos casos, ao passo que quase metade dos homens suicidas recorrem a esse método. Entretanto, quando se trata de mortalidade, morrem mais homens que tentam suicídio do que mulheres.

As tentativas de suicídio também estão associadas a casos de automutilação, pois deixam indícios corporais que servem de alerta para escolas, conselhos tutelares, clínicas, hospitais, postos de saúde e outras instituições que notificam compulsória e sigilosamente tais casos. Assim, o corpo mutilado do suicida, arruinado de história (FOUCAULT, 2013d), é também o testemunha e fator de segurança e prevenção ao suicídio.

Outro fator para a ocorrência de suicídios são as situações enfrentadas em virtude das demandas sociais pelo ajustamento da sexualidade e do gênero. Esses mecanismos incidem sobre o corpo, repercutindo no sexo. Santos e Castejon (2016) consideram que

tais situações contribuem para a elevação dos índices de suicídio entre adolescentes do sexo masculino.

Por essa razão, esses autores acreditam que as concepções sobre o suicídio precisam levar em conta a influência das dinâmicas sociais que objetivam e subjetivam (FOUCAULT, 2009) os adolescentes em risco de suicídio, entre as quais o estabelecimento de regras de comportamento masculino, que leva os sujeitos desajustados dos padrões de normatividade estabelecidos para a masculinidade à exclusão, visto que eles sofrem diversas formas de violência e criam rotas de fuga, incluindo as tentativas e execuções de suicídios.

Para esses autores, "o masculino pode ser considerado como categoria socialmente imposta sobre um corpo sexuado" (SANTOS & CASTEJON, 2016, p. 22). A masculinidade é uma posição de poder nas relações de gênero, mas também sujeita às descontinuidades da história (FOUCAULT, 2008). Por ser um espaço de dominação, a masculinidade se liga ao ideal de virilidade, que fixa normas para os sujeitos, expondo a riscos aqueles que não se deixam regular por esse ideal.

O gênero é uma edificação humana, engendrada por discursos e práticas que o naturalizam e demarcam as fronteiras do masculino e feminino. Essa construção do gênero também ocorre em diferentes esferas sociais e pode conduzir ao risco do suicídio, pois envolve processos de ligação a um padrão estabelecido por saberes e discursos.

Nas relações de poder em torno da sexualidade, "a homossexualidade é usada para o fortalecimento da heterossexualidade, que, na medida em que acusa, sinaliza e condena masculinidades não hegemônicas" (SANTOS & CASTEJON, 2016, p. 23). A identificação dos índices da homossexualidade e sua repressão são instrumentos a serviço da consolidação do ideal heterossexual. Esse ato é feito por um mecanismo de poder que classifica os sujeitos em normais e anormais e utiliza estratégias jurídicas de prever e punir faltas.

Quem não se ajusta às normas que regulam esse ideal entra em conflitos consigo mesmo, recorrendo a técnicas de si (FOUCAULT, 1993), nas quais realiza operações sobre seu corpo, que pode ser uma modificação para se transformar no que esse ideal regulatório prescreve ou formas de resistência a ele, como o suicídio.

As relações de gênero e sexualidade são, portanto, um campo de forças, uma correlação de poder e uma prática divisória (FOUCAULT, 2009) que envolvem processos de objetivação por sujeitos, instituições saberes e verdades e formas de subjetivação, de si para consigo. Tal ideal regulatório deveria ser posto a serviço da promoção de formas de vida para as quais a morte não seja a alternativa (SANTOS & CASTEJON, 2016).

Os dados relativos a suicídio estão sendo medidos desde 2007 pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). No período compreendido entre 2007 e 2016, foram registrados 106.374 óbitos por suicídio. Tais dados são utilizados pelos agentes políticos para identificar causas dos suicídios e formular ações de saúde pública, pela utilização de

estratégias biopolíticas (FOUCAULT, 1999a; 1999b), nas quais a aprendizagem possibilita formar sujeitos que cuidam de si, governam a si e agem de forma ética na relação consigo mesmos.

Passemos agora à campanha outubro rosa (figura 2). Tal ação foi criada nos Estados Unidos da América (EUA), nos anos de 1990, pela Fundação *Susan G. Komen for the Cure* e se tornou mundial. O laço cor-de-rosa, a ela associado e que simboliza a feminilidade, também foi criado pela fundação supracitada, em 1990, na ocasião da realização da primeira corrida para a cura, em Nova York.

Figura 2 - Outubro rosa

Fonte: Prefeitura de Iracema - CE

A cor rosa, associada à campanha, também aciona sentidos de fragilidade da mulher, por ser uma cor cujo nome possui relativa motivação com a associação à flor de mesmo nome e tonalidade. Nesse sentido, a campanha concorre também para a manutenção de papeis de gêneros e sexualidade binários, sem contar sua sazonalidade, que faz com que as pessoas busquem serviços especializados em oncologia apenas nas datas em que são lembradas dessa necessidade.

Ao mesmo tempo, para se adequar aos discursos e posições assumidas pelas mulheres na contemporaneidade, a materialidade verbal apresenta a campanha como um combate, reforçando esse modo de enunciar com a materialidade visual, na qual aparece uma mulher com luvas utilizadas em algumas modalidades de combates corporais.

Desde 2010, o INCA participa das celebrações anuais de campanhas de aprendizagem, com foco na prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer, além da redução da mortalidade por ele. Nesse sentido, as estratégias biopolíticas (FOUCAULT, 1999a; 1999b) adotadas são a realização de eventos, debates e apresentações acerca do assunto, e produção de materiais e demais recursos educativos.

As estatísticas divulgadas pelo Ministério da Saúde e pelo INCA acerca da ocorrência de cânceres em mulheres apontam que o câncer de mama é o que tem maior incidência

nessa camada populacional, com 66.280 novos casos em 2020[2]. Tal enfermidade também é a que apresenta a maior taxa de mortalidade nas mulheres, consoante as medições estatísticas que expressam a governamentalidade (FOUCAUT, 2013b) da população feminina brasileira.

No que diz respeito aos recortes de gêneros e sexualidade acerca da incidência e mortalidade pelo câncer de mama, não encontramos registros no site do INCA referentes às mulheres lésbicas, bissexuais e trans. Esse controle e vigilância epidemiológica é necessário para que se possa analisar a ocorrência e distribuição dessa enfermidade nessas populações, visto que são pessoas que gozam de grande vulnerabilidade social. Além disso, o conhecimento do perfil das pessoas com câncer possibilita traçar ações de prevenção, controle e tratamento mais humanizados e adequados às estratégias biopolíticas (FOUCAULT, 1999a; 1999b) da contemporaneidade.

Nosso próximo foco é a campanha novembro azul (figura 3), de combate ao câncer de próstata, que se dirige à saúde do homem. Essa mobilização teve início na Austrália, em 2003, com o movimento *Movember*, e foi criada no Brasil em 2008, pelo Instituto Lado a Lado pela Vida. Durante esse período, alguns homens deixam o bigode crescer, como símbolo de virilidade, valor também associado à cor azul, ambos presentes no enunciado que segue.

Figura 3 - Novembro azul

Fonte: Pro Saúde

Em suas análises, Milanez (2012) mostra o funcionamento da cor azul como índice de razão e realidade. No enunciado da campanha de prevenção ao câncer de próstata precedente, o azul evoca os sentidos temperança, governo de si e dominação, funcionando como índice de masculinidade, de virilidade e de uma sociedade sempre narrada sob a perspectiva masculina. Essa masculinidade é assumida na mitologia judaico-cristã, narrada sob a ótica de um criador masculino, que habita um lugar celestial, popularmente associado ao azul. A dominação também evoca binarismos que apontam a mulher como sujeito histérico, nervosa e louca, cujo corpo é um lugar de variações hormonais frequentes, ao

2 Disponível em: https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-mama. Acesso em: 20 out. 2020.

passo que, aos homens, cabe esse lugar do controle e da razão.

Os dados do INCA sobre a incidência de câncer de próstata em homens no Brasil, no ano de 2020, registram 65.840 novos casos[3], tornando esse o segundo maior câncer com incidência em homens, atrás apenas do câncer de pele não-melanoma. Esse índice também se mantém alto nos anos anteriores e tal fato justifica a formulação de uma campanha de prevenção a essa enfermidade, com base nas estratégias biopolíticas da sociedade de normalização (FOUCAULT, 1999b).

Essas mesmas medições estatísticas também mostram que o câncer de próstata é o segundo mais mortal entre os homens, atrás dos cânceres de traqueia, brônquios e pulmões, juntos. A taxa de incidência desse câncer é maior em países desenvolvidos, comparado aos índices de países em desenvolvimento.

Uma das causas do não diagnóstico precoce desse câncer é o tabu sexual, que faz com que alguns homens sintam vergonha ou acreditem na fragilização da virilidade pelo toque anal. Essa crença, evocada na materialidade verbal do enunciado precedente (cuidar da saúde também é coisa de homem) é reforçada em preconceitos de gênero e sexualidade e reforça esses mesmos preconceitos.

A genealogia desses tabus e preconceitos repousa no dispositivo de aliança (FOUCAULT, 1999a), erigido em torno da procriação e da fertilidade como bens do casamento, o qual desqualifica atos sexuais tidos como contranatural (FOUCAULT, 2019), ou seja, aqueles que não visam à reprodução, rejeitando, também, atos que objetivam controlar a saúde sexual que atinjam a região anal masculina.

Igualmente, quase que ratificando esses tabus e preconceitos, a base de dados do SIM não apresenta estatísticas sobre adoecimentos de homens homossexuais ou bissexuais pelo câncer de próstata. Esse apagamento de dados está, pois, a serviço da manutenção dos valores masculinos hegemônicos, pois faz parecer que se trata de um grupo homogêneo de masculinidades quando, na verdade, há inúmeras intersexionalidades e fatores de vulnerabilidades, os quais são descartados pelas estratégias biopolíticas (FOUCAULT, 1999a; 1999b) da saúde pública no Brasil.

Finalmente, a campanha dezembro vermelho (figura 4) alerta para a proteção contra o HIV/AIDS, cuja data mundial de combate é o dia 1° de dezembro, instituído em 1988 como o Dia Mundial de Luta Contra a Aids pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU). O laço vermelho da campanha foi criado em 1991, pela *Visual AIDS*, em Nova York, e está associado a solidariedade e comprometimento na luta contra a Aids, ao paço que a cor vermelha está associada ao sangue, possuindo, pois, relativa motivação (SAUSSURE, 1988).

3 Disponível em: https://www.inca.gov.br/numeros-de-cancer. Acesso em: 20 out. 2020.

Figura 4 - Dezembro vermelho

Fonte: Observatório UOL

Milanez (2012) investiga o funcionamento da cor vermelha como índice de melancolia e perturbação na ordem do discurso audiovisual por ele estudado. Já na campanha de aprendizagem em tela, essa cor evoca a vitalidade, por estar associada ao sangue, que deixa de ser simples elemento sistêmico para se tornar um modo de enunciar o sujeito a governar. Essa cor manifesta aquilo sobre o que se quer operar para conduzir a conduta biológica dos sujeitos.

A cor vermelha para a campanha de combate à AIDS já era utilizada nos primeiros enunciados produzidos com esse propósito, nos anos de 1980[4], 1990[5], nas quais "há um imperativo que diz que o sujeito pode manter relações sexuais, mas com segurança, por meio da utilização de preservativo" (FRANCESCHINI, 2019, p. 85). Nesses enunciados antigos, há também um uso excessivo da cor preta, que situa o medo e o autoritarismo, exercendo sobre os sujeitos um tipo de governo pelo medo (COURTINE, 2008), assinalando posições subjetivas para aquele a quem se dirige.

Os dados do Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde informam que a notificação compulsória da infecção pelo HIV (sigla em inglês para Vírus da Imunodeficiência Humana) data de 2014. Assim, alguns dados ainda não estão completos e alguns fatores não foram levados em conta, como escolaridade. Interessa-nos, particularmente, o fator gênero/sexualidade.

Os dados desse boletim apontam que, de 2007 até junho de 2019, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) 300.496 casos de infecção pelo HIV no Brasil. Levando em conta o fator gênero/sexualidade, nesse período, foi notificado no Sinan um total de 207.207 (69,0%) casos em homens e 93.220 (31,0%) casos em mulheres.

Considerando a categoria de exposição, entre os homens, no período observado, 51,3% dos casos foram decorrentes de exposição homossexual ou bissexual e 31,4%

4 Disponível em: https://collections.nlm.nih.gov/catalog/nlm:nlmuid-101438905-img e https://collections.nlm.nih.gov/catalog/nlm:nlmuid-101438671-img. Acesso em: 20 out. 2020.

5 Disponível em: https://collections.nlm.nih.gov/catalog/nlm:nlmuid-101451692-img. Acesso em: 20 out. 2020.

heterossexual. Um total de 2,0% se deu entre usuários de drogas injetáveis (UDI). Entre as mulheres, 86,5% dos casos se inserem na categoria de exposição heterossexual e 1,4% na de UDI, sem registro estatístico sobre exposição das mulheres lésbicas, bis e trans.

Dessa maneira, o mês de dezembro tornou-se uma condição de emergência (FOUCAULT, 2008) para campanhas de incentivo a medidas de cuidado com a saúde sexual, da qual se destaca o uso do preservativo. As razões para isso estão nos dados estatísticos que compõe a biopolítica da população e apontam as altas taxas de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs[6]), de modo que os discursos de prevenção se "encontram atrelados de maneira fulcral com o contexto em que são produzidos, com as condições sócio-históricas que os engendram" (SILVA & BARACUHY, 2013, p. 2).

Compreendendo que o saber e o poder se inter-relacionam no discurso para regular as práticas corporais dos sujeitos, Silva e Baracuhy (2013, p. 3) argumentam que os discursos de prevenção às ISTs veiculados nas mídias "amparam-se sobre um saber médico para exercer um poder regulador sobre os corpos, sobre a forma como a população deve lidar com a sexualidade".

Na genealogia desses discursos de combate ao HIV/AIDS, as campanhas punham em evidência a homossexualidade, em virtude de os primeiros casos de tais enfermidades terem incidido com mais intensidade na população homossexual, o que fez com que a AIDS fosse denominada de "câncer gay" e concebida, no discurso religioso, como um castigo divino, tal como na fala de Ana Paula Valadão, que serve de epígrafe a este texto.

Os mesmos saberes científicos que fundamentam as campanhas apontam um crescimento dos casos de AIDS entre os jovens homossexuais, acarretando a emergência de campanhas de prevenção que propugnam um exercício sadio da sexualidade para essa camada da população, que se torna alvo prioritário do biopoder (FOUCAULT, 1999a; 1999b), ao mesmo tempo em que surge a necessidade de se atender a outras ordens discursivas, como a do respeito à diversidade e às liberdades individuais.

Assim, como a sexualidade está ligada ao corpo individual e ao corpo populacional, os discursos sobre o combate às ISTs tocam os sujeitos no plano individual e no coletivo, normalizando a sexualidade por um mecanismo de poder que funciona nos discursos da biopolítica (FOUCAULT, 1999a; 1999b).

Levando em consideração que o discurso está atrelado a mecanismos de poder e a uma ética e estética da existência, nos enunciados do combate ao HIV/ AIDS, "a questão ética é colocada quando a responsabilidade pela prevenção da AIDS é confrontada com os prazeres" (FRANCESCHINI, 2019, p. 86). O controle dos prazeres do corpo é feito por discursos que propõe evitar comportamentos de alto risco de contaminação, adotar

6 O Decreto nº 8.901/2016, do Ministério da Saúde, substituiu a expressão "Doença Sexualmente Transmissível" (DST) por "Infecção Sexualmente Transmissível", porque se considera que "doenças" implicam sintomas e sinais visíveis no organismo, enquanto "infecções" referem-se a períodos sem sintomas". Essa denominação já era utilizada pela Organização Mundial da Saúde. Informação disponível em: https://telelab.aids.gov.br/index.php/2013-11-14-17-44-09/item/519-departamento-passa-a-utilizar-nomenclatura-ist-no-lugar-de-dst. Acesso em: 20 out. 2020.

práticas de cuidado de si, reduzir o número de parceiros e recusar a promiscuidade.

No início das infecções pelo HIV, as campanhas veiculadas pelo governo brasileiro para combater o vírus não focalizavam a prevenção e a educação, e sim a produção de efeitos discursivos do medo e da repulsa. Na atualidade, há a mobilização de um dispositivo de aliança (FOUCAULT, 1999a), que prima pelo cuidado com a conduta cisheteronormativa e exclui do cuidado a população LGBTQIA+. Em vista disso, Franceschini (2019, p. 90) propõe que a educação sexual seja mobilizada como forma de o sujeito cuidar de si, visto que ela "é um modo de possibilitar um caminho para o conhecimento de si e exercício do cuidado de si, tendo como finalidade a prevenção de doenças e de abusos sexuais".

Dessa forma, o modo de enunciar a saúde nas campanhas de aprendizagem que vimos aqui estabelece filiações com um domínio de memória sobre o gênero, a sexualidade e a religiosidade, mas também reconfigura esses discursos. A biopolítica constrói e recompõe as memórias sobre o masculino e o feminino. Desse modo, "a forma que as cores utilizam para enunciar um posicionamento estão ao mesmo tempo presas a um campo de memória que dita sua compreensão e que abre brechas para a construção de novos campos de dizeres (sic)" (MILANEZ, 2012, p. 588).

Assim, os enunciados que vimos aqui compõem um campo de memória das campanhas de prevenção e também apontam para outras filiações, como a sexualidade. Tais enunciados guiam os sujeitos ao cuidado com a saúde. Quem resiste às normas biológicas, corre o risco de se instaurar em uma ordem social do adoecimento e da morte.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão aqui empreendida, concluímos que as campanhas de saúde pública no Brasil objetivam a aprendizagem acerca de métodos de prevenção, diagnóstico e tratamento de diversas doenças. Essas ações se inscrevem nas estratégias biopolíticas da sociedade de normalização e se expressam em um cromático discursivo da saúde, no interior do qual selecionamos as campanhas setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul e dezembro vermelho.

Ao realizarmos um empreendimento arqueogenealógico dos discursos e saberes que objetivam a saúde da população LGBTQIA+ nessas campanhas, percebemos que há, por um lado, a manutenção de sentidos e memórias acerca dos papeis de gênero e sexualidade no binário masculino e feminino e, por outro lado, um apagamento do recorte de intersexionalidades de orientações sexuais, visto que tais mecanismos estatísticos são recentes, ainda não adequados aos quadros atuais de prevalência ao respeito à diversidades e às liberdades sexuais.

Finalmente, alguns preconceitos acerca da homossexualidade ainda são remanentes nos discursos acerca do combate ao HIV/AIDS, tal como vimos na fala da pastora Ana Paula Valadão, que abre este artigo, e também nas estratégias do biopoder de combate

a essa enfermidade, visto que, desde os primeiros casos dessa doença registrados no mundo, ela foi utilizada como mecanismo de combate à homossexualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Boletim Epidemiológico. Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde. v. 48, n. 30, 2017, p. 1-14. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/acolha-a-vida/bibliografia/2017025PerfilepidemiologicodastentativaseobitosporsuicidionoBrasilearededeatenaoasade.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. 200, p. 151-174.

COURTINE, J.J. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. Trad. Carlos Piovezani. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. do R. (Orgs.). **Análise do discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos, SP: Claraluz, 2008, p. 11-19.

FRANCESCHINI, Bruno. "Da 'Arqueologia do Saber' à Genealogia da Ética" ou Quando o futuro repete o passado: o cuidado de si e as políticas públicas de saúde na atualidade. **Heterotópica**, v. 1; n. 2, jul.-dez. 2019.

FOUCAULT, M. Verdade e subjectividade (Howison Lectures). **Revista de Comunicação e linguagem**, Edições Cosmos, Lisboa, nº. 19, p. 203-223, 1993.

_____. **História da Sexualidade1**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.

_____. Aula de17 de março de1976. In: FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France(1975/1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b, p. 285-315.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 231-249.

_____. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013a, p. 35-54.

_____. Governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013b, p. 407-431.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013c, p. 363-406.

_____. **História da Sexualidade 4**: as confissões da carne. Edição estabelecida por Frédéric Gros. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2019.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividadesBelém: **Revista Moara** – Edição 43 – jan – jun, p. 6-25, 2015.

MARTINELLI, Andréa. A HOMOFOBIA DA PASTORA ANA PAULA VALADÃO E A REAÇÃO DE ENTIDADES DO MOVIMENTO LGBT. Huffpost, LGBT, 14 set. 2020. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/ana-paula-valadao-processo-lgbt_br_5f5fbbe7c5b6fd3d0527b808. Acesso em: 21 out. 2020.

MILANEZ, Nilton. A "Casa de Usher" de Roger Cor'man: o campo de memória e o cromático-discursivo no discurso fílmico. **Revista Letras & Letras**. Uberlândia-MG, v. 28, n. 2, 2012, p. 579-590.

ORTEGA, F. Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. **Comunicação, Saúde, Educação**, v. 8, n. 14, p. 9-20, set. 2003-fev. 2004, 2004. Disponível em: https://interface.org.br/wp-content/uploads/2015/01/v-8-n-14-fev-2004.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

SANTOS, W. B.; CASTEJON, M. Corpo e Masculinidade: Subjetivação, Objetivação e Risco de Suicídio. In. MILANEZ, N.; PRATA, V. (Orgs.). **Filosofias do suicídio**: quando o corpo tem vez. Vitória da Conquista, BA: Labedisco, 2016, p. 118-136.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1988.

SILVA, Francisco Vieira da; BARACUHY, Maria Regina. "É bom se proteger do mal": uma análise do discurso de prevenção às DSTs. **Revista Línguas & Letras** – Unioeste – v. 14, nº **26 – Primeiro Semestre de 2013**, p. 1-12.

SOUSA, Claudemir. Discursos sobre a sexualidade contemporânea no Brasil. **Revista Contextos linguísticos**, v. 14, n. 29, p. 335-354, 2020.

Fonte das campanhas:

Setembro amarelo: prevenção ao suicídio – é preciso agir!. Disponível em: https://www.sindojusmg.org.br/site/2020/09/10/setembro-amarelo-prevencao-ao-suicidio-e-preciso-agir/. Acesso em: 20 out. 2020.

Outubro Rosa. Disponível em: https://www.iracema.ce.gov.br/informa.php?id=67. Acesso em: 20 out. 2020.

Novembro azul. Disponível em: https://prosaudelojas.com.br/novembro-azul-sinal-de-alerta-para-a-saude-masculina/. Acesso em: 20 out. 2020.

Novembro Vermelho. Disponível em: https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/dezembro-vermelho-ajuda-a-identificar-virus-hiv-e-outras-infeccoes-sexualmente-transmissiveis. Acesso em: 20 out. 2020.

CAPÍTULO 11

TRANSFOBIA E AS POLÍTICAS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 11/02/2021

Fernando dos Santos Pereira
Discente do Programa de pós-graduação em Psicologia, curso de Mestrado da Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
http://lattes.cnpq.br/2437575130211441

RESUMO: Este estudo concentra-se em oferecer concepções teóricas sobre a Transfobia, seu arranjamento e a materialização, expondo os contextos sociais aos quais a população de travestis e transexuais está exposta. Utiliza-se também de dados qualitativos e quantitativos que demonstram o quadro situacional da transfobia no Brasil. Para além, busca-se apresentar um panorama de como atuam os setores de defesa dos direitos humanos e, por sua vez, quais são os instrumentos utilizados para promoção e garantia dos direitos das pessoas travestis e transexuais, tendo como desafio final expor uma análise do descrito, e apontar possíveis mecanismos estratégicos que contribuam para a construção de novos cenários para as vivências.
PALAVRAS-CHAVE: Transfobia. Politica. Transexualidade.

TRANSFOBIA AND HUMAN RIGHTS DEFENSE POLICIES IN BRAZIL

ABSTRACT: This study focuses on offering theoretical concepts about Transphobia, its arrangement and materialization, exposing the social contexts to which the population of transvestites and transsexuals is exposed. It also uses qualitative and quantitative data that demonstrate the situational picture of transphobia in Brazil. In addition, it seeks to present an overview of how the human rights defense sectors operate and, in turn, what are the instruments used to promote and guarantee the rights of transvestite and transsexual people, with the ultimate challenge of exposing an analysis of the described, and point out possible strategic mechanisms that contribute to the construction of new scenarios for the experiences.
KEYWORDS: Transphobia. Policy. Transsexuality.

1 I INTRODUÇÃO

A transfobia como violência, é algo a ser cada vez mais enfatizado e tratado, para que se possa demonstrar como essa violência é construída em sociedade e como os discursos sobre quem é violentado e quem violenta é disseminado. Quase que generalizado, no caso das travestis e transexuais a violência que sofrem se aclimata ao senso comum como pessoas abjetas que vivem em constante situação de conflito social, como infratoras da moral, dos costumes, como sujeitos que fogem ao limite dos corpos, assim, para muitos, o assassinato de uma pessoa travesti e transexual se revela como natural aos olhos da sociedade que não as reconhece, dado o contexto profissional e o

envolvimento afetivo.

Este capitulo, esta sendo elaborado no sentido de pensar a Transfobia, seu arranjamento e a materialização, expondo os contextos sociais dos quais a população de travestis e transexuais estão expostas, utiliza-se também de dados qualitativos e quantitativos que demonstram o quadro situacional da transfobia no Brasil.

Busca-se apresentar um panorama de como atuam os setores de defesa dos direitos humanos e, por sua vez, apresentar quais são os instrumentos utilizados para promoção e garantia dos direitos das pessoas travestis e transexuais, tendo como desafio final apresentar uma análise do descrito, e apontar possíveis mecanismos estratégicos que contribuam para a construção de novos cenários para as vivências

2 I TRANSFOBIA E AS POLÍTICAS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2.1 Transfobia

A vida das pessoas trans deve ser analisada sob uma perspectiva de totalidade histórica, na qual indivíduos e grupos possuem suas vidas atravessadas por determinações da cultura, da economia, da política e da subjetividade.

Essas vidas experimentam rebatimentos de classe social, raça/cor, orientação sexual, gênero, evasão escolar, dificuldades de acesso à saúde, entre outros.

Segundo Barbosa (2010), muitas das pessoas trans não tem para onde ir, muitas vezes se abrigando na casa de alguma colega ou alugando um quarto de pensão. Essa saída de casa se dá por vontade própria ou por expulsão, sendo o último motivo mais corrente. A reação social a essa afronta à "decência" e aos "bons costumes" pode ser ressaltada no relato de várias pessoas trans, onde a escola não as aceita, o mercado de trabalho formal as discrimina e a prostituição acaba se tornando, praticamente, a única alternativa de sobrevivência. Assim, "expulsas da vida" acabam tendo como alternativa de sobrevivência os disputados espaços de prostituição nas ruas.

De acordo com Barbosa (2010), a construção da pessoa trans está relacionada à questão do espaço social, que é visto como um território onde diversas relações são estabelecidas. Os locais de prostituição desta parcela da população não são legitimados somente como locais de aferição de renda, mas de sociabilidade e de aprendizado, enquanto condição para a instituição de uma identidade grupal, auxiliando no processo de montagem do corpo, como observamos as mortes por aplicação de silicone industrial. Ainda para Barbosa (2010), no universo da prostituição a meta diária é a sobrevivência, pois a rua caracteriza-se por ser um local cheio de incertezas e armadilhas.

De forma geral as pessoas trans são marcadas por uma enorme porção de medo e de insegurança em virtude dos riscos de apedrejamento da "vitrine", onde exibem seus corpos. A aproximação entre atores que trabalham na rua pode ser analisada uma forma

de segurança e de sobrevivência às diferentes intempéries, bem como de manutenção de redes e manutenção do poder local, pois o espaço que de longe parece ser homogêneo, na verdade é bastante heterogêneo, em virtude da formação de diferentes redes, o que pode gerar uma grande instabilidade e constantes disputas de poder (BARBOSA, 2010).

De acordo com Carrara e Viana (2006), nos assassinatos das pessoas trans, o procedimento usual registrado nos inquéritos é o de apurar informações sobre a vítima em zonas morais que seriam frequentadas por outras pessoas trans, redundando em resultados negativos. A baixa resolução dos casos parece ser condicionada por um conjunto de fatores, entre os quais gênero e classe social, que se combinam para colocar as pessoas trans entre os grupos socialmente mais desfavorecidos.

Nas execuções de pessoas trans, tem-se a evocação de uma imagem da desordem urbana, em que o duplo desvio sexual (travestilidade, transexualidade e prostituição) surge conectado à pobreza, ao tráfico e às favelas. Pessoas trans acabam sendo assassinadas sem que muito se faça para esclarecer o caso (CARRARA; VIANA, 2006).

A indiferença policial na apuração da maior parte desses crimes parece encontrar eco nas representações negativas das pessoas trans como homossexuais especialmente desajustados, de modo que sua morte, em geral em idade bem inferior do que a das vítimas de latrocínio tende a ser tomada por policiais como consequência de um modo de vida constantemente próximo da ilegalidade e que é recebida com poucas pressões, sobretudo familiares, por sua apuração e por justiça (CARRARA; VIANA, 2006).

O significado da vida para as pessoas trans, frente à presença diária do risco da morte, é da magnitude do presente e poucos planos futuros. O envelhecimento e o cuidado de si para o futuro não fazem parte das expectativas deste segmento.

No Brasil, as pessoas trans em atividade de prostituição são as mais vulneráveis. As pequenas chances de sobrevivência econômica colocam grande parte delas no exercício da atividade comercial sexual, o que as torna alvo de maior risco de morte. Enquanto a sociedade não reconhecer a identidade de gênero das pessoas trans, estas ainda serão marginalizadas e vitimizadas. Importante reafirmar a universalidade dos Direitos Humanos, comprovando a necessidade de ações afirmativas específicas a essa população nas diferentes políticas públicas, dentre as quais a política de segurança pública. O exercício da cidadania plena é fundamentado na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos (DOSSIE TRANS 2018).

O Estado necessita intervir de forma a, em primeiro plano, diminuir a violenta discriminação sofrida por essas pessoas e oferecer a elas condições dignas de educação, trabalho, habitação e vida. O princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade garantem o direito à integridade física e moral, à privacidade e ao próprio corpo. Exige-se, deste modo, ação estatal para que esta população possa de fato usufruir desses direitos garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal.

No Brasil as pessoas trans sofrem com a violação de direitos humanos diariamente. Do ponto de vista dos avanços legais para a promoção dos direitos das pessoas trans, o avanço ainda pode ser analisado escasso. Em relação ao respeito, dignidade e reconhecimento da comunidade trans no cotidiano, repetidamente não se respeita a identidade de gênero em espaços públicos ou em espaços de circulação. O Brasil segue invicto na liderança da violência e dos assassinatos da população de travestis e transexuais em todo o mundo. Em 2018, a ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais passou a representar o Brasil no Sistema de Monitoramento da Violência contra pessoas LGBTI na América Latina e Caribe (SinViolenciaLGBT).

Em 2019, pelo menos 124 pessoas transgênero, entre homens e mulheres transexuais, transmasculinos e travestis, foram assassinadas no Brasil, em contextos de transfobia. Os dados estão no relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). De acordo com organização, em apenas 11 dos casos os suspeitos de terem cometido os crimes foram identificados. No relatório, a Antra faz um alerta também para o problema da subnotificação já que a real motivação dos crimes nem sempre é explicitada.

O relatório aponta que, em 2018, foram registrados 163 assassinatos. Já em 2017, foram 179 casos. De acordo com a associação, a redução dos números não representa exatamente uma queda nos índices de violência contra essa população. Para a Antra, existe aumento da subnotificação das ocorrências.

Os dados mostram ainda que, a cada dia em 2019, 11 pessoas transgênero sofreram agressões. A mais jovem das vítimas assassinadas tinha 15 anos de idade, encaixando-se no perfil predominante, que tem como características faixa etária entre 15 e 29 anos (59,2%) e gênero feminino (97,7%). A desigualdade étnico-racial é outro fator em evidência, já que 82% das vítimas eram negras (pardas ou pretas).

Em números absolutos, o estado que apresentou o mais alto índice de homicídios foi São Paulo, com 21 homicídios, quantidade 66,7% superior ao registrado no ano anterior (14). O território paulista se destaca como um dos quatro que se tornaram mais violentos para pessoas transgênero, em 2019, ao lado de Pernambuco, Rondônia e Tocantins, e também lidera o ranking quando o período de 2017 a 2019 é considerado.

Em segundo lugar na lista de 2019, está o Ceará, com 11 casos. Em seguida, vêm Bahia e Pernambuco, com 8 casos, cada; Paraná, Rio de janeiro e Rio Grande do Sul, com 7 casos, cada; e Goiás com 6 casos. Amazonas, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraíba empatam com 5 casos; Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Norte, com 4; Alagoas, Rondônia e Tocantins, com 2; e Mato Grosso do Sul, Roraima, Sergipe e Piauí, com 1.

O estigma e a discriminação contra pessoas trans e com diversidade de gênero são reais e profundos em todo o mundo e fazem parte de um círculo estrutural e contínuo de opressão que os/as mantém privados/as de direitos básicos.

2.2 Políticas Públicas de Defesa dos Direitos Humanos para pessoas Travestis e Transexuais no Brasil

Não se deve pensar, que a agenda de direitos sexuais resume-se às bandeiras de luta do movimento LGBT e muito menos concluir, equivocadamente, que políticas públicas de combate à homofobia e de promoção da cidadania dessa população contemplam todos os direitos sexuais.

O combate à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais e transexuais — LGBT — e a defesa de seus direitos devem ser compreendidos não sob o equivocado prisma da criação de novos direitos, mas sim sob a correta ótica da aplicação dos direitos humanos a todos, indiscriminadamente. Trata-se da aceitação dos princípios fundamentais sobre os quais todos os direitos humanos estão assentados: a igualdade de valores e a igualdade de dignidade de todos os seres humanos.

Sobre a definição de políticas públicas, utilizamos a elaboração formulada por Secchi (2013), segundo o qual

> Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos essa definição em detalhe: uma política é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém [...]. Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o trata- mento ou a resolução de um problema entendido como coletiva- mente relevante (SECCHI, 2013, p. 2 e 11).

Essa noção nos auxilia na compreensão das políticas públicas como ações que visam superar problemas coletivos. Entretanto, Mello; Brito e Maroja (2012b) – ao abordarem as políticas de Gênero e Diversidade Sexual – vão dizer que elas podem desempenhar tanto um papel conservador quanto um papel transformador:

> Parece claro, porém, que as políticas públicas exercem um importante papel na manutenção e/ou superação das opressões de gênero e sexuais. De um lado, podem reforçar as desigualdades, quando as ações e os programas governamentais objetivam atender necessidades supostamente universais, ignorando demandas específicas de parcelas da população. De outro, podem contribuir para a redução de tais desigualdades, ao priorizarem os direitos sexuais e reprodutivos na agenda do governo, por meio da formulação e implementação de ações e programas dirigidos a este fim (Farah, 2004). No caso da segunda hipótese, as políticas públicas tanto podem assumir um caráter universalista, mas generificado e sexualizado, quanto à forma de políticas dirigidas a grupos específicos, a exemplo de programas de combate à homofobia nas áreas de educação, saúde e segurança (MELLO et al, 2012b, p. 417).

Em "Sopa de Letrinhas?", Regina Facchini (2005) classifica a história do Movimento LGBT brasileiro em três ondas: a primeira delas vai de 1978 a 1983, a segunda compreende os anos de 1984 a 1992 e a terceira engloba o período de 1992 até a escrita do livro citado (2005).

A primeira onda (1978-1983) é caracterizada pelo surgimento do Movimento LGBT (chamado de Movimento Homossexual Brasileiro - MHB) através do grupo Somos e do Jornal Lampião da Esquina. A luta pela politização da homossexualidade ocorre em paralelo à luta contra a ditadura. Inclusive, atores e atrizes da esquerda da época argumentarão que existe uma "luta principal" para se referir a luta contra o regime e contra o capitalismo (discurso ainda presente, em certa medida, na atualidade, em alguns setores da esquerda brasileira), o que gerava tensões e rupturas. Outra característica era a dimensão "terapêutica", que os grupos da época lançavam mão: nas rodas de diálogo, os membros ativistas possuíam e expunham condições desiguais em comum, provocando um senso de solidariedade, irmandade, semelhança e reconhecimento de problemas coletivos. Pode-se perceber a influência do pensamento feminista "o pessoal é político" nesse tipo de ação, na medida em que as histórias de vida e as trajetórias eram marcadas por momentos difíceis em função de sua "opção sexual"[3]. É formado o primeiro grupo de lésbicas a partir de uma cisão do Somos/SP. Surge também o Grupo Gay da Bahia (GGB), primeiro grupo a se formalizar como uma ONG (Organização Não-Governamental) e a trazer demandas do Nordeste brasileiro. O GGB assumirá importante protagonismo na campanha pela despatologização da homossexualidade (FACCHINI, 2005).

A segunda onda do Movimento LGBT (1984-1992) pode ser explicada pelo surgimento da epidemia de HIV/AIDS, fazendo com que o número de grupos diminuísse. Muitos ativistas da causa homossexual migrariam para lutar contra a epidemia (o que não deixa de ter ainda relação com o ativismo homossexual) em busca de respostas governamentais para a doença.

Além disso, a queda da ditadura, do chamado inimigo comum, dilui o caráter comunitário movimentalista vigente nos anos de chumbo. Faz parte desse período a campanha nacional do GGB pela retirada da homossexualidade do Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS), ou seja, a luta pela despatologização. A luta contra o que era chamado de "câncer gay" diminuía o caráter revolucionário de liberação sexual ao mesmo tempo em que brotava a necessidade de demonstrar à sociedade que gays e lésbicas também eram "decentes". Também foi nesse período o surgimento da expressão "orientação sexual"[1] em oposição ao que seria uma opção, uma escolha.

O grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro assim como o Grupo Gay da Bahia se formalizaram e realizaram uma campanha pela inclusão da não discriminação pela orientação sexual na Constituinte de 88, sem sucesso. Mas tal iniciativa viria influenciar

1 Segundo Alípio Sousa Filho (2009), o termo "opção sexual" evolui para "orientação sexual" na década de 80 no bojo das lutas pela despatologização da homossexualidade perante a Organização Mundial de Saúde. Esse mesmo autor desenvolve uma crítica à essencialização do termo "orientação sexual", para quem esse seria uma expressão bem comportada frente à ideia de opção sexual em que as liberdades, escolhas e preferências deveriam estar em primeiro lugar. Nessa lógica, o Movimento LGBT tem utilizado o termo "orientação sexual" como forma de legitimar suas identidades ao explicar que não se torna LGBT e sim se nasce LGBT. Segundo Sousa Filho, apostar nessa expressão para combater o preconceito é uma estratégia equivocada, dados os argumentos conservadores que indicam terapias reversivas para "mudar" essa orientação sexual homossexual. O flerte com abordagens científicas conservadoras e naturalizadoras da sexualidade como a medicina e a psicologia seria um perigo.

o Movimento na luta contra a discriminação e é dessa corrente que surgem legislações punitivas em âmbito estadual e municipal (FACCHINI, 2005).

A terceira onda do Movimento LGBT (1992-2005) é marcada pelo aumento no número de ONGs e grupos com variados formatos do Movimento LGBT (setoriais partidários, grupos informais, grupos religiosos, núcleos universitários, etc.) em todo o país.

O projeto neoliberal vigente dos anos 90 fomentou a organização do Movimento em formato de ONG e a disputa pela execução de projetos estatais, sobretudo de caráter preventivo do HIV/AIDS.Em virtude do contexto, a pauta de política pública que entra com mais força no Estado é a da saúde, com foco no HIV/AIDS, que irá se transformar no Governo Lula em políticas de direitos humanos e cidadania com a implantação de políticas afirmativas e participativas. É nessa "onda" que entram em cena com mais força outras identidades – e suas agendas – até então secundárias no Movimento LGBT como lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. É nesse período que se formam as grandes redes nacionais que congregam dezenas de organizações locais e de base, como: a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Rede Afro LGBT, entre outras, além do aumento da visibilidade na sociedade e na mídia através das Paradas do Orgulho LGBT, outra característica marcante deste período.É no início da década de 2000 que o Movimento LGBT passa a atuar fortemente junto ao Poder Executivo Federal para a gestação de políticas de direitos humanos e não mais apenas no campo da saúde. Contribuíram para isso tanto o financiamento de agências internacionais para as ONGs brasileiras na área de direitos humanos assim como a vitória eleitoral do PT em nível nacional, que passaria a incluir cada vez mais as pautas do Movimento LGBT no Governo Federal. Símbolo dessa confluência entre Movimento LGBT e Estado é o lançamento em 2004 do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) que visaria um conjunto de políticas transversais e interministeriais na promoção e proteção da cidadania LGBT. Ampliam-se também as articulações entre governos estaduais e municipais, as relações de ativistas LGBT com parlamentares em todas as federações do Poder Legislativo (embora se cresça também uma forte oposição religiosa-conservadora) com a criação e aprovação de projetos de lei (as principais pautas no parlamento seriam a Parceria Civil, a criminalização da homofobia e o reconhecimento das identidades trans e suas necessidades) e do Poder Judiciário, considerado mais aberto às demandas LGBT. Também neste período observa-se o surgimento de um mercado segmentado para a população LGBT e grupos universitários de pesquisa e ativismo, principalmente com as políticas de expansão de vagas e democratização do Ensino Superior gestadas no governo petista. Ampliaram-se também os canais de interlocução entre Movimento LGBT e Estado (em todas as esferas do Poder Executivo) através de uma maior participação social por meio de Conferências e Conselhos de direitos (FACCHINI, 2005).

Estando em 2016, encontramo-nos onze anos à frente dos escritos de Facchini sobre as três "ondas" do Movimento LGBT (2005) e de lá pra cá muitas coisas aconteceram. Aqui ousamos arriscar dizer que o Movimento LGBT vive um contexto que pode, supostamente, ser caracterizado por uma "quarta onda". Nessa observa-se o deslocamento de ativistas LGBT para o interior do Estado, atuando na formulação e execução de políticas públicas, o que tem gerado novos dilemas políticos e teóricos. Além do trânsito fluido entre Estado e sociedade civil, é nesse período que assistimos mais fortemente à organização e à incidência de setores religiosos conservadores e oposicionistas da cidadania LGBT nas estruturas do Estado (com mais ênfase no Poder Legislativo), demonstrando também um trânsito entre sociedade civil (igrejas) e sociedade política. Tal configuração reverbera em outros Poderes interferindo na implementação de políticas públicas LGBT, além de travar matérias legislativas do interesse de LGBT no Parlamento. Retrocessos podem ser vistos como a propositura de projetos de lei LGBT fóbicos/reacionários[2] e o boicote à políticas elaboradas no Executivo[3] . Ganham-se força novas formas de ativismo e perspectivas teóricas pós-modernas com destaque para a Teoria Queer e Pós-Coloniais. Aumentam-se ainda mais os espaços de participação social, mas a capacidade deliberativa dilui-se em face da correlação de forças desfavorável na arena política (TEIXEIRA, 2014).

Além das características acima apontadas, observamos também nesta possível "quarta onda": o ressurgimento de grupos não institucionalizados focados em ações de cunho lúdico-culturais; a ampliação de grupos LGBT universitários – a primeira edição do Encontro Universitário de Diversidade Sexual, o ENUDS, data de 2003 – atuando no interior das universidades brasileiras; a organização e atuação mais intensa das outras "letrinhas" (L, B e T); o aumento de núcleos, observatórios, disciplinas e grupos de pesquisa que tem difundido e produzido conhecimentos; e ativismos nas universidades e consequentemente a maior quantidade de eventos científicos com temas relativos à Gênero e Sexualidade.

É interessante também perceber uma espécie de "nordestinização" e interiorização desses eventos a exemplo das edições do "Desfazendo Gênero", do "Enlaçando Sexualidades", do "Colóquio Nacional sobre Representações de Gênero e Sexualidade", da "Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero" (que já existia desde 1992), do "Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais", entre outros. Também é característica desse período a mudança de ênfase no ativismo das questões ligadas às DST/AIDS para pautas mais amplas como direitos humanos, cidadania, violência, educação e cultura.

Também ocorrem, a partir das influências da Teoria Queer, movimentos pós-identitários que – diferentemente do que se viu com a afirmação das identidades LGBT, na qual se acirraram as demandas específicas – têm advogado em favor da diluição dessas identidades com o objetivo de questionar toda e qualquer forma de construção

2 Como as que podem ser lidas nas notícias: "Proposta sobre cura gay é aprovada em comissão presidida por Feliciano" (. Acesso em 17 mai. 2020), "Câmara vota projeto de Cunha contra 'heterofobia'" (. Acesso em: 17 mai. 2020). 3 Ver notícia: "Dilma suspende "kit gay" após protesto da bancada evangélica" (. Acesso em: 17 mai. 2020).

e padronização das identidades e defender maior liberdade sobre os corpos e gêneros (COLLING, 2015).

Arrefeceram-se ONGs e projetos destinados a essas organizações, ao mesmo tempo em que aumentou-se a responsabilidade estatal na elaboração e administração de projetos e políticas públicas; ou seja, o oposto do que ocorreu nos anos 90, marcados pelo aprofundamento do neoliberalismo e pela consequente transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil organizada.

Com a transição de muitos/as ativistas para espaços de gestão, o Movimento LGBT passa por uma reconfiguração, que tem na ampliação das políticas públicas sua principal característica. No entanto, novas formas de relacionamento entre Estado e sociedade civil se estabeleceram seja pela via da parceria ou da tensão. As parcerias ocorrem por meio de projetos e atividades financiadas ou institucionalmente apoiadas conferindo mais força política aos grupos promotores que passam a utilizar os brasões institucionais estatais em suas ações. Já as tensões se dão tanto pelos distintos projetos políticos em disputa quanto pela competição em nível pessoal entre ativistas (inclusive para "ascender" ao Estado) passando pelas frágeis e insuficientes políticas públicas e estruturas governamentais destinadas à população LGBT. Inclua-se ainda a dificuldade que ativistas LGBT encontram para criticar seus/suas companheiros/as que estão na gestão, o que poderia ser confundido como disputa pessoal e não reivindicação política.

Com efeito, ampliaram-se as políticas públicas para a população LGBT nas duas primeiras décadas do Século XXI no Brasil. Elaboramos uma tabela que apresenta a trajetória das políticas públicas LGBT em âmbito nacional, buscando ilustrar o caminho dessas políticas no Brasil:

AÇÃO NATUREZA DA AÇÃO ANO (*	AÇÃO NATUREZA DA AÇÃO ANO (*	AÇÃO NATUREZA DA AÇÃO ANO (*
Criação do Programa Nacional de Aids no Ministério da Saúde	Embora não seja uma política exclusiva para LGBT e nem vislumbre a garantia transversal da cidadania LGBT, o Programa se configurou como estratégico parceiro do Movimento LGBT no Estado, ainda mais numa época de pouco diálogo entre as duas instâncias. Essa estrutura tem por objetivo diminuir a transmissão de HIV e Doenças Sexualmente Transmissíveis e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com essas doenças. Apoiou bastante o Movimento LGBT financiando projetos, eventos e paradas do orgulho a partir do início da década de 90.	1988
Programa Nacional de Direitos Humanos I Breve menção dos homossexuais como detentores de direitos humanos. 1996	Breve menção dos homossexuais como detentores de direitos humanos	1996

Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos	Tendo sido criada na estrutura do Ministério da Justiça, foi fortalecida em 1999 passando a ser chamada de Secretaria de Estado de Direitos Humanos e o titular da época conquistou status de Ministro. No Governo Lula, em 2003, se torna Secretaria Especial de Direitos Humanos com mais recursos e estrutura. É a partir desse período que a agenda LGBT começa a ser gestada na política de direitos humanos	1997
Programa Nacional de Direitos Humanos II	Contendo 10 metas específicas para GLTTB (sigla à época), o Programa avançou no reconhecimento da diversidade sexual no campo da cidadania.	2002
Programa Brasil Sem Homofobia	Gestado no período Lula, fruto da parceria entre Governo Federal e lideranças LGBT. Prevê um conjunto de ações que visam combater a homofobia.	2004
I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais (GLBT à época)	Convocada por Decreto Presidencial, representou um marco na elaboração e construção de políticas públicas em conjunto com a população LGBT fortalecendo a participação social dessa população. É a partir deste evento que a sigla GLBT passa a ser LGBT, conferindo maior visibilidade a pauta lésbica.	2008
Programa Nacional de Direitos Humanos III	O PNDH-3 avança na agenda da população LGBT. Tendo sido construído com mais participação popular que os Programas anteriores.	2009
I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e DH de LGBT e Transexuais	Fruto da I Conferência Nacional GLBT, o Plano contem 51 diretrizes e 180 ações, demonstrando assim diversas demandas históricas da população LGBT	2009
Criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na estrutura da SDH	A Coordenação foi criada com o objetivo de articular as políticas previstas no I Plano Nacional LGBT. Surge também para atender aquilo que o Movimento LGBT chama de "tripé da cidadania" (Plano / Coordenadoria / Conselho).	2009
Instituição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT e Transexuais	Composto por 30 membros/as, representantes do governo e da sociedade civil, o Conselho tem por finalidade primordial formular e propor diretrizes para a ação governamental.	2010
Instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia	Por meio de Decreto, o presidente Lula instituiu o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Essa é uma data internacionalmente celebrada em virtude da retirada da homossexualidade do Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde.	2010
Disque 100 – Direitos Humanos	O Disque 100 funciona como um canal de denúncia em que segmentos vulneráveis vítimas de violência podem denunciar através de ligação telefônica. Em fevereiro de 2011, passa a atender a população LGBT.	2011

Lançamento da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT	Construído por ativistas e membros do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e prevê um conjunto de ações em distintas áreas da saúde como: produção de conhecimentos, participação social, transversalidade, promoção, atenção e cuidado. É paradigmática porque amplia o foco de atenção do Estado dos problemas relativos ao HIV/AIDS para necessidades mais abrangentes da saúde de LGBT.	2011
II Conferência Nacional de LGBT e Transexuais	Convocada pela presidenta Dilma Rousseff, teve como objetivo central avaliar a execução do I Plano Nacional LGBT.	2011
Lançamento dos Anais da II Conferência Nacional de LGBT e Transexuais	Documento composto por artigos de ativistas, gestores/as, parlamentares, ministros do STF e outras pessoas ligadas à temática LGBT. Ainda contou com a publicação das diretrizes e moções aprovadas na II Conferência Nacional.	2012
Criação do Comitê Técnico de Cultura LGBT	A Portaria n° 19 de 17 de maio de 2012, publicada no DOU, cria o Comitê Técnico de Cultura LGBT que tem por objetivo formular políticas de valorização da Cultura LGBT para o Ministério da Cultura. O Comitê conta com membros da sociedade civil organizada.	2012
Lançamento do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil – 2011 e 2012	Fruto da pressão do Grupo Gay da Bahia (GGB), que já contabilizava a violência homofóbica, o Governo Federal lança, no ano de 2012, o balanço da violência contra LGBT em 2011. Esse mapeamento da homofobia no Brasil foi necessário para implementação de políticas de enfrentamento a ela. No ano seguinte, em 2013, publica os dados de 2012	
Lançamento do Sistema Nacional LGBT	Demandado pelo Conselho Nacional LGBT, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lança o Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência LGBT que tem por objetivo a criação de Conselhos e Coordenadorias estaduais e municipais, afim de construir e fortalecer uma rede de políticas públicas LGBT no país inteiro.	2013
Instalação do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT	No âmbito do Sistema Nacional LGBT e em articulação com o Fórum Nacional de Gestores/as LGBT, a Secretaria de Direitos Humanos instalou esse Comitê visando aproximar gestores/ as da política LGBT em todo o país e articular um pacto federativo das políticas LGBT atribuindo responsabilidades e funções ao Governo Federal, governos estaduais e municipais.	2014

Lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet – Humaniza Redes	Considerando os altos índices de violências e violações de direitos humanos na internet, o Governo Federal lança o Humaniza Redes como um canal de denúncias online que encaminha as ocorrências para setores responsáveis pela apuração e punição dos atos. A política prevê em seus eixos, trabalho preventivo com campanhas online, em especial nas redes sociais populares como Facebook e Twitter	2015
III Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais	Diferentemente das outras vezes, a III Conferência Nacional LGBT aconteceu em abril de 2016 conjuntamente com as Conferências da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, bem como da XII Conferência Nacional de Direitos Humanos. Dessa experiência resultou a assinatura de Decreto Nacional que reconhece e utiliza o nome social de pessoas trans e travestis em âmbito Federal, publicado pela presidenta Dilma Rousseff, em meio ao seu processo de impeachment (2016). O tema deste terceiro processo conferencial foi "Por um Brasil que Criminalize a Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais".	2016

(*) ANO DE IMPLEMENTAÇÃO

Na trajetória acima não incluímos todas as políticas como, por exemplo, a garantia do nome social de pessoas trans no ENEM ou a portaria do processo transexualizador do Ministério da Saúde. Nela, privilegiamos marcos políticos de caráter transversal que tem como principal missão a articulação de outras políticas, políticas de direitos humanos que fortaleçam as identidades LGBT e busquem superar a violência e políticas que contam com a participação social desse segmento, ou seja, que visam a construção de uma política nacional LGBT.

Fora da tabela destaca-se ainda duas recentes conquistas de supra importância no que tange a garantia de direitos humanos para a população LGBT, o STJ através do Provimento 73/2018 autorizou transexuais e transexuais a alterarem o nome de registro civil sem a necessidade de cirurgia para a mudança de sexo. Com a decisão, a alteração poderá ser feita por meio de decisão judicial ou diretamente no cartório.

Em 2019 o STJ colegiado entendeu que a homofobia e a transfobia enquadram-se no artigo 20 da Lei 7.716/1989, que criminaliza o racismo.

3 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que a trajetória das políticas acima ilustrada não foi isenta de contradições, tensões e acidentes de percurso. Destacamos entre seus principais desafios:

o pouco impacto, pelo menos sentido, que estas políticas tiveram/tem exercido no cotidiano da vida de milhões de LGBT em permanente luta e resistência nas suas localidades (que, muitas vezes, sequer conhece os mecanismos criados) e os limites e retrocessos que os governos progressistas tiveram no que diz respeito à implementação de algumas políticas em face da coalizão partidária com setores antagonistas ao Movimento LGBT e da correlação de forças desfavorável, num sistema político, em que as minorias não são consideradas na composição dos governos ou não detém capital eleitoral atraente.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana C. S. & PIMENTEL, Ivan I. **A questão da identidade travesti e a construção do espaço simbólico na Avenida Augusto Severo, Bairro da Glória – RJ**. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaços de Diálogos e Práticas, 25 a 31 de julho de 2010, Porto Alegre.

BEGENEVIDES, Bruna G. Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018.ANTRA. BRASILIA.2018.

BRITO, Walderes; MAROJA, Daniel. **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades,** Cadernos Pagu, Campinas, v. 39, p. 403-429, 2012b.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. **Tá lá o corpo estendido no chão (**...): a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. Physis vol.16 no.2 Rio de Janeiro 2006. www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312006000200006

COLLING, Leandro. **A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil**. Contemporânea, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 405-427, 2013.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. **Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012c.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil** (1975-2010). 2013. 160 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2013.

CAPÍTULO 12

A INTERFERÊNCIA DA MASCULINIDADE TÓXICA NO FUTURO DA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 05/02/2021

Nathan Nahas
Universidade de São Paulo
São Paulo – SP
http://lattes.cnpq.br/1135224542843310

Matteo Henrique Sartore
Universidade de São Paulo
São Paulo – SP
http://lattes.cnpq.br/6533756241608943

Letícia Oliveira Lima
Universidade de São Paulo
São Paulo – SP
http://lattes.cnpq.br/7314010393083732

Beatriz dos Santos Rissi
Universidade de São Paulo
São Paulo – SP
http://lattes.cnpq.br/2833127174784513

Barbra Kei Yaguiu Knorst
Universidade de São Paulo
São Paulo – SP

Cristina Landgraf Lee
Universidade de São Paulo
São Paulo – SP
http://lattes.cnpq.br/2834506032657814

RESUMO: Este estudo tem como escopo a discussão da construção de um conjunto de normas, crenças e comportamentos associados à masculinidade ao longo dos anos, seus efeitos na sociedade atual e como estes afetam a luta pela igualdade de gênero. O objetivo é investigar como a masculinidade tóxica, que se encontra densamente inserida na cultura e na forma de pensamento de muitos países, atua como um obstáculo para se atingir o igualitarismo entre os gêneros. Como percurso metodológico, foram feitas perguntas abertas e fechadas, por meio de um formulário para 308 pessoas. Os resultados demonstraram que, apesar da grande interferência atual da masculinidade tóxica, o futuro da luta por igualdade de gênero é promissor, com 63% dos participantes acreditando na mudança dos padrões de masculinidade em um período de dez anos. Também foi documentada a perspectiva de que as futuras gerações venham a ser educadas com uma visão menos conservadora do tema, já que 83,4% dos participantes negaram o interesse em repassar ideais tradicionais e prejudiciais de uma figura masculina para seus filhos.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidade tóxica, Igualdade de gênero, Cultura do herói, Nova masculinidade, Modos de criação.

THE INTERFERENCE OF TOXIC MASCULINITY IN THE FUTURE OF THE FIGHT FOR GENDER EQUALITY

ABSTRACT: This study aims to discuss the construction of a set of norms, beliefs and behaviors associated with masculinity over the years, its effects on today's society and how it affects the struggle for gender equality. The objective is to investigate how toxic masculinity, that is thickly inserted in the culture and in the way of thinking of several countries, acts as an obstacle to achieving egalitarianism. As a methodological

path, open and closed questions were asked, using a form with 308 responses. The results showed that, despite the current interference of toxic masculinity, the future of the fight for gender equality is promising, since 63% of the participants showed they believe in the change of masculinity patterns in a period of ten years. It was also documented the perspective that future generations will be educated with a less conservative view of the theme, since 83.4% of the participants denied the interest in passing on traditional and harmful ideals of a male figure to their children.
KEYWORDS: Toxic masculinity, Gender equality, Hero culture, New masculinity, Parenting methods.

1 I INTRODUÇÃO

Este trabalho emergiu através de discussões dentro da disciplina Resolução de Problemas I[1], na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, no primeiro semestre de 2020. Seu objetivo é analisar os efeitos da masculinidade tóxica na luta pela igualdade de gênero, proposta por movimentos sociais e que tanto afetam a saúde física e mental de todos.

Segundo Moura (2019), define-se "masculinidade tóxica" como um conjunto de crenças, normas e comportamentos relacionados à masculinidade, sendo esses prejudiciais às mulheres, crianças, homens, e a sociedade em geral. Essa masculinidade impõe uma pressão e cria uma prisão psicológica nos homens; ela nega a visão do feminino, e tudo que vem da mulher torna-se não masculino e fraco. Assim, é construída a hegemonia masculina, se baseando na supressão e na inferiorização de qualquer masculinidade concorrente (JANUÁRIO, 2016).

A sociedade atribui distintos papéis para a construção da identidade social da mulher e do homem; ela delimita com precisão os campos que se espera ver a atuação das diferentes categorias de sexo. Vale ressaltar que essa mesma sociedade está em constante mudança (SAFFIOTI 1987). Historicamente, a visão acerca das diferenças entre mulheres e homens foram se alterando até o início do século XIX. A concepção dominante - chamada de "one-sex-model" - era de que a mulher seria um "homem invertido", ou seja, que a diferença entre esses dois sexos biológicos se pautava apenas nas distinções anátomo-fisiológicas (SILVA, 2000). Dessa maneira, percebe-se que o corpo masculino era entendido como o modelo a todos os outros corpos. Entretanto, com o desenvolvimento do conceito de sexualidade no mesmo século, essas diferenças saíram do campo fisiológico e começaram a se fixar em campos sociais. A sociedade criou padrões de comportamentos e moralidade para as mulheres distintos daqueles vistos para os homens. Partindo de "homem invertido", o sexo feminino passou a ser o inverso social do homem, ressaltando o domínio masculino sobre o feminino (SILVA, 2000).

Na masculinidade moderna, surgem diversos outros estereótipos nocivos que

1 agradecemos aos participantes da pesquisa e ao Rodrigo S. Frazão, integrante do grupo de RP que atuou no trabalho, mas não quis fazer parte desta publicação.

prejudicam mulheres, homens e a sociedade de maneira geral. Desde pequenos, os meninos são ensinados por diversas referências que o mundo é violento, reforçando um pensamento maniqueísta de divisão entre os heróis e os vilões, o bem e o mal, os vencedores e os perdedores. Assim, para se conquistar objetivos e a "princesa", os homens reproduzem um ideal formado por estereótipos do masculino associado à coragem, força e virilidade. Tal conceito é definido por "Cultura do Herói" (ONU Mulheres, 2016).

Em prol da manutenção e perpetuação desse ideal, surgem os comportamentos violentos. Imposições sociais como a restrição emocional e a heterossexualidade não só reforçam esse padrão violento, mas também contribuem para o descaso dos homens com sua saúde mental, gerando consequências, como comportamentos impulsivos e autodestrutivos (ONU Mulheres, 2016).

Nesse sentido, Mirian Béccheri Cortez, entrevistada por Stevanim (2019) argumenta que a discussão do tema contribui diretamente para a mudança de padrões hegemônicos e a união dos homens à luta pela igualdade de gênero, pois são estudos, debates e práticas baseadas numa perspectiva feminista. Segundo a mesma autora, o uso do termo "tóxica", associado à masculinidade hegemônica, abriu espaço para tais discussões, pois é um termo fácil de ser compreendido e apropriado pelo senso comum que, por sua vez, "eleva o debate crítico feito no campo das políticas públicas sobre os prejuízos individuais e sociais causados pelo machismo" (STEVANIM, 2019).

Assim, com base nessas ideias, o objetivo do trabalho é analisar os efeitos das práticas tóxicas associadas ao homem na luta pela igualdade de gênero.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho tem um caráter exploratório, com perguntas fechadas e abertas sobre variáveis relacionadas à construção da identidade masculina e seus efeitos na sociedade. O desenvolvimento desse estudo ocorreu no primeiro semestre do ano de 2020 e se deu de forma virtual, devido às condições de saúde no mundo, que se encontrava diante de uma pandemia causada pela infecção viral COVID-19.

O questionário foi realizado por meio de um formulário feito no Google. Sua divulgação se deu principalmente por meio das redes sociais, como o Facebook e o WhatsApp, obtendo uma amostragem de 308 pessoas. As análises descritivas e estatísticas (teste do x^2 ou qui-quadrado) foram feitas pelos programas Excel e *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Todos os cuidados éticos em pesquisa com seres humanos foram tomados, incluindo uma carta de apresentação esclarecendo sobre o estudo, sobre a liberdade de interromper o preenchimento, garantindo o anonimato e assegurando uma forma de contato com os autores.

3 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 308 respostas obtidas,158 foram do gênero feminino, 147 do gênero masculino e 3 de outros (bigênero e não binário). A média de idade foi 23.61 (DP = 10,02), variando de 18 a 76 anos. Por tratar-se de uma pesquisa feita dentro do âmbito acadêmico, boa parte dos respondentes foram ingressantes em faculdades, sendo 18 anos a moda da idade.

Realizou-se uma pergunta com o objetivo de analisar a frequência de aparição do termo "Masculinidade Tóxica" no espaço amostral, que foi subdividido em grupos etários. Foi encontrada significância estatística entre as variáveis frequência do termo e grupo etário (Gráfico 1). O resultado demonstrou que, quanto menor a idade dos entrevistados, maior era a ocorrência desse termo. Isso se relaciona com o fato de que, conforme o tempo progrediu, mais estudos voltados à área foram apresentados, de forma que esse termo ganhou notoriedade entre os mais jovens e os fez entenderem mais sobre o assunto. Conforme pesquisas realizadas pelo Google *Trends* (Gráfico 2), o termo "masculinidade tóxica" vem ganhando o seu "pico de popularidade" atualmente, o que reitera a ideia apresentada anteriormente.

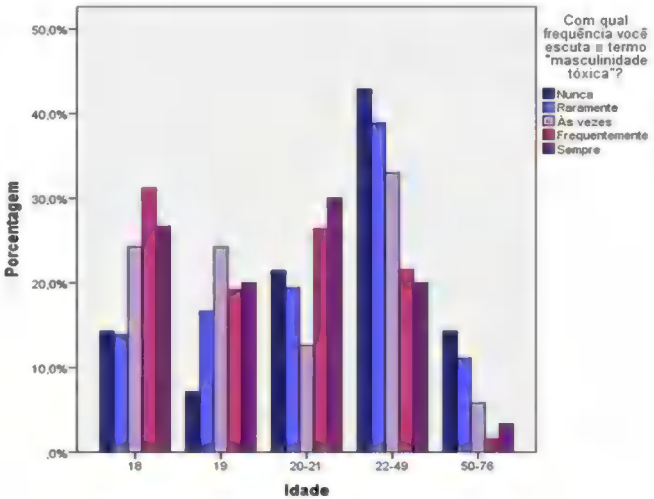

Gráfico 1 – Relação entre a frequência em que se escuta o termo "masculinidade tóxica" e a idade dos participantes. (significância pelo teste do x^2; $p < 0,05$)

Gráfico 2 – Frequência de buscas pelo termo masculinidade tóxica, ao longo do tempo (obtido pelo *Google Trends)*

É importante destacar ainda, que o aumento da ocorrência do termo "Masculinidade Tóxica" entre os mais jovens redireciona a expectativa do futuro a uma população com maior conhecimento da expressão. Essa expansão se daria através dos atuais jovens e dos meios educacionais, passando essas informações às futuras gerações. Esse fato seria justificado devido à relevância que o assunto expressa na vida de grande parcela da sociedade moderna.

Assim, como é constatado por Paulo Freire em sua "Terceira carta pedagógica": "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda" (FREIRE, 2000, p. 31). Nessa perspectiva, a educação deve atingir uma dimensão ético-política com o intuito de contribuir para a solução de problemas que atualmente afetam boa parte da população. Portanto, com o entendimento dos efeitos que a Masculinidade Tóxica e uma educação acerca do assunto podem ocasionar, torna-se possível mudar os padrões vinculados ao gênero, rompendo uma barreira histórica que fomenta a previamente referida "Cultura do Herói".

Outro fator que foi investigado nesta pesquisa foram as características que os indivíduos associaram ao padrão masculino. O Gráfico 3 apresenta a porcentagem com que cada atributo foi escolhido como representante da figura masculina, lembrando que foi dada a possibilidade de um indivíduo escolher mais de uma opção.

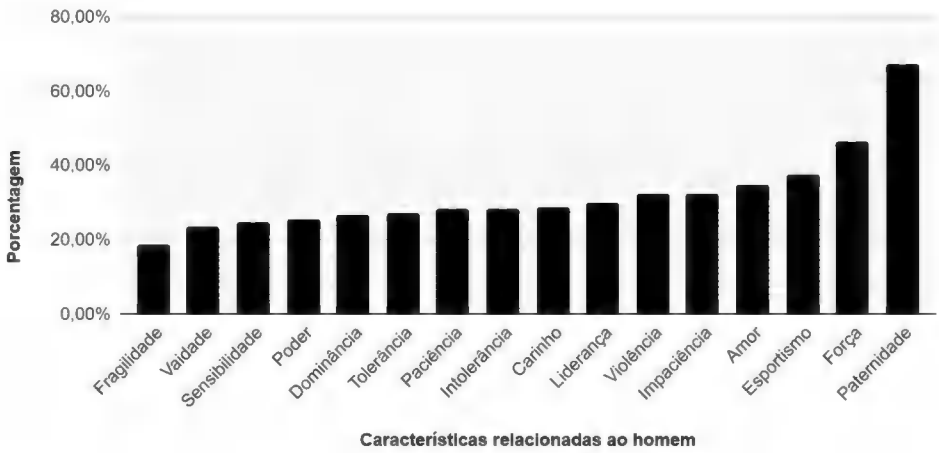

Gráfico 3 – Porcentagem de indivíduos que escolheram este atributo como relacionado ao "ser homem".

A masculinidade tóxica inviabiliza a autorreflexão emocional, contribuindo para a permanência de padrões normativos da masculinidade (STEVANIM[1], 2019). Esses padrões são refletidos nos resultados obtidos na Figura 4, como a falta de sensibilidade, de fragilidade e de vaidade, assim como a força, a violência e a impaciência. Tais características constituem padrões moldados durante a socialização dos homens pela família, pela escola, pela mídia, pela sociedade, e afetam negativamente não só os próprios homens e sua saúde mental e física, mas também todas as outras pessoas, de forma direta ou indireta. São padrões que perpetuam o machismo, o feminicídio e os abusos contra mulheres (STEVANIM[2], 2019).

As culturas ocidentais reproduzem bem alguns dos maiores estereótipos relacionados à performance do homem. Um dos principais é a ideia de que o gênero masculino é ativo, onde na infância, se apresenta pela hiperatividade dos meninos, e pode facilmente ser confundida com agressividade (GROSSI, 2004). Há também a convicção de que mulheres são mais emotivas do que homens, numa clara oposição binária entre emoção e razão (AZEVEDO; MEDRADO; LYRA, 2018).

A mídia tem grande influência no processo da construção de opiniões tóxicas sobre a masculinidade e de um ideal hegemônico (SILVA, 2019). O documentário The Mask You Live In (dir. Jennifer Siebel Newsom - 2015) aponta que músicas, filmes, videogames, entre outros, moldam estereótipos masculinos, quase sempre baseados no poder. Isso demonstra uma das formas como a masculinidade tóxica é culturalmente construída.

Essa consolidação dos estereótipos masculinos junto à construção cultural da masculinidade acaba por afetar aspectos pessoais dos próprios indivíduos que perpetuam os padrões tipicamente associados à figura masculina. Dentro dessa perspectiva, analisou-se, por meio de perguntas abertas, o quanto a imposição de uma figura forte e dominante

era prejudicial aos próprios homens. Segundo os discursos, mais da metade dos homens não se sentiam confortáveis para sequer compartilhar seus sentimentos com pessoas próximas, tendo em vista que isso causaria julgamentos em relação às suas sexualidades, o que comprometeria a imagem que o indivíduo deseja passar à sociedade:

> "Sempre fui muito julgado, sempre me escondi muito, tentei me encaixar nos padrões que a sociedade impõe para os homens. Sinto esses desconfortos porque nunca pude falar com meus pais sobre o que sinto e o que me incomoda na sociedade. Eu tenho um irmão que sempre me escutou e me apoiou, independente de qualquer coisa, mas mesmo assim, é muito difícil me abrir pra ele. Acredito que é devido às cicatrizes que tenho, causadas pela sociedade e sua masculinidade tóxica." (Homem, 18 anos)
>
> "A necessidade masculina de ter que esconder a fragilidade para ser bem aceito como "homem de verdade" e (ser) bem respeitado" (Homem, 18 anos)
>
> "Acredito que a falta de conversa e o medo de expor qualquer tipo de sentimento na infância, como algo que me foi ensinado, perdura até hoje. Foi um ensinamento totalmente errôneo, mas que carrego até hoje." (Homem, 18 anos)

Dados de estudos realizados pelo Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) indicam que a sociedade entende o adoecimento psicológico do homem como um fracasso, e isso inclui a percepção da própria família. Isso é reflexo do ideal masculino construído de que o homem deve sempre ser forte e não pode demonstrar ou falar sobre seus sentimentos, vistos como sinais de fragilidade (apud D'AGOSTINI, 2019).

Essa máscara construída para os homens é uma espécie de configuração social, um ideal programado e padronizado, que é reproduzido por eles de forma até mesmo inconsciente (AZEVEDO; MEDRADO; LYRA, 2018). Como apontado por Mirian Béccheri, psicóloga judiciária, entrevistada por Stevanim (2019), nossa cultura machista prega que "ser homem" significa estar afastado de tudo que faz parte do "universo feminino", que incluiria a expressão de emoções como a vulnerabilidade. Segundo ela, essa é uma "lógica binária simplista", que impede o homem de desenvolver habilidades sensíveis e práticas que foram estimuladas nas mulheres durante a socialização (STEVANIM[2], 2019).

Tais traços patriarcais ainda perduram no inconsciente da população e na sociedade, e ainda causam consequências diretas nas vidas das mulheres. Mesmo com a participação feminina na força de trabalho sendo de 48,5% em 2018 (OIT, 2018), isso não as garante um ambiente seguro em casa. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2019 revelou que o índice de violência contra mulheres que fazem parte dessa força de trabalho (52,2%) é mais que o dobro do registrado pelas que não estão no mercado (24,9%). O fenômeno é justificado pelo conceito jurídico de legítima defesa da honra, comumente usado em tribunais para anular a culpa dos maridos frente à acusação de violência doméstica. Essa argumentação parece dar o direito aos homens de castigar

as mulheres, por infringirem normas impostas por eles (BOTELHO, et al., 2007). Essas constatações também são observadas na amostra coletada: algumas das características mais associadas aos homens foram violência, impaciência e força (Gráfico 3), implicando que a noção do homem como um ser violento ainda permanece na mentalidade da população.

Com o intuito de desconstruir esses ideais, segundo o sociólogo Michael Kimmel, o movimento feminista espera que o homem seja ético, emocionalmente presente e responsável por seus valores com as mulheres e também com outros homens. Assim, a partir desse ponto de vista, o feminismo favorece, direta ou indiretamente, a formação de uma "Nova Masculinidade". Essa "Nova Masculinidade" tem o propósito de abranger todas as formas de ser homem, aceitando e acolhendo masculinidades possíveis, livres de estereótipos opressores. Esse movimento garante condições mais igualitárias e saudáveis, onde os homens têm espaço para serem mais humanos e se expressarem sem a ameaça de colocar qualquer coisa em risco, seja sua imagem, seja seu bem-estar psicológico (Dossiê Brandlab, 2018).

É importante frisar que, mesmo engajado em ideais feministas, os homens ainda estão em posição de privilégio. Ainda assim, em geral, homens que se identificam como feministas podem fazer parte de outras minorias, como raciais, sexuais ou de classe (HERNÁNDEZ, 2008), adicionando preconceitos.

A pensadora francesa Olivia Gazalé (entrevistada em EICHENBERG, 2019) defende que o futuro do feminismo depende da conscientização pelo homem de sua virilidade fabricada e frágil, e da reinvenção de sua masculinidade. A masculinidade atual deve passar por uma revisão, na qual seria analisado aquilo que de fato pode somar para o homem em diversos aspectos de sua vida: como cidadão, pessoa, parceiro e pai, pensando em sua qualidade de vida e na dos outros (STEVANIM[2], 2019).

Assim, espera-se que os ideais conservadores sejam substituídos por pensamentos mais liberais. Com isso, formulou-se duas perguntas com objetivo de analisar essa tendência futura. A primeira delas buscava compreender o que foi ensinado aos indivíduos sobre "ser homem". As respostas foram classificadas como "tradicionais" ou "modernas". Entendemos "tradicional" como uma educação que defende a manutenção do patriarcado e da submissão feminina. Como "moderna", entendemos uma educação baseada na igualdade de direitos e na liberdade. De modo a ilustrar esses ideais, foram retiradas do questionário algumas respostas dadas pelos participantes. As duas primeiras respostas carregam um cunho tradicional e representam a maioria das respostas dadas por outros participantes, enquanto a terceira expressa uma ideia moderna:

> "Que homem não chora, que não usa roupas coloridas. Homem não deve ser fraco, tem que ser sempre competitivo, gostar de esportes, e principalmente, ser hétero." (Mulher, 20 anos)
>
> "Os padrões masculinos sempre foram um problema pra mim. A sociedade

> nos mostra (através de filmes, discursos políticos, da família, reforçado muitas vezes nas escolas), que o "ser homem" é: ser corajoso, não ter medo, ser protetor, SER HÉTERO, ser "o homem da casa", aquele que vai trazer sustento para família, a figura principal (em relação a suporte, a base financeira) da família. Eu nunca me encaixei nesses padrões, sempre tive muito medo das coisas, choro bastante, etc. Sempre foi muito difícil lidar com isso, em casa; meu pai (totalmente criado nesses padrões de masculinidade) tentava me encaixar neles, porque pra ele isso é o certo. Pra eu "ser homem" eu preciso, além de me relacionar com mulheres, me encaixar nos padrões, assim como foi ensinado à ele." (Homem, 18 anos)
>
> "O que me foi ensinado é que um homem é honrado e cumpre sua palavra sempre (não apenas o homem), é amoroso e sensível, não é violento nem dentro e nem fora de casa, trata as pessoas com respeito e carinho (tanto dentro quanto fora de casa), respeita a religião das pessoas e suas orientações sexuais, procura ajudar e ser respeitoso com a família e sempre ser um bom pai e esposo, além de sempre escutar as pessoas mais velhas e respeitá-las" (Homem, 19 anos).

Em seguida, com o intuito de investigar a predominância desses pensamentos nas futuras gerações, realizou-se a segunda pergunta, a qual questionou-se sobre se as ideias que foram ensinadas aos indivíduos seriam passadas adiante para seus filhos. O resultado demonstrou que a maior parte das ideias ligadas à educação tradicional não seriam difundidas para os filhos dos respondentes, como é possível ver nos gráficos 4 e 5. Destacam-se nas barras azuis, a comparação em porcentagem de onde se encontram as respostas "sim" e "não, comparando os grupos que receberam educação tradicional e moderna. Assim, 98,9% dos respondentes que disseram que não passariam a educação recebida para seus possíveis filhos, se encontram na educação tradicional (Gráfico 4), e 100% das respostas "não", daqueles que já são pais (Gráfico 5), se encontram no mesmo grupo (da educação tradicional). Agrupando os mesmos dados de outra forma, e olhando apenas aqueles que tiveram uma educação tradicional, 70,8% não passam estas informações para seus filhos atuais, enquanto 83,4% (sem filhos) não passariam estes valores para a próxima geração.

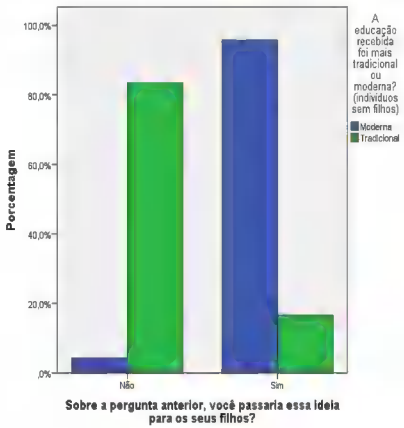

Gráfico 4 - Porcentagem de indivíduos que passariam a educação tradicional ou moderna que receberam aos seus futuros filhos (p<0,01).

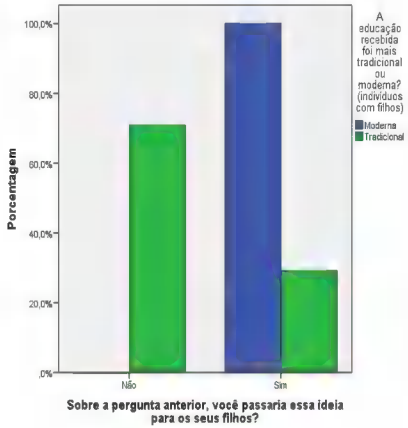

Gráfico 5 - Porcentagem de indivíduos com filhos que passaram a educação tradicional ou moderna que receberam (p<0,05).

Esses resultados possuem relação com a formação educacional familiar de cada indivíduo, bem como com a construção da paternidade durante a história. A construção social da paternidade foi influenciada por fatores como a relação familiar, as condições socioeconômicas e a estrutura sociocultural da sociedade (UNBEHAUN, 2001). Antigamente, por falta de referência, os homens eram os únicos provedores e acabavam sendo pais distantes (PIANS, 2019). Com isso, o espaço familiar era relegado apenas à mulher, visto que as atividades domiciliares eram diretamente relacionadas à produção e reprodução da humanidade (MEDRADO E LYRA, 2008). Assim, a formação educacional de cada indivíduo disseminou estereótipos de que a capacidade biológica e social da mulher seria gestar, reproduzir e cuidar da casa (MUNSBERG; ROCHA, 2016), justificando assim o grande número de pessoas que foram influenciadas por ideais conservadores. Porém, com a inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, graças à luta feminista, houve uma reformulação da estrutura familiar (MUNSBERG; ROCHA, 2016).

Desse modo, o conceito de paternidade é uma das possibilidades de figuração social do papel masculino (MUNSBERG; ROCHA, 2016). As discussões sobre paternidade confrontam o homem com a necessidade de se expressar de forma afetiva e amorosa, representando algo que se aproxima de uma masculinidade saudável (STEVANIM[2], 2019). A historiadora Mary Del Priore (2013, apud MUNSBERG; ROCHA, 2016),) aponta para o surgimento de uma nova geração de pais, que não têm mais a estrutura patriarcal imposta, como base para suas características e funções familiares, (justificando também o alto percentual encontrado na presente pesquisa de pessoas que passariam ideais de uma educação moderna a seus filhos.

Outro assunto abordado no atual estudo foi o futuro em relação à igualdade de gênero. Percebe-se que existe um consenso de que cada vez mais a sociedade tende a esta igualdade. Foi questionado aos participantes da pesquisa, se eles acreditam que as características tipicamente associadas aos homens vão mudar daqui a 10 anos. Escolheu-se esse período, pois ele condiz com o limite das metas propostas pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU). A Agenda constitui um plano de ação visando a prosperidade, o fortalecimento da paz universal e a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões. Conta-se com 17 objetivos e 169 metas para concretizar os direitos humanos de todos e construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas. O objetivo 5 é definido como "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Em resposta a essa pergunta, 63% dos participantes mostraram que acreditam nessa mudança de padrões.

Além disso, foi questionado aos participantes que responderam positivamente à pergunta anterior sobre como essas características se desenvolveriam. Um tema central das respostas é a modificação da noção de masculinidade, como mostrado em algumas falas dos participantes abaixo:

> "Alguns homens nos dias de hoje estão entendendo que ser sensível, compartilhar os sentimentos, demonstrar fraqueza não é nenhum problema. Que tarefas domésticas são obrigação de todos os moradores da casa." (Mulher, 20 anos)

> "Uma pessoa que se expresse, não tenha medo de falar seus sentimentos. Quero que um homem seja só uma pessoa que se declare homem, não que tenha que seguir um livro de regras pra ser um de verdade."(Não-binário, 19 anos)

Entretanto, vale pontuar que, mesmo diante de toda essa perspectiva futura, ainda há aspectos que perduram no inconsciente da população e que podem mascarar a evolução do processo de ruptura dos estereótipos. A grande pressão para atender a uma figura masculina não se estende somente pelo sentimento próprio fomentado durante a construção social, vai para além disso, e muitas vezes, pode-se aplicar num simples questionamento acerca da sexualidade de um homem, por ele não apresentar um comportamento "tipicamente masculino", julgamento esse, que foi recorrentemente na atual pesquisa.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado nos resultados da presente pesquisa, evidencia-se que o debate sobre os efeitos nocivos da masculinidade tóxica está ganhando cada vez mais espaço no âmbito acadêmico e no senso comum. Além disso, a nova geração vem conquistando o meio político e cultural, mostrando-se mais consciente acerca do assunto, o que pode

significar um futuro próspero que seja livre de padrões normativos.

Para transformar a "Cultura do Herói", é necessário mudar o pensamento maniqueísta de divisão entre os heróis e os vilões, o bem e mal, os vencedores e os perdedores e esse processo não é fácil, mas é possível. Através da estruturação de uma educação sólida e saudável, que reflita pensamentos ligados a um olhar mais empático, é possível que mais homens se permitam a entender o que é uma "Masculinidade Tóxica" e confrontar suas ideias. Ademais, os homens precisam renunciar a seus privilégios patriarcais, e estarem engajados na luta pela quebra desses padrões normativos, mas não só os homens e sim, todos os indivíduos. Assim, talvez, a sociedade possa ficar mais próxima de tornar esse conto de herói, passado aos homens, a apenas páginas de livro de História.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Mariana; MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Homens e o Movimento Feminista no Brasil: rastros em fragmentos de memória. **Caderos Pagu**, Campinas, n. 54, e185414, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000300504&lng=en&nrm=iso>. acesso em 10 jun. 2020.

BOTELHO, Mirian Sagim; BIASOLI-ALVES, Zélia Maria; DELFINO, Vanessa; PERRI, Fabiola Vanturini. Violência doméstica: a percepção que as vítimas têm de seu parceiro, do relacionamento mantido e das causas da violência. **Cogitare Enfermagem**, v. 12, n.1, p.30-36, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=483648982004>. Acesso em: 29 jun. 2020.

D'AGOSTINI, Ana Carolina C. Os impactos da masculinidade tóxica na saúde emocional. **Nova Escola**, São Paulo, 10 abr 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/16890/os-impactos-da-masculinidade-toxica-na-saude-emocional>. Acesso em 10 jun 2020.

Dossiê Brandlab: **A Nova Masculinidade e os Homens Brasileiros**. Junho de 2018. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-de-consumo/dossie-brandlab-nova-masculinidade-e-os-homens-brasileiros>. Acesso em: 10 jun. 2020.

EICHENBERG, Fernando. **Futuro do feminismo depende de reinvenção de masculinidade, afirma autora (Olivia Gazalé)**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 8 de março de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/03/futuro-do-feminismo-depende-de-reinvencao-de-masculinidade-afirma-autora.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GROSSI, M. P. Masculinidade: Uma revisão teórica. **Mandrágora** (São Bernardo do Campo), v. XII, p. 21-42, 2004. Disponível em: <https://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar3.pdf>. Acesso em 10 jun. 2020.

HERNANDÉZ, Franklin Gil. **Para [qué estudiar a] hombres? Hombres, feminismo y estúdios sobre masculinidades**. In: III Colóquio Internacional de Estudios Sobre Varones y Masculinidades. Medelin, 2008. Disponível em: <http://www.lazoblanco.org/wp-content/uploads/2013/08manual/bibliog/material_masculinidades_0033.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. **Masculinidades em (re)construção: Gênero, Corpo e Publicidade**. Covilhã: Livros LabCom, 2016. Disponível em: <http://labcom.ubi.pt/ficheiros/201605201149-201601_masculinidadereconstrucao__sorayabarreto.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2020.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, Dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Fev. 2021.

MOURA, Renan Gomes de. A masculinidade tóxica e seus impactos na vida dos gays dentro das organizações. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo: DIEESE; n.13, abr. de 2019. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/194/0>. Acesso em 03 abr. 2020

MUNSBERG, Gabriel Felipe Pautz; ROCHA, Virginea Novach Santos da. Masculinidades em foco: A (des)construção da paternidade a partir de crônicas de Rogério Pereira. **IPOTESI,** JUIZ DE FORA, v.20, n.2, p. 126-136, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19401/10389>. Acesso em: 29 jun. 2020.

NEWSOM, Jennifer Siebel. **THE mask you live in**. Estados Unidos, 2015. (92 min) - Documentário disponível no serviço de streaming Netflix. Acesso em: 14 mar. 2020.

ONU Mulheres (2016). **Precisamos falar com os homens? Uma jornada pela igualdade de gênero**. Report de pesquisa qualitativa. Disponível em <https://issuu.com/onumulheresbrasil/docs/relat__rio_onu_eles_por_elas_pesqui>. Acesso em 18 abr. 2020.

Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York, 27 de set. de 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 18 de abr. de 2020.

Organização Internacional do Trabalho (OIT - 2018). M**ulheres ainda são menos propensas a atuar no mercado de trabalho do que os homens na maior parte do mundo, diz OIT.** Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_619819/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 05 Fev. 2021.

PAINS, Clarissa. **'O homem vive um despertar' graças ao feminismo, diz escritor que defende a paternidade ativa'**. Entrevista concedida por Marcos Piangers. **O Globo**, 03 de junho de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/o-homem-vive-um-despertar-gracas-ao-feminismo-diz-escritor-que-defende-paternidade-ativa-23696648>. Acesso em: 29 jun. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/safiotti_heleieth_-_o_poder_do_macho.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2020.

STEVANIM[1], Luiz Felipe. "É preciso construir caminhos para outras masculinidades". Entrevista concedida por Diogo Sousa Silva. **RADIS Comunicação e Saúde**, 01 de outubro de 2019. Disponível em:<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/e-preciso-construir-caminhos-para-outras-masculinidades#access-content>. Acesso em 10 jun. 2020.

STEVANIM[2], Luiz Felipe. "O machismo fragiliza todo mundo". Entrevista concedida por Mirian Béccheri Cortez. **RADIS Comunicação e Saúde**, 01 de novembro de 2019. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/o-machismo-fragiliza-todo-mundo>. Acesso em 22 jun. 2020.

SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 8-15, set. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 abr. 2020.

SILVA, Vinícius da. **Masculinidades feministas e não-violentas**. 24 de abril de 2019. Disponível em: <https://medium.com/pirata-cultural/masculinidades-feministas-e-n%C3%A3o-violentas-819541e214d1> . Acesso em 10 jun. 2020.

UNBEHAUN, Sandra. Paternidades e masculinidades em contextos diversos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis , v. 9, n. 2, p. 632-633, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 Fev. 2021.

CAPÍTULO 13

O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL COMO UM MECANISMO DE REFORÇO DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NO UNIVERSO FEMININO

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 07/03/2021

Thalita Araújo Silva
Advogada e Estagiária de Pós-Graduação da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
Contagem/MG
http://lattes.cnpq.br/5509393555033854

Yollanda Farnezes Soares
Advogada e Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas
Ipatinga/MG
http://lattes.cnpq.br/3790077017799743

RESUMO: O objetivo deste estudo é demonstrar de que forma o sistema de justiça criminal reforça o processo de violência estrutural que a mulher sofre desde a infância. A partir dos ensinamentos de Vera Andrade, no âmbito da Criminologia Crítica, é possível perceber que a ausência de preocupação com a vítima, no processo penal, intensifica os processos de vitimização secundária e terciária, trazendo para a ofendida consequências negativas para além daquelas que decorrem diretamente do delito. As instâncias de controle social – formais ou informais – deveriam evitar que os efeitos negativos do crime se estendessem para além do delito, porém não é isso que ocorre. A passagem da mulher pelo controle social formal, na condição de vítima, faz com que ela reviva todo um contexto de discriminação e estereotipia, que se inicia nas primeiras relações familiares e acaba sendo reforçado pelo sistema de justiça criminal. Assim, tendo em vista que o sistema penal se baseia em um modelo patriarcal e capitalista que se rege, sobretudo pelo androcentrismo, verifica-se que não há uma proteção à vítima – sobretudo em relação às mulheres –, mas sim um reforço desses processos de violência estrutural e sobrevitimização.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema de justiça criminal. Violência estrutural. Vítima. Controle Social. Vitimização.

THE CRIMINAL JUSTICE SYSTEM AS A REINFORCING MECHANISM FOR STRUCTURAL VIOLENCE IN THE FEMALE UNIVERSE

ABSTRACT: The objective of this study is to demonstrate how the criminal justice system reinforces the process of structural violence that women suffer from childhood. From the teachings of Vera Andrade, in Critical Criminology, it is possible to perceive that the absence of concern for the victim in the criminal process intensifies the processes of secondary and tertiary victimization, bringing to the offended negative consequences beyond those that occur directly from crime. The instances of social control - formal or informal - should prevent the negative effects of crime from extending beyond crime, but this is not the case. The passage of women through formal social control, as a victim, causes her to revive a whole context of discrimination and stereotypy, which begins in the first family relations and ends up being reinforced by the criminal justice system. Thus, given that the criminal system is based on

a patriarchal and capitalist model that is governed mainly by androcentrism, it is verified that there is no protection to the victim - especially in relation to women -, but rather a reinforcement of these processes of violence structural and survival.
KEYWORDS: Criminal justice system. Structural violence. Victim. Social Control. Victimization.

1 I INTRODUÇÃO

Pretende-se abordar ao longo do presente estudo de que forma o sistema de justiça criminal reforça a violência estrutural no universo feminino. Durante muito tempo, o foco do aparato jurídico como um todo era direcionado ao infrator e à respectiva sanção que lhe seria imposta, o que demonstrava uma total ausência de preocupação com as consequências que o crime trazia para o ofendido. Nesse sentido, a única resposta possível do Estado baseava-se na pena, de forma imposta e verticalizada.

Através do presente estudo, discutir-se-á a concretização dos direitos fundamentais da vítima, especialmente mulheres, no âmbito do processo penal brasileiro, bem como a efetivação de tais direitos através das políticas públicas, tendo em vista que estas são voltadas precipuamente para um universo masculino, marcadamente machista e violento, com desprezo à diversidade. As lutas feministas em relação ao sistema de justiça criminal perpassam pela necessidade de concretização de direitos voltados às mulheres que são vítimas e, além disso, se estendem à descriminalização de determinadas condutas e a redefinição de alguns tipos penais, que denotam uma construção do Direito, sobretudo o penal, voltada precipuamente para o universo masculino.

A partir dos ensinamentos de Vera Andrade (2003), no âmbito da Criminologia Crítica, demonstrar-se-á que a ausência de preocupação com a vítima reforça a vitimização secundária, a qual consiste em trazer para a vítima consequências negativas para além daquelas que decorrem diretamente do delito, em virtude da atuação das instâncias formais de poder (Ministério Público, Polícia e Sistema Judiciário). Ademais, objetiva-se discutir de que modo as instâncias de controle social, sejam elas formais ou informais (família, religião e escola, por exemplo), reforçam a violência estrutural que permeia o universo feminino, através de uma naturalização dos processos de discriminação e estereotipia.

Desse modo, ao longo deste estudo, pretende-se analisar as lacunas existentes no sistema de justiça criminal, que impedem a efetiva inserção do universo feminino na Criminologia, acarretando em uma ausência de políticas públicas pensadas para e pelas mulheres.

2 I BREVE ANÁLISE DAS FASES DE EVOLUÇÃO DO TRATAMENTO DA VÍTIMA NO ÂMBITO DO PROCESSO PENAL

Atualmente, é possível observar em alguns diplomas legais a preocupação do legislador em evitar os processos de vitimização secundária, ou sobrevitimização, que

consiste em um mecanismo – formal ou informal – reforçador de violência, para além do delito. Todavia, a relação da vítima com o Direito já perpassou por fases de quase nenhuma notoriedade.

Nos dizeres de Sérgio Salomão Shecaira (2004), inicialmente, a vítima vivenciou uma fase a qual se denomina "idade de ouro". Nesse período, que se estendeu até a Alta Idade Média, o *jus puniendi* era integralmente exercido pelo ofendido e não havia qualquer forma de intervenção do Estado para reestabelecer o equilíbrio social que é perdido em decorrência de um crime, tal qual se tem hoje. Nesse sentido, a justiça era realizada entre a vítima, bem como sua família e/ou grupo social, e o ofensor. Compreende-se, nesse contexto, uma ideia de justiça horizontalizada ou comunitária, pois a resposta ao delito praticado era dada pelas próprias partes.

Diante das atrocidades que foram perpetradas durante esse período, mostrou-se necessária a intervenção estatal. A partir do momento que o Estado assume o poder punitivo, a vítima é neutralizada e torna-se desnecessária para a elucidação e repressão dos crimes (BARROS; OLIVEIRA, 2012).

A noção de "dano à pessoa" foi substituída pela noção de "infração à norma", pois o Estado passou a ser a principal vítima da conduta lesiva, não mais as pessoas diretamente afetadas pelo delito. Assim, a ideia central que se destaca deste período é de que a defesa do próprio Estado passa a justificar a ação estatal, e não o dano à vítima como se dava no paradigma anterior. A gênese do poder punitivo se deu com o confisco do conflito das partes envolvidas, relegando-os a meros objetos de intervenção estatal, sem interferência na decisão punitiva, para atender aos interesses do soberano ou do Estado.

Conforme aponta Foucault (2002, p. 65-67), estabelecem-se quatro grandes mudanças nesse novo sistema de neutralização da vítima: a) A Justiça não se dá mais pela contestação de indivíduos livres que participam do conflito, mas pela autoridade, de forma vertical. Assim, eles próprios não podem mais regular seus conflitos, mas se submetem a um poder exterior, como o Poder Judiciário; b) surge a imagem do procurador, como representante do soberano, ele vai "dublar a vítima" e, pouco a pouco, substituí-la, visto que se apresenta como o representante do soberano lesado pelo dano; c) aparece a noção de "infração", nesse sentido, o dano não passa a ser considerado tão somente na figura dos indivíduos envolvidos no conflito penal, entre vítima e acusado, mas também numa ofensa de um indivíduo ao Estado, ao soberano como representante do Estado, ou seja, um ataque não só ao indivíduo, mas à própria lei do Estado e sua soberania. Por fim, nesse raciocínio em que o poder estatal confisca o conflito das partes, tem-se que: d) surge a ideia de reparação ao soberano, ou seja, não só a reparação ao outro indivíduo ao qual provocou um dano, mas reparação do dano que se provocou ao soberano, ao Estado e à própria lei. Nesse sentido, surgem as multas e confiscações para as monarquias.

Com a Revolução Francesa e com o Iluminismo, após o fim da Segunda Guerra Mundial, percebe-se maior preocupação do Estado em relação à vítima (SHECAIRA, 2004).

Nessa terceira fase, baseada principalmente na ideia de que devem ser respeitados direitos e garantias fundamentais da vítima, e que é vivenciada até os dias atuais, percebe-se um abandono da ideia da vítima como mero sujeito passivo do delito, passando a ser percebida como um sujeito integrante dos estudos criminológicos. Assim, a partir da presente fase, na qual se verifica um redescobrimento da vítima no processo penal, com a contribuição da Criminologia Crítica abordar-se-á nos capítulos subsequentes se o sistema de justiça criminal é eficaz na proteção da mulher enquanto vítima.

3 | OS SISTEMAS DE CONTROLE SOCIAL E O UNIVERSO FEMININO

Os sistemas de controle social podem ser divididos em formais e informais. O controle social formal é exercido pelas instâncias formais de poder (Ministério Público, Polícia e Poder Judiciário). Por sua vez, o controle social informal é aquele exercido pela família, nas relações de trabalho, na escola e através das demais relações sociais. Quando o indivíduo é vítima de algum crime, ele sofre as consequências negativas que decorrem diretamente do delito – uma pessoa que é furtada, por exemplo, sofre uma lesão ao seu patrimônio enquanto bem jurídico tutelado. As instâncias de controle social, sejam elas formais ou informais, deveriam evitar que os efeitos negativos se estendessem para além do delito, evitando, assim, o que se chama de vitimização secundária e terciária, mas não é isso que ocorre.

A vitimização primária corresponde aos danos que a vítima sofre em decorrência da conduta delituosa do agente. Por sua vez, a secundária, também conhecida como sobrevitimização, é causada pelas instâncias formais de controle social, durante o processo de registro e apuração do crime. Impinge-se um sofrimento adicional ao ofendido em decorrência da própria dinâmica do sistema de justiça criminal (PENTEADO FILHO, 2012). Por fim, há a vitimização terciária, a qual consiste na falta de acolhimento do ofendido por parte do meio social em que está inserido, bem como na ausência de amparo do Poder Público. Menciona-se, por exemplo, o reduzido número de programas especializados em um amparo às vítimas de violência sexual e/ou doméstica – crimes que notadamente interferem no psicológico do ofendido.

Vera Andrade (2003) ressalta que a passagem da mulher pelo controle social formal, na condição de vítima, implica em reviver todo um contexto de discriminação e estereotipia, que se inicia nas relações familiares, passa pelas relações profissionais, estende-se às relações sociais em geral e é reforçada pelo sistema de justiça criminal – o qual deveria contribuir para a desconstrução desse cenário de opressão.

No âmbito das relações familiares, desde cedo, há uma divisão sexual dos papéis: por um lado há a mulher submissa, na maioria das vezes voltada para o desempenho de tarefas domésticas. Por outro, há o homem, que exerce o poder, a violência, a política (SOUZA, 2016).

De acordo com levantamento de dados extraído do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021, p. 8), no ano de 2020, "[...] o Brasil era o país da América do Sul com a menor proporção de mulheres exercendo mandato parlamentar na câmara dos deputados e encontrava-se na 142ª posição de um ranking com dados para 190 países". Em contrapartida, analisando-se outro levantamento realizado pelo IBGE (2021), em relação ao número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados pessoais e/ou afazeres domésticos com pessoas de 14 anos de idade ou mais, tem-se que, no Brasil, de acordo com a pesquisa realizada em 2019, pessoas da referida faixa etária, do sexo masculino, dedicavam, em média, 11,0 horas semanais aos cuidados pessoais e/ou afazeres domésticos. Por outro lado, mulheres, da mesma faixa etária, dedicavam 21,4 horas semanais às referidas atividades.

As duas pesquisas realizadas pelo IBGE (2021) corroboram os ensinamentos de Lívia de Souza (2016), tendo em vista que a autora alerta para a divisão sexual dos papéis, a qual evidencia o exacerbado predomínio do sexo masculino no exercício do poder e da política, enquanto que as mulheres estão ocupadas com afazeres domésticos, um cenário estigmatizante e discriminatório que se inicia no âmbito das relações familiares enquanto sistema de controle social informal.

A pesquisa realizada pelo IBGE (2021), quanto à proporção de mulheres, no Brasil, que exercem um mandato parlamentar, evidencia um cenário de políticas públicas que, definitivamente, não é pensado pelas mulheres e para as mulheres. Analisando-se, sobretudo, o contexto da mulher que é vítima, convém destacar a entrada em vigor da Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006 no ordenamento jurídico brasileiro, a qual constitui um importante marco para a fase de redescobrimento da vítima. Todavia, para que o referido diploma legal fosse promulgado foi necessário que, antes disso, muitas mulheres fossem agredidas, permanecessem com sequelas, e até mesmo fossem mortas, para que a Corte Internacional de Direitos Humanos descortinasse a omissão e negligência do Estado Brasileiro em relação a essa parcela da população que se encontrava completamente invisível. A própria Maria da Penha, que deu nome à Lei, vivenciou durante anos a violência perpetrada por seu então marido, sem que o Estado brasileiro tomasse qualquer medida efetiva em seu favor (PAIVA; HEEMAN, 2017).

Não obstante a CIDH ter escancarado a ineficácia do sistema de justiça criminal brasileiro em relação à proteção das vítimas, acarretando a promulgação da Lei n. 11.340/2006, é notório que o sistema ainda é falho quanto à proteção das vítimas. Vivencia-se atualmente o redescobrimento da vítima, não somente no âmbito do processo, mas sim no âmbito do Direito como um todo, mas o sistema de justiça criminal, que deveria proteger as vítimas, sobretudo mulheres, do contexto de domínio e opressão, acaba por interagir com os controles sociais formais e informais e reforçar o cenário de dor e ostracismo do universo feminino no âmbito do processo penal (ANDRADE, 2003).

O Relatório de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, elaborado pelo

Senado Federal em dezembro de 2019, traz dados extremamente relevantes, que demonstram o descaso das instâncias formais de poder com a vítima mulher e evidenciam a ineficácia do sistema de justiça criminal. Para a elaboração do referido relatório foram ouvidas 2.400 mulheres, entre as quais 27% relataram já ter sofrido algum tipo de violência doméstica ou familiar e 60% declararam conhecer alguma mulher que já sofreu algum tipo de violência doméstica familiar. Esse cenário é uma realidade cruel após cerca de onze anos da promulgação da Lei n. 11.340 de 2006, o que demonstra, mais uma vez, a ineficácia de o Direito lidar com situações de conflito de gênero.

O número de denúncias de algum tipo de violência sofrida por mulheres, normalmente, é bem menor do que a realidade, contribuindo para o que se chama de cifras negras da criminalidade – crimes que, embora ocorram, não chegam ao conhecimento das autoridades e, portanto, não integram as estatísticas oficiais (PENTEADO FILHO, 2014). O medo e a vergonha estão diretamente relacionados com a vitimização terciária, haja vista que, na maioria dos casos, não há acolhimento dessas vítimas no meio social. O descrédito no aparato policial e no sistema judicial relacionam-se com a vitimização secundária, que decorre da falha das instâncias formais de controle social.

Percebe-se, portanto, que as falhas existentes nas instâncias de controle social repercutem diretamente no sistema de justiça criminal, perpetuando um histórico de violência e discriminação que surge no âmbito das relações familiares e se estende por toda a vida da mulher.

O sistema penal baseia-se em um modelo patriarcal e capitalista que se rege, sobretudo, pelo androcentrismo. Perpetuador de conflitos, o sistema penal duplica a violência ao invés de proteger a vítima, principalmente mulher. Assim, o sistema penal dá eco a um sistema de (in)justiça social que recria estereótipos dessas desigualdades e sustenta o sistema penal. Aponta-se que:

> (a) Em sentido fraco, o sistema penal é ineficaz para a proteção de mulheres contra a violência porque, entre outros argumentos, não previne novas violências, não escuta os distintos interesses das vítimas, não contribui para a compreensão da própria violência sexual e da gestão do conflito, e muito menos para a transformação das relações de gênero. O sistema penal não apenas é estruturalmente incapaz de oferecer alguma proteção à mulher, como a única resposta que está capacitado a acionar – o castigo – é desigualmente distribuída e não cumpre as funções preventivas (intimidatória e reabilitadora) que se lhe atribuem. Nessa crítica, sintetizam-se o que denomino de incapacidades protetora, preventiva e resolutória do sistema penal; (b) em sentido forte, o sistema penal (salvo situações contingentes, empíricas e excepcionais) não é apenas um meio ineficaz para a proteção das mulheres contra violência, como também duplica a violência exercida contra elas e as divide, sendo uma estratégia excludente que afeta a própria unidade (já complexa) do movimento feminista. Isto porque se trata de um subsistema de controle social, seletivo e desigual, tanto de homem como de mulheres e porque é, ele próprio, um sistema de violência institucional, que exerce seu poder e seu impacto também, sobre as vítimas. (ANDRADE, 2012, p. 131).

O sistema penal, legitimado pelo patriarcalismo e capitalismo que ele mesmo reproduz, é uma forma de poder e controle seletivo classista e sexista, em que permanece na sua estrutura o simbolismo de gênero. Assim, o sistema penal, por ser um exercício de poder, acaba por replicar a lógica do mecanismo de controle social na produção das subjetividades, como maniqueísmo entre o bem e o mal, o homem e a mulher, em simbolismos e estruturas. Culminando dessa forma, na atribuição ao sistema penal da manutenção do *status quo* social (ANDRADE, 2012).

O sistema penal, historicamente delineado pelo patriarcalismo tem seu eixo dividido entre esferas públicas e privadas. Na esfera pública, encontra-se o homem, precisamente quanto ao trabalho, ao mantenedor do lar. Nesse aspecto, a figura do homem é traçada como forte, viril e possuidor. Já na esfera privada, encontra-se a mulher, associada à reprodução natural, tendo lugar tão somente nas relações familiares. O homem e a mulher encontram-se em posições diametralmente opostas: enquanto o homem é forte, a mulher é fragilizada, enquanto ele é viril, ela passa a figurar como passiva e recatada. Tratam-se de estruturas simbólicas de gênero que a sociedade reproduz, numa polaridade de valores culturais e históricos como se fossem naturais. Assim, o gênero feminino é compreendido como subordinado, o que se ilustra em certos papeis e esferas como a política e econômica, em que são tidos como naturalmente ligados ao sexo masculino, numa perpetuação do machismo.

O sistema penal, repita-se, reproduz o capitalismo patriarcal, funcionando como mecanismo de controle dirigido de forma primordial aos homens, que como mencionado, são os responsáveis pela produção material (trabalho). Explica-se, o sistema penal intervém de modo a controlar o desenvolvimento das relações produtivas, etiquetando aqueles que não conseguiram uma ocupação no trabalho formal e ficaram à margem da economia e do mercado oficial de trabalho.

O exposto é ilustrado pela população carcerária, composta em sua maioria por homens, marcados pela pobreza e exclusão social, com baixa escolaridade, e muitas vezes toxicodependentes. Ou seja, são indivíduos selecionados pelo sistema penal que não conseguiram uma "boa" posição social, não integram o mercado de trabalho e o próprio mercado de consumo.

Nesse contexto de patriarcalismo, há também a pena privada: aquela que não é institucionalizada e pública, mas se encontra no interior da própria família, ambiente que deveria ser entendido como um espaço de proteção e acaba por ser, tal qual o sistema penal, um espaço de violência e violação.

4 I UMA ANÁLISE DO OSTRACISMO FEMININO SOB A PERSPECTIVA DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA

A Criminologia, que surgiu, oficialmente, no século XIX, como uma ciência do

crime, do criminoso e da criminalidade se ocupa, fundamentalmente, quanto à análise da complexa fenomenologia e funcionalidade nas sociedades capitalistas e patriarcais (ANDRADE, 2003). O movimento feminista, bem como a inserção de mulheres no ambiente de homens criminólogos contribuiu, fundamentalmente, para a ampliação do objeto de estudo da Criminologia crítica:

> Denunciado este androcentrismo a Criminologia feminista introduziu no campo criminológico as categorias de patriarcalismo (ao lado de capitalismo) e relações de gênero (ao lado de luta de classe) e as formas de dominação masculinas (sexistas) sobre a mulher (ao lado da dominação classista). As criminólogas feministas irão sustentar, pois, que a gênese da opressão das mulheres não pode reduzir-se à sociedade capitalista, pois, se esta oprime à mulher, sua opressão é anterior e distinta, produto da estrutura patriarcal da sociedade. Destacar ambos os aspectos é portanto fundamental porque ambas as estruturas, capitalista e patriarcal, não operam sempre de modo análogo (LAURRARI, 1991 apud ANDRADE, 2003, p. 93).

A compreensão das relações de poder marcadas por uma cultura eminentemente machista e patriarcal são fundamentais para uma análise do universo feminino no âmbito da Criminologia. O estudo do perfil do criminoso, das relações autor e vítima, bem como do motivo do crime, quando se trata de uma vítima do sexo feminino, muitas vezes acaba por deixar evidente a dominação do homem sobre a mulher, que existe desde as instâncias de controle social informal e perpassa pelo controle social formal:

> Relativamente ao estupro, paulatinamente foi se descobrindo que ocorre com freqüência que, cada homem pode ser um estuprador, que cada mulher pode ser a vítima e que a vítima e o ofensor muito freqüentemente se conhecem. (Beijerse, Kool, 1994, p. 143) O estupro é praticado por estranhos e nas relações de parentesco, profissionais e de amizade em geral (por maridos, chefes, amigos), e não por homens "anormais". Ocorre na rua, no lar e no trabalho, contra crianças, adolescentes, adultas e velhas, tendo sido denunciado contra vítimas desde poucos meses de idade até sexa ou octogenárias.
>
> Pouco a pouco, pois, "vão surgindo investigações que descrevem o estupro mais como o produto extremo de uma estrutura social 'normal' que como conseqüência de uma personalidade 'anormal' dos violadores. **As atitudes gerais que tendem a enfatizar o poder ▪ a dominação do homem sobre a mulher proporcionam a base ideológica ▪ socioestrutural da violação ▪ do costume de 'acusar a vítima' que caracteriza este delito. A violação é uma conduta estandardizada ▪ muito comumente planejada e reiterativa**. Estas características confirmam sua origem social e contradizem a visão tradicional da violação como impulso biológico irreprimível." (KARLENE; NANETTE, 1994 apud ANDRADE, 2003, p. 95).

Conforme exposto, o sistema penal exerce o controle formal, mas existem reflexos do controle informal, que se reproduzem com a mesma lógica sistêmica. A violência é um elemento masculino comum, seja presente no poder punitivo do próprio Estado, na figura da pena pública, seja no poder punitivo da família, numa vertente de pena privada (figura

paterna, marido, companheiro). A função real do sistema penal é manter as instituições, as estruturas e o simbolismo, por isso há um paradoxo em tentar utilizá-lo tal como se encontra para o fortalecimento da autonomia feminina.

> A inclusão de homens e mulheres como "sujeitos" nas relações de violência, e sua percepção para além da violência estrutural, institucional e subjetiva, como relacional (intersubjetiva). Isso implica conceder voz a todos os sujeitos implicados, individuais (homens e mulheres) e coletivos (feminismos e sistema penal), iniciando por problematizar a grande rubrica do feminismo: "violência contra a mulher". (ANDRADE, 2012, p. 157).

Por meio da concessão de voz aos sujeitos envolvidos, tentar-se-á superar a lógica da violência estrutural sistematizada, das relações de gênero, por meio das pequenas transformações dialógicas, a fim de que possam resultar em macro transformações na estrutura do capitalismo patriarcal.

Em torno da década de 1960, o movimento das mulheres passou a concorrer com a Criminologia Crítica quanto à tendência da minimização do sistema penal e especialmente quanto à descriminalização das ofensas contra a moral sexual, o adultério, sedução, casa de prostituição etc. Dessa forma, a partir da década de 70 e 80, passaram a ser criadas instituições femininas de apoio às mulheres vítimas de crimes, como delegacias especializadas, o que apontou que as denúncias de crimes de violência de gênero ocorriam mais do que se esperava, dando-se mais visibilidade a esses crimes. Essas denúncias revelavam uma margem de vitimização sexual feminina antes oculta, quanto aos maridos, companheiros, pais, padrastos, chefes, e conduziram a uma demanda denominada por Vera Andrade (2003) de publicização-penalização do privado. Para ela, os problemas presentes na esfera privada, em virtude das campanhas mobilizadas pelas mulheres passaram a ser tidos como problemas públicos, convertendo-se em problemas penais (crimes) mediante uma forte demanda (neo)criminalizadora:

> E a justificativa para esta (neo)criminalização, sob o signo da qual se realizaram, na década de 80, tais reformas penais, é a chamada "função simbólica" do Direito Penal. Os movimentos que a sustentam arguem não estar especialmente interessados no castigo, mas, fundamentalmente, na utilização simbólica do Direito Penal como meio declaratório de que os referidos problemas são tão importante quanto os dos homens e pública ou socialmente intoleráveis. Ou seja, o que se busca com a criminalização destas condutas é, em primeiro lugar a discussão e a conscientização públicas acerca do caráter nocivo delas e, a seguir, a mudança da percepção pública a respeito. (ANDRADE, 2003, p. 83-84).

Os movimentos feministas, de maneira geral (frisa-se que existem diversos feminismos), apontam o Direito Penal como forma de punir ou castigar os homens. Ainda mais, acreditam obter um efeito de mudança de consciência desses homens em relação à violência contra mulher. Nesse sentido, alguns movimentos feministas buscam a descriminalização de condutas, como a minimização e desregulação penal, bem como,

ao mesmo tempo, a expansão e neo-regulação penal associadas às questões de gênero, como nos casos de violência doméstica e pela própria figura do feminicídio. O que se questiona é a lógica existente para se criminalizar algumas condutas e descriminalizar outras. O Direito Penal é o meio, o instrumento adequado, para reivindicar algumas das pautas dos movimentos feministas? Nesse sentido, explica Vera Andrade:

> O sistema de justiça penal, salvo situações contingentes e excepcionais, não é apenas um meio ineficaz para a proteção das mulheres contra a violência sexual como também duplica a violência exercida contra ela e divide mulheres, sendo uma estratégia excludente [...] O que importa salientar, nesta perspectiva, é que redimensionar um problema e (re)construí-lo como problema social não significa que o melhor meio de responder a ele ou solucioná-lo seja convertê-lo, quase automaticamente, em um problema penal (crime). Ao contrário, a conversão de um problema privado em problema social, e deste em um problema penal é uma trajetória de alto risco, pois, regra geral, equivale a duplicá-lo, ou seja, submetê-lo a um processo que desencadeia mais violência e problemas do que aqueles a que se propõe resolver, pois o sistema penal também transforma os problemas com que se defronta. (ANDRADE, 2003, p. 85-86).

Apontou-se neste trabalho, pelo olhar de Christie (2011), que o crime não existe ontologicamente, mas é uma construção social, que muda conforme a historicidade, absorvendo mais ou menos condutas de acordo com a sociedade à época. Nesse sentido, não existe o criminoso nato, mas aquele que foi "etiquetado", selecionado pelo sistema penal, frequentemente aquele excluído da sociedade, à margem do emprego formal e visto como "não-consumidor".

Assinalou-se, também, que o sistema penal tem como função declarada a proteção de bens jurídicos relevantes, porém o que há no mundo da vida, é uma manutenção do *status quo* dos atores das baixas classes sociais, marcadamente pelo capitalismo patriarcal. Diante deste cenário, é inconcebível pensar o próprio Direito Penal tão seletivo e desigual, como protetor de direitos femininos. Ele próprio é uma forma de violência institucionalizada, que exerce seu poder impactando na vida de autores e vítimas de crimes.

Mais especificamente, ao incidir sobre vítimas mulheres, o sistema penal duplica a vitimização, pois foi pensado por e para homens. Além da violência sofrida pelas mulheres vítimas de crime, elas se tornam vítimas da violência institucional do sistema penal, que expressa e reproduz a violência estrutural das classes sociais capitalistas (a própria desigualdade de classe) e violências patriarcais (desigualdade de gênero).

Há uma incapacidade normativa de o sistema penal, mesmo regido com seus princípios declarados, oferecer uma "proteção" aos direitos, pois ele próprio é violador. Assim, a seletividade é uma manifestação da sua lógica desigual e infundada de sua estruturação e operacionalização, contrapondo-se à própria lógica dos Direitos Humanos, relacionada à tendente igualdade progressiva, pois para Zaffaroni (1991, p. 149): "Enquanto os direitos humanos assinalam um programa realizador de igualdade de direitos de longo alcance,

os sistemas penais são instrumentos de consagração ou cristalização da desigualdade de direitos em todas as sociedades."

Nesse sentido, o sistema penal marcado pela desigualdade, faz com que ela cresça ainda mais, pois a pena como imposição verticalizada do Estado e aplicação deliberada de dor, não faz com que haja ressocialização do réu em cumprimento de pena, mas ainda mais reincidência, numa reprodução da criminalidade e das relações sociais de dominação, selecionando a criminalidade das classes de baixo *status* social dominadas.

5 | CONCLUSÃO

Ao longo do presente trabalho, pretendeu-se demonstrar que, apesar de atualmente vivenciar-se a fase de redescobrimento da vítima, ainda há muito que se avançar no âmbito do sistema de justiça criminal, especialmente em relação às mulheres. O universo feminino é marcado por uma violência que se inicia desde as primeiras relações familiares, através da divisão sexual das tarefas. Assim, a mulher desde sempre é vista como um ser frágil, que deve ser preparada para lidar habitualmente com as tarefas domésticas. Ao revés, o homem ocupa de forma predominante os espaços de poder e políticos.

Não à toa, as mulheres possuem uma taxa de ocupação mínima nas cadeiras do Congresso Nacional, o que reflete um histórico de políticas públicas que não são voltadas para as necessidades femininas. Há que se ressaltar a imensa contrariedade existente no fato de os homens formularem leis e políticas públicas dirigidas às mulheres; isso explica o porquê de o sistema de justiça criminal não conseguir atender às demandas dessa classe. A título de exemplo, pode-se mencionar que a inserção do comportamento da vítima entre as circunstâncias judiciais para a fixação da pena-base, delineadas no art. 59 do Código Penal, mostrou-se, de início, um clarividente progresso ante o período de esquecimento vivenciado anteriormente. Todavia, ao se consultar a Exposição de Motivos n. 211, de 9 de maio de 1983, percebe-se a real intenção do legislador, o qual menciona que o comportamento da vítima, muitas vezes constitui uma provocação ou estímulo à conduta criminosa, bem como evidencia o "pouco recato" daquela em relação aos crimes sexuais. Ou seja, não houve, de fato, preocupação com o ofendido, mas sim uma forma de divisão da culpa entre o agressor e a vítima, notadamente em relação aos crimes sexuais, haja vista que o próprio texto menciona os "crimes contra os costumes" – atualmente designados de crimes contra a dignidade sexual.

Percebe-se que há um longo caminho a ser percorrido até que se possa falar, de fato, em protagonismo da vítima, de ambos os gêneros, no âmbito do processo penal brasileiro. É imprescindível inserir, efetivamente, a mulher nos espaços de poder, a fim de que se tenham leis pensadas e elaboradas por aquelas que compreendem as angústias e dores vivenciadas ao longo dos anos no universo feminino.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina. **Pelas mãos da criminologia**: O controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ANDRADE, Vera Regina. **Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima**: Códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

BARROS, Lyvia Ramos Sales Mendes de Barros; OLIVEIRA, Giordana Bruno Leite de. A Vitimologia e os Novos Institutos de Proteção à Mulher Vítima de Crimes. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA E NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17, 2012, **Anais...**, Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/downloadSuppFile/195/207. Acesso em: 15 nov. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Exposição de Motivos nº 211, de 09 de maio de 1983**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-exposicaodemotivos-148972-pe.html. Acesso em: 15 nov. 2018.

CHRISTIE, Nils. **Uma razoável quantidade de crime**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero** - Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

PAIVA, Caio; HEEMANN, Thimotie Aragon. **Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora CEI, 2017.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio**. Manual Esquemático de Criminologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SENADO FEDERAL. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: Secretaria de Transparência, 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1. Acesso em: 02 mar. 2021.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

SOUZA, Lívia de. O que é violência de gênero? *In*: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; BRENER, Paula Rocha Gouvêa (Orgs.). **Gênero, Sexualidade e Direito**: Uma Introdução. Belo Horizonte: Initia Via, 2016. Cap. 15, p. 153-160.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al*. **Direito Penal Brasileiro** – I. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro. Revan, 1991.

SOBRE O ORGANIZADOR

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA - Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED) - área de concentração em Família e Sociedade - pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), atuando na linha de pesquisa Trabalho, Consumo e Cultura. É bacharel em Ciências Humanas, pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (BACH/ICH - UFJF); licenciado em Artes Visuais, pelo Centro Universitário UNINTER; e, tecnólogo em Design de Moda, pela Faculdade Estácio de Sá -Juiz de Fora/MG. Realizou cursos de especialização nas seguintes áreas: Moda, Cultura de Moda e Arte, pelo Instituto de Artes e Design da Faculdade Federal de Juiz de Fora (IAD/UFJF); Televisão, Cinema e Mídias Digitais, pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACOM/UFJF); Ensino de Artes Visuais, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACED/UFJF); e, Docência na Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba (IF Rio Pomba). Tem interesse nas áreas: Moda e Design; Arte e Educação; Relações de Gênero e Sexualidade; Mídia e Estudos Culturais; Corpo, Juventude e Envelhecimento, dentre outras possibilidades de pesquisa num viés da interdisciplinaridade. E-mail: fabiano.batista@ufv.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 1, 3, 6, 7, 14, 15, 16, 19, 24, 30, 36

Afetividade 66

B

Brasil 7, 8, 9, 10, 13, 14, 19, 22, 23, 27, 34, 35, 41, 42, 47, 71, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 108, 110, 111, 113, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 151, 158, 165

C

Campanhas 10, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 123, 124, 126, 138, 162

Capitalismo 85, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 132, 160, 161, 162, 163

Classe 28, 39, 62, 69, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 128, 129, 147, 161, 163, 164

Conflitos 1, 6, 22, 93, 94, 118, 156, 159

Costumbres 49, 50, 52, 53, 56, 57, 58, 59

Cultura 2, 14, 17, 25, 26, 33, 34, 42, 46, 50, 55, 57, 60, 78, 115, 128, 134, 137, 140, 142, 144, 146, 151, 161, 166

Cultura do herói 140, 142, 144, 151

D

Desafios 1, 4, 8, 24, 138

Desigualdade de gênero 163

Direitos humanos 26, 48, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 150, 158, 163, 165

Discurso 16, 18, 57, 110, 111, 113, 115, 122, 123, 125, 126, 132

Dissidência 61, 64, 65

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 31, 33, 35, 46, 82, 84, 110, 115, 124, 126, 129, 131, 134, 144, 147, 148, 149, 151, 166

Educação sexual 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 124

Envelhecimento 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 48, 129, 166

Escola 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 93, 115, 128, 141, 145, 151, 155, 157

Etnia 55, 56, 72, 84

F

Família 2, 3, 5, 6, 7, 9, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 36, 61, 63, 74, 90, 91, 93, 99, 100, 101, 145, 146, 148, 155, 156, 157, 160, 161, 166

Feminino 4, 31, 32, 33, 38, 42, 43, 45, 80, 118, 124, 130, 141, 143, 146, 154, 155, 157, 158, 160, 161, 164

Feminismo 39, 51, 52, 60, 78, 81, 84, 85, 91, 92, 95, 147, 151, 152, 162

G

Gênero 4, 6, 14, 17, 19, 22, 26, 30, 36, 38, 39, 41, 42, 45, 47, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 91, 94, 95, 96, 108, 110, 112, 116, 117, 118, 121, 122, 124, 128, 129, 130, 131, 134, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 152, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166

H

Homossexualidade 3, 118, 123, 124, 125, 132, 136

I

Identidade 4, 6, 9, 12, 22, 65, 68, 77, 115, 128, 129, 130, 139, 141, 142

Igualdade de gênero 22, 108, 129, 130, 140, 141, 142, 150, 152

Interseccionalidade 67, 68, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 93

J

Jovens 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 40, 43, 44, 46, 117, 123, 143, 144

Juventude 11, 33, 34, 39, 166

L

Lesbianidade 61

LGBTQIA+ 5, 110, 111, 112, 113, 115, 124

Liberdade reprodutiva 98, 99, 102

M

Masculinidades 65, 118, 121, 147, 151, 152, 153

Masculinidade tóxica 140, 141, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 152

Mitos 25, 29, 30, 33

Modos de criação 140

O

Opressão 29, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 130,

157, 158, 161

P

Patriarcado 85, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 147

Pessoas trans 128, 129, 130, 138

Política 31, 40, 46, 51, 60, 63, 75, 79, 81, 88, 90, 96, 103, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 144, 157, 158, 160

Políticas públicas 4, 5, 10, 11, 12, 40, 51, 59, 82, 85, 125, 129, 131, 134, 135, 136, 137, 139, 142, 155, 158, 164

População 27, 28, 33, 34, 35, 40, 42, 46, 80, 81, 82, 90, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 120, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 144, 146, 147, 150, 158, 160

Prevenção 6, 7, 9, 14, 19, 20, 21, 23, 106, 110, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123, 124, 126

R

Raça 39, 62, 72, 77, 78, 79, 84, 85, 92, 128

Reprodução assistida 97, 98, 100, 101, 108, 109

Rupturas 49, 56, 132

S

Saúde 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 35, 36, 37, 40, 42, 45, 46, 47, 77, 82, 96, 100, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 145, 151, 152

Sexo 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 22, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 43, 44, 45, 47, 68, 72, 77, 78, 80, 83, 92, 100, 101, 109, 111, 114, 117, 118, 125, 138, 141, 158, 160, 161

Sexualidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 62, 63, 64, 92, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 132, 134, 141, 150, 165, 166

Sociedade 3, 4, 5, 6, 9, 12, 13, 19, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 37, 42, 43, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 81, 83, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 103, 105, 111, 114, 120, 121, 124, 125, 127, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 160, 161, 163, 166

T

Tabus 1, 2, 7, 8, 10, 17, 19, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 121

Tecnologias da informação e comunicação 38, 40, 42, 46

Tecnologias digitais 38, 47

Terceira idade 25, 27, 28, 29, 34, 35, 36, 37, 39, 42, 43, 46

Transexualidade 127, 129

Transfobia 127, 128, 130, 138

Travesti 61, 62, 63, 65, 111, 127, 139

V

Velhos 41, 43, 44, 46

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021